

Márcio Júnior Benassuly Barros  
Francilene Sales da Conceição  
*Organizadores*

**COLETÂNEA DE RESUMOS DO II  
SEMINÁRIO DE PESQUISA EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS  
TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA**





Márcio Júnior Benassuly Barros  
Francilene Sales da Conceição  
*Organizadores*

**COLETÂNEA DE RESUMOS DO II  
SEMINÁRIO DE PESQUISA EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS  
TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA**

1ª Edição

Santarém  
UFOPA  
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**  
**GRUPO DE PESQUISA CNPq - POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS**  
**TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA (GPDAM)**

**Reitor**

Prof. Dr. Hugo Alex Diniz

**Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade**

Prof. Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães

**Coordenadora do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional**

Prof.<sup>a</sup> Msc Évani Larisse dos Santos.

**Líder do GPDAM**

Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

**Capa**

Ronaldo Carneiro.

**Editor**

Márcio Júnior Benassuly Barros

**Diagramação**

Ronaldo Carneiro.

**Crédito da foto da capa**

Márcio Júnior Benassuly Barros. Paraná de Monte Alegre, município de Monte Alegre, 2018.

**Conselho Editorial do GPDAM**

Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA)

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida (UFOPA)

Prof. Dr. Ronei Coelho de Lima (UFMT)

**Conselho Consultivo do GPDAM**

Benedito Ely Valente da Cruz (UEPA)

Denis Castilho (UFG)

Juscelino Eudamidas Bezerra (UnB)

Luís Otávio do Canto Lopes (UFPA)

Valter do Carmo Cruz (UFF)

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

C694 Coletânea de Resumos do II Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia / Organizadores: Márcio Júnior Benassuly Barros e Francilene Sales da Conceição. – Santarém, Pará: UFOPA, 2019.  
184 p. il.  
Inclui bibliografias.

ISBN 978-85-65791-45-8

1. Dinâmicas Territoriais. 2. Políticas Públicas. 3. Amazônia. I. Barros, Márcio Júnior Benassuly, *org.* II. Conceição, Francilene Sales da, *org.* III. Título.

CDD: 23 ed. 633.850



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	10
<b>PROGRAMAÇÃO DO EVENTO</b> .....	14
<b>FOTOS DO EVENTO</b> .....	16
<b>PALESTRA DE ABERTURA - AMAZÔNIA: DINÂMICAS AGRÁRIA E TERRITORIAL CONTEMPORÂNEA</b> .....	22
Ricardo Gilson da Costa Silva	
<b>A LEI E A PRODUÇÃO DAS CIDADES NO BAIXO AMAZONAS: UMA CRÍTICA AO DIREITO POR MEIO DA EXPERIÊNCIA DE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA</b> .....	28
Ana Beatriz Oliveira Reis...	
<b>REFORMA URBANA NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA: LIMITES E POSSIBILIDADES AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.</b> .....	32
Maria Júlia Veiga da Silva.....	
<b>AS INTERFACES ENTRE A GEOGRAFIA REGIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS</b> .....	38
Ednilson Gomes da Silva..	
<b>DINÂMICAS TERRITORIAIS NA FRONTEIRA MT/PA: A NOVA CONFIGURAÇÃO DA LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO</b> .....	42
Ronei Coelho de Lima..	
<b>MIRITITUBA NO ESPAÇO - TEMPO: DE AGROVILA A NÓ LOGÍSTICO DO AGRONEGÓCIO</b> .....	48
Márcio Júnior Benassuly Barros...	
<b>O LUGAR DA VÁRZEA AMAZÔNICA NA MODERNIDADE: A PRODUÇÃO FAMILIAR DESENVOLVIDA NAS COMUNIDADES DO FURO CACHOEIRY - ORIXIMINÁ-PÁ</b> .....	52
Elisane Pereira da Silva.....	
<b>GEOGRAFIA DA PECUÁRIA E DO DESMATAMENTO EM PORTO VELHO: UNIÃO BANDEIRANTES E RIO PARDO</b> .....	54
Amanda Michalski.....	
<b>AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO NA FRONTEIRA SUL DO ESTADO DO AMAZONAS: DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL AO AGRONEGÓCIO</b> .....	58
Viviane Vidal da Silva.....	
<b>POTENCIAIS DE USO E FRAGILIDADES DOS SOLOS DA PLANÍCIE DO MAICÁ, SANTARÉM-PA</b> .....	60
João Paulo Soares de Cortes; George Luiz Luvizotto	

**AMAZÔNIA E AS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS: IMPACTOS DAS USINAS HIDRELÉTRICAS. ----- 66**

Sandra Karolline de Melo Batista Pontes; Ednéa do Nascimento Carvalho...

**A IMPLANTAÇÃO DO PORTO DO MAICÁ EM SANTARÉM (PA): UM OLHAR A PARTIR DAS POPULAÇÕES LOCAIS ----- 70**

Josemir Moreira Guimarães...

**CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA DA CONVENÇÃO 169 DA OIT: O CASO DOS MEGASPROJETOS PORTUÁRIOS NO LAGO DO MAICÁ, SANTARÉM (PA) ----- 74**

Valdineia Sauré.....

**OS COLEGIADOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUA IMPORTÂNCIA NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DO COLEGIADO BAIXO AMAZONAS, PARÁ. ----- 78**

Lays Diniz dos Santos...

**A DINÂMICA URBANA DO PAC URUARÁ EM SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ -- 84**

Eliana Maria de Oliveira Barbosa; Sirleuza Cristo da Silva; Alan Senna Barros de Carvalho; Jardilene dos Santos Almeida, Jeniffer Ferreira Carneiro; Amanda Pinheiro Mota; Juciléia Oliveira Cunha; Márcia Cristina Santos da Silva.....

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: O CASO DA AACEPPAMO EM ÓBIDOS, PARÁ. ----- 88**

Elzamili Lima Brito; Janner Santanna de Oliveira; Márcio Júnior Benassuly Barros; Francilene Sales da Conceição.

**EXPANSÃO URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ZONA OESTE DE SANTARÉM – PARÁ. ----- 92**

Lazarine Taiara do Nascimento; Ana Paula dos Santos Milhomem Nunes; Marcus Vinícius da Costa Rodrigues....

**OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO DA SOJA NO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA ----- 96**

Marcus Vinícius da Costa Rodrigues....

**CIDADE DE BELTERRA (PA) E SUAS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS: 1930 ----- 100**

Alan Senna Barros de Carvalho; Eliana Maria de Oliveira Barbosa; Sirleuza Cristo da Silva; Jardilene dos Santos Almeida, Jeniffer Ferreira Carneiro; Amanda Pinheiro Mota; Juciléia Oliveira Cunha; Márcia Cristina Santos da Silva.

**O CONJUNTO RESIDENCIAL DA COHAB NA DINÂMICA URBANA DE SANTARÉM (PA) ----- 104**

Amanda Pinheiro Mota; Márcia Cristina Santos da Silva; Alan Senna Barros de Carvalho; Eliana Maria de Oliveira Barbosa; Sirleuza Cristo da Silva; Jardilene dos Santos Almeida, Jeniffer Ferreira Carneiro; Juciléia Oliveira Cunha.....

**PROCESSOS ESPACIAIS QUE MARCAM BELTERRA, PARÁ: DO EXTRATIVISMO DA BORRACHA AO CULTIVO DA SOJA. ----- 108**

Paula Esperança Viana Benathar; Gabriele Lima Pereira...



**O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) COMO POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DE SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ**

----- 112

Marialva Campos Cota; Márcio Júnior Benassuly Barros.

**DINÂMICA ECONÔMICA DO COMÉRCIO DE PESCADO NAS FEIRAS E MERCADOS DE SANTARÉM (PA)** ----- 116

Jeniffer Ferreira Carneiro, Alan Senna Barros de Carvalho; Eliana Maria de Oliveira Barbosa; Sirleuza Cristo da Silva; Jardilene dos Santos Almeida; Amanda Pinheiro Mota; Juciléia Oliveira Cunha; Márcia Cristina Santos da Silva....

**GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS HOSPITALARES DO HOSPITAL PÚBLICO DE SANTARÉM, PARÁ.** ----- 120

Carlos Almeida Maduro; Alan Senna Barros de Carvalho; Eliana Maria de Oliveira Barbosa; Sirleuza Cristo da Silva; Jardilene dos Santos Almeida, Jeniffer Ferreira Carneiro; Amanda Pinheiro Mota; Juciléia Oliveira Cunha; Márcia Cristina Santos da Silva; Ana Clarice Sousa Pereira....

**ECOTURISMO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS: ESTUDO ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE Pousadas NA COMUNIDADE DE JAMARAQUÁ, BELTERRA-PA** ----- 124

Aline Raissa Mota da Silva....

**COMO A DOMESTICAÇÃO DO OLHAR E DO OUVIR PODEM INTERFERIR NO PROCESSO DE PESQUISA SOCIAL ATRAVÉS DA ENTREVISTA INFORMAL E FOCALIZADA** ----- 128

Brenna Couto Nicaretta ; Maria Eduarda Cohen da Silva ; Teógenes Luiz Silva da Costa....

**CARACTERÍSTICAS HISTÓRICO E SOCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE DO AMAPÁ EM BELTERRA NO PARÁ: LEVANTAMENTO DE PROBLEMÁTICAS EM SAÚDE** ----- 132

Andria Carolina da Silva Lopes ; Jacinete Kirixi Munduruku; Teógenes Luiz Silva da Costa; Elaine Cristiny Evangelista dos Reis...

**A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL EM TEMPOS DISTINTOS NA AMAZÔNIA SULOCCIDENTAL: OS CAMINHOS DA RODOVIA DA INTEROCEÂNICA** ----- 136

Dermeson de Sousa Lima..

**EDUCAÇÃO BASEADA NA COMUNIDADE: A EXPERIÊNCIA DE CAMPO NA DISCIPLINA INTERAÇÃO NA BASE REAL I** ----- 140

Andson Pereira Ferreira; Joelcimara Érika Azevedo Lobato; Luane Daiane Pinto Viana. ....

**AS MUDANÇAS NAS PAISAGENS DE SANTARÉM NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO RODOVIA SANTARÉM-CURUÁ-UNA PA-370** ----- 144

Cidiane Figueira Cardoso...

**“LAND GRAB” NA AMAZÔNIA E EXPANSÃO DA DENDECULTURA** ----- 146

Auristela Correa Castro; Aquiles Vasconcelos Simões...

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO TERRITÓRIO DO BAIXO AMAZONAS PARAENSE: ANÁLISE PRELIMINAR DA IECOSAM/UFOPA** ----- 150

Raoni Fernandes Azerêdo; Edilene da Silva Souza; Vander Luiz Barbosa de Sousa; Diogo Maciel Pereira....

**ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE ARAPEMÃ  
REMANESCENTES NO BAIRRO PÉROLA DO MAICÁ, SANTARÉM, PARÁ. ----- 156**

Mayara Duarte da Silva; Daíse Araújo Souza; Karine Rodrigues do Nascimento ; Maria da Conceição dos Santos Almeida; Mateus Duarte da Silva; Rosilene Caetano Rocha; Elaine Cristiny Evangelista dos Reis. ..

**AMABELA: UM ESTUDO TERRITORIAL DAS MULHERES CAMPONESAS DE  
BELTERRA/PA----- 160**

Milena Sanche de Sousa; Francilene Sales da Conceição...

**FORMAÇÃO TERRITORIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA ÁREA DAS  
CABECEIRAS, ÓBIDOS-PA. ----- 164**

Priscila Ribeiro dos Santos...

**OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UMA ANÁLISE SOBRE A FEIRA DO  
TABLADO E ABORDAGEM DA SUA IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E DAS NOVAS  
PERSPECTIVAS EM SEU NOVO ESPAÇO ----- 168**

Caroline Farias de Andrade; Darlan Costa dos Santos Oliveira; Jarison de Paula Sena; Maxilene Santos da Silva; Randerson Sousa Monteiro Junior; Suzanny Cunha da Mota....

**A LUTA PELA TERRA, PELO DIREITO À MORADIA E À VIDA: O CASO DA OCUPAÇÃO  
VISTA ALEGRE DO JUÁ----- 172**

Jacilene Cleice da Silva Rego; Francilene Sales da Conceição..

**REDIRECIONAMENTO DA OCUPAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/  
PA COM ENFOQUE NA AV. ENG. FERNANDO GUILHON----- 176**

Rayla de Lima Tavares...

**AS DIFERENTES TERRITORIALIDADES DA ORLA DE SANTARÉM, PARÁ----- 180**

Letícia Nere do Nascimento...

**SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS REÚNE PESQUISADORES NA UFOPA --- 184**

Matéria comunicação da Ufopa.....

# APRESENTAÇÃO

Márcio Júnior Benassuly Barros  
Francilene Sales da Conceição  
*Organizadores*

O II Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (II SEPDAM) ocorreu no período de 26 a 28 de novembro de 2018 no auditório Wilson Fonseca do Campus Rondon da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) em Santarém, Pará. O objetivo do evento foi propiciar um debate e a divulgação de pesquisas concluídas ou em andamento, como forma de contribuir com o conhecimento científico sobre políticas públicas urbanas, rurais, ambientais e de logísticas com ênfase na realidade amazônica.

O evento teve início na tarde do dia 26/11/2018 com a abertura do Seminário, que contou com a presença do Prof. Dr. Domingos Luís Wanderley Picanço Diniz (Pro - Reitor de Pesquisa), do Prof. Dr. Jarsen Guimarães (Diretor do ICS), da Prof<sup>a</sup> Msc Evani Larisse dos Santos (Coordenadora do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional), do Prof. Dr. Márcio Benassuly (Coordenador do evento) e da Prof<sup>a</sup> Msc. Francilene Sales da Conceição (Vice - Coordenadora do evento).

Na sequência tivemos a realização da palestra de abertura proferida Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Finalizada a palestra de abertura teve início o lançamento de livros sobre Amazônia divididos em duas seções. Na seção 01, foi lançado o livro *Amazônia: Dinâmicas Agrárias e Territoriais Contemporâneas*, organizado por Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR/RO); Luís Augusto Pereira Lima (UNIR/RO) e Francilene Sales da Conceição (UFOPA/PA). Na seção 02, tivemos o lançamento do livro *Floresta Nacional do Tapajós: Território, Economia, Gestão e Manejo de Recursos Naturais na Amazônia*, organizado por Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA/PA)

No período da noite ocorreu à realização da mesa 01, intitulada de *Políticas urbanas e dinâmicas territoriais na Amazônia: ações e resistências*, que contou com palestrantes da Universidade Federal do Oeste do Pará (Prof<sup>a</sup> Msc Ana Beatriz Oliveira Reis e Prof<sup>a</sup> Dr. Maria Júlia Veiga), da Universidade Federal do Pará (Prof<sup>a</sup> MsC Elcivânia de Oliveira Barreto), da Universidade Federal de Rondônia ( Prof. Ednilson Gomes da Silva). A mediação da mesa ficou sob a responsabilidade do Prof. Dr. Rodolfo Maduro da Universidade Federal do Oeste do Pará.

No dia 27/11/2018, pela manhã ocorreu à realização de dois minicursos, o minicurso 01: *Cartografia básica temática* teve como facilitadores o Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva e Amanda Michalski da Silva, ambos da Universidade Federal de Rondônia. O minicurso 02: *No Rastro*

da *Grilagem: Experiências de Identificação e Combate à Grilagem* teve como facilitador o Prof. MsC Lucas Vieira Barros de Andrade da Universidade Federal do Oeste do Pará.

No período da tarde foi realizada a mesa 02 intitulada, *Políticas rurais e dinâmicas territoriais na Amazônia: ações e resistências*, com palestrantes da Universidade Federal de Rondônia (Amanda Michalski e Elisane Pereira da Silva), da Universidade Federal do Oeste do Pará (Prof. Dra. Ednéa do Nascimento Carvalho, Prof. Dr. Sandro Leão e Prof. Lucas Vieira Barros de Andrade) da Universidade do Estado do Pará (Prof. Dr. Benedito Ely Valente da Cruz). A mediação da mesa foi realizada pela Prof.<sup>a</sup> Msc Francilene Sales da Conceição da Universidade Federal do Oeste do Pará.

No final da tarde ocorreu a *apresentação de resumos expandidos e pôsteres*, cujos responsáveis pelas avaliações das apresentações foram o Prof. Dr. Dermeson de Sousa Lima do Instituto de Meio Ambiente do Acre e a Prof.<sup>a</sup> MsC. Evani Larisse dos Santos da Universidade Federal do Oeste do Pará. Nesta seção de *apresentação de resumos expandidos e pôsteres* foram apresentados e incluídos neste documento 25 trabalhos das seguintes instituições: Universidade Federal do Oeste do Pará, da Universidade Federal do Pará e do Instituto de Meio Ambiente do Acre.

No período da noite ocorreu a realização da mesa 03, intitulada, *Políticas ambientais e dinâmicas territoriais na Amazônia: ações e resistências*, com palestrantes da Universidade Federal do Amazonas/Universidade Federal de Rondônia (Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane Vidal da Silva), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (José Risonei Assis da Silva), do Serviço Florestal Brasileiro (Marcelo Santos Melo) e da Universidade Federal do Oeste do Pará (Prof. Msc. João Paulo Soares de Corte). A mediação da mesa foi realizada pela Prof.<sup>a</sup> Msc Francilene Sales da Conceição da Universidade Federal do Oeste do Pará.

No dia 28/11/2018, pela manhã, ocorreu à realização de dois trabalhos de campo. O trabalho de campo 01 intitulado *Visita a Floresta Nacional do Tapajós: populações tradicionais e uso múltiplo dos recursos florestais*, sendo responsável o Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA/PA). O trabalho de campo 02 intitulado, *Patrimônio histórico, arquitetônico e geográfico em Santarém*, sendo responsável pela execução a Profa. MSC. Francilene Sales da Conceição (UFOPA/PA). Nesta manhã houve a continuidade da realização dos minicursos iniciados no dia anterior.

No período da tarde, ocorreu à realização da mesa 04 intitulada, *Políticas de logística e dinâmicas territoriais na Amazônia: ações e resistências* que contou com palestrantes da Universidade Federal de Mato Grosso (Prof. Dr. Ronei Coelho de Lima), da Universidade Federal do Oeste do Pará (Prof.<sup>a</sup> Dra. Izaura Cristina Nunes Pereira Costa, Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros e Prof. Msc. Ivan Gomes da Silva Viana) e do Instituto do Meio Ambiente do Acre (Prof. Dr. Dermeson de Sousa Lima). A mediação foi realizada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Leão da Universidade Federal do Oeste do Pará.

No período da noite foi realizada a mesa 05 intitulada, *Comunicação de resultados de pesquisas de discentes da universidade: um olhar sobre a Amazônia*, com a apresentação de pesquisas executadas no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (Karol Pontes e Lays Diniz) do curso de Geografia (Suzanny Cunha da Mota) e do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (Josemir Moreira e Valdinéia Saure). A mediação foi do Prof. Msc

Abner Vilhena de Carvalho da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Por fim agradecemos o apoio institucional do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), da Pró - reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT), do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) e do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR).

Nesta publicação prezado (a) leitor (a) você encontra todos os resumos enviados a organização do evento pelos palestrantes, bem como os resumos das seções de apresentação de resumos expandidos e pôsteres. Desejamos excelente leitura das *Coletânea dos Resumos do II Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia*.

*Santarém, Pará, 16 de maio de 2019, numa manhã chuvosa.*



## PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

### **Dia: 26/11/2018 (segunda-feira - tarde)**

**14: 00 às 18h: 00 - Inscrições e credenciamento para o evento.**

**14h: 00 às 14h: 30 - Abertura do Seminário:** Prof. Dr. Hugo Dinis (Reitor da UFOPA), Prof. Dr. Domingos Luís Wanderley Picanço Diniz (Pro - reitor de pesquisa), Prof. Dr. Jarsen Guimarães (Diretor do ICS), Profª Msc Evani Larisse dos Santos (Coordenadora do GPDR), Prof. Dr. Márcio Benassuly (Coordenador do evento), Profª Msc. Francilene Sales da Conceição (Vice - Coordenadora do evento)

**14: 30 as 15: 30 - Palestra de abertura:** Palestrante: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR/RO)

**16: 00 às 18h00min - Lançamento de livros sobre Amazônia**

**16h00min as 17h00min - Seção 01 - Livro “Amazônia: Dinâmicas Agrárias e Territoriais Contemporâneas”**

**Organizadores:** Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR/RO); Luís Augusto Pereira Lima (UNIR/RO) e Francilene Sales da Conceição (UFOPA/PA)

**17h00min as 18h00min - Seção 02 - Livro “Floresta Nacional do Tapajós: Território, Economia, Gestão e Manejo de Recursos Naturais na Amazônia”.**

**Organizador:** Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA/PA)

### **Dia: 26/11/2018 (segunda – feira - noite)**

**19: 00 às 21h30min - Mesa 01: Políticas urbanas e dinâmicas territoriais na Amazônia: ações e resistências**

**Palestrante 01:** Profª Msc. Ana Beatriz Oliveira Reis (UFOPA/PA)

**Palestrante 02:** Profª MsC Elcivânia de Oliveira Barreto (UFPA/PA)

**Palestrante 03:** Prof. Ednilson Gomes da Silva (PPGG/UNIR)

**Palestrante 04:** Profª Dr. Maria Júlia Veiga (UFOPA/PA)

**Mediador:** Prof. Dr. Rodolfo Maduro (UFOPA/PA)

**Dia:** 27/11/2018 (terça – feira - manhã)

**09h00min as 12h00min – Minicurso 01: Cartografia básica temática.**

**Facilitadores:** Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR/RO), Amanda Michalski da Silva (UNIR/RO).

**09h00min as 12h00min – Minicurso 02: No Rastro da Grilagem: Experiências de Identificação e Combate à Grilagem**

**Facilitadores:** Prof. MsC Lucas Vieira Barros de Andrade (ICS/UFOPA).

**Dia:** 27/11/2018 (terça – feira - tarde)

**14: 00 às 17h30min - Mesa 02: Políticas rurais e dinâmicas territoriais na Amazônia: ações e resistências**

**Palestrante 01:** Amanda Michalski (GTGA/UNIR)

**Palestrante 02:** Prof. Dra. Ednéa do Nascimento Carvalho (UFOPA/PA)

**Palestrante 03:** Prof. Dr. Benedito Ely Valente da Cruz (UEPA/PA)

**Palestrante 04:** Prof. Lucas Vieira Barros de Andrade (UFOPA)

**Palestrante 05:** Elisane Pereira da Silva (PPGG/UNIR)

**Palestrante 06:** Prof. Dr. Sandro Leão (UFOPA/PA)

**Mediadora:** Profª Msc Francilene Sales da Conceição (UFOPA/PA)

**17h30min às 18h30min - Apresentação de resumo expandido e pôster - Responsáveis pelas avaliações das apresentações Prof. Dr. Dermeson de Sousa Lima (IMAC/AC) e Profª MsC. Evani Larisse dos Santos (UFOPA/PA).**

**Dia: 27/11/2018 (terça-feira - noite)**

19: 00 às 21h30min - Mesa 03: Políticas ambientais e dinâmicas territoriais na Amazônia: ações e resistências

**Palestrante 01:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane Vidal da Silva (UFAM/PPGG/UNIR)

**Palestrante 02:** José Risonei Assis da Silva (ICMBIO/PA)

**Palestrante 03:** Prof. Msc. João Paulo Soares de Corte (UFOPA/PA)

**Palestrante 04:** Marcelo Santos Melo (Serviço Florestal Brasileiro/PA)

**Mediadora:** Prof<sup>a</sup> Msc Francilene Sales da Conceição (UFOPA/PA)

**Dia: 28/11/2018 (quarta - feira - manhã)**

**07h00min as 13h00min** – Trabalho de campo 01: Visita a Floresta Nacional do Tapajós: populações tradicionais e uso múltiplo dos recursos florestais. Responsável - Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA/PA) 25 vagas.

**08h00min as 12h00min** – Trabalho de campo 02: Patrimônio histórico, arquitetônico e geográfico em Santarém. Responsáveis - Profa. MSC. Francilene Sales da Conceição (UFOPA/PA) – 15 vagas.

**09h00min as 12h00min – Minicurso 01: Cartografia básica temática.**

Facilitadores: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR/RO), Amanda Michalski da Silva (UNIR/RO)

Local: a definir.

**09h00min as 12h00min – Minicurso 02: No Rastro da Grilagem: Experiências de Identificação e Combate à Grilagem**

Facilitadores: Prof. MsC Lucas Vieira Barros de Andrade (ICS/UFOPA).

Local: a definir.

**Dia: 28/11/2018 (quarta-feira - tarde)**

**14: 00 às 17h30min - Mesa 04: Políticas de logísticas e dinâmicas territoriais na Amazônia: ações e resistências**

**Palestrante 01:** Prof. Dr. Ronei Coelho de Lima (UFMT/MT).

**Palestrante 02:** Dra. Izaura Cristina Nunes Pereira Costa (UFOPA/PA)

**Palestrante 03:** Prof. Dr. Dermeson de Sousa Lima (IMAC/AC).

**Palestrante 04:** Prof. Msc. Ivan Gomes da Silva Viana (UFOPA/PA)

**Palestrante 05:** Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA/PA)

**Mediadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andrea Leão (UFOPA/PA)

**17h30min às 18h30min - Apresentação de resumo expandido e pôster** – Responsáveis pelas avaliações das apresentações Prof. Dr. Dermeson de Sousa Lima (IMAC/AC) e Prof<sup>a</sup> MsC. Evani Larisse dos Santos (UFOPA/PA).

**Dia: 28/11/2018 (quarta-feira - noite)**

**19: 00 às 21h30min - Mesa 05: Comunicação de resultados de pesquisas de discentes da universidade: um olhar sobre a Amazônia.**

**Palestrante 01:** Karol Pontes (PPGCS/UFOPA)

**Palestrante 05:** Lays Diniz (PPGCS/UFOPA)

**Palestrante 06:** Suzanny Cunha da Mota (GEO/UFOPA)

**Palestrante 08:** Josemir Moreira (GPDR\UFOPA)

**Palestrante 09:** Valdinéia Saure (GPDR/UFOPA)

**Mediador:** Prof. Msc Abner Vilhena de Carvalho (UFOPA/PA)

**21h30min: Encerramento:**



## FOTOS DO EVENTO

Figura 01: Mesa de abertura do II SEPDM



Foto: Ayla Tapajós, 2018

Figura 02: Lançamento do livro Amazônia: dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas



Foto: Ayla Tapajós, 2018

Figura 03: Lançamento do livro Floresta Nacional do Tapajós



Foto: Ayla Tapajós, 2018

**Figura 04:** Palestra de abertura com o prof. Dr. Ricardo Gilson (UNIR)



Foto: Márcio Benassuly, 2018

**Figura 05:** Mesa 01 - Políticas urbanas e dinâmicas territoriais na Amazônia.



Foto: Márcio Benassuly, 2018

**Figura 06:** Mesa 02 - Políticas rurais e dinâmicas territoriais na Amazônia.



Foto: Márcio Benassuly, 2018

**Figura 07: Mesa 03 - Políticas ambientais e dinâmicas territoriais na Amazônia**



Foto: Márcio Benassuly, 2018

**Figura 08: Mesa 04 - Políticas de logística e dinâmicas territoriais na Amazônia**



Foto: Francilene Sales, 2018

**Figura 09: Mesa 05 - Comunicação de resultados de pesquisas de discentes da universidade.**



Foto: Márcio Benassuly, 2018

**Figura 09: Apresentação de resumo em pôster.**



Foto: Márcio Benassuly, 2018

**Figura 10: Apresentação de resumo expandido**



Foto: Márcio Benassuly, 2018

**Figura11: Minicurso 01 - Cartografia básica temática.**



Foto: Francilene Sales, 2018.

**Figura 12:** Minicurso 02 - No Rastro da Grilagem: Experiências de Identificação e Combate à Grilagem



Foto: Francilene Sales, 2018.

**Figura 13:** Trabalho de campo a Floresta Nacional do Tapajós.



Foto: Márcio Benassuly, 2018

**Figura 14:** Trabalho de campo Patrimônio histórico, arquitetônico e geográfico em Santarém.



Foto: Francilene Sales, 2018.



# PALESTRA DE ABERTURA – AMAZÔNIA: DINÂMICAS AGRÁRIA E TERRITORIAL CONTEMPORÂNEA

*Ricardo Gilson da Costa Silva*

*Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/CNPq) e do Laboratório de Gestão do Território (LAGET).*

*E-mail: [rgilson@unir.br](mailto:rgilson@unir.br)*

## INTRODUÇÃO

O tema desta palestra, sob nosso entendimento, assume uma dimensão geopolítica, pois consideramos que as questões centrais que envolve a Amazônia neste início de século XXI indicam que a intensa exploração econômica dos recursos da natureza, dos territórios tradicionais ou culturais e das áreas protegidas, tende a produzir um espaço do conflito em escala local, nacional e global. Portanto, há uma geografia multiescalar dos conflitos agrários e territoriais.

Nesse sentido, parece-nos que as variáveis globais, ou os fluxos exógenos, fragilizam as políticas das áreas protegidas, instituindo o debate e a ação política referente ao uso do território. Particularmente, a questão do território, sobretudo os das comunidades tradicionais, emergem como nova agenda política, que podemos qualificar como agenda territorial do agronegócio.

Para compreender essas dinâmicas, estruturamos nossa sistematização em dois momentos: a colonização agrícola como processo de mercantilização do espaço agrário amazônico e o agronegócio e o estoque de terras na Amazônia. Assim, pretendemos analisar a ocupação territorial da Amazônia, via colonização agrícola, problematizando o deslocamento da geografia econômica assentada no extrativismo vegetal para a agropecuária, na qual a produção de *commodities* representa a presença do agronegócio na maior floresta tropical do mundo. Duas questões centrais se impõem na análise: a metamorfose da terra em propriedade privada - fruto da colonização - e a formação de um estoque de terras/propriedades – regularização fundiária – para a apropriação e dominação do agronegócio na região.

## COLONIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO AMAZÔNICO

Registra-se na história regional amazônica, no final do século XIX e início do XX, movimentos de intervenção estatal articulado, sobretudo, em função da economia da borracha e do fluxo migratório, principalmente, do Nordeste brasileiro, possibilitando a formação de duas metrópoles regionais (Belém e Manaus) em meio à massa florestal e fluvial, que assumia e ainda assume exuberância na paisagem regional. A economia da borracha foi de relevante importância na dinâmica regional e nacional, quando chegou a ser, no período citado, o segundo produto na pauta das exportações brasileiras. Todavia, ela não foi suficiente para adensar as dinâmicas econômicas e territoriais, ficando restritas aos cursos fluviais onde o povoamento se espalhou, evidenciando um típico padrão geográfico amazônico articulado na relação “rio-várzea-floresta”.

Somente após a década de 1960, uma política territorial mais intensa sob a gestão do Estado brasileiro produziu espacialidades diversas na Amazônia, o que permitiu ao capital monopolista adentrar na região, substituindo parte significativa das elites locais e do capital regional. Redefiniu e alicerçou a região às dinâmicas basilares do território nacional, desdobrando-se em processos de fragmentação da unidade regional, cada vez mais aprofundado pela divisão territorial do trabalho.

No governo Civil-Militar (1964-1985), o Plano de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto Lei nº 1.106 de 16.06.1970, desenhou-se como política territorial de escala nacional, pois, seus objetivos constituintes se desdobraram em transformações espaciais profundas na Amazônia, que décadas

depois completaria a integração territorial - ainda inacabada - aos circuitos da economia moderna, criando uma cooperação do Estado com o Mercado na produção do espaço regional. No PIN, em seus objetivos centrais, sublinhava-se a natureza espacial da ação estatal para a Amazônia, especialmente, no desígnio de constituir imediata materialidade técnica na região, no qual pode-se indicar a prioridade para o avanço da fronteira econômica agrícola, as estratégias de desenvolvimento de uma economia de mercado em contraposição à economia de subsistência, reorientar os fluxos populacionais para a Amazônia e consolidá-la como fronteira agrícola.

Na geopolítica pensada para a Amazônia, a colonização agrícola se tornou uma política territorial estratégica, compondo a lógica de intervenção que alimentou as transformações espaciais que se projetara à região. Embora a política de colonização já estivesse pensada no Estatuto da Terra, seu aproveitamento mais intenso ocorreu com o Programa de Integração Nacional (PIN), no Governo Médici (1969-73).

Nas alterações sociais e espaciais a ação desempenhada pelo governo federal se impôs pelos mecanismos de dominação e estratégia de intervenção no território. O controle e orientação dos fluxos populacionais, a gestão do acesso à terra e aos recursos da natureza, somado a sociabilidade mediada pelas agências governamentais decorrentes do fluxo de crédito e do ingresso ao mercado de trabalho, constituíram em poderosos mecanismos de domínio do território.

Em sua dimensão geográfica, a colonização também desempenhou função de ajuste espacial dos conflitos socioeconômicos que se adensaram nas regiões economicamente dinâmicas no país, ao tempo que pavimentou a inserção de atividades econômicas no campo e na cidade, modificando a região das bordas ao coração da floresta Amazônica. Em termos demográficos, no período de 1970 a 2010, a população da Amazônia multiplicou por 3,5 vezes, crescendo de 6.931.759 para 24.371.265 milhões de habitantes. Esse crescimento se diferenciou entre campo (1,5 vezes) e cidade (6,8 vezes), o que significa que a colonização agrícola esteve articulada ao crescimento das cidades e a expansão da rede urbana regional, fenômeno que levou vários pesquisadores a conceituar a Amazônia como uma fronteira urbana, se distinguindo dos processos pretéritos de expansão das fronteiras no Brasil.

Como síntese, numa perspectiva agrária, pode-se indicar vários efeitos derivados das políticas territoriais de ocupação agrícola na Amazônia. Primeiro, a expansão da propriedade privada ou da posse da terra como mediação social e mercantilização do espaço agrário. Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) indicam que no período de 1970 a 2006, o número de propriedades rurais cresceu 82% na Região Norte, passando de 261.145 para 475.778 unidades. Para o mesmo período, o Centro-Oeste obteve 25% e o Nordeste 11%, enquanto o resultado foi negativo para o Sul (-21%) e Sudeste (-1). Ainda na Região Norte, a expansão das propriedades (unidades) com até 100 hectares (ha) representou 53%, ao passo que os grupos de áreas de 100 a 1000ha e acima de 1000ha, corresponderam, respectivamente, 41% e 93%, período que se caracterizou pelas políticas territoriais de distribuição de terras. Nos estratos fundiários menores que 100ha, a área incorporada foi na ordem de 5.105.245ha, crescimento de 111%, ao passo que nos estratos de 100 a 1000ha e acima de 1000ha o resultado foi, respectivamente, de 36% (5.064.288ha) e 67% (10.730.706ha), o que se pode verificar que as grandes propriedades incorporaram duas vezes mais áreas que as pequenas propriedades. Contraditoriamente, em face da “baixa” densidade populacional rural, se erigiu uma corrida pela terra que ainda não cessou na Amazônia, o que continua produzindo intensos conflitos agrários e territoriais. No plano estrutural, houve uma transformação geoeconômica regional quando se deslocou a economia tipicamente extrativista, centrada na exploração da natureza a partir de mercadorias retiradas dos rios e da floresta, a exemplo do pescado, madeira, borracha, castanha-do-brasil e outros produtos da natureza, para a economia da agropecuária, que atualmente, em algumas sub-regiões amazônicas, se transformou em agronegócio, ampliando o espaço do capital globalizado. Os principais produtos desse novo uso do território são as *commodities* de soja, milho, pecuária (carne), cana-de-açúcar e minérios. Por sua vez, o avanço da fronteira agrícola na Amazônia delineou os conflitos agrários como processo marcante da sociabilidade do capital, cujo os pares “modernidade e violência” constituem conteúdo da dinâmica agrária. Disso resultou no imperativo territorial, ao longo dos anos, de se garantir e ampliar as áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas), como produto territorial das lutas sociais e políticas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais amazônicas, ONG’s, organizações camponesas e setores do Estado.



## **AGRONEGÓCIO E ESTOQUE DE TERRAS NA AMAZÔNIA**

Após quase seis décadas de ocupação econômica da Amazônia no modelo de exploração intensiva dos recursos naturais e sua mercantilização na dinâmica societária do capital (mercado de terras, agropecuária, mineração, madeira, mineral e hidroenergético), amplia-se cada vez mais a corrida pela terra, com conseqüente recrudescimento dos conflitos agrários e territoriais na região.

Ao menos duas questões se impõem no cenário amazônico que se qualifica como uma problemática recente: *i)* a regularização fundiária das terras ocupadas e disponibilizadas pelo governo federal através de colonização agrícola (assentamentos rurais/campesinato) e destinação particular (médios e grandes proprietários), se colocam como um estoque de áreas disponíveis ao mercado de terras mobilizado pelo agronegócio; *ii)* tal processo induz a uma pressão econômica e socioterritorial que alimenta a geopolítica das áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas), atingindo os povos e comunidades tradicionais amazônicas e parcelas do campesinato. Nessas questões, evidencia-se a vinculação do debate agrário com a dimensão territorial do capitalismo na Amazônia.

### **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E O ESTOQUE DE TERRAS**

Referente a primeira questão, os dados mais recentes do Instituto de Colonização Agrícola e Reforma Agrária - INCRA, órgão público responsável pelas políticas de distribuição de terras na Amazônia, indicam haver na região 3.274 assentamentos rurais, atendendo 525.391 famílias, representando uma área de 67.577.932,24 hectares, num universo de 6.717.148 habitantes no espaço rural, que equivale a 28% da população que vive na Amazônia.

Desde a década de 1960, quando iniciou a política de assentamentos rurais na Amazônia, parte desse universo de “proprietários” não tiveram e ainda não têm suas posses juridicamente confirmadas, ou seja, ainda não possuem títulos definitivos de suas propriedades. Portanto, o conjunto de posseiros é amplo e sua fragilidade social e jurídica se tornou uma problemática contemporânea que se cristalizou com o avanço do agronegócio, principalmente, da soja, estimulando a crescente corrida pela terra e os conflitos agrário-territoriais na Amazônia. Se no período anterior à política governamental de colonização agrícola a situação jurídica das terras não se constituía em uma problemática social aguda que exigisse sistemática ação governamental na região, na atualidade essa é uma questão central que envolve uma quantidade considerável de famílias, em geral camponeses dos assentamentos rurais do INCRA, mas que atinge, também, as médias e grandes propriedades, somado às propriedades fruto de invasões e grilagens de terras públicas, incursão em unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas.

O deslocamento da economia extrativista, ancorada no valor de uso da natureza vinculada às mercadorias “naturais”, para a agropecuária e agronegócio, estas amparadas no valor de troca dos produtos agrícolas e das terras, impôs uma relação social e econômica que, atualmente, exige-se a titulação definitiva das propriedades, tanto para acessar as variedades de créditos agrícolas quanto à comercialização para com o agronegócio, principalmente, da soja e pecuária. Nestes termos, os requisitos de “segurança jurídica”, expressão comum nas narrativas das instituições e dos grupos hegemônicos do agronegócio, se coloca como imperativo territorial para transformar a Amazônia brasileira num comércio global de terras. Portanto, um volume considerável de terras públicas, algumas destinadas aos assentamentos rurais e outras apropriadas de forma fraudulenta pelo mecanismo de grilagens de terras, estão forçosamente articuladas em uma agenda política e territorial qualificada como regularização fundiária.

Tal situação está caracterizada a partir dos dados do Cadastro Ambiental Rural – CAR, instrumento instituído na lei 12.651/2012, cujo objetivo é auxiliar as instituições públicas no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, assim como, visa controlar e monitorar o desmatamento dessas propriedades. Funciona como instrumento declaratório, em que o proprietário georreferencia sua área. Todavia, ocorre que o CAR pode e/ou tende a servir como instrumento de grilagem de terra, sobrepondo áreas protegidas. Dados recentes indicam a sobreposição ou “incorporação” de 11.091.061 hectares de áreas indígenas nas propriedades dos fazendeiros, registrando maior “grilagem virtual” nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará, Acre, Maranhão e Rondônia.

A proposição do Programa Terra Legal Amazônia (PTLA), lançado em 2009 no âmbito do Plano Amazônia Sustentável (PAS), do governo federal, tornou-se a resposta governamental para enfrentar a

indefinição dos direitos fundiários na região, cujo objetivo era regularizar cerca de 300 mil posses localizadas em 436 municípios dos nove estados que compõem a Amazônia Legal. Com a entrega do título de propriedade objetivava-se garantir segurança jurídica aos posseiros e diminuir os conflitos agrários na região amazônica.

Num primeiro momento, pode-se argumentar que a política de regularização fundiária visou atender a demanda social do campesinato posseiro. Para essa assertiva corroboram os dados mais recentes do Programa Terra Legal, referente até maio de 2016, quando foram emitidos 17.101 Títulos de Domínio Rural, e destes 94,13% dos beneficiados não tinham qualquer documento jurídico que lhes garantissem a posse da terra. As áreas tituladas podem ser assim discriminadas: 72,4% destas correspondem às propriedades com até 1 Módulo Fiscal (MF), caracterizada como minifúndios; 22,7% representam propriedades de 1 a 4MF (segmento da agricultura familiar, na forma da lei), indicando que 97,4% das propriedades e 77% das áreas destinadas com titulação atende o segmento da agricultura camponesa/pequena propriedade. Registra-se que o segmento de 4 a 15MF (médias propriedades), respondeu por 2,6% dos beneficiados e alcançou 23% da área destinada nesse estrato. A área média por título de propriedade variou de 46,17 a 108,41 hectares, nos estados da Amazônia brasileira, o que significa que nesse primeiro momento a regularização fundiária atendeu os camponeses posseiros, constituídos por famílias produtoras de mercadorias agrícolas que abastecem as cidades da região, sendo responsáveis por parte significativa da alimentação que chega às residências, desempenhando relevante função na economia local e regional.

Se a política pública de regularização fundiária Terra Legal (PTLA) visou, inicialmente, atender o campesinato, acolhendo uma demanda legítima de milhares de famílias, as forças hegemônicas do agronegócio, organizadas no Congresso Nacional brasileiro através da Frente Parlamentar da Agropecuária (bancada ruralista), atuaram para ampliar seus interesses econômicos e territoriais, constituindo-se em uma base parlamentar que apoiou e apoia todas as medidas que possam alterar as normas institucionais referentes às “áreas protegidas” da Amazônia. Atendendo as demandas da bancada ruralista, o governo federal instituiu várias Medidas Provisórias (MP), dentre elas a MP 759/2016, conhecida como “MP da Grilagem”, já sancionada em lei, que estabelece novas regras para regularização fundiária urbana, rural e da Amazônia Legal. Dentre as possíveis consequências para as comunidades tradicionais amazônicas e para o campesinato, a MP/Lei da Grilagem “abre a possibilidade de transferência de terras da União a grandes especuladores fundiários, anistia grileiros de terras, enfraquece a reforma agrária e acaba com o conceito de uso social da terra”. Além de liberar a transferência de áreas públicas da União para grandes especuladores de terras, a MP da Grilagem ampliou para até 2.500 hectares a área que pode ser regularizada, abrindo caminhos para legalização dos latifúndios formados pelo instrumento da grilagem de terras públicas. Em resumo, a MP 759/2016 permite a legalização do processo de apropriação de terras públicas para servir à especulação fundiária e a ampliação do mercado de terras vinculado a expansão do agronegócio na Amazônia.

## **REDUÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS E AMPLIAÇÃO DO ESTOQUE DE TERRAS**

Esse conjunto de ações organizadas pelas forças hegemônicas do agronegócio visa construir um espaço agrícola das *commodities* na Amazônia, obliterando qualquer instrumento de proteção ambiental que possa, sob as lentes do agronegócio, implicar em obstáculos ao crescimento espacial das *commodities* agrícolas e mineral. Alfredo Wagner Almeida qualifica essas ações como “agroestratégias”, ou seja, processos que incorporam extensões de terras e outros recursos da natureza, seja para inserir no fluxo da acumulação ou como reserva de valor territorial para o capital. Diz respeito às ações sistemáticas das forças econômicas que buscam controlar o território a partir da privatização das terras, deslocando-as do controle de domínio público para o domínio privado, servido, assim, como instrumento de controle territorial e político. As agroestratégias são acionadas pelos agentes do agronegócio para intensificar o controle territorial e para isso são utilizadas “medidas que objetivam remover obstáculos jurídico-formais e político-administrativos, que reservam áreas para fins de preservação ambiental ou para atender a reivindicações de povos e comunidades tradicionais”, o que na Amazônia resulta em intensos processos de desterritorialização, discriminação e campanhas sistemáticas nos meios de comunicação contra os

territórios e territorialidades diferenciadas dos povos e comunidades tradicionais amazônicas (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, dentre outros).

Em outros termos, o agronegócio impõe uma agenda territorial para diminuir, suprimir ou modificar áreas protegidas que estejam obliterando o processo de acumulação. Trata-se de produção do espaço regional vinculado aos fluxos globais de produção agrícola, cujas transformações conduzem à uma geografia do agronegócio que consiste, a priori, no ataque sistemático para a redução das áreas protegidas (unidades de conservação), na inviabilização jurídico-territorial das áreas indígenas e quilombolas visando o controle e a formação de estoques de terras para alicerçar o crescimento espacial do agronegócio e, por fim, para fazer avançar a fronteira agrícola globalizada na Amazônia. Expressa, portanto, a construção de uma geografia agrária metamorfoseada pela formação de monoculturas, incremento tecnológico nos processos produtivos e construção de redes geográficas para permitir a fluidez territorial, condição imperativa para a expansão das *commodities* na região amazônica.

Então, para a questão elencada sobre “onde há terras para o agronegócio globalizado?”, a resposta é a Amazônia. Se analisarmos a cartografia das áreas protegidas e as terras privadas por unidade da federação, verifica-se que as altas taxas de propriedade privada (de 70 a 92%) estão nos estados mais dinâmicos da agropecuária brasileira (Sul e Sudeste) e nas regiões mais antigas na ocupação territorial (Nordeste). No outro polo, temos nos estados da Região Norte, e mesmo nos estados que compõem a Amazônia brasileira, a maior representatividade de proteção ambiental no Brasil, com taxa que varia de 34 a 68% das áreas.

Em síntese, a Amazônia apresenta a menor taxa de propriedade privada por unidade da federação e a maior taxa de áreas protegidas sob o “controle” do Estado, constituindo-se numa região onde os processos de apropriação e grilagem de terras públicas podem se transformar em domínio do território pelos agentes hegemônicos do agronegócio globalizado. As terras sob o controle do Estado (áreas não destinadas) ou demarcadas em territórios protegidos (áreas indígenas, áreas quilombolas e unidades de conservação) estão no centro de disputas territoriais, opondo o agronegócio e as organizações sociais das comunidades tradicionais amazônica e do campesinato, Organizações não Governamentais (ONG's) e parte dos institutos públicos de pesquisa, que entende ser necessário áreas protegidas para garantir os direitos humanos e territoriais dessas comunidades rurais.

Nesse sentido, nos conflitos agrários e territoriais emergem escalas geográficas que articulam o local, o regional, o nacional e o global. Não se trata tão somente de conflitos locais, que normalmente envolviam fazendeiros e madeireiros contra os camponeses e as demais comunidades rurais na região. Trata-se da apropriação de grandes áreas, localizadas nos territórios do campesinato, dos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos seringueiros, do conjunto social que qualifica a Amazônia como espaço de múltiplas territorialidades, de formas diferenciadas de relação homem e natureza. O agronegócio globalizado visa destruir essas formas coletivas de uso do território, representando uma negação cultural dessas comunidades. Para isso, desenvolve estratégias no plano político, econômico, territorial e midiático, para justificar e legitimar as ações de destruição dos territórios culturais dos povos amazônicos, buscando se apropriar de áreas protegidas e terras públicas ainda sem destinação, na perspectiva de formar um mercado de terras e de expansão agropecuária. Sob esse entendimento, a Amazônia se transforma numa fronteira global do agronegócio. Significa, pois, não se tratar somente de apropriação de terras, mas de domínios territórios do capital global.



## A LEI E A PRODUÇÃO DAS CIDADES NO BAIXO AMAZONAS: UMA CRÍTICA AO DIREITO POR MEIO DA EXPERIÊNCIA DE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

*Ana Beatriz Oliveira Reis*  
*Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará*  
*E-mail: [reis.aboliveira@gmail.com](mailto:reis.aboliveira@gmail.com)*

A pretensão desse trabalho acadêmico é analisar a relação entre a lei e a produção das cidades no Baixo Amazonas tendo o espaço urbano como lócus privilegiado para a compreensão do fenômeno jurídico em sua condição estruturante do processo de acumulação. Por meio do pensamento jurídico crítico, compreendemos que a forma jurídica corresponde às concretas relações sociais, sendo sua finalidade, na sociedade capitalista, garantir a circulação mercantil. Essa análise se faz por intermédio da recente experiência de alteração da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo (Lei Complementar 07/2012) do município de Santarém/PA, localizado na região do Baixo Amazonas.

A dimensão espacial da teoria da acumulação foi abordada por Karl Marx, já no século XIX. Nas palavras de David Harvey, ainda que de forma fragmentária e superficial, Marx conseguiu relacionar “o processo geral de crescimento econômico com o entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais” (HARVEY, 2006, p.41). Importante aspecto para entender a dimensão espacial da teoria da acumulação é a compreensão do capital enquanto processo de circulação entre a produção e a realização (consumo), sendo fundamental para a acumulação que a circulação se expanda (HARVEY, 2006, p.71). A dimensão espacial desse processo, além de ser essencial para a expansão e para a acumulação, também assume papel central nas soluções para as crises do sistema de produção capitalista, neste caso, renovando as condições que possibilitam novos padrões de lucratividade ou se expandido para novas regiões.

O processo de urbanização nos países periféricos possui suas peculiaridades embora, para Paul Singer, a dependência não seja a nossa distinção fundamental uma vez que o desenvolvimento urbano está intrinsecamente relacionado à “maior ou menor integração dos vários países no mercado capitalista internacional” (SINGER, 2014, p. 67). A aposta na dependência como traço distintivo, segundo Paul Singer, pode fomentar a ideia de que o problema é o capital estrangeiro uma vez que o nacional produziria uma urbanização mais justa.

Mas, afinal, qual o papel do Direito na produção das cidades?

Primeiramente, faz-se necessário apresentar o que entendemos como Direito. Embora existam concepções pluralistas no âmbito do pensamento jurídico crítico, é importante ressaltar que compreendemos aqui que o fenômeno jurídico só adquire especificidade na modernidade com o desenvolvimento das relações capitalistas. O Direito estatal institucionalizado advém das concretas relações sociais correspondendo, imediatamente, às relações mercantis (MASCARO, 2015, p. 7).

A análise do fenômeno jurídico passa necessariamente pela procura dos mecanismos e estruturas que garantam a especificidade do Direito perante qualquer assunto, independente do conteúdo. A correspondência entre a forma mercantil e a forma jurídica na sociedade capitalista foi feita pelo Evguiêni B. Pachukanis por meio da análise do condicionamento histórico da norma jurídica que, para o jurista russo, se dá na própria relação econômica. A finalidade da ordem jurídica é a circulação de mercadorias, desconsiderando-se a ideia de que o fenômeno jurídico ocorre por meio de uma submissão incondicional a uma autoridade externa (PACHUKANIS, 2017, p. 110).

No planejamento e das gestões da cidade, as leis são fundamentais para legitimarem as ações do poder público e do mercado na criação de espaços capazes de atender as necessidades da acumulação.

Conforme já ressaltado por Henri Lefebvre, o urbanismo não é uma técnica neutra manejada pelos arquitetos e planejadores urbanos e sim um instrumento político instituído pelo Estado na tentativa de criar homogeneização do espaço que se realiza por meio de uma concepção abstrata e fragmentada (LEFEBVRE, 2002, p. 150). Nesse contexto, a legislação urbanística cumpre papel essencial na dinâmica do mercado, pois “além de estabelecer fronteiras, demarcando e dissolvendo territórios, as normas que regulam a construção urbanística e o loteamento intervêm diretamente na estruturação dos mercados imobiliários” (ROLNIK, 1997, p. 101).

Compreender a questão fundiária na Amazônia é uma tarefa demasiadamente complexa que não se esgotaria nesse presente trabalho. Contudo, a recente experiência pela qual passa a cidade de Santarém-PA, pode nos ajudar a compreender melhor a relação entre o fenômeno jurídico e a urbanização. Embora as cidades na Amazônia existam desde o período colonial, a intensificação do processo de urbanização se deu na década de setenta por meio de uma política nacional desenvolvimento baseada na expansão da fronteira agropecuária (BECKER, 2013, p. 33) causando significativos impactos sociais e econômicos neste território.

A cidade de Santarém, localizada na região oeste do Estado do Pará, se sobressai como principal centro urbano da região do Baixo Amazonas desde a economia colonial. Recente pesquisa publicada evidencia as peculiaridades dessa metrópole que, nas últimas décadas, passou a sofrer maiores pressões do agronegócio voltado para a produção da soja e do mercado imobiliário. Nesse contexto, o espaço urbano da região metropolitana de Santarém pode ser considerado ambivalente por, cada vez mais, atender ao perfil hegemônico de cidade (cidades globais) e por ainda concentrar populações que reproduzem modos seculares de vida como as populações ribeirinhas, povos tradicionais, indígenas e quilombolas (GOMES et al., 2017).

A intensificação do processo de urbanização na cidade de Santarém tem exigido novos aparatos legais para legitimar a ação do poder público e do mercado que muitas vezes ocorrem à margem da lei (construção de empreendimentos sem licenciamento ambiental, loteamentos clandestinos, edificações que desrespeitam os índices urbanísticos, entre outros). Tudo isso num território marcado pela irregularidade fundiária onde as práticas de *grilagem*, por exemplo, ainda são recentes.

É nesse lugar histórico-social específico que foi apresentado no mês de setembro de 2017 o Projeto de Lei 1621/2017 proposto pelo vereador Antônio Rocha, presidente da Câmara Municipal. O PL 1621/2017 teve por objetivo a alteração da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar 07/2012).

Entre as alterações propostas pelo projeto de lei, destaca-se a mudança do zoneamento do município, ampliando-se a zona urbana para áreas onde já existem condomínios de alto padrão irregulares, o que poderia provocar a supervalorização do preço da terra. Além disso, o PL 1621/2017 propunha a flexibilização da regulamentação do uso e ocupação do solo permitindo, por exemplo, a atividade extrativista e mineral em áreas de Zona de Proteção Ambiental.

Destaca-se que o referido Projeto de Lei, em que pese o impacto das mudanças propostas, foi desacompanhado de quaisquer estudos técnicos que justificassem tais alterações. Esse fato, aliado à ausência de amplo debate participativo que envolvesse a população local, ensejou a Recomendação Conjunta n.º 02/2017 do Ministério Público do Estado Pará<sup>1</sup> que advertiu ao Município de Santarém que suspendesse o Projeto de Lei afim de que garantir: a realização estudos técnicos interdisciplinares; a apresentação e execução de um plano de atividades informativas e consultivas com a população; a realização de audiência pública com outras instituições como INCRA, ITERPA, FUNAI, dentre outras e, por fim, a realização de Consulta Prévia, livre e informada às populações tradicionais atingidas pelas mudanças.

Outra questão que motivou críticas de diversos segmentos da sociedade foi o fato de que a discussão sobre a alteração da legislação urbanística se deu ao largo do processo de revisão do Plano Diretor da

---

<sup>1</sup> PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTARÉM (MPPA). **Recomendação Conjunta n.º 02/2017 Outubro, 2017**. Disponível em: <http://www.mppa.mp.br/upload/RECOMENDACAO%20%2002-2017%20REFORMA%20LPUOS%20-%20PA%200114770312017.pdf> Acesso em jul.2018.

cidade iniciado em julho de 2017. Sendo o Plano Diretor o principal instrumento de política urbana, conforme definido pela Constituição Federal no artigo 182, a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo deveria ser alterada sob a luz desse instrumento, e não o contrário. Além disso, o processo de elaboração e revisão dos Planos Diretores deve ser, obrigatoriamente, participativo, o que poderia dificultar, ao menos no âmbito da produção legislativa, o exercício da “democracia direta do capital” (VAINER, 2011). Essa insatisfação motivou a suspensão da segunda audiência do processo de revisão do Plano Diretor de Santarém, no dia 13 de outubro de 2017. Segmentos do movimento social de Santarém recusaram continuar a discussão do Plano Diretor enquanto o projeto de lei 1621/2017 não fosse suspenso.

Apesar da recomendação do Ministério Público do Pará e da crítica realizada por diversos coletivos da cidade, no dia 12 de dezembro de 2017, em menos de 3 meses da sua apresentação ao parlamento municipal, o projeto de lei 1621 foi aprovado como Lei Complementar 11/2017. Embora a articulação realizada entre representantes de segmentos sociais tenha conseguido impedir algumas mudanças, como a construção de edifícios de até 19 metros na Vila de Alter do Chão, a nova Lei passou a permitir a construção em Áreas de Preservação Ambiental, ainda que sujeitas ao Código Florestal. Fato é que a legislação urbanística do município foi alterada em tempo recorde (menos de três meses) e sem qualquer estudo prévio. Além disso, o sentido conferido ao Plano Diretor pela Constituição Federal, enquanto principal instrumento de política urbana, foi esvaziado. Ressalta-se ainda que nem a técnica legislativa foi observada: erros gramaticais, uso inadequado de incisos, parágrafos e alíneas e ressalvas indevidas, como no caso do artigo 44 § 4º, I que já prevê a morosidade do poder público na prestação de serviços de saneamento básico, dentre outros exemplos.

Conclui-se, portanto, que o processo de urbanização no Baixo Amazonas tem exigido novos aparatos legais a fim de legitimar as práticas do mercado e que permitam a expansão do processo de acumulação, integrando esse território, no qual práticas tradicionais ainda resistem às necessidades do capital nacional e internacional. Nesse sentido, o Direito assume papel central na estruturação desse processo e na criação de uma equivocada ideia de que a legislação urbanística é capaz de limitar a atuação do setor privado por meio da proteção dos interesses coletivos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- BECKER, Bertha. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- GOMES, Taynara do Vale et. al. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 891-918, set/dez 2017
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Atlas, 2015.
- PACHUKANIS, Evguiéni B., **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SANTARÉM. **Lei Complementar nº 11/2017**. Altera a Lei Complementar 007/2012, de 28 de setembro de 2012, que dispõe sobre parcelamento, uso e ocupação do solo. Santarém, PA, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 1621/2017**. Altera a Lei Complementar 007/2012, de 28 de setembro de 2012, que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo. Santarém, PA, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Lei Complementar 007/2012**. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do município de Santarém-Pará. Santarém, PA, 2017.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2014.





## REFORMA URBANA NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA: LIMITES E POSSIBILIDADES AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.

*Maria Júlia Veiga da Silva*

*Docente do curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.*

*E-mail: [mjvsilva2000@yahoo.com.br](mailto:mjvsilva2000@yahoo.com.br)*

Tema da mesa: políticas urbanas e dinâmicas territoriais na Amazônia: ações e resistências.

Para esta mesa, trouxe parte do resultado de minha pesquisa de mestrado orientada pelo professor Saint-Clair Trindade Jr. e finalizada no início do segundo semestre de 2008, acrescida de outros conhecimentos adquiridos ao longo de vivências teóricas e empíricas experienciadas de 2008 até o momento presente.

Antes de abordar os resultados relevantes da pesquisa para esta mesa redonda referentes, principalmente, aos limites e possibilidades de participação popular no planejamento e na gestão urbana em municípios ribeirinhos da Amazônia, de acordo com o proposto na lei 10.257, o Estatuto da Cidade e que deveria ser regulamentado por meio dos planos diretores municipais “participativos”, torna-se necessário, em primeiro lugar, elaborar ligeiras considerações sobre as concepções de dinâmicas territoriais e políticas urbanas.

Buscando uma concepção adequada para política urbana e para política ambiental parte-se da definição de políticas públicas apresentada por Höfling (2001, p. 31), para quem essas: “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Políticas urbanas são, portanto, programas, projetos e ações conduzidas pelo Estado, articulando diferentes instâncias governamentais e também setores da sociedade, voltadas para o urbano e para as questões urbanas.

Neste ponto, é imperativo que se visualize as especificidades dos municípios amazônicos, especialmente aqueles imersos na dinâmica do rio, compostos por grandes extensões territoriais de espaço rural e com elevado percentual de população rural<sup>1</sup>. Deste modo, as dinâmicas territoriais, enquanto processos regidos por relações de poder que estruturam o espaço, devem ser compreendidas a partir da articulação entre as unidades territoriais do campo e as unidades territoriais das cidades, onde as políticas urbanas, dificilmente serão concebidas sem dialogar com as políticas rurais.

Destaca-se, assim, que as políticas urbanas são formuladas a partir de questões, que culminam, inclusive, em proposição, elaboração e efetivação de legislação. São questões formuladas a partir de uma realidade socioambiental e/ou socioespacial. Por isso, é possível e necessário identificar o contexto histórico em que os questionamentos a uma determinada ordem estabelecida surgem. Dessa forma, Costa (1999) destaca que a questão urbana surge quando da “consolidação do capitalismo ocidental, em sua versão de concentração urbano-industrial” (Costa, 1999, p.58), estando o processo de urbanização atrelado a um determinado projeto de modernidade. Então, nesse contexto, há “a tomada de consciência das questões tipicamente urbanas e a necessidade de intervir sobre elas”, destaca Costa (1999, p. 58).

No caso do Brasil, especificamente, as políticas urbanas propostas na Lei 10.257/2001 (o Estatuto da Cidade) e analisadas na pesquisa, têm suas bases construídas a partir da questão urbana, estabelecida na década de 1950 por meio da identificação das mazelas produzidas pela modernização conservadora. Aquela época, muitos movimentos sociais foram compostos, constituindo-se como contrapontos às novas dinâmicas sociais, econômicas e políticas, bem como a presença de novos elementos culturais implantados no país a partir da modernização conservadora. Entretanto, para esta exposição interessa

<sup>1</sup> A definição de população rural para este texto, está de acordo com aquela oferecida por Santos (2005) que se refere à população que vive no campo e desenvolve suas atividades produtivas no campo, diferenciando-se de população urbana e de população agrícola.

compreender e discutir o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), destacando que os diagnósticos e prognósticos produzidos pelo (MNRU) passaram a compor aquilo que ficou conhecido como ideário de reforma urbana, o qual teve suas proposições inseridas na Constituição Brasileira de 1988 na forma dos artigos 182 e 183. O Artigo 182 é o que mais interessa para essa discussão, pois foi ele que deu origem à lei 10.257 ou Estatuto da Cidade que veio regulamentá-lo e passou a ser o dispositivo norteador da política urbana em nível nacional.

O MNRU, assim como os demais movimentos sociais no Brasil, é a manifestação de certa consciência espacial, pois, principalmente no que se refere à questão urbana, as condições precárias em que a população mais pobre vivia e vive, serviram de inspiração para o estabelecimento desse movimento social. Não é fortuito o fato de o MNRU ter sido mais forte nas grandes cidades, especialmente, nas capitais brasileiras, nas quais não era mais possível manter os problemas urbanos como um campo cego, conforme discutido por Lefebvre (2002). Assim, Ribeiro (1994), considera da seguinte forma:

As desigualdades sociais geradas pelo processo de urbanização espoliativo organizam a percepção dos conflitos sociais na cidade, bem como orientam a formulação das propostas de intervenção no âmbito da distribuição dos custos e dos benefícios da urbanização. As desigualdades sociais na cidade seriam o produto de dois processos: a exploração da força de trabalho e a espoliação urbana (RIBEIRO, 1994, p. 273).

Mas, mesmo o fato de São Paulo ter-se constituído um centro difusor dos ideais da reforma urbana tem uma explicação socioespacial que deve ser resgatada. Como se sabe, a região de São Paulo constituiu-se um espaço “privilegiado” no processo de industrialização e de urbanização no Brasil, conseqüentemente, tornou-se, também, o espaço “privilegiado” para o florescimento das contradições sociais e dos problemas urbanos, especialmente, a segregação socioespacial, os quais serviram de inspiração para o estabelecimento dos ideais por reforma.

[...] Desde 1975, a questão urbana havia ressurgido nas manifestações da sociedade civil: movimento contra a carestia, movimento pela regularização dos loteamentos clandestinos, movimentos de mães por creches, movimentos de moradores de favelas por acesso à água e luz e, em especial, surge no coração da região onde se instala a indústria fordista, automobilística, as greves do ABCD – municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, em 1978 e 1979. [...] (MARICATO, 2001, p. 99)

Convém destacar que as políticas urbanas, de acordo com o Estatuto da Cidade, devem vislumbrar a reivindicada reforma urbana, cujo objetivo principal é a “justa distribuição do ônus e do bônus da urbanização”, inclusive aqueles que dizem respeito ao meio ambiente. Uma premissa difícil de se alcançar numa sociedade onde as classes hegemônicas se apropriam das riquezas e socializam e/ou se eximem das mazelas.

Naquele momento, a pesquisa foi concebida e norteada pelo conceito de desenvolvimento socioespacial proposto por Souza (2002). Para Souza (2005) “o Estado possui limitações intrínsecas enquanto promotor da justiça social, pelo menos em última análise.” Esta (a justiça social) constitui-se um dos elementos primordiais do desenvolvimento socioespacial, proposto por Souza (2002). Na concepção desse autor, o desenvolvimento socioespacial, tem como condição essencial a valorização da autonomia individual e coletiva que, em sua formulação, assume o papel de parâmetro subordinador. Nesse caso, quais seriam então os parâmetros subordinados a ele?

Souza (2002) divide os parâmetros subordinados em duas categorias: os parâmetros subordinados gerais e os parâmetros subordinados particulares. Os parâmetros subordinados particulares são básicos para o alcance e análise do desenvolvimento socioespacial e correspondem à satisfação das necessidades individuais, que se referem à educação, saúde e moradia. Esses parâmetros subordinados particulares

estão agrupados por sua vez num dos *parâmetros subordinados gerais*, que é a *qualidade de vida*. Outros parâmetros subordinados particulares são o nível de segregação residencial, o grau de desigualdade sócio-econômica e o grau de oportunidade para a participação cidadã direta. Esses parâmetros subordinados particulares estão relacionados a um outro *parâmetro subordinado geral*, que é a *justiça social*.

Os instrumentos propostos no Estatuto da Cidade devem nortear o ordenamento territorial, o planejamento e a gestão em nível municipal. Nesse caso, o mesmo está inspirado em verdadeiras cidades-municípios o que não é o caso do Município de Cametá/PA, cuja extensão territorial ultrapassa, significativamente, os domínios do espaço da cidade, sendo a extensão do espaço rural, bem maior do que o espaço urbano. Entretanto, esse município deve, obrigatoriamente, adotar os instrumentos de reforma urbana proposto no Estatuto da Cidade, por meio da criação de seu PDMC, que foi sancionado pelo prefeito municipal no ano de 2007, sob o número de lei 086/2007. A obrigatoriedade se ampara em dois motivos: a) o município apresenta uma população urbana que ultrapassa o número de 40.000 (quarenta mil) habitantes; b) ele se encontra sob a influência de um grande projeto de significativo impacto socioambiental, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

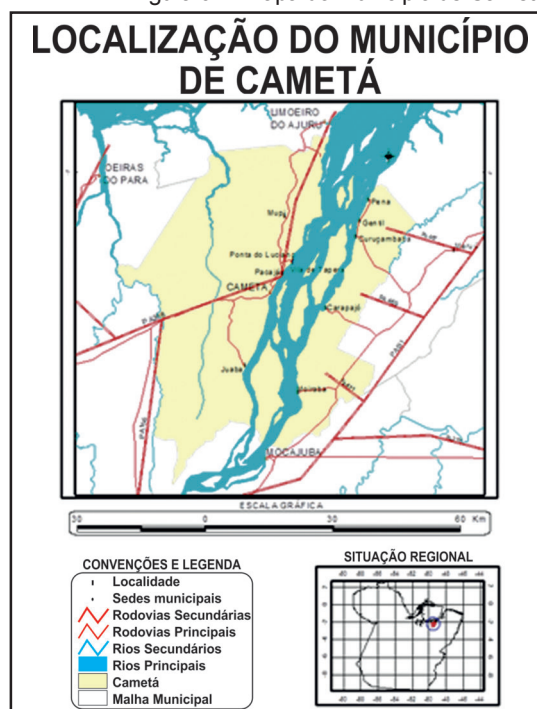
Desse modo, a elaboração do PDMC foi financiada pela Eletronorte, como uma maneira de compensar os danos socioambientais e socioeconômicos causados aos municípios à jusante da hidrelétrica de Tucuruí. Além de Cametá, a mesma equipe contribuiu na elaboração de planos diretores de mais quatro municípios da região do Baixo Tocantins: Baião Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Miri, que foram igualmente impactados pela construção da Usina Hidrelétrica.

Observando as peculiaridades da região, a equipe procurou elaborar uma proposta de ordenamento, planejamento e gestão que correspondesse minimamente às especificidades socioespaciais identificadas nesse Município, tanto do ponto de vista físico-territorial quanto do ponto de vista socioeconômico, sociocultural e socioambiental.

Cametá é aqui tratado como um município que apresenta fortes traços de uma Amazônia ribeirinha. Esta se caracteriza principalmente por ser um espaço que apresenta uma forte relação e identidade com as vias fluviais, sendo que a beira-rio é o principal ponto de interação entre a terra e as águas, por isso a presença de trapiches e feiras é extremamente importante para a reprodução da sociedade em seus aspectos econômico, político e principalmente cultural nas cidades ribeirinhas (TRINDADE JR. 2002)

As especificidades socioespaciais de Cametá estão relacionadas principalmente ao fato desse Município: a) apresentar uma organização espacial que foi construída em períodos remotos da história da Amazônia; b) apresentar forte identidade ribeirinha; c) configurar uma frágil presença de sistema de

Figura 01 - Mapa do município de Cametá



objetos e de ações considerados modernos; d) a população ainda se encontrar, em sua maioria, distribuída pelo espaço rural. Apenas 30% da população total do município encontra-se na sede municipal (IBGE, apud TRINDADE JR., 2007). (observar as dimensões territoriais de Cametá na figura 01).

Por isso as maiores demandas sociais ainda se concentram fora da sede municipal, levando a um distanciamento entre o que é proposto pelo Estatuto no que se refere ao ordenamento territorial, à satisfação das necessidades coletivas e individuais nos aspectos socioeconômicos e socioambientais, que estão presentes também entre a população rural. Por apresentar-se como uma realidade bem diferente da urbana, a rural exige, ainda, um tratamento diferenciado, o que não está previsto no Estatuto da Cidade. A forte presença de um modo de vida rural em Cametá reforça a identidade ribeirinha e, ainda o caráter tradicional do Município, pouco perceptíveis no Estatuto da Cidade.

A preservação de uma organização espacial construída em períodos remotos da história da Amazônia, associada à frágil presença de um sistema de objetos e de ações considerados modernos, também produz desencontros entre a natureza e o papel dos instrumentos de reforma urbana propostos no Estatuto da Cidade. Os mesmos estão mais relacionados com uma dada organização espacial, na qual as formas espaciais e a sociedade urbano-industrial, marcas da modernidade, bem como os problemas relacionados a eles, encontram-se num estágio avançado. Não se quer dizer com isso, entretanto, que não existam problemas urbanos em Cametá, mas que a natureza dos mesmos é bem diferente da natureza dos problemas de uma sociedade urbano-industrial.

No que se refere ao ordenamento físico-territorial, que possibilite o desenvolvimento socioespacial, destaca-se, em especial, a ausência de diretrizes e instrumentos de ordenamento do espaço rural, uma tarefa muito complicada num município muito extenso e com certo grau de complexidade interna, segmentada em diferentes expressões físico-territoriais: área urbana descontínua, constituída da sede municipal e sedes distritais, ou seja, as vilas; realidades rurais diferenciadas também, com a presença da área da estrada (ou colônias), relacionadas à terra-firme e áreas ribeirinhas, relacionadas à várzea. Estas situações também requerem a previsão de instrumentos adequados de aplicação de taxações e impostos sobre a propriedade que não se restrinja ao espaço urbano, mas que se estenda ao espaço rural.

Dessa maneira, há sérias limitações constituídas na organização socioespacial do município em questão, carecendo de alterações na dimensão técnica e que precisam ser acompanhadas de mudanças na dimensão política, representadas por um novo quadro na correlação de forças políticas em favor da classe trabalhadora.

De acordo com o coordenador da equipe que elaborou o plano diretor de Cametá, há uma dificuldade de operacionalização dos instrumentos, mas o ideário da reforma urbana, ou seja, os objetivos propostos da política urbana no Estatuto da Cidade são adequadas para a realidade socioespacial de Cametá, principalmente no que se refere a questão da sustentabilidade.

*A pauta urbana é a pauta da sustentabilidade. [...] A sede e algumas vilas se mostram dentro do processo de crescimento urbano de cidades maiores e de sustentabilidade na questão da degradação ambiental que é séria: mata ciliar, desmatamento. Eu acho que o ideário é adequado. Talvez o que seja muito difícil é os instrumentos coincidirem, não está incluído na pauta geral (José Júlio Ferreira Lima, arquiteto e urbanista, coordenador da equipe de elaboração do PDMC, entrevista concedida em 22/07/2008).*

Dessa maneira, o Estatuto da Cidade, apresenta diretrizes e instrumentos de reforma urbana, nem sempre plenamente adequados às especificidades locais, como é o caso de Cametá, havendo a necessidade de um diálogo constante entre a proposição destas leis e as diversas realidades locais existentes no Brasil.

Enquanto expressão da diversidade socioespacial da Amazônia e do Brasil, Cametá, apresenta muitas especificidades, nem sempre contempladas no Estatuto da Cidade, mas é um lugar que faz parte do Brasil e, como tal, precisa se encaixar de alguma maneira nas diretrizes e políticas nacionais e isso produz os dilemas de planejamento e de gestão democrática como princípio norteador da reforma urbana proposto no Estatuto da Cidade. Assim como o exercício de se conceber o plano diretor como

um instrumento de ordenamento das políticas territoriais municipais, torna-se uma atividade de muita criatividade para se adequar instrumentos de planejamento e gestão urbanas ao espaço rural. Por isso a pesquisa concluiu que não é suficiente tratar de reforma urbana ou de reforma agrária separadamente para os municípios, mas de verdadeiras transformações territoriais. Guerra (2006), considera a possibilidade de unificação do desenvolvimento rural e do desenvolvimento urbano da seguinte forma:

O conceito de desenvolvimento territorial, pensado como o de uma totalidade compreendendo tanto os habitantes dispersos e entendidos como rurais quanto os concentrados e ditos urbanos, ambos interagindo, no espaço das localidades, no tempo e contexto em que vivem, permite uma visão mais complexa que aquela que estabelece uma clivagem entre cidade e campo. (GUERRA, 2006, p. 97).

Considerando as afirmações precedentes de Guerra (2006), entende-se que enquanto unidade de planejamento e gestão e de exercício do poder sobre o espaço, conforme discorre Souza (2001), seja da soberania popular, das diversas instâncias governamentais, assim como das empresas privadas, as especificidades apontadas como intrínsecas a quase totalidade dos municípios amazônicos e muito especialmente aos municípios e as cidades ribeirinhas, não há como se pensar em políticas urbanas desvinculadas de políticas rurais. Por conta desta constatação, conclui-se para esta mesa de debate que não há como isolar desenvolvimento rural de desenvolvimento urbano nestes municípios, mas ter como horizonte o desenvolvimento territorial, ou seja, aquela perspectiva que considera articuladamente as demandas sociais provenientes do campo e da cidade, deixando ecoar as vozes por muito tempo silenciadas seja pelo autoritarismo, seja pela democracia representativa que muito pouco representa as coletividades.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, H. de M. Desenvolvimento urbano sustentável. **Revista Brasileira de Estudos urbanos e regionais**, n 2, p. 55-71, novembro, 1999.
- GUERRA, G. Desenvolvimento territorial na Amazônia. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006. (p. 97-112).
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- RIBEIRO, L. C. de Queiroz. Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 261-289.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (p. 77-116).
- \_\_\_\_\_. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- \_\_\_\_\_. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- TRINDADE JR. S. C. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. **Humanitas**, v. 18, n. 2, p. 135-148, Belém, jun. 2002.
- \_\_\_\_\_. **Diferenciação espacial e formação de sub-região: o Baixo Tocantins na Amazônia Oriental**. Belém: UFPA, 2007. (mimeo)



## AS INTERFACES ENTRE A GEOGRAFIA REGIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

*Ednilson Gomes da Silva*

*Pós-Graduado em Gestão Escolar/ Centro Universitário Barão de Mauá  
Técnico em Assuntos Educacionais/IFAC.*

**RESUMO:** A Geografia Regional na busca de compreender e definir as características únicas de uma região em particular, as que consistem de elementos naturais e humanos se volta também a análise das transformações que se sucedem no espaço e que promovem novas características e dinâmicas socioeconômicas, isto é, definir região é algo que envolve complexidades e admitir que tudo na Ciência Geográfica está em constante transformação. Milton Santos ao definir Espaço como um Sistema de ações e de Sistemas de Objetos nos apresenta que toda interferência humana no meio natural vem causar metamorfoses, no caso em questão da região, que as ações promovidas por atuação antrópica, tende a criar novas dinâmicas e com isso surgem novas características a serem consideradas. As políticas públicas urbanas empreendidas sobre um dado espaço (re)constróem práticas socioespaciais, que tomam corpo nas formas e conteúdos do mesmo. Destarte, analisaremos como uma Política Pública Urbana de construção e pavimentação do eixo rodoviário BR-364 entre as Cidades de Rio Branco(AC) e Cruzeiro do Sul(AC), tem afetado a produção espacial de uma realidade, evidenciando os diálogos possíveis entre a Geografia Regional e as Políticas Públicas.

**Palavras-chaves:** Geografia Regional, Políticas Públicas Urbanas, Microregião do Juruá.

### INTRODUÇÃO

A região Amazônica formada por uma vasta bacia hidrográfica com rios navegáveis durante todo o ano, sempre foi caracterizada por sua dinâmica fluvial em que ocorria uma relação socioeconômica por meio dos rios, que funcionavam como as “estradas” por serem o meio de abastecimento e dos principais fluxos. Durante séculos os rios foram protagonistas na Amazônia e sempre ocuparam papel de importância na formação cultural, social e econômica de sua população, conforme o historiador Leandro Tocantins o rios comandavam a vida, ou seja, tinham papel de direcionar a forma de viver e de existir na Amazônia, sendo um elemento de caracterização e que diferenciava esta região de muitos lugares. No entanto os Grandes Projetos de Estruturas Urbanas desenvolvidos desde a década de 1950 em todos os Estados da Amazônia promoveram novas configurações e características geográficas, ou seja, todo grande sistema de ações no Espaço origina o que Milton Santos vem a chamar de Sistema de Objetos, que são propriamente as ações em forma física e concreta. No caso específico vamos analisar como a construção de uma rodovia transforma uma região ao possibilitar novos fluxos e novas dinâmicas ao mudar o direcionamento de comunicação e deslocamento da população que antes ocorria predominante por meio dos rios e agora passa a ocorrer também por meio de uma rodovia, como o caso específico da Microregião acreana do Juruá localizada no Extremo Oeste brasileiro na fronteira com o Peru. Trata-se de uma região historicamente de dinâmica fluvial com Manaus por meio do rio Juruá, no entanto desde o ano de 2011 com a conclusão da pavimentação da BR-364 trecho entre Rio Branco(AC) e Cruzeiro do Sul(AC) tem passado por transformações ocasionadas por este eixo rodoviário que tem possibilitado uma nova rota em direção a capital acreana. A região vem perdendo sua identidade fluvial ao mudar seu direcionamento social e econômico para a rodovia em direção a capital acreana, ou seja, esta política pública urbana de construção de rodovias tem transformado as características da região.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA/ DISCUSSÕES

A Geografia, a ciência do espaço e da sociedade como muitos costumam dizer é uma verdadeira metamorfose de conceitos que precisam constantemente serem repensados de acordo com as transformações que a sociedade sofre por meio dos sistemas de ações e dos sistemas de objetos que segundo Milton Santos se configuram como o conceito propriamente de espaço. O conceito de região se transforma ao passo que as mudanças em escalas locais e globais vão se sucedendo, o espaço jamais permanece inerte estando sempre sofrendo algum tipo de alteração, seja por influencia interna ou externa em que os atores envolvidos mudam de acordo com o contexto das transformações da sociedade e consequentemente dos fenômenos geográficos.

A Amazônia é uma região de metamorfoses que está sempre se modificando, a partir da década de 1950, começaram as grandes ações do governo federal que iniciou uma política de integração da região Norte ao território nacional. A construção de grandes eixos rodoviários, o incentivo à instalação de indústrias, a criação da Zona Franca de Manaus e a criação de organismos de desenvolvimento regional como a SUDAM, marcaram a presença do Governo Federal na então esquecida região de floresta. Refletir sobre estas ações e sobre o surgimento destes objetos se refere a perceber que tudo que é criado pelo homem vem causar transformações, principalmente quando estas ações envolvem interesses econômicos em que são criadas enormes estruturas (objetos) por meio de muitas ações que objetivam satisfazer interesses.

Com isso se o espaço sofre alterações por meio das ações e dos objetos, consequentemente a região também apresenta novas configurações, novas características que formam uma nova coerência própria. Ao pensarmos os Grandes Projetos na Amazônia como as construções das principais rodovias temos que refletir que elas são responsáveis também por novas similaridades, isto é, impactantes nas características que definem a região.

Uma rodovia é muito mais que um eixo de integração é um elemento complexo do novo e de transição da atual forma regional para originar novas dinâmicas, fluxos e até mesmo de identidade. A construção e pavimentação de um eixo rodoviário altera a Região e faz repensar toda sua conjuntura como por exemplo a Microrregião do Juruá, localizada na porção mais ocidental do Brasil no Estado do Acre formada pelos Municípios de Cruzeiro do Sul, Mancio Lima, Marechal Thaumaturgo, Rodrigues Alves e Porto Walter. Estes municípios são banhados pelo rio Juruá e seus afluentes que durante muito tempo foi a principal forma de fluxo de pessoas e mercadorias. Desde o início da ocupação da floresta no final do século XIX e início do século XX pelos trabalhadores nordestinos, durante o Ciclo da Borracha a dinâmica se dava por meios dos rios, que eram os corredores de escoamento da produção e também por onde ocorria a comunicação com o mundo exterior. A região do Juruá sempre se apresentava com forte relação com o rio Juruá, a vida era totalmente direcionada por meio fluvial, inclusive as relações sociais e econômicas se davam com a Cidade de Manaus que era de onde vinham os produtos para abastecer a população.

Durante décadas o fluxo ocorria em direção a capital amazonense e com forte entrelaçamento, pois a região não possuía ligação fluvial ou rodoviária com o principal centro econômico acreano, distante aproximadamente 700 km da capital Rio Branco, permaneciam isolados por cerca de 9(nove) meses anuais, ocorrendo fluxo apenas nos meses de Julho, Agosto e Setembro correspondente ao período de estiagem. Em alguns anos o período era menor que 60 dias, devido a intensidade das chuvas, tudo ocorria predominantemente por meio dos rios, havia uma forte relação de identidade social com a bacia hidrográfica.

Esta situação característica predominante fluvial começou a se transformar no ano de 2011, quando o Governo Estadual conseguiu concluir o asfaltamento de todo o percurso entre a Capital acreana e a cidade de Cruzeiro do Sul, principal centro econômico do Juruá. Isto tem causado novos fluxos em direção a Rio Branco, Porto Velho e demais cidades localizadas no eixo da rodovia, ou seja, as relações fluviais com Manaus tem se enfraquecido a cada ano. A dinâmica da malha rodoviária da BR-364 tem funcionado como um fundamental meio de transporte e distribuição da maioria das produções e cargas. Além da circulação e do deslocamento de passageiros, possuindo grande influência social e econômica e para diversas atividades nesta região. O entorno da rodovia também tem acompanhado estas influências



e benefícios, ao logo dos quase 700 km é possível observar a formação de pequenos povoados e comércios, além da presença de atividades agropecuárias.

A rodovia também colocou a região num novo cenário do capital local e também do capital global, ao promover novos fluxos trouxe também influências externas com possibilidades de investimentos alheios dos grandes empresários locais, pavimentar uma rodovia é muito mais que integrar dois lugares, a complexidade em torno disso é gigantesca por envolver diversos fenômenos conflitantes e de transformação. Esta atuação humana promove influências sociais, políticas, econômicas e ecológicas em toda região e seu entorno por ela atravessada.

Muito mais que uma política pública de integração este eixo rodoviário visa interesses econômicos de alguns grupos dominantes, além de se tornar uma “área fértil” para expansão de atividades econômicas como o agronegócio, sobretudo por ser um eixo rodoviário consolidado e com isso um canal de escoamento da soja pelo rio Juruá até Manaus, embora no momento isso ainda não ocorra. Mas que provavelmente tende a ser uma arena de disputa do agronegócio ou mesmo de outras atividades econômicas.

Ao falamos de políticas urbanas de integração e região, temos que enxergar além da “caixinha”, pois todas as ações promovem transformações e conseqüentemente novas reorganizações espaciais. A região se transforma ao passo que as mudanças em escalas locais e globais vão se sucedendo, o espaço jamais permanece inerte estando sempre sofrendo algum tipo de alteração, seja por influência interna ou externa em que os atores envolvidos mudam de acordo com o contexto das transformações da sociedade e conseqüentemente dos fenômenos geográficos.

Muito mais que uma Política pública de integração um eixo rodoviário visa interesses econômicos de alguns grupos dominantes, além de se tornar uma “área fértil” para expansão do de muitas atividades econômicas. Nesse sentido as políticas públicas urbanas devem ser analisadas também como elemento de alteração regional, ao mudar os fluxos e os direcionamentos também modifica a base da região que são propriamente as características internas e traz uma nova configuração socioeconômica.

A Amazônia é um exemplo concreto de como as políticas públicas urbanas tem transformado a região de floresta e de rios num lugar de eixos rodoviários, a vida tem se transformado e com isso mudado a identidade da população. A região se transforma de acordo com a atuação humana, portanto falar de construção de obras como rodovias, hidrelétricas, ferrovias é admitir que a região é imersa numa nova configuração de identidade e posicionamento local e global.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas Públicas Urbanas na Amazônia tem funcionado como elementos geográficos de transformação do espaço e com isso mudam também as características e a forma como a concebemos enquanto uma região de floresta e de rios. Na verdade os Grandes Projetos como a rodovias, ferrovias, hidrelétricas tem promovido novas configurações e conjunturas sendo responsáveis por dar origem uma nova Região que vai deixando como o tempo sua forte relação com o meio natural e cada vez se relaciona aos meios urbanos. Pensar em Políticas Públicas Urbanas é refletir que elas vão muito além dos seus objetivos que são repassados a população, na verdade funcionam como agentes de transição para uma região capitalista.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo a desintegração competitiva.** In: CASTRO, Iná Elias. MIRANDA, Mariana. EGLER, Claudio A.G. Redescobrimo o Brasil 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil:FAPERJ, 1999. 392p.

CARLEIAL, Liana. **O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. Revista Política e Planejamento Regional (PPR)**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-21, jan./jun. 2014

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais.**In: **Manifestações da cultura no espaço.**ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). Editora UERJ. Rio de janeiro: 1999b, p. 169-190.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

SACHS, I. Espaços, Tempos e Estratégias de Desenvolvimento. São Paulo: Edições Vértice. 1986.

SOBRINHO. E. S. C. **Análise econômico-ambiental da substituição da Floresta tropical amazônica por atividades antrópicas: análise aplicada ao estudo de viabilidade da Rodovia Br-364 no trecho Rio Branco-Cruzeiro do Sul Acre- Brasil.** Dissertação Mestrado em Geografia. UFF,1999

## DINÂMICAS TERRITORIAIS NA FRONTEIRA MT/PA: A NOVA CONFIGURAÇÃO DA LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO

*Prof. Dr. Ronei Coelho de Lima*  
 Contato: [roneicoelho@gmail.com](mailto:roneicoelho@gmail.com)  
 Universidade Federal de Mato Grosso  
 Campus de Rondonópolis  
 Departamento de Geografia

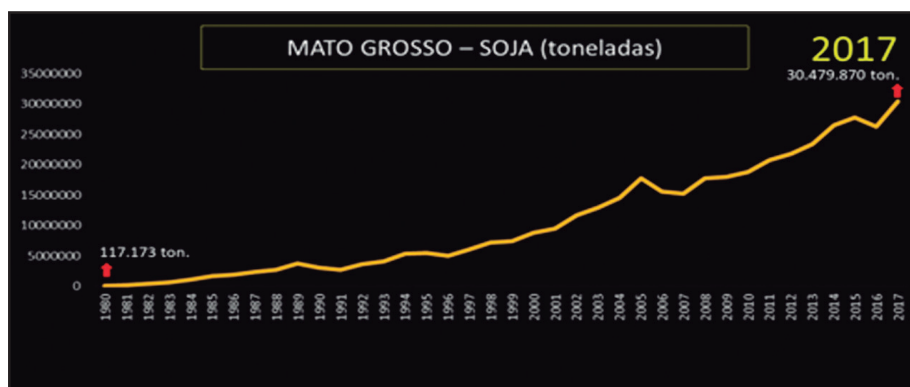
### INTRODUÇÃO

Do ponto de vista teórico-metodológico compreendemos que as dinâmicas territoriais vigentes na fronteira Mato Grosso/Pará estão em consonância com um processo de corporatização do território (LIMA, 2015), (LIMA; PENNA, 2016) e (LIMA, 2018), tendo em vista que as ações existentes corroboram o estreitamento entre dois agentes hegemônicos, o Estado e as corporações do agronegócio, que se voltam para a realização de uma maior fluidez territorial com vistas à efetividade dos processos de produção, distribuição, circulação e consumo, ou seja, para a realização da reprodução do capital (MARX, 2008). As análises aqui apresentadas, se conformam como uma primeira aproximação dos principais fenômenos relacionadas às dinâmicas territoriais decorrentes das ações políticas vinculadas aos interesses de grupos corporativos, cujo principal propósito é a reestruturação da logística de transportes existente. Consideramos, nesse cenário, que os processos decorrentes dessas ações podem ser compreendidos com base na teoria de território usado (SANTOS, 2000) e (SANTOS; SILVEIRA 2004), que nos permitirá entender as atuais dinâmicas da logística de transportes do agronegócio na fronteira amazônica.

### A DINÂMICA DA PRODUÇÃO MATO-GROSSENSE: CRESCIMENTO E PRESSÃO SOBRE O TERRITÓRIO

A crescente produção da monocultura da soja, que pode ser observada no Gráfico 1, passa a demandar cada vez mais uma maior fluidez territorial, logo com uma logística de transportes adequada, para consolidar a sua competitividade no cenário interno e externo. Assim, é possível tornar a logística de transportes moderna, ou seja, que desenvolva suas competências infraestruturais e normativas, permitindo dessa forma a competitividade dos circuitos produtivos e dos agentes envolvidos (CASTILLO, 2008).

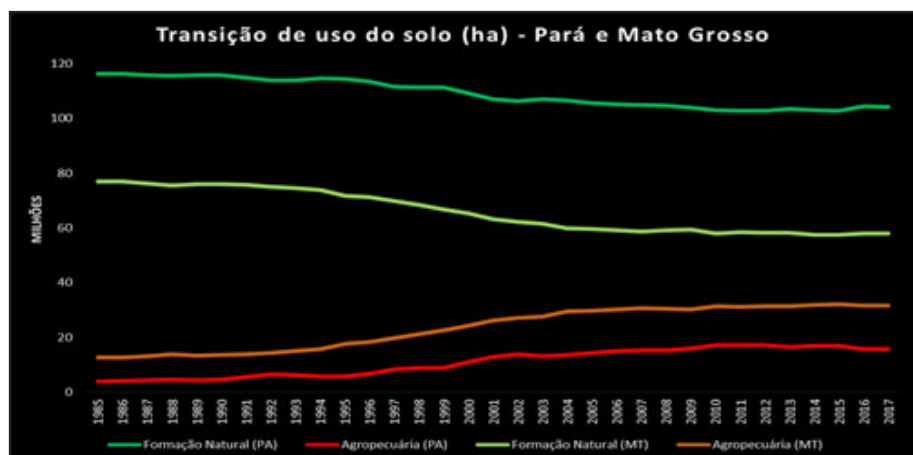
**Gráfico 1** - Mato Grosso: evolução da produção de soja (1980/2017)



Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal, 2018. Org.: LIMA, Ronei C.de (2018)

Nesse sentido, o crescimento do uso do solo para a produção do agronegócio torna-se um imperativo territorial importante, pois pressiona o meio natural, na medida em que provoca deslocamentos de atividades produtivas. Assim, a pecuária é levada a se deslocar para outras áreas pela pressão exercida pela monocultura da soja, nesse caso o avanço da soja pode não ser o principal fator de desmatamento da Amazônia, por exemplo, mas favorece indiretamente essa tendência exigindo ajustes em mecanismos de controle como a moratória da soja, conforme aponta Gollnow *et al.* (2018). Diante desse quadro, é possível observar no Gráfico 2, que houve uma transição intensa do uso do solo de áreas naturais para áreas voltadas à agropecuária nos estados de Mato Grosso e Pará, o que nos leva a confirmar a existência de um rebatimento territorial importante nessa parte da fronteira amazônica decorrente dos processos de reestruturação produtiva em curso.

**Gráfico 2** - Evolução da transição do uso do solo nos estados do Pará e de Mato Grosso (1985/2017)



Fonte: Projeto MapBioma, 2018. Org.: LIMA, Ronei C. de (2018)

De acordo com dados do Projeto MabBioma (2018) no período de 1985 a 2017, houve uma transição de 19 milhões de hectares em Mato Grosso e de 12 milhões de hectares no Pará que passaram de formações naturais para a agropecuária (o crescimento da área da agropecuária no período foi de 151% em Mato Grosso e de 309% no Pará). No estado de Mato Grosso, desse total, em 2017, cerca de 9 milhões de hectares foram destinados à produção de soja, principal *commodity* exportada pelo estado (IBGE, 2018). Observamos que o avanço da produção nessa área da fronteira associa-se ao que Frederico (2015, p. 82) chama de “[...] aumento da força centrífuga de dispersão da agricultura moderna [...]”, que apesar de ser pensada para as áreas de Cerrado, claramente pressiona uma vasta área da Amazônia Legal, notadamente nos estados de Mato Grosso e Pará.

### A LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO SOBRE ESSAS BASES: A ROTA DESEJADA

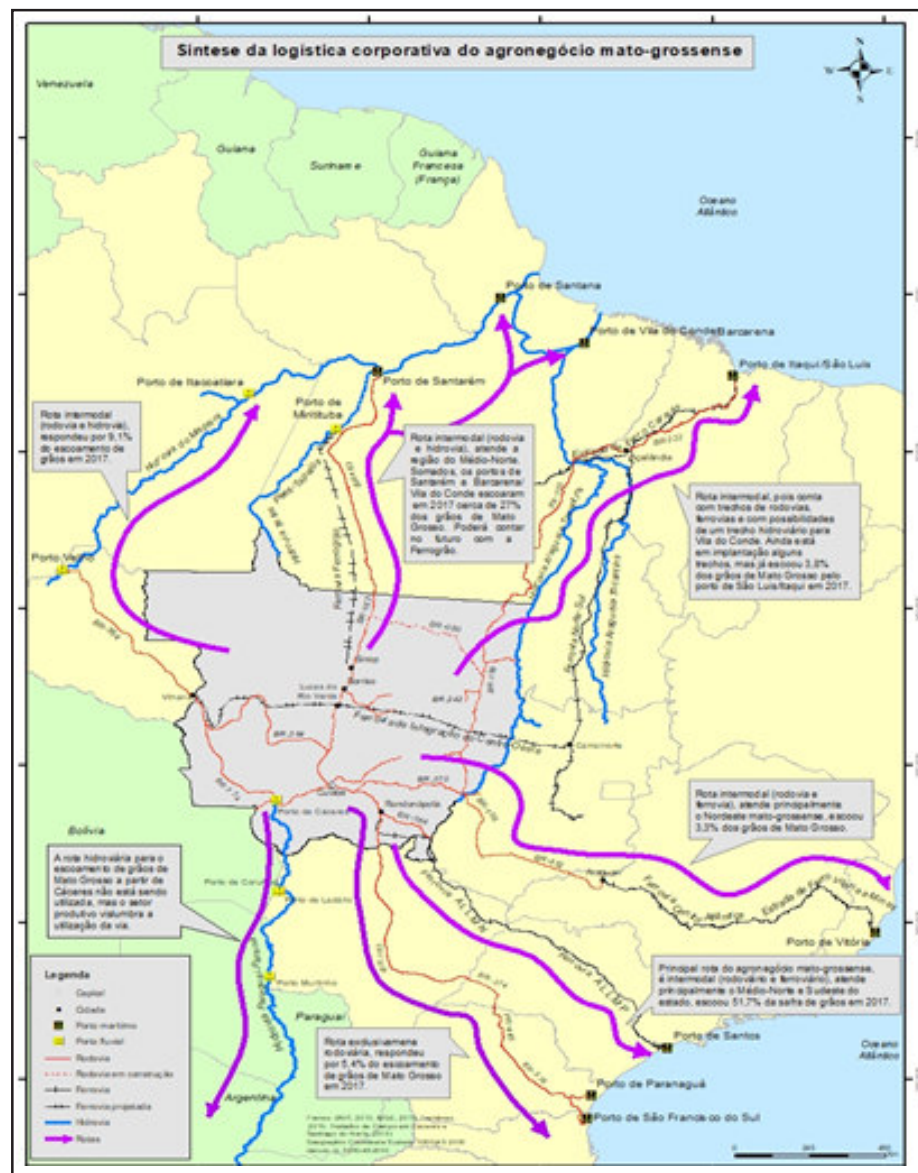
Um dos principais objetivos do agronegócio mato-grossense é consolidar e expandir a nova rota voltada para o Arco Norte, principalmente aquela com destino ao estado do Pará (**Figura 1**), cuja caracterização demonstra o seu dinamismo atual onde podemos perceber um instante da síntese da reestruturação da logística em curso.

**Figura 1** - Arco Norte: da área concentrada da soja de Mato Grosso aos portos do Pará



Fonte: Google Earth (2018). Org. LIMA, Ronei C. de (2018)

**Figura 2** - Síntese da logística de transportes de Mato Grosso



Fontes: IBGE, 2015, DNIT, 2013, IMEA, 2018. Org.: LIMA, Ronei C. de (2018)

A denominada área concentrada da soja (BERNARDES, 2010) busca essa rota para reduzir os custos de transportes e aumentar a competitividade do setor produtivo instalado nessa região do estado de Mato Grosso. Municípios como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, capitaneiam os desejos de uma vasta região produtora que respondeu em 2018, segundos dados do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária – IMEA (2018), por cerca de 40% da produção de soja do estado. Mas, com uma logística de transportes desfavorável, por se encontrar afastada dos grandes centros consumidores e dos portos exportadores, os representantes do setor produtivo dessa região buscam articular novas alternativas aos portos do Sudeste e do Sul do Brasil. Nesse contexto, aumenta a pressão sobre o Estado para favorecer a maior viabilidade do Arco Norte, composto por portos das regiões Norte e Nordeste.

O atual contexto nos leva a crer na existência de dois movimentos contraditórios em curso. De um lado temos uma pressão econômica sobre o território com vistas à reestruturação da logística de transportes, cuja intensidade é crescente e tende à consolidação; de outro, temos uma pressão sobre áreas de conservação e terras indígenas, cuja manutenção de viabilidade dependerá dos resultados das disputas políticas dos interesses de cada lado. A norma vigente protege essas áreas, apesar de problemas já existentes de várias ordens. Mas, os movimentos de pressão para uma flexibilização das normas vigentes podem acarretar em desequilíbrios importantes nessas áreas frágeis.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, compreendemos que o território corporatizado, e a sua lógica induzida pelos interesses das grandes *tradings* e outros *players* - como os produtores rurais, avança sobre diversas áreas da fronteira amazônica, notadamente no médio-norte de Mato Grosso e no sul do Pará. A questão primordial é situar essa dinâmica em uma área cuja atual condição normativa determina uma concentração de terras indígenas e unidades de conservação, localizadas no entorno do corredor logístico que se posiciona como o mais importante da movimentação de *commodities* de Mato Grosso (BR-163, integrada com a hidrovía do rio Tapajós já em uso e com projeto para a Ferrogrão sendo fomentado pelo agronegócio) com destino à Santarém e Barcarena, ambas no Pará.

A importância de atentarmos aos movimentos de fricção dialética desse território é fundamental, na medida em que há claramente interesses contraditórios entre os diversos atores como: indígenas, posseiros, pequenos produtores tradicionais e grandes corporações do agronegócio. O mediador desse processo, o Estado, será um agente fundamental na manutenção de um certo equilíbrio territorial existente (manutenção das unidades de conservação e terras indígenas) ou no redirecionamento de novas prioridades, ou seja, para atender àqueles atores hegemônicos que consideram o território usado como um recurso (SANTOS, 2000), para garantir seus interesses particulares.

### REFERÊNCIAS

BERNARDES, Júlia Adão. O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos. In: BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos. (Org.). **Espaço e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010. cap. 1, p. 15-27

CASTILLO, Ricardo. Sustentabilidade, desenvolvimento e globalização. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I)**. Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege, Faperj, 2008. p. 401-410.

FREDERICO, Samuel. Economia Política do Território e as Forças de Dispersão e Concentração no Agronegócio Brasileiro. **GEOgraphia** – Ano. 17 – Nº 35 - Dossiê – 2015. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13729> Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13729/8929> Acesso em: 04 set. 2018.

GOLLNOW, F. *et al.* Property-level direct and indirect deforestation for soybean production in the Amazon region of Mato Grosso, Brazil. **Land Use Policy**, 78 (2018), pp. 377-385, 10.1016/j.landusepol.2018.07.010 Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S0264837717306919/1-s2.0->

[S0264837717306919-main.pdf?tid=dfd25226-4cf8-457f-9b40-5a6f87e6abb1&acdnat=1549471049\\_c3773a64314b1ea9d94b3c3ca978a9ce](#) Acesso em: 16 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção agrícola Municipal, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1612> Acesso em: 02 nov. 2018.

Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA). Boletim semanal da soja. N° 527. 26 de outubro de 2018. Cuiabá: IMEA, 2018. Disponível em: <http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/29102018181152.pdf> Acesso em: 30 out. 2018.

LIMA, Ronei Coelho de. As políticas públicas e a corporatização do território mato-grossense. In: Aires José Pereira; Antonia Marília Medeiros Nardes; Júlio César Suzuki. (Org.). **Produção do espaço na transição do cerrado à floresta amazônica: leituras geográficas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2018, v. 1, p. 167-194. [no prelo].

\_\_\_\_\_. **O uso corporativo do território pelo agronegócio e a questão da logística de transportes em Mato Grosso**. 2015. 278 páginas. Tese (doutorado em Geografia) Departamento de Geografia/UnB. Brasília, 2015.

LIMA, Ronei Coelho de; PENNA, Nelba Azevedo. A logística de transportes do agronegócio em Mato Grosso (Brasil), **Confins** [Online], 26, 2016, Disponível em: <http://confins.revues.org/10707> DOI : 10.4000/confins.10707

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Projeto MapBiomias – **Coleção 3.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**, 2018. Disponível em <http://mapbiomas.org/map#coverage> Acesso em: 02 nov. de 2018.

SANTOS, Milton. O Papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista território**. Rio de Janeiro. Ano v. n° 9, pp.103-109. 2000. Publicado por ocasião do XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis. Julho de 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.





## MIRITITUBA NO ESPAÇO - TEMPO: DE AGROVILA A NÓ LOGÍSTICO DO AGRONEGÓCIO

*Márcio Júnior Benassuly Barros*

*Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)*

*Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM)*

*E-mail: [marcio.barros@ufopa.edu.br](mailto:marcio.barros@ufopa.edu.br)*

### INTRODUÇÃO

Miritituba é um distrito do município de Itaituba. A sede deste distrito fica localizada as margens do rio Tapajós em frente a cidade de Itaituba, onde uma balsa realiza a conexão entre estes dois núcleos urbanos.

Nesta localidade a partir da abertura da rodovia transamazônica na década de 1970 foi implantada uma agrovila pelo INCRA, onde foi estimulado o plantio familiar de diferentes lavouras para venda e consumo da família.

Devido a sua localização privilegiada entre a estrada, por meio da rodovia transamazônica que corta esta localidade e o rio Tapajós, Miritituba passou a receber a partir de 2014 a implantação de grandes Estações de Transbordo de Cargas (ETC) de grãos de soja proveniente do estado de Mato Grosso.

Em Miritituba esta produção de grãos são descarregadas em grandes silos, que posteriormente esta carga são transportadas por um sistema de correias para as barcaças que segue pelo rio Tapajós e Amazonas para os portos de Santarém (Cargill) e Barcarena (Bunge e Hidrovias do Brasil) no Pará e Santana (Cianport) no Amapá.

### MIRITITUBA NO ESPAÇO - TEMPO DE AGROVILA

A localidade de Miritituba, localizada as margens do rio Tapajós em frente a cidade de Itaituba, foi primitivamente habitadas pelo índios mundurucus e por colonizadores portugueses no início de sua ocupação. Neste tempo a ligação da localidade com outros lugares era limitada pela natureza, pois o único meio de conexão com outras localidades ocorria pelo rio Tapajós.

O isolamento territorial de Miritituba começa a ser modificado no início da década de 1970 com a implantação das políticas de integração nacional colocadas em práticas pelo governo federal.

Desta forma, foi na década de 1970 que a política de ocupação da Amazônia foi intensificada com a criação do Programa Integração Nacional (PIN) que tinha como objetivo a construção de várias rodovias de integração no território brasileiro. No estado do Pará foram iniciadas as rodovias Cuiabá - Santarém (BR 163) e a rodovia Transamazônica (BR 320). No trecho paraense, a rodovia Transamazônica visava promover uma integração do território amazônico ao restante do Brasil, com a execução de colonização dirigida às margens da mesma.

Desta forma foram criados três Projetos Integrados de Colonização (PIC), centralizados nas cidades de Marabá, Altamira e Itaituba. Os PIC'S foram organizados em três formas hierárquicas urbanas que eram as agrovilas, as agrópolis e as rurópolis. A gestão dos PIC'S era realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que previa a colonização de 100.000 famílias em um período de cinco anos a começar em 1972 (BARROS, 2011).

No PIC de Itaituba foi instalada a *agrovila de Miritituba*, com a criação de lotes urbanos, escritório do INCRA, armazém da extinta Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que era responsável pela compra da produção agrícola dos assentados nesta agrovila.

O modelo de colonização dirigida previa a distribuição de lotes urbanos e rurais para os assentados

da reforma agrária. Os lotes rurais eram destinados para a produção agrícola de lavouras que tinham como objetivo a venda e o próprio consumo das famílias envolvidas na produção. Em Miritituba havia o armazém da CIBRAZEM que era responsável pela compra de produtos dos assentados dos lotes rurais desta agrovila. Esta produção comprada era armazenada pela companhia e posteriormente vendida para empresários para a comercialização no mercado regional de alimentos. Em trabalho de campo constatamos que o arroz era o principal produto produzido pelos colonos da agrovila de Miritituba e vendido no armazém da CIBRAZEM.

**Figura 01:** Galpão da antiga CIBRAZEM em Miritituba.



Foto: Márcio Benassuly, 2018.

Em Miritituba foi implantado uma agrovila com residências para os assentados. As casas são todas padronizadas, construídas com madeira e telhas do tipo Brasilit.

### **MIRITITUBA NO ESPAÇO - TEMPO DE NÓ LOGÍSTICO DO AGRONEGÓCIO**

Com o avanço do asfaltamento da BR 163 nos anos 2000, a aprovação da lei de portos em 2013 e a expansão da fronteira agrícola de soja para o Norte, passa a haver uma forte pressão pela exportação da produção agrícola do Mato Grosso, principal produtor de grãos do Brasil, pelos portos do Arco Norte, localizados acima do paralelo 16 para a instalação de Terminais de Uso Privado (TUP) de empresas do agronegócio em Miritituba, a partir de 2014.

O escoamento da produção agrícola do Mato Grosso pelos portos do Arco Norte representam a redução de custos em relação aos tradicionais portos de exportação de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

A primeira empresa a realizar investimentos em Miritituba foi a Bunge. A empresa realizou um investimento de R\$ 700 milhões de reais na nova rota de escoamento de soja pelo Arco Norte, que além da construção da Estação de Transbordo de Cargas (ETC) em Miritituba, inclui outros investimentos no porto de Vila do Conde, em Barcarena, Pará (ESTADO DE SÃO PAULO, 25/04/2014).

Nesta rota de escoamento a soja sai de municípios do norte de Mato Grosso, como Sinop de caminhão e segue pela BR 163 até Miritituba (PA) percorrendo 1.100 km. Ao chegar a Miritituba a soja é colocada em barcaças que percorrerão o rio Tapajós e o estreito de Breves até chegar ao porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA). Este percurso é de 1.000 km e dura três dias. Em Vila do Conde foi construído o Terminal Fronteira Norte (Terfron) onde a carga é armazenada para posterior embarque em navios graneleiros de onde segue para os mercados da Europa e Ásia. Cada barcaça transporta cerca de 2.000 toneladas de grãos o que equivale a 50 caminhões (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/04/2014).

Esta nova rota de escoamento de soja aberta pela Bunge foi oficialmente inaugurada em 24/04/2015 no porto de Vila do Conde em Barcarena, reunindo o ato escalão do governo federal e de empresas de agronegócio interessadas na exploração da nova rota de escoamento de grãos.

A criação desta rota de escoamento aberta pela iniciativa da Bunge, fez com que outras empresas

do setor manifestassem interesses em explorar esta rota. Desta forma empresas como Cianport, Hidrovias do Brasil, Cargill além da Amagi que exporta parte de sua produção em associação com a Bunge já estão operando em Miritituba através de Estações de Transbordo de Cargas (ETC). A chegada destes portos foi responsável, por uma série de dinâmicas socioterritoriais no distrito em análise.

**Figura 02:** Aspectos de Estações de Transbordo de Cargas instaladas as margens do rio Tapajós em Miritituba, em Itaituba.



Foto: Márcio Benassuly, 2018.

A partir de 2014, Miritituba começa a receber grandes instalações das Estações de Transbordo de Cargas (ETC) como as que são mostradas na figura acima. Tal implantação destas estações modificou o cotidiano dos moradores da localidade, com a presença de uma grande quantidade de carretas e de barcaças na pequena localidade, localizada as margens do rio Tapajós.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Miritituba ao longo de sua trajetória histórica passou por transformações em sua função. Até a década de 1970 permanece a localidade como área ribeirinha onde havia uma fazenda no local. A partir da década de 1970 ganha novas funções com o início da abertura da rodovia Transamazônica e da criação da agrovila de Miritituba pelo INCRA. Neste novo tempo a antiga fazenda cede espaço para o assentamento de famílias em lotes urbanos e rurais.

Durante a década de 1970 e primeira metade da década de 1980 a dinâmica produtiva na agrovila de Miritituba tinha sua importância pela produção agrícola familiar que era realizada nos lotes rurais e vendida no armazém da CIBRAZEM.

Com o avanço do asfaltamento da BR 163 e das políticas para o setor portuário ligado ao agronegócio, a partir de 2014 uma nova fase na dinâmica de Miritituba inicia com a implantação de Estações de Transbordo de Cargas (ETC) de quadro grandes empresa do agronegócio (Bunge, Cargill, Hidrovias do Brasil e Cianport). Neste tempo um conjunto de dinâmicas sócio - econômica - territoriais tem início, fato que será abordado em uma próxima publicação.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS. Márcio Júnior Benassuly. Concepções e praticas no projeto integrado de colonização Altamira 1: o caso da agrovila vale piauiense. In. **Anais do V Seminário Internacional de Geografia Agrária**. Belém, 2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Com complexo portuário de R\$ 700 mi, Bunge agre nova rota de exportação**. São Paulo, 25/04/2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **No Pará, Dilma defende nova rota de escoamento da soja**. São Paulo, 25/04/2014.



## O LUGAR DA VÁRZEA AMAZÔNICA NA MODERNIDADE: A PRODUÇÃO FAMILIAR DESENVOLVIDA NAS COMUNIDADES DO FURO CACHOEIRY – ORIXIMINÁ-PÁ

*Elisane Pereira da Silva*

*Mestranda em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)*

É evidente que a várzea amazônica, a partir da década de 70, sofre um processo de invisibilidade e que no atual cenário produtivo esse processo tem se intensificado, uma vez que a várzea sofre constrição das mudanças no mercado regional, tais como: os cultivos comerciais para atender não somente a região, mas o Brasil e outros países; a intensificação da pesca comercial e a expansão da criação extensiva do gado e búfalo. O projeto de pesquisa, em andamento, parte desta problemática e a dissertação objetiva compreender como os fenômenos geográficos – naturais e principalmente, sociais – interferem na produção familiar desenvolvidas nas comunidades ribeirinhas do Furo Cachoeiry - Oriximiná-Pá, na modernidade. O entendimento do modo como os fenômenos geográficos – naturais e principalmente, sociais interferem na produção familiar das comunidades ribeirinhas da Amazônia possibilitara o planejamento de diretrizes que minimize as interferências de tais fenômenos geográficos nas várzeas amazônicas e desta forma, estas áreas, que outrora já foi de grande relevância na produção regional, volte a ter a visibilidade produtiva regional, nacional e internacionalmente. Este estudo será realizado com as famílias ribeirinhas das comunidades do Furo Cachoeiry, localizado no município de Oriximiná, Estado do Pará. Este furo, que em sua gênese era denominado “Rio Cachoeiry” contava apenas com uma comunidade, a “Comunidade de Santo Antônio”, atualmente conta com 164 famílias residentes, divididas em 04 comunidades, a citar: Nossa Senhora Aparecida, São José, Santo Antônio e São Luiz. A proposta de amostra é de 60 famílias, que corresponde a, aproximadamente, 36% do total das famílias das 04 comunidades do furo. É de saber que, a economia regional no período colonial baseou-se inicialmente na extração florestal, por meio da coleta das “drogas do sertão”, a apontar os seguintes produtos: cacau, cravo, salsaparrilha, guaraná, baunilha, pimentas variadas, balsamo de copaíba, puxuri, anil e manteiga de ovo de tartaruga. Entre os produtos nomeados, o cacau destacou-se entre os demais pela sua grande aceitação no mercado europeu, logo o cacau foi a base econômica das Missões Religiosas que vieram para a Amazônia, sua exploração e colheita, proveniente do plantio eram provenientes das áreas de várzeas. Com o declínio da produção do cacau, foi introduzido nas várzeas amazônicas a cultura da juta, trazidas pelos japoneses que vieram para a Amazônia no início da década de 1930. A várzea Amazônia produziu a juta até meado da década de 1970, onde a fibra natural perde mercado para a fibra sintética. Com o fim da produção da juta, as famílias ribeirinhas do Furo Cachoeiry se especializaram na produção de hortifrúti, o qual chegou a escoar sua produção até para a cidade de Santarém. Caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa, utilizar-se-á do método materialismo histórico e dialético e como o procedimento metodológico adotado para esta pesquisa realizar-se-á por meio de pesquisa bibliográfica e de campo. Como instrumentos de coleta de dados serão elaborados roteiros de entrevistas semiestruturadas que levará a confirmação ou não o processo de invisibilidade das comunidades ribeirinhas da Amazônia está se intensificando com os fenômenos geográficos – naturais e, principalmente, sócias na modernidade, tais roteiros serão aplicados juntos as 60 famílias, que representam a proposta de amostra e corresponde a, aproximadamente, 36% do total de famílias residente no furo e com o poder público municipal. Para auxiliar o trabalho em campo, utilizar-se-á ainda gravador de voz e máquina fotográfica. Para finalizar, realizar-se-á a sistematização de dados e informações levantados em campo com a pesquisa bibliografia para a elaboração da dissertação que apresente os resultados, e indique as contribuições teórico-metodológicas e práticas sobre a temática em estudo.

## **BIBLIOGRAFIA:**

CRUZ, M, J, M. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, F, C, T. *Uso múltiplo dos recursos naturais da várzea por camponeses no Baixo Amazonas*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências, Desenvolvimento Socioambiental) –Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

WITKOSKI, A, C. *Terra, floresta e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. (Serie: Amazônia: a terra e o homem)

## GEOGRAFIA DA PECUÁRIA E DO DESMATAMENTO EM PORTO VELHO: UNIÃO BANDEIRANTES E RIO PARDO

*Amanda Michalski*

*Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia  
GTGA/UNIR*

### RESUMO

Entre os anos de 2015 e 2018 foram desenvolvidas pesquisas por meio do programa de iniciação científica – PIBIC – com apoio do grupo de pesquisa GTGA, relacionadas as modificações no espaço agrário do município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, com o objetivo de compreender a geografia da pecuária e do desmatamento que se configura no norte/noroeste de Rondônia. Ao longo dos últimos dezoito anos, o município de Porto Velho passa a incorporar cada vez mais sistemas de objetos que contribuem com o fluxo da produção agropecuária além de incentivar o avanço da fronteira agrícola que sobretudo relaciona-se ao aumento na demanda por terras, conflitos sociais no campo e pressionamento sobre as Unidades de Conservação e Terras Indígenas. O resultado da expansão da fronteira agropecuária se manifesta fortemente em duas localidades do município de Porto Velho, no distrito de Rio Pardo e no aglomerado rural, tratado pela gestão pública (poder legislativo) como distrito, União Bandeirantes, ambos com início de formação o ano de 1999. Após mais de uma década esses dois distritos se configuram como os maiores polos agropecuários de Porto Velho. Por meio de revisão bibliográfica buscou-se compreender a geografia da pecuária e do desmatamento em Porto Velho, a luz das teorias da ciência geográfica, assim como das ciências humanas, contribuindo dessa maneira com a análise qualitativa da pesquisa. Os dados analisados quantitativamente foram coletados juntos as instituições públicas (Idaron – Ulsav, Inpe– Prodes, IBGE, Emater), tais informações corroboraram com o estudo da produção agropecuária e seus impactos, neste caso a variável selecionada para essa análise refere-se ao desmatamento. Os dados da produção agropecuária foram coletados junto as Unidades Local de Saúde Animal e Vegetal – ULSAV – em União Bandeirantes e Rio Pardo. Os dados do desmatamento foram coletados junto ao banco de dados do Inpe/Prodes. Essas análises permitiram a construção de mapas e cartogramas que contribuíram com a espacialização das metamorfoses espaciais no espaço agrário portovelhense entre os anos de 2000 e 2016.

**Palavras-chave:** Geografia. Fronteira. Territorialidades. Pecuária. Desmatamento

### INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Por meio da análise dos dados relacionados, a pecuária e o desmatamento, o presente trabalho relacionou o avanço da fronteira agrícola no estado de Rondônia, com o aumento do rebanho bovino resultando no crescente desmatamento no município de Porto Velho, especificamente nos distritos de União Bandeirantes e Rio Pardo entre os anos 2000 e 2016.

As análises voltadas à essa pesquisa demonstram fortes transformações no meio natural, a partir de metamorfoses espaciais ligadas à incorporação da pecuária em espaços anteriormente destinados às áreas protegidas. Conforme apontava o instrumento de ordenamento territorial desenvolvido com base no Planafloro (1988), o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do estado de Rondônia (ZSEE/RO), que, no caso de União Bandeirantes, se caracterizava como Zona Tampão ou área de amortecimento. Essa área manifestava o intuito de preservar e evitar invasões na Terra Indígena Karipuna e na Reserva Extrativista Jacy-Paraná. Rio Pardo negligencia ainda mais o ZSEE/RO por apresentar invasões no interior da FLONA de Bom Futuro.

O avanço do capital agropecuário para norte/noroeste do Estado de Rondônia materializa grandes

transformações que expressam diferentes visões de mundo, por exemplo, os impactos ambientais incorporados pelo avanço da fronteira agropecuária, que refletem a territorialização do campesinato expropriado da região do centro-sul do Estado, além do processo da formação de frentes pioneiras que se manifestam em União Bandeirantes e Rio Pardo, por conta da expansão da fronteira agropecuária no estado de Rondônia. Portanto, ao nos referirmos a diferentes visões de mundo, buscamos ressaltar a divergência entre a múltipla escalaridade dos usos do território. Ou seja, a divergência da percepção de mundo e forma de vivência do camponês em relação aos grandes produtores agropecuários, mesmo que ambos estejam imbricados nesse processo da expansão da fronteira.

Como objetivos buscou-se analisar as transformações ocorridas no espaço agrário portovelhense a partir do desflorestamento causado pelo aumento do rebanho bovino, entre os anos de 2000 e 2016, analisar a ação do Estado na promoção de novos ordenamentos territoriais e demonstrar o impacto ambiental regular/irregular na região de União Bandeirante e Rio Pardo

## **A EXPANSÃO DA FRONTEIRA ECONÔMICA E SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO: A PECUÁRIA NO DISTRITO DE UNIÃO BANDEIRANTES E RIO PARDO**

Para José de Souza Martins (2009, p. 133), a fronteira representa “lugar de alteridade”, que inicialmente reflete lugar de encontro entre sujeitos com diferentes visões de mundo.

Para Huertas (2009, p. 157) a fronteira invade os lugares por meio de sistemas de engenharia, que com o tempo remodelam o “ordenamento secular de seu tecido social impondo novos nexos [...] e reordenando a divisão social e territorial do trabalho”.

Segundo Pierre Monbeig (1998) “frentes pioneiras” implicam em mercados de terras, ou especulação de áreas rurais, estruturação de redes técnicas, fundação de vilas, cidades, migrações, fazendeiros entre outros sujeitos, o que contribui com a definição desse conceito por conta da valoração da terra, ou seja, a transformação da natureza em mercadoria e conseqüentemente a expansão da fronteira agropecuária. Com isso, retrata-se, desta maneira, a retirada da cobertura vegetal por meio da extração madeireira (legal e ilegal) que contribui com o desmatamento no estado, principalmente em alguns municípios do norte de Rondônia, como é o caso de Porto Velho (MICHALSKI; CONCEIÇÃO; COSTA SILVA, 2017), processo esse que segue a lógica da divisão territorial do trabalho de expansão da fronteira.

A análise da variável sobre a produção da pecuária do distrito de União Bandeirantes, relacionado a quantidade de propriedades estratificadas com a quantidade produzida por cada propriedade e apresenta a pequena produção, caracterizada pela estratificação de até 200 cabeças de gado cada, demonstra maior quantidade de unidades produtivas, alcançando no ano de 2016, 180 mil em União Bandeirantes e mais de 60 mil cabeças de gado em Rio Pardo. Essas informações nos revelam uma territorialização do campesinato que se recria em União Bandeirantes, por demonstrar a reprodução de suas relações sociais e econômicas.

As informações anteriores, evidenciam com base nas análises de Costa Silva (2015, p. 8) que a fronteira “também serviu como espaço de reprodução do campesinato que, por meio das políticas públicas, de acesso à terra – terra de trabalho – garantiu sua reprodução social”.

Infelizmente os dados também demonstram aumento da concentração de terras nos dois distritos, sendo que isso se expressa em mais de 70% da área destinada à produção da pecuária em União Bandeirantes e Rio Pardo. Além disso o remodelamento territorial que repercute na metamorfose espacial da paisagem natural busca a ampliação e novas condições de acumulação do capital, que possam permitir inclusive a transformação da agricultura camponesa em agricultura empresarial.

A expansão da fronteira agropecuária resulta principalmente em degradação ambiental manifestada pelo desmatamento, reduzindo a capacidade da natureza em ofertar os “serviços ambientais” que segundo Bensusan (2008) são processos essenciais para a sobrevivência dos seres vivos em geral.

O município de Porto Velho até o ano de 2016, já demonstrava 59% de sua área desflorestada, com uma média de incorporação anual de 300 km<sup>2</sup>, destacando-se dessa maneira como um dos municípios com maior desmatamento entre os anos de 2000 a 2016, contribuindo com os 42,46% de desmatamento do estado de Rondônia.



A presença do agronegócio dos grãos promove o deslocamento da fronteira agropecuária e madeireira em Rondônia, assim como na Amazônia, o que contribuiu com “conflitos agrário-territoriais” (COSTA SILVA, CONCEIÇÃO, 2017). Percebe-se a apropriação e a dominação do território pelo capital agropecuário e sua influência nas ações políticas que tendem à redução e/ou extinção de áreas protegidas, sejam Unidades de Conservação ou terras indígenas (COSTA SILVA, 2017, p. 17706).

Entre a falsa sensação de progresso, a fronteira agropecuária avança sobre áreas protegidas – como no caso da T.I. Karipuna, da Resex Jacy-Paraná e da Flona do Bom Futuro - fortalecendo-se por meio dos mecanismos estatais que negligenciam os modos de vida em prol do processo de acumulação capitalista. Essa acumulação usurpa territorialidades ao impor um processo de uniformidade territorial. A fronteira pode, efetivamente, levar melhoria à de determinada classe social que estiver vinculada ao processo de sua expansão. Mas, com certeza, em detrimento de outros sujeitos e do meio ambiental (MICHALSKI, 2018).

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialidade camponesa se manifesta de maneira significativa em União Bandeirantes e Rio Pardo por meio de sua capacidade produtiva e seu expressivo quantitativo de propriedades, demonstrando assim um espaço de reprodução social do campesinato.

O Estado negligencia os instrumentos de gestão territorial ao promover o avanço da fronteira agrícola por meio de subsídios que corroboram com o aumento de técnicas agropecuária extensivas que resultam em maior demanda por novas terras que expressam o aumento do desmatamento, por meio da expansão da Fronteira relaciona-se aos impactos ambientais no estado de Rondônia.

#### REFERÊNCIAS

BENSUSAN, Nurit. O que a natureza faz por nós: serviços ambientais. *In: Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade*: como, para que e por quê. Org. BENSUSAN, Nurit. 2ª edição. São Paulo. Editora UnB, 2008. 428p. p. 229 - 251

COSTA SILVA, R. G.; et. al. Geografia das dinâmicas territoriais agrárias de Rondônia. *In: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. (Org.). Geografia Agrária em debate*: Das lutas históricas às práticas agroecológicas. 1ª edição. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, v. 1, p. 143-162

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. *Confins* [Online], 23 | 2015, posto online no dia 02 março 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/9949> ; DOI : 10.4000/confins.9949. Acessado em o 18 setembro 2018:

HUERTAS, Daniel M. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica*: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo. Annablume Ed. 2009, FAPESP; Belém: Banco da Amazônia. 344 p.

MARTINS, José de S. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do mundo. Editora Contexto, São Paulo, 2009.

MICHALSKI, Amanda. *Geografia da pecuária e do desmatamento em Porto Velho: União Bandeirantes e Rio Pardo*. Porto Velho, 2018. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo. HUCITEC, 1998



## AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO NA FRONTEIRA SUL DO ESTADO DO AMAZONAS: DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL AO AGRONEGÓCIO

*Viviane Vidal da Silva*

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia.*

O sul do estado do Amazonas, em especial os municípios de Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Humaitá, Apuí e Manicoré, caracteriza-se pela fronteira agrícola e vem adquirindo importância em duas contraditórias políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento do interior do estado, representada pela política agrícola voltada à expansão do agronegócio e a política ambiental, representada pela criação de unidades de conservação, tanto na esfera estadual quanto na federal.

Enquanto as políticas vinculadas ao desenvolvimento da região iniciaram na época do governo militar, época em que grandes transformações começam a ocorrer nesta região, as políticas ambientais ganham importância a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, na década de 90.

Como resultado das políticas de conservação ambiental o Estado passa a adotar uma política de valorização da floresta, tendo as unidades de conservação (Federais e Estaduais) como instrumento de planejamento para conservação dos recursos naturais e do desenvolvimento local.

Das unidades de conservação criadas no estado do Amazonas, 46% estão localizadas nos municípios no sul do estado e juntamente com as UC's federais compõem um conjunto estratégico para frear o avanço do agronegócio, da extração ilegal de madeira e, ainda, proteger a biodiversidade. Acrescenta-se a criação do Mosaico do Apuí, de iniciativa do governo do Estado do Amazonas e do Mosaico da Amazônia Meridional, constituído de unidades de conservação municipais (Amazonas, Rondônia e Mato Grosso), estaduais e federais, criado pelo governo federal em 2001.

No entanto, o agronegócio globalizado estende-se pelo espaço rural com novos produtos destinados aos mercados nacional e internacional, rompendo as dinâmicas endógenas com introdução de uma nova produção agrícola ou renovando as técnicas agropecuárias, ambos os processos incorporados aos circuitos espaciais produtivos globalizados (SILVA, 2015). Neste contexto, novas áreas passam a ser "exigidas" para a expansão do capital agropecuário, inclusive as áreas protegidas, refletindo antigas e atuais relações sociais e de poder que irão gerar novas dinâmicas no território (RAFFESTIN, 1993).

Diante da expansão do agronegócio, já é possível observar que a política de conservação vem perdendo sentido, pois o aumento do número de criação de UC federal ou estadual e o aumento da fiscalização tem feito com que políticos, ocupantes de terras e aqueles que pretendem ocupar novas áreas propunham formalmente a redução das áreas protegidas ou mesmo mudança de categorias de UC de proteção integral para uso sustentável (ARAÚJO; BARRETO, 2010, p.1).

Este contexto de reprodução do capital, marcado pela fase da globalização, na fronteira agrícola da Amazônia e ao mesmo tempo de políticas voltadas para a conservação dos recursos naturais, sobretudo no estado do Amazonas, levaram a inquietações que se materializaram em projeto de pesquisa de doutorado da autora no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. E desta forma temos como principal questão norteadora para a investigação: A criação de unidades de conservação na região de fronteira são estratégicas para deter o desmatamento ou apenas se configuram como um reserva de recursos indispensável ao capitalismo na apropriação e mercantilização da natureza pelo capital?

A fronteira agrícola é conceituada por Becker (2007) como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de novas realidades. Para Silva (2015, p. 6) a fronteira agrícola é um campo de forças, um espaço com possibilidades de territorialização de diferentes projetos políticos e de diversos agentes territoriais, que imprimem suas visões e ações.

Assim observa-se na fronteira agrícola do sul do Amazonas, pelos menos, duas possíveis

territorialidades contraditórias, uma vinculada a expansão do agronegócio e outra relacionada com a conservação dos recursos naturais e uso sustentável dos recursos florestais.

No município de Humaitá já é possível observar transformações no seu território para atender a agenda do agronegócio e fazer desse município um entreposto e um dos maiores produtores de grãos (soja, principalmente) da região sul do Amazonas (AMAZONAS, 2018). Essas transformações são verificadas pelas obras de infraestruturas planejadas como a construção do Anel Viário, apontando a possibilidade de fluidez do capital na área de fronteira agrícola do estado do Amazonas e consequente incorporação às dinâmicas da globalização. Como apontou Silva (2015, p. 12), através da ação do Estado o modelo extrativista foi superado para consolidar a economia do território pautada na agropecuária e vinculando as principais dinâmicas territoriais internas aos processos em escala nacional.

Outra importante infraestrutura é o porto graneleiro do Grupo Masutti, oriundo do município de Vilhena, localizado no sul de Rondônia. E além disso, a retomada da produção da soja no município de Humaitá em áreas de campos amazônicos.

Soma-se a isso as discussões políticas de alterações de tipologia de Unidades de Conservação e de alterações nas áreas dessas unidades. O que se coloca pelo atual discurso político é que as áreas protegidas configuram como impedimento ao desenvolvimento do estado. A lei 12.678 de 25 de junho de 2012 já alterou os limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental dos Tapajós, localizadas nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia. As áreas excluídas dessas unidades de conservação serão destinadas à regularização fundiária e para áreas de alagamento do lago artificial de usinas Hidrelétrica.

Portanto, a expansão por territórios para o agronegócio, dentro da lógica do capital, faz das áreas de unidades de conservação objeto de disputa, tendo atuação do Estado como aliado e imprimindo uma nova transformação na fronteira agrícola no sul do estado do Amazonas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas. Governador Amazonino anuncia licitação para a construção do “Anel Viário” de Humaitá. 15/05/2018. Disponível em <[www.amazonas.am.gov.br/noticias](http://www.amazonas.am.gov.br/noticias)>. Acesso em 25/05/2018.

ARAÚJO, Elis; BARRETO, Paulo. **Ameaças formais contra as áreas protegidas na Amazônia. O Estado da Amazônia**. Imazon, n. 16, 2010.

BECKER, B.K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**, 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 172p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins** (Paris). V.23, p.1-30.2015. Disponível em: <<http://confins.revues.org/11541>>. Acesso em: 01/06/2018.

## POTENCIAIS DE USO E FRAGILIDADES DOS SOLOS DA PLANÍCIE DO MAICÁ, SANTARÉM-PA

**João Paulo Soares de Cortes**

*Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.  
Av. Mendonça Furtado, n 2946 - Fátima, Santarém, PA, Brasil. CEP 68040-050.  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – UNESP.  
Programa de Pós Graduação em Geociências e Meio Ambiente.  
Av. 24-A, n 1515 - Bela Vista, Rio Claro, SP, Brasil. CEP 13506-900  
Email: [decortesjps@gmail.com](mailto:decortesjps@gmail.com)*

**George Luiz Luvizotto**

*Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP).  
Programa de Pós Graduação em Geociências e Meio Ambiente.  
Av. 24-A, n 1515 - Bela Vista, Rio Claro, SP, Brasil. CEP 13506-900  
Email: [george.luvizotto@gmail.com](mailto:george.luvizotto@gmail.com)*

### RESUMO

A Planície do Maicá se tornou recentemente uma área de interesse para implantação de obras de infraestrutura para atendimento da cadeia produtiva do agronegócio. Informações a respeito das características físicas da área podem ser utilizadas como subsídio à formulação de políticas de ordenamento territorial. Este trabalho se propoe a realizar um levantamento dos tipos de solos que ocorrem na área, apontando seus potenciais de uso e fragilidades. São descritas quatro classes de solos e discutida sua distribuição e estratégias de manejo adotadas pelas comunidades.

**Palavras chave:** Solos de Várzea, Planejamento Ambiental, Amazônia

### INTRODUÇÃO

A Planície do Maicá, situada a leste da cidade de Santarém, se tornou recentemente uma área de interesse para implantação de obras de infraestrutura para atendimento da cadeia produtiva do agronegócio (AGUIAR, 2017). Esta mudança proposta na lógica de uso do espaço, tem gerado conflitos com os habitantes tradicionais, que incluem povos ribeirinhos, quilombolas e indígenas, altamente adaptados às condições específicas da região, como o regime de cheias do Rio Amazonas que inunda grande parte da planície anualmente.

Os ambientes de várzea na Amazônia possuem importância ecológica reconhecida (WITTMAN et al., 2004; SOMBROEK et al., 2000) além de exercerem papel fundamental na dinâmica hidrológica (DUNNE et al., 1998) e social em toda área do bioma (OHLY & JUNK, 1999). Apesar dos resultados recentes que demonstram esta importância e as especificidades dos ambientes de várzea, a quantidade de informações a nível local ainda é incipiente e o entendimento de diversos processos ainda está em seu estágio inicial. Tais informações podem ser muito valiosas, por exemplo, como subsídio à formulação de políticas de ordenamento territorial e planejamento que possam culminar em tomadas de decisões mais adequadas às realidades locais.

Este trabalho se propoe a realizar um levantamento dos tipos de solos que ocorrem na área da Planície do Maicá, apontando além de suas características principais seus potenciais de uso e fragilidades, de modo a fornecer informações de base que possam ser utilizadas em processos de planejamento ambiental que envolvam esta área.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Dados de solos incluindo características e distribuição das classes foram compilados de Brasil (1976), Oliveira Jr. & Correa (2001) e Rodrigues et al. (2001), e espacializados em ambiente SIG no software ARCGIS 10.5. Informações sobre as características das classes mapeadas na área de estudos e sistemas de manejo foram levantadas em campo de modo a validar o mapeamento proposto por Rodrigues et al. (2001) e avaliar as condições de uso em cada classe de solos. Dados a respeito da distribuição das comunidades na área de estudos foram adquiridos através do Departamento de Geoprocessamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santarém e utilizados para identificar comunidades expressivas dentro de cada classe mapeada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A distribuição das classes de solos ao longo da planície do Maicá de acordo com Rodrigues et al. (2001) está ilustrada na figura 1.

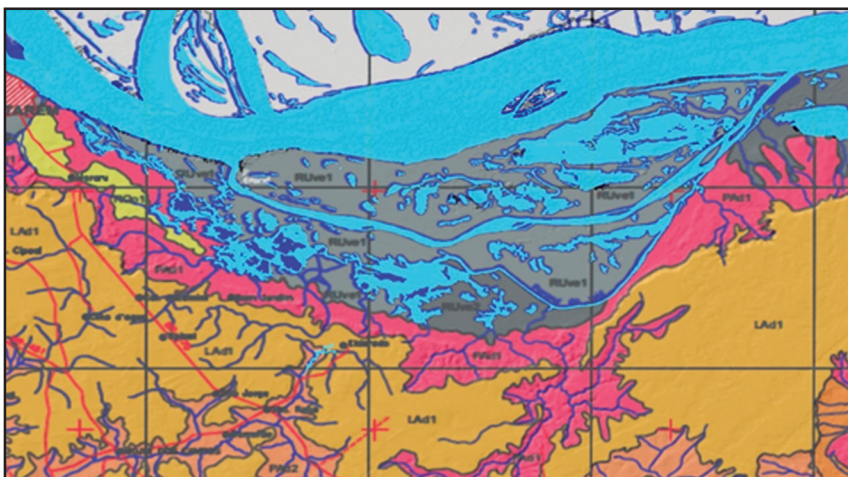


Figura 1 - Distribuição das classes de solo encontradas na área da Planície do Maicá.  
Adaptado de Rodrigues et al., 2001.

As principais características dos solos ocorrentes na área de estudos, incluindo as comunidades representativas de cada área, os potenciais e as fragilidades estão sumarizadas na Tabela 1.

CLASSE DE SOLO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	PRINCIPAIS COMUNIDADES	POTENCIAIS	FRAGILIDADES	
<b>RUve1</b>	NEOSSOLO FLÚVICO Ta Eutrófico típico A moderado textura média floresta equatorial higrófila de várzea relevo plano + GLEISSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico típico A moderado textura silteosa campo equatorial higrófila de várzea relevo plano.	Neossolo Flúvico  Textura variável entre perfis e horizontes  PH 4,6 a 8,1  Capacidade de CTC e soma de bases Alta  Argila de alta atividade  Argila 2:1	São Raimundo  Aracampina  Nova Vista	Alta fertilidade natural  Culturas de ciclo curto adaptadas a condições de excesso de umidade  Extrativismo	Deficiência de Fósforo  Inundação periódica
<b>RUve2</b>	NEOSSOLO FLÚVICO Ta Eutrófico típico A moderado textura silteosa campo equatorial higrófila de várzea + GLEISSOLO HÁPLICO A moderado textura silteosa campo equatorial de várzea relevo plano + NEOSSOLO FLÚVICO Ta Eutrófico A moderado textura silteosa floresta equatorial higrófila de várzea relevo plano.	Gleissolo Háptico  Fertilidade varia de acordo com composição mineralógica dos sedimentos de origem  Grau de hidromorfismo associado a período de inundação  Textura média a muito argilosa  C orgânico e P assimilável muito baixos	Santarém Mirim  Santana do Itupui  Fé em Deus	Culturas de ciclo curto  Arroz irrigado  Extrativismo	Fertilidade natural variável  Inundação periódica
<b>RQo1</b>	NEOSSOLO QUATRZARENICO Ortico típico A moderado campo cerrado relevo plano e suave ondulado + NEOSSOLO QUATRZARENICO Ortico típico A proeminente campo cerrado equatorial relevo plano e suave ondulado + LATOSSOLO AMARELO Distrófico típico A moderado textura média campo cerrado equatorial relevo suave ondulado.	Textura areia/areia franca  Baixa CTC  Alto teor de Alumínio  Baixo Fósforo assimilável e Carbono orgânico  PH altamente ácido (4,2 – 5,7)  Argila 1:1	Miraru  Urumanduba  Diamantino	Reflorestamento  Áreas de Proteção Ambiental	Fertilidade natural baixa  Mineralogia pobre  Textura arenosa desfavorece armazenamento hídrico  Lixiviação intensa de nutrientes solúveis (alta permeabilidade)  Alta erodibilidade
<b>PAa1</b>	ARGISSOLO AMARELO Distrófico típico A moderado argilosa muito argilosa floresta equatorial relevo ondulado a forte ondulado + LATOSSOLO AMARELO Distrófico típico A moderado textura média floresta equatorial subperenifolia relevo suave ondulado.	Textura média a muito argilosa  Muito Baixos carbono orgânico, soma de bases trocáveis e CTC  Teor de Al potencialmente tóxico  Alto índice de intemperismo.	Murumu  Patos  Murumuntuba  Bom Jardim	Sistema de pouso adotado pelas comunidades contribui para manutenção da capacidade produtiva	Fertilidade natural baixa  Condições de relevo adversas

Tabela 1 - Principais características das classes de solo encontradas na área da Planície do Maicá.

Os solos encontrados na área da planície do Maicá em sua maioria possuem o caráter eutrófico, (solos ácidos, saturação de bases inferior a 50%). Os Neossolos Flúvicos são encontrados em áreas de relevo plano associadas a várzeas de drenagens interiores e na planície amazônica. A textura é variável tanto entre diferentes perfis quanto internamente, entre os horizontes de um mesmo perfil, refletindo os processos de formação do mesmo, a partir de ciclos distintos de deposição. Em geral são solos ácidos, porém com altas CTC e soma de bases. A presença de argilas 2:1 de alta atividade favorece a fertilidade natural nas áreas de ocorrência destes tipos de solos. Na planície do Maicá, os mesmos compõem duas unidades de mapeamento (RUv1 e RUv2) nas quais a distinção está na presença destes solos sob vegetação de campo higrófilo de várzea em RUv2, como classe principal, enquanto em RUv1 a classe predominante ocorre sob vegetação de floresta equatorial.

Os Gleissolos apresentam variações de acordo com os sedimentos de origem que os compõem, que podem ter influência tanto do sistema da planície amazônica, respondendo à sua variação sazonal (ciclo de cheias do Amazonas), quanto dos igarapés que drenam o o Planalto de Santarém-Belterra e o Terraço de Santarém, trazendo sedimentos proximais dos diferentes extratos da Formação Alter do Chão. Esta variação pode gerar localmente solos distróficos apesar de a característica da maior parte dos perfis analisados por Rodrigues et al., (2001) apresentar características eutróficas. O período de inundação destes solos influi também no grau de hidromorfismo encontrado, sendo possível estabelecer relações entre o tempo de inundação com a altitude (influência do lençol freático) e a distância dos canais principais (BRIDGE, 2003), neste caso o Amazonas e os furos do Maicá e Ituqui. A textura varia entre média e muito argilosa e as argilas encontradas podem ser de alta ou baixa atividade a depender do perfil. Em termos gerais a o teor de argila aumenta no sentido dos horizontes mais profundos, em proporção inversa com a acidez que diminui. A figura 2A, ilustra uma moradia na comunidade Boca do Maicá durante o período das cheias, enquanto os solos permanecem completamente alagados durante meses.

Os Neossolos Quartzarênicos da área de estudos possuem o caráter órtico, quando não há restrições ao uso ou manejo com relação à drenagem. A textura varia entre arenoso e franco arenoso e possuem baixa CTC e alto teor de alumínio. A vegetação encontrada é de campo cerrado e o relevo varia entre plano a suave ondulado. Estes solos estão representados na classe RQo1 associados com latossolos amarelos e aparecem como uma mancha na porção oeste da área de estudos nas proximidades do sítio urbano de Santarém. Outras características indicadas por Rodrigues et al. (2001) são a elevada acidez, baixos teores de fósforo assimilável e carbono orgânico e a presença de argilas 1:1. Estes solos demandam atenção especial devido à sua baixa coesão, que pode ocasionar processos erosivos (arenização) em áreas amplas em situações de retirada da vegetação natural e alteração do horizonte superficial (Figura 2B). A figura 2 (B e C) ilustra o uso do solo em área de ocorrência da classe RQo1 com destaque para a presença de feições erosivas pronunciadas em terço inferior de vertente desmatado (B) e área de pastagem

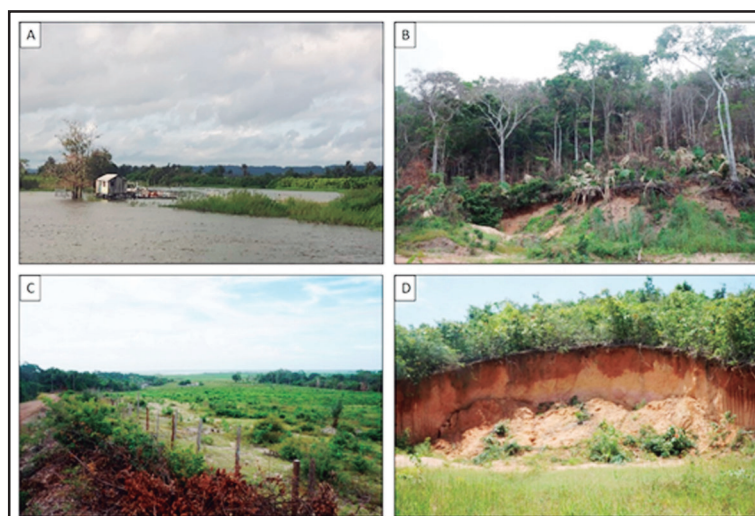


Figura 2 - Paisagens e solos na área da Planície do Maicá – A – Comunidade Boca do Maicá durante a cheia, zona de ocorrência de RUv1. B – Feições erosivas pronunciadas em baixa encosta e C – Pastagem em regeneração em RQo1. D – Horizonte subsuperficial argiloso com má drenagem em PAd1.

em regeneração (C).

Os Argissolos amarelos encontrados na área de estudos são caracterizados por serem altamente intemperizados, o que pode ser expresso por baixos valores na relação  $K_i$  (entre 1.76 e 2.19) e pela mineralogia onde predominam materiais resistentes ao intemperismo como a caulinita e sesquióxidos. A textura varia entre média e muito argilosa e os valores de carbono orgânico e CTC são muito baixos, especialmente nos horizontes subsuperficiais. Os altos teores de alumínio, além de indicar o estágio avançado de intemperismo, conferem toxicidade a estes solos, o que implica na necessidade de correção caso haja destinação agrícola. A classe PAd1 representa a associação destes solos com Latossolos amarelos, ambos sob vegetação de floresta equatorial em relevos que variam entre suave a fortemente ondulados, sendo que as condições mais acidentadas favorecem a ocorrência de Argissolos. As condições movimentadas de relevo nos quais ocorre esta classe limita a agricultura mecanizada e o uso de implementos em solos que sejam muito argilosos com alta umidade pode diminuir as condições de permeabilidade, afetando a capacidade de produção e favorecendo a ocorrência de processos erosivos (Figura 2D). Rodrigues et al. (2001) ressaltam a importância da manutenção e incorporação da matéria orgânica no uso agrícola destes solos para retenção de nutrientes, devido à baixa atividade dos argilo-minerais presentes. Vale ressaltar que o sistema de manejo de pousio adotado pelas comunidades favorece esta reincorporação de matéria orgânica contribuindo para a manutenção das condições produtivas nesta classe de solos, conforme observado em outras áreas da Amazônia brasileira (NODA & NODA, 2003).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram identificadas quatro classes de solos na área da Planície do Maicá, contendo associações entre Gleissolos e Neossolos Flúvicos na região da várzea, associações de Argissolos com Latossolos amarelos na transição entre os compartimentos mais elevados do relevo (Terraço e Planaltos) e a planície, além de manchas de Neossolos Quartzarênicos na porção oeste da área, próximo à zona urbana de Santarém.

A disponibilidade destes recursos é um fator muito importante na maneira como as comunidades se organizam, sendo notáveis as diferentes adaptações às eventuais limitações de cada classe de solo e as estratégias de manejo específicas em cada ocasião. É fundamental que estas relações sejam conhecidas em maior profundidade para manutenção dos patrimônios cultural e ambiental da região frente a um cenário de pressões para mudanças na lógica de organização destes espaços.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, D. **A Geopolítica de Infraestrutura da China na América Do Sul: Um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira**. ActionAid / FASE, Rio de Janeiro, 2017. 83p

BRASIL, Departamento Nacional de Produção Mineral. **Projeto RADAMBRASIL FOLHA SA 21-SANTARÉM, Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação, Uso potencial da Terra**, Rio de Janeiro 1976.

BRIDGE, J.S. *Rivers and floodplains: forms, processes, and sedimentary record*. Oxford, UK; Malden, MA, USA: Blackwell Pub., 2003. 491 p.

DUNNE, T; MERTES, L. A. K.; MEADE, R. H.; RICHEY, J. E.; FORSBERG, B. R. - Exchanges of sediment between the floodplain and channel of the Amazon River in Brazil. *Geol. Soc. Of America Bull.*, vol. 110, p 450-467. 1998.

NODA, H.; NODA, S. N. Agricultura familiar tradicional e conservação da sóciobiodiversidade amazônica. **Interações**, Campo Grande, v. 4, n. 6, p. 55-66, 2003.

OHLY, J. J. e JUNK, W. J. - Multiple Use of Central Amazon Floodplains: Combining Ecological Conditions, Requirements for Environmental Protection, and Socioeconomic Needs In: C. Padoch, J. M. Ayres, M. Pinedo-Vasquez e A. Henderson (eds.) *Várzea: Diversity, development and conservation of Amazonia's whitewater floodplains*, 4, The New York: Botanical Garden Press, 1999.

OLIVEIRA JUNIOR, R.C. de; CORREA, J.R.V. **Caracterização dos solos do Município de Belterra, Estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. 39p. (Embrapa Amazônia Ori-



ental. Documentos, 88) <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle>

RODRIGUES, T. E. ; SANTOS, P. L.; dos OLIVEIRA JUNIOR, R. C. ; de VALENTE, M. A.; SILVA, J. M. L.; da CARDOSO JÚNIOR, E. Q. **Caracterização dos solos da área do planalto de Belterra, município de Santarém, Estado do Pará.** 2001 Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. 54 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 115). <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/403589>.

SOMBROEK, W.G., P.M. FEARNSIDE e M. CRAVO. - **Geographic assessment of carbon stored in Amazonian terrestrial ecosystems and their soils in particular.** p. 375- 389. In: LAL R., KIMBLE J.M. e STEWART B.A. (eds). Global Climate Change and Tropical Ecosystems. Advances in Soil Science. Boca Raton, Florida, EUA. CRC Press,2000.

WITTMAN, F., JUNK, W., PIEDADE, M. **The varzea forests in Amazonia: Flooding and the highly dynamic geomorphology Interact with natural forest succession,** For. Ecol. Manage., V. 196, p.199-212, 2004.



## AMAZÔNIA E AS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS: IMPACTOS DAS USINAS HIDRELÉTRICAS

*Sandra Karolline de Melo Batista Pontes*

*Bacharela em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (UFOPA)*

*Mestranda em Ciências da Sociedade (PPGCS/UFOPA)*

*E-mail: [karolpontesstm@hotmail.com](mailto:karolpontesstm@hotmail.com)*

*Ednéa do Nascimento Carvalho*

*Orientadora da Pesquisa de Mestrado (PPGCS/UFOPA)*

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar quais são os impactos vivenciados pelas pessoas afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A Hidrelétrica se localiza próxima à Altamira, no sudoeste do estado do Pará. Advindo deste objetivo, a pesquisa se divide nos tais objetivos específicos: Compreender a efetivação das políticas públicas; Caracterizar o ordenamento territorial, entendendo o processo de reassentamento de famílias impactadas e atingidas pela Usina. Para alcançar estes objetivos, o trabalho apresenta uma discussão sobre os grandes projetos implementados na Amazônia desde a década de 1960, bem como a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, dentre elas, a Usina de Belo Monte. Este trabalho tem como metodologia uma pesquisa bibliográfica e documental, e apresenta também resultados obtidos a partir de pesquisa de campo, realizada no ano de 2017 no município de Altamira, que resultou na elaboração da Monografia de Graduação, com a finalidade de investigar os impactos e as mudanças na vida diária da população atingida pela Hidrelétrica de Belo Monte.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Amazônia; Belo Monte.

### INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, a região amazônica tornou-se apresentável tanto nacional quanto internacionalmente. Esta abertura de visão então, possibilitou e mobilizou uma série de interesses de variados segmentos, quanto aos recursos da região. Assim, neste período passaram a ser implementadas diversas políticas públicas desenvolvimentistas que apresentavam o discurso de que trariam mais desenvolvimento para a Amazônia e conseqüentemente para a população desta área.

No entanto, com o passar dos anos e com a implementação destas políticas, percebeu-se que na realidade elas visavam o lucro econômico, a partir do uso e exploração de recursos naturais, desta maneira, foi possível expandir o capital de grandes empresas nacionais e também estrangeiras.

Dentre as políticas desta época, podemos citar o ciclo da borracha, através do PROBOR – Programa da Borracha; a implementação da Zona Franca de Manaus; a abertura da Rodovia Transamazônica; o Programa Grande Carajás; a construção de diversas hidrelétricas na Amazônia, que são o objeto principal de estudo, no entendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, além do planejamento de muitas outras hidrelétricas em um período de anos bastante longo.

Neste contexto, a finalidade de pensar e trabalhar com base nas políticas sociais, principalmente na realidade da região amazônica, é conseguir analisar as políticas que são implementadas e que realmente oferecem um benefício para a população, trazendo estas pessoas para o centro das discussões, fazendo com que elas tenham suas necessidades atendidas. Por isso, o objetivo da pesquisa é identificar quais são os impactos vivenciados pelas pessoas afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, tendo como objetivos específicos, compreender a efetivação das políticas públicas, caracterizar o ordenamento territorial, a ponto de entender o processo de reassentamento de famílias impactadas e atingidas pela Usina.

A metodologia utilizada na pesquisa é de cunho bibliográfico e documental, dispo de referencial teórico de autores que aprofundam seus estudos sobre a Amazônia e a construção de hidrelétricas, como Belo Monte. Ademais, o trabalho apresenta também resultados obtidos a partir de pesquisa de campo, realizada no ano de 2017, que resultou na elaboração da Monografia de Graduação e também pesquisa de campo realizada em 2019, que está sendo analisada para efetivar a pesquisa da Dissertação de Mestrado.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Amazônia se construiu entre 1965 e 1985 como uma região de imensas disputas por terras e territórios, em razão de ter sido atingida pela expansão econômica vinda do sudeste brasileiro. Neste momento, não se tratava apenas da era industrial, mais do que isso, tratava-se da expansão provocada pelo capital monopolista que subordinava a soberania nacional. (MAGALHÃES, 1987).

Todavia, diversos autores mostram que naquele período, imaginava-se que essa exploração da região diminuiria, por causa da crise enfrentada no país, no entanto, aconteceu exatamente o contrário. A Amazônia continuou como alvo da implementação de grandes projetos. Neste contexto portanto, a estratégia utilizada para a Amazônia foi a de intensificar a sua integração à economia internacional, objetivando diminuir a dívida externa e manter a credibilidade do país junto à grandes empresas internacionais. (COSTA, 1987).

Logo, Becker (1990) enfatiza que a exploração da região baseou-se na premência de superar a crise e prosseguir com o desenvolvimento regional. Deste modo, pode-se entender que o aproveitamento da Amazônia não se restringe apenas ao espaço e aos minerais que ela abriga, vai muito além disso, pois a região abriga a maior bacia hidrográfica do mundo e uma imensa floresta tropical, o que a colocou como centro dos olhares e a fez tornar-se um grande atrativo para as empresas transnacionais que tem se apropriado de seus espaços e recursos naturais, através da construção e implementação de usinas hidrelétricas de grande porte, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

De acordo com Bermann (2012), Belo Monte foi construída próxima ao município de Altamira, no sudoeste do estado do Pará e envolve uma capacidade máxima de 11.233 MW, em um lago que abrange a área de 668 km<sup>2</sup>. Sendo assim, por ser uma obra de tamanha grandiosidade, Belo Monte apresentou e ainda apresenta, até os dias de hoje após a sua construção, inúmeros impactos sobre a fauna, flora e também impactos sociais, como afirma Fearnside (2015).

A proposta da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu é o foco de intensa controvérsia devido à magnitude e à natureza dos seus impactos. A hidrelétrica de Belo Monte ficou conhecida pela ameaça que representa aos povos indígenas (FEARNSIDE, 2015, p. 232).

Entendemos também, segundo Fearnside (2015), que os impactos sociais de Belo Monte não estão somente sobre os povos indígenas, mas por todas as populações tradicionais, incluindo camponeses, ribeirinhos, quilombolas, além também das populações urbanas. Estas populações, foram informadas que a área em que eles habitavam seria atingida pela usina, por este motivo, eles seriam deslocados para uma outra área, definida pela empresa Norte Energia, responsável pela construção da Usina.

Em vista disso, compreende-se que estas populações passaram por situações muito difíceis, afinal, necessitaram mudar completamente seu modo de vida. Neto (2014) ressalta que as áreas reassentadas são precárias e as casas contam com pouca infraestrutura, por este modo, foi realizada pesquisa de campo, para conhecer e analisar estes impactos na vida destas pessoas atingidas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na realização deste estudo, ficou claro que muitas pessoas tiveram suas vidas alteradas por Belo Monte, pelo fato de terem que ser deslocadas para outros lugares. Em pesquisa de campo realizada no município de Altamira, muitas destas pessoas reassentadas relatam que essa nova vida que eles tem agora, não se compara aquela que tinham antes, pois apesar de morarem antes em áreas de precariedade, casas de palafitas e precisavam todos os anos ter que conviver com a cheia dos rios e igarapés, falam que antes não lhes faltava nada.

Estas pessoas moravam no centro da cidade de Altamira, podiam utilizar-se dos serviços públicos

e atendimentos, quer fosse nos hospitais, bancos e até nos supermercados. As crianças iam para a escola, que ficava perto de casa, quando chegavam da escola se jogavam no rio e brincavam ali, porque era o lugar deles, era o espaço em que eles conseguiram construir suas identidades, desenvolveram suas culturas e costumes.

Desta maneira, hoje as pessoas sentem falta de tudo isso e muitos afirmam que se fosse possível, eles escolheriam voltar para o local e a para as casas que moravam anteriormente. As casas dos reassentamentos não possuem uma boa estrutura física, muitas apresentam rachaduras, infiltrações e por isso as famílias vivem em uma constante ida à Norte Energia, solicitando que eles reformem a casa. Atualmente, a Norte Energia tem feito essas reformas, mas ainda muitas famílias não foram atendidas por tal e não se sabe ainda quantas reformas mais serão necessárias se fazer. Ademais, pensa-se nos valores exorbitantes que a Norte Energia teve com toda a construção de Belo Monte e também com a construção destes reassentamentos, e mesmo assim o gasto não foi suficiente.

O movimento social Xingu Vivo para Sempre, que sempre está lutando por mais direitos para estas pessoas reassentadas, ressaltou que está infraestrutura das casas não são boas porque não foi implementado o projeto original de reassentamento, na época, a empresa tinha pressa em concluir as obras, para que Belo Monte pudesse já entrar em funcionamento, e assim, as casas foram feitas de material inferior e segundo a coordenadora do movimento, Antônia Melo, estas casas possuem uma validade de 5 anos, por isso apresentam tantas precariedades em sua estrutura, o que deixa a população em uma situação muito difícil, pois além de todos os impactos em sua identidade cultural, estas pessoas também precisam lidar com os acontecimentos decorrentes desta grande obra, que é Belo Monte.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posteriormente a todo o processo de pesquisa, é possível compreender que a nossa região amazônica sofre impactos há bastante tempo, baseando-se em todos os projetos de desenvolvimento que foram implementados aqui, a fauna e a flora da floresta já não são mais tão ricas, já que existem inúmeras espécies em extinção, além dos grandes impactos vivenciados pelas populações que aqui vivem, que utilizam-se dos recursos naturais para sustentar suas famílias e que agora, precisam mudar seu modo de vida em favor da implementação de projetos que visam o crescimento e fortalecimento de capitais principalmente estrangeiros, que não beneficiam e nem desenvolvem a população da região.

Desta forma, é evidente que se estes projetos continuarem sendo implementados na Amazônia – como possuem diversas hidrelétricas projetadas para a região, isto aqui se transformará em um grande transtorno, pois os problemas são internalizados e ficam aqui, enquanto que os ganhos, os lucros destes projetos são levados para fora, pelos grandes empresários, levando a um grande desgaste dos recursos naturais existentes.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha. **Grandes projetos e produção de espaço transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia.** In: Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BERMANN, Célio. **O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma.** In: Novos Cadernos NAEA, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. **Crise, Grandes projetos e perspectivas da Amazônia.** In: Os Grandes Projetos da Amazônia: Impactos e Perspectivas. Belém: UFPA/NAEA, 1987, p. 27-38).

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras.** Manaus: Editora do INPA, v. 1, 2015.

MAGALHÃES, Antônio Rocha. **Impacto dos Grandes Projetos na Amazônia.** In: Os Grandes Projetos da Amazônia: Impactos e Perspectivas. Belém: UFPA/NAEA, 1987, p. 27-38).

NETO, José Queiroz de Miranda. **Reassentamento da população urbana diretamente afetada pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA.** In: Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 02, n. 13, 2014, p. 43-57.



## A IMPLANTAÇÃO DO PORTO DO MAICÁ EM SANTARÉM (PA): UM OLHAR A PARTIR DAS POPULAÇÕES LOCAIS

*Josemir Moreira Guimarães*

*Graduado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (UFOPA)*

*E-mail: [Josemir.moreira23@gmail.com](mailto:Josemir.moreira23@gmail.com)*

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos moradores do bairro Pérola do Maicá, localizado no município de Santarém - Pará, compreendendo os fatos acerca da possível implantação de um Terminal Portuário na extensão Lago do Maicá. O caso incide no conflito socioambiental, envolvendo a vontade política e as reivindicações dos moradores deste bairro. A metodologia utilizada na presente pesquisa consiste de revisão da literatura, análise documental e trabalho de campo com 15 entrevistas com moradores urbanos, pescadores e quilombolas. Esta pesquisa é justificada pelo fato de que a possível implantação de Portos na grande área Maicá é um tema que merece ainda bastante discussão, tendo em vista que muitas famílias da localidade tiram do Rio Amazonas o seu sustento. Para que seja possível debater a respeito, é preciso, primeiramente, compreender a natureza e estrutura de um empreendimento desse porte na região que possivelmente receberá este empreendimento, considerando aspectos locais, culturais e sociais.

**Palavras chaves:** Logística, Arco Norte, Portos, Pérola do Maicá, Populações.

### INTRODUÇÃO

O aumento da produção agrícola da soja nos estados do Centro Oeste do Brasil tem enfrentado vários problemas para o escoamento da produção agrícola, um deles tem sido o custo no transporte e a saturação dos portos do Sul e Sudeste do país para receber toda esta produção do campo. Uma das soluções apontadas pelo governo em associação com o setor do agronegócio da soja tem sido a viabilização da construção de um conjunto de infra estrutura (rodovias, portos, ferrovias) para a redução do tempo, além custo no transporte desta produção agrícola para os mercados consumidores. Neste contexto, a região Oeste do Pará por sua localização mais próxima aos principais mercados consumidores de soja (América do Norte, Ásia e Europa) torna-se objeto da instalação de projetos de instalação de portos. Vale ressaltar, que em Santarém a empresa de capital norte americano Cargill, mantém deste 2003 um porto para o escoamento de parte da produção agrícola do estado de Mato Grosso. Visando o processo de transporte, armazenagem e exportação, 03 empresas tendem a construir empreendimentos portuários no município de Santarém. Uma das obras é de responsabilidade da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (Embraps) que apresentou um projeto para construção de um porto para o escoamento da produção agrícola da soja do Mato Grosso na região da grande área do Maicá. A construção de outros portos visa também favorecer as atividades do grupo Cevital, da Argélia, que atua no ramo agroalimentar e é favorecido pelas plantações da região Centro-Oeste do Brasil, e também pela empresa Ceagro.

As comunidades que sobrevivem aos arredores do Rio Amazonas conseguiram obrigar que o empreendimento da implantação de Portos na região do Maicá as enxergassem com o impedimento do andamento da obra, a qual está suspensa até que os quilombolas e outras comunidades regionais do Maicá sejam ouvidos pelo Estado e pela Empresa Brasileira de Portos de Santarém. Eles terão antes de tudo, de consultar às comunidades quilombolas, em conformidade com o que dispõe a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O modelo de desenvolvimento baseado na exportação de insumos agrícolas e agroindustriais, tem

causado transformações radicais nos modos de vida no campo, reforçando heranças socioespaciais geradoras de desigualdades sociais, que de acordo com Castillo et al. (2016, p. 275):

Há muito deveriam ter sido superadas, como a estrutura fundiária altamente concentrada, a expropriação e a expulsão de pequenos agricultores, o controle oligopolizado de recursos básicos como a água, o desrespeito ao meio ambiente e aos modos de vida ancestrais, a segregação urbana e a precarização do trabalho.

As regiões produtivas do agronegócio estão sempre buscando maximizar a sua competitividade, pois disso depende da sua existência. Isso também é uma característica da fragilidade das cidades às variações dos preços das *commodities* no mercado internacional do agronegócio, que não possui nenhuma responsabilidade com a produção. Isso ocorre porque o que alimenta a competitividade é a disputa em nível internacional.

Dessa maneira, o conflito envolvendo a construção de um Terminal Portuário no Lago do Maicá no município de Santarém – Pará, se insere nesse contexto, sendo um plano estratégico do Arco Norte.

O Arco Norte compreende eixos de transporte que levam a portos situados acima do paralelo 16° S. É um projeto do governo em parceria com empresas do agronegócio que visa garantir e organizar as condições necessárias para instalações portuárias e logísticas, como:

“[...] abertura e pavimentação de estradas, construção de ferrovias e hidrovias; financiamento público a obras privadas; incentivos fiscais e energéticos; dispositivos jurídicos que possibilitem ampliação da chamada segurança jurídica, mais direitos e concessões ao setor empresarial; viabilidade do licenciamento ambiental; qualificação de mão-de-obra e elaboração de estudos e pesquisas que possam otimizar a movimentação de mercadorias (RODRIGUES, 2018).

Certamente, é muito mais viável o escoamento dos grãos pelos portos do Arco Norte, pois reduziria a quantidade de tempo, o número de viagens por mês e os custos logísticos.

A grande área do Maicá é formado por um complexo de lagos, cujas águas são originadas no rio Tapajós, com influência do rio Amazonas. A região do Maicá é constituída por 21 comunidades, sendo algumas delas localizadas na área urbana de Santarém.

A construção de portos na região do lago do Maicá, município de Santarém/PA, está ancorada numa estratégia do agronegócio para o escoamento da soja do Mato Grosso pela região norte do país. Visando o processo de transporte, armazenagem e exportação, 03 empresas tendem a construir empreendimentos portuários no município de Santarém/PA. Uma das obras é de responsabilidade da Empresa Brasileira de Portos de Santarém - Embraps.

Segundo Embraps (2016), o terminal da Embraps:

Será um empreendimento dedicado à movimentação de grãos originados da região Centro-Oeste do país. Esta movimentação será realizada por via rodoviária, através da BR-163, e por via fluvial, através do rio Amazonas. A construção e operação do terminal ampliarão a participação do município de Santarém no mercado internacional, tendo em vista, a sua localização estratégica que possibilita a conexão com as principais economias globais.

Dessa maneira, a Amazônia se tornou um espaço para a construção de portos onde o Arco Norte passa ser um palco de exportações de grãos, soja e milho.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ponto de partida para a análise do conflito em torno da construção do porto da Embraps, gira em torno do EIA/RIMA não deixar claro os possíveis impactos decorrentes desta obra.



Segundo Locatelli (2016), mais de quatrocentas famílias eram invisíveis para os produtores de soja que pretendem construir portos nas margens do Rio Amazonas, e os estudos ambientais afirmavam não existir nenhum território quilombola na área diretamente afetada pelo empreendimento.

Em agosto de 2018 foram realizadas 15 entrevistas aleatoriamente no bairro Pérola do Maicá. Em um levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Santarém (2013), a grande área do Maicá apresentava neste ano, 440 famílias, totalizando 2.481 pessoas. Fazendo relação destes dados da PMS com a pesquisa de campo, 40% das entrevistas foram feitas com quilombolas, 32% com pescadores e 28% com moradores urbanos.

Um das questões, levantadas na pesquisa, é de que forma a implantação de portos poderia afetar a população residente no bairro, em síntese, as pessoas mencionaram distintas consequências que este empreendimento possivelmente causará. Dentre os resultados, 25% citaram a prostituição, 25% a escassez de peixe, 25% o aumento do fluxo de carretas, 10% a poluição do lago, 10% a violência, 5% a perda da fauna e flora e também com 5% a privatização do lago.

Com o propósito de conhecer a avaliação acerca dos pesquisados quanto a resistência deste empreendimento, 95% dos entrevistados, se declararam totalmente contra a construção de portos no lado do Maicá, acreditando que este projeto será um leque de grandes problemas no futuro do bairro. Por outro lado, 5% colocam-se a favor destas instalações portuárias, onde essa porcentagem acredita ser uma grande oportunidade de geração de empregos para a comunidade.

O atual prefeito de Santarém, Nélio Aguiar do Partido Democratas (DEM), argumenta, que: “é uma das alternativas econômicas que nós temos, devido a nossa localização. E se nós fecharmos as portas para estes empreendimentos, nós estaremos levando um grande prejuízo econômico para o município e vários empregos deixarão de ser gerados, sem falar na arrecadação para os cofres públicos”<sup>1</sup>.

Concordando com o prefeito, Pedro Riva, responsável pela instalação desse porto. O mesmo relata que: “o porto da Embraps será um marco, pois virão outras empresas que possivelmente se estabelecerão na região e o município de Santarém só tem a ganhar com a geração de 700 empregos diretos e renda”<sup>2</sup>

Podemos, diante disso, fazer uma reflexão acerca de políticas públicas para bairros de periferia. É necessário que tenha um canal de interlocução com estes bairros, objetivando a criação de programas nas áreas de saúde, educação, lazer, cultura, transporte, moradia, trabalho etc. Buscando sempre ouvir a população local, para poder tomar decisões cabíveis que atenda aquela comunidade e que respeite o seu modo de vida.

## CONCLUSÃO

Constatou-se, então, que as empresa que visam instalar-se no lago do Maicá tem um domínio muito forte em relação aos moradores locais, todavia, é preciso que os moradores urbanos, pescadores e quilombolas; precisam serem ouvidos em questão como essa, onde a maioria da população tem uma relação muito forte com a terra e o lago/rio.

Pode-se inferir, tomando como base a pesquisa realizada em campo, que essas populações necessitam de um olhar especial, objetivando a implantação de políticas pública que vá ao encontro com a sua dinâmica de vida, considerando aspectos locais, econômicos, culturais e sociais.

Verificamos que a população em geral do bairro Pérola do Maicá, vive em constante luta em defesa de suas terras, seja ela, dentro do próprio bairro com moradores que são a favor desses empreendimentos, ou fora, com os empresários que visam construir os portos

Portanto, o modo de vida das populações locais do bairro Pérola do Maicá está diretamente ligada ao rio e a terra. Assim, qualquer alteração neste espaço causará problemas de ordem social, cultural, ambiental e econômico na vida destas populações locais.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/13601/em-2017-movimentacao-portuaria-arrecadou-r-1-7-milhao-em-impostos-para-santarem/>. Acessado em 04\09\2018

<sup>2</sup> Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2016/06/o-quilombo-que-parou-um-porto/>. Acessado em: 26 jul. 2018

## REFERÊNCIAS

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEXINHO, Dimas; BUHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. **Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana**. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), p.259-282, V.12, n.18, Especial GT ANPEGE, 2015.

EMBRAPS. Empresa Brasileira de Portos de Santarém. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**. Disponível em: <[http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/06/RIMA\\_EMBRAPSPDF](http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/06/RIMA_EMBRAPSPDF)>. Acesso em: 05 nov. 2018.

LOCATELLI, Piero. Brasil de Fato: **Maicá (PA): O quilombo que parou um porto** (2016). Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/20/o-quilombo-que-parou-um-porto/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Centro Municipal de Informações Ambientais – CIAM. In: **INFORMAÇÕES MUNICIPAIS DE SANTARÉM SEMMA\_ CIAM**. Publicado em 2013. Disponível em: [http://www.santarem.pa.gov.br/arquivosdb/basico1/0668764001357580532informacoes\\_2.pdf](http://www.santarem.pa.gov.br/arquivosdb/basico1/0668764001357580532informacoes_2.pdf). Acesso em: 24 de julho de 2018.

RODRIGUES, J. Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis)**: apresentação, debate e articulações. Rev. NERA. Ano 21, n. 42, pp. 202-228. Dossiê - ISSN: 1806-6755, Presidente Prudente, 2018.

## CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA DA CONVENÇÃO 169 DA OIT: O CASO DOS MEGASPROJETOS PORTUÁRIOS NO LAGO DO MAICÁ, SANTARÉM (PA)

*Valdineia Sauré*

*Acadêmica do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará.*

*E-mail: [valdineias@outlook.com](mailto:valdineias@outlook.com)*

### RESUMO

O objetivo desse trabalho é tratar sobre o avanço do agronegócio exportador da soja na Amazônia e a violação do direito a consulta prévia dos povos tradicionais em Santarém, no Oeste do Pará. Situadas numa região muito rica em recursos naturais, as comunidades tradicionais da Amazônia sofrem diversas pressões como empreendimentos hidrelétricos, projetos graneleiros e de extração de minérios. Todas estas intervenções demandam consultas prévias as comunidades afetadas. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais prevê em seus artigos a consulta prévia, livre e informada sobre quaisquer ações administrativas e legislativas que lhes afetam diretamente aos seus modos de vida. No planalto santareno está previsto para ser implantados em torno do lago do Maicá, três grandes portos graneleiros, dentre os quais o da EMBRAPA, na qual a empresa não está cumprindo o acordo que a convenção propõe.

**Palavras - chave:** Povos tradicionais. Direitos. Violação. Agronegócio.

### INTRODUÇÃO

Segundo Batalha (2001), o agronegócio também chamado de agrobusiness é o conjunto de negócios relacionados à agricultura. Entende-se por agronegócio toda relação comercial e industrial envolvendo uma cadeia produtiva agrícola ou pecuária como: fertilizante, medicamentos veterinários, sementes; produção básica ainda no campo, processamento de leite, produtos vegetais, entre outros.

A região norte tem se tornado uma porta para o escoamento desses produtos e a logística sempre foi considerada um dos desafios para o setor do agronegócio, surge então uma nova rota de escoamento. Santarém é um local estratégico para a exportação, pois tem no rio Tapajós e no Amazonas a porta de saída para o oceano. Para os investidores isso reduzirá os custos com a logística.

A soja chegou em Santarém no final da década de 1990. O município recebeu grandes investimentos de produtores de soja vindo do estado do Mato Grosso. Atualmente três grandes portos graneleiros e uma linha férrea são planejados para serem construídos na cidade, que tem como objetivo escoar a produção de cerca de 16 milhões de toneladas de grãos e produtos primários.

Esses projetos impactarão os povos tradicionais. O projeto, apesar de prever a identificação de apenas uma comunidade entre as dez comunidades quilombolas, ignora outras comunidades tradicionais e povos indígenas na área de impacto negativo do empreendimento em seu relatório de impacto ambiental, e vai na contramão da efetivação dos direitos previstos na convenção 169 da OIT, como o direito à consulta prévia, livre e informada promove a desregulação da convenção no Brasil, atribuindo somente aos órgãos licenciadores (IBAMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente) e os órgãos auxiliares (como FUNAI, ICMBio e outros) a possibilidade de intervenção no licenciamento. O que o relatório omite também são os impactos possíveis para a população local que vivem e sobrevivem em torno do rio Maicá. Para que possa dar andamento ao projeto eles terão antes de tudo que consultar as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos em conformidade com o que dispõe a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Três questões fundamentais rondam a consulta: os seus destinatários, como ser realizada e os seus efeitos. Essa consulta prévia deve ser, de boa-fé, bem informada e tendente a chegar a um acordo. Isso

significa que antes de iniciar qualquer processo decisório, as partes se colocam em um diálogo que permita, por meio de revisão de suas posições iniciais, se chegar a melhor decisão. Desse modo, a consulta traz em si, a possibilidade de revisão do projeto inicial ou mesmo de sua não realização. A convenção não deixa dúvidas quanto a esse ponto: a consulta antecede quaisquer medidas administrativas e legislativas com potencialidade de afetar diretamente povos indígenas e tribais

Os direitos culturais e territoriais estão severamente ameaçados com este projeto. São muitas as resistências dos povos em relação à implantação desses megaprojetos.

Esta pesquisa foi fundamentada em um estudo de caso exploratório e bibliográfico.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A convenção 169 da OIT foi aprovada em substituição à convenção 107. Esta foi a primeira convenção da OIT a tratar dos direitos dos povos indígenas e tribais. Antes dela havia convenções que trataram de assuntos específicos envolvendo os povos indígenas, mas de forma pontual. De maneira geral, a OIT, através de suas convenções, que são seu principal instrumento legislativo sempre procurou tratar de aspectos relacionados a melhoria de vida e dignidade dessas populações. (KEPPI, 2001, p.5).

Conforme Duprat (2002), a convenção 169 da OIT aplica-se tanto aos povos indígenas quanto aos quilombolas, ambos reconhecidos como minorias étnicas pela CF/88. A consulta da convenção deve ser prévia, bem informada e culturalmente situada, adequada as circunstâncias.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O trabalho teve como foco principal, ouvir as populações que se encontram em torno do lago do Maicá em Santarém-Pará, onde o EIA/RIMA da empresa EMBRAPs ignora essas populações tradicionais que terão os seus modos de vidas afetados com a instalação desse empreendimento.

Em maio de 2018, foram realizadas entrevistas com representantes de organizações sociais a fim de compreender a importância que elas tem junto a população na luta pela efetivação de seus direitos no âmbito da educação, território, cultura e no que refere a aplicação da convenção 169 da OIT.

Os movimentos sociais se tornaram muito importante na luta e na defesa de seus territórios unindo forças contra a implantação desse grande empreendimento que causará impactos nos seus modos de vida, cultural, social e econômico.

A segunda parte da pesquisa foi realizada uma pesquisa *in loco* onde foram realizadas entrevistas com os moradores do bairro Pérola do Maicá, onde está localizado o quilombo urbano Maicá. As entrevistas com os moradores foram realizadas no período de 14 a 21 de agosto de 2018, a fim de compreender a formação histórica do bairro Pérola do Maicá.

O estudo mostrou que existem na área oito comunidades quilombolas e três comunidades indígenas as quais possuem relação direta com o lago do Maicá, onde as mesmas não foram consultadas, e sim foram ignoradas no estudo de impacto ambiental publicado na qual aparece apenas a comunidade quilombola de Arapemã.

A dimensão dos impactos que esse projeto causará precisa ser estudado com a participação dessas populações.

## **CONCLUSÃO**

Na região conhecida como Grande área do Maicá encontram-se diversas comunidades que estão localizadas em torno do lago do Maicá que apesar de possuírem modos de vida parecidas se definem como comunidades tradicionais diferentes que exercem de modo sustentável a pesca e o agro-extrativismo. Uma delas é a comunidade Pérola do Maicá, em Santarém-PA. A finalidade deste estudo foi analisar o desrespeito que vem ocorrendo contra a execução da convenção 169 da OIT, no que se refere à consulta prévia, livre e informada aos povos interessados.

Compreende-se que a implantação do porto nas dependências do lago do Maicá pretendido pela EMBRAPs está gerando inúmeras preocupações em várias esferas, aos moradores da Grande área do Maicá e a todas as comunidades circunvizinhas por conta das incertezas e propostas movediças que o projeto oferece, tanto no fator preservação, como nas promessas de desenvolvimento econômico, o

estudo mostrou que apesar da importância dessa Convenção, ainda é pouco conhecida por esses grupos. Levando-se em consideração a uma reflexão da importância de estudos como esse, onde esses povos terão a chance de ter um maior conhecimento sobre o tema.

Por outro lado observa-se que parte desses grupos está organizada em busca da efetivação de seus direitos. Muitos se mostram que não são contra, mas precisam que esse projeto ouça esses moradores, e lutam para que a implantação desse projeto não aconteça de qualquer jeito.

A efetivação do direito a consulta prévia revela-se uma medida urgente para garantir a própria sobrevivência dos povos afetados, assim como representa o reconhecimento da diversidade de identidades, visão de mundo e formas de fazer e viver dos grupos. O direito a consulta prévia livre e informada representa a possibilidades de efetividade de um conjunto de direitos fundamentais dos povos impactados pela obra. A consulta uma vez realizada com essas populações trataria a possibilidade de ambas partes entrarem em consenso.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KEPPI, Jandira. **A ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho pelo Brasil**. Rio Branco: 2001. Disponível em: >[http://util.socioambiental.org/inst/esp/consulta\\_previa/sites/util.socioambiental.org/inst/esp/consulta\\_previa/files/história\\_ratifica\\_c169\\_brasil.pdf](http://util.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/sites/util.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/files/história_ratifica_c169_brasil.pdf).

PEREIRA, Deborah Macedo Duprat de Britto. **O Estado Pluriétnico**. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMAN, Maria. *Além da Tutela: bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

SAURÉ, Valdineia. **Consulta prévia, livre e informada da convenção 169 da OIT: caso : os Megaprojetos Portuários no Lago do Maicá, Santarém-PA**. Trabalho de Conclusão de Curso. Santarém/PA, 2018.



## OS COLEGIADOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUA IMPORTÂNCIA NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DO COLEGIADO BAIXO AMAZONAS, PARÁ.

*Lays Diniz dos Santos*

*Bacharela em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (UFOPA)*

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade (PPGCS\UFOPA)*

### RESUMO

Considerando as influências geradas sob o desenvolvimento territorial ao longo dos anos e recentemente em virtude das mudanças ocorridas no cenário sócio-político e econômico brasileiro a partir de 2016, busca-se apresentar a trajetória e pontos norteadores da pesquisa de dissertação mestrado em elaboração a respeito dessa temática com o olhar voltado a região amazônica, cujo objetivo consiste em analisar o papel do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas, Pará enquanto espaço de deliberação, bem como sua importância no fortalecimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial. Para isso, efetuou-se, nesse primeiro momento, pesquisa e revisão bibliográfica, além da análise documental na intenção de caracterizar a estratégia territorial do desenvolvimento e o estudo desse colegiado. Nota-se, por meio dessa pesquisa preliminar, o enfraquecimento da política em questão e a incerteza quanto a continuidade dos Colegiados, os quais se apresentam em grande avanço ao exercício da gestão e controle social principalmente em espaço amazônico, marcado pelo desenvolvimento predatório e aumento de desigualdades.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento territorial. Colegiado de Desenvolvimento Territorial. Políticas públicas. Baixo Amazonas, Pará.

### INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento vem sofrendo transformações ao longo do tempo, as quais resultaram na quebra de paradigmas conceituais e na difusão de novas percepções teóricas, devido tornar-se objeto de estudo de distintas áreas do conhecimento. Outro fator a exercer influência nesse processo de construção, reconstrução do conceito e uso da abordagem, deve-se ao contexto sócio econômico e político de cada período em que se insere, pois conforme as mudanças nesses aspectos se desdobram, o discurso ganha novos enfoques.

Sendo assim, a partir do século XX, apesar do cenário desfavorável as iniciativas voltadas ao desenvolvimento, tendo como uns dos motivos a crise econômica e o avanço da onda neoliberal, por meio da qual se favoreceu iniciativas na intenção de reduzir a ação Estatal, principalmente na perspectiva social, descontinuando políticas públicas, na justificativa de cortes dos gastos em favor do pagamento das dívidas, evidencia-se um movimento inverso que influenciou o contexto das políticas públicas, em virtude da redemocratização do país e a descentralização político administrativa, alterando as relações entre o Estado e a sociedade, retomando-se os investimentos voltados à coletividade e proporcionando um ambiente, mais propenso ao impulsionamento de políticas de desenvolvimento, com olhar especial ao rural.

Nesse sentido, insere-se a política e abordagem do desenvolvimento territorial, trazendo influências de experiências europeias e devido a avaliação dos governos anteriores, os quais prezavam pelo caráter setorialista e a centralização de investimentos em regiões mais dinâmicas, não gerando grandes resultados positivos.

## A ABORDAGEM POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E OS COLEGIADOS

A dinâmica da política de desenvolvimento territorial pode ser assimilada por meio de dois momentos marcantes a esse processo. No primeiro, são implementadas várias iniciativas, nas décadas de 1980 e 1990 com foco em ações de perspectiva local, podendo citar como um marco ao desenvolvimento rural a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, em 1996, e de seus Conselhos. Inicia-se, o segundo, com os primeiros sinais em 2000, com destaque a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, intensificando-se em 2003 em virtude da implementação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, proporcionando a mudança dessas iniciativas governamentais concentradas no setorial, principalmente na agricultura familiar, passando a perspectiva intermunicipal (ORTEGA, 2008; ECHEVERRI, 2010).

Entre algumas ações realizadas, visando a adaptação e reformulação da estrutura institucional existente ao novo contexto da política, observa-se a renovação do CNDRS que passa a se denominar CONDRAF, em 2003, vinculado ao MDA, apresentando como objetivo principal a proposição e efetivação de iniciativas e políticas públicas por meio da articulação entre esferas da sociedade civil organizada e governo, com foco em três pilares: desenvolvimento rural, reforma agrária e agricultura familiar (MATTEI, 2010).

Com isso, efetiva-se juridicamente o primeiro marco regulatório a aplicação da política territorial da SDT, quando expõe dentre suas atribuições, no art. 2º, inciso II a exigência de ampliação e melhoramento dos mecanismos participativos, de concertação e controle social, possibilitada por meio da implantação de redes colegiadas, dispostas em diferentes escalas (CONDRAF, 2004a; MEDEIROS; DIAS, 2011). O segundo marco da política é criado com a formulação do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais - PRONAT, inserido no Plano Plurianual de 2004-2007 e operado legalmente a partir da divulgação da Portaria nº5, de 18 de julho de 2005 (CORREA, 2009; DELGADO ; LEITE, 2011).

Em extensão ao PRONAT, cria-se, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania - PTC, o qual se implementa com, basicamente, a mesma abordagem na busca pelo desenvolvimento dos territórios, integrando novas políticas, diferenciando-se apenas por possuir um foco maior na superação da pobreza, fortalecimento da cidadania e um processo de gestão social mais complexo, com a mobilização de Ministérios e inclusão dos Colegiados de Desenvolvimento Territoriais - CODETERs (LEITE ; JUNIOR, 2011).

Dessa forma, os CODETERs foram implementados e inseridos na dinâmica do desenvolvimento, primeiramente através da reestruturação do CNDRS ao CONDRAF e posteriormente na gestão do PTC, buscando representar as diversidades e pluralidades no âmbito de seus atores ou arranjos, propiciar a gestão e controle social, participação dos entes, fortalecer e apoiar os segmentos marginalizados, propor políticas públicas, projetos ou demais ações com base no desenvolvimento territorial sustentável, entre outros (MDA/SDT, 2014).

Segundo o CONDRAF (2004b) os CODETERs devem ser compostos por organizações localizadas no território, seguindo a porcentagem de no mínimo de 50% das vagas ativas com representantes da sociedade civil organizada diretamente relacionados a agricultura familiar e no máximo 50%, abrangendo representantes governamentais, organizações para-governamentais e demais representatividades da sociedade civil não vinculadas a atividade da agricultura familiar, cabendo dessa divisão o mínimo de 30% para a participação de mulheres.

A estrutura de funcionamento dos Colegiados é estabelecida por três níveis: o primeiro com caráter deliberativo máximo é realizado pelo Plenário, onde se discute, propõe e delibera sobre os principais assuntos e ações de interesse do colegiado; o segundo, núcleo dirigente, caracterizado como decisório gerencial ou executivo, responsável por mobilizar e articular os segmentos componentes, coordenar atuações do órgão e implementar outras que lhe cabem, e o terceiro nível, operacional ou secretaria executiva, núcleo técnico, realiza o apoio em nível técnico de formação e na execução de projetos (MDA/SDT, 2014; CONDRAF, 2005).

O CODETER BAM, portanto, segue essa estrutura, constituindo-se de modo paritário, abrangendo



em seu núcleo diretivo três entidades da sociedade civil e três do poder público, sendo o núcleo técnico formado da mesma maneira, além de apresentar uma vasta quantidade de atores em sua diversidade inseridos em plenária e incorporando atualmente oito câmaras temáticas, as quais foram criadas de acordo com as especificidades do território.

Esse Colegiado atua no recorte espacial denominado Território Baixo Amazonas, Pará, incluindo treze municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Jurutí, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa e Mojuí dos Campos, abrangendo uma área de aproximadamente 317.273,50 Km<sup>2</sup>, população total de 678.542 habitantes, sendo que 270.980 vivem em áreas rurais, o que demonstra 39,94% do total, 23.659 estabelecimentos da agricultura familiar e 36.787 famílias assentadas da reforma agrária (SIT/MDA, IBGE, 2010)

Nota-se assim, que a política territorial avançou significativamente ao longo dos anos, mas ela não se constitui de modo contínuo, modificando-se e apresentando desníveis, seguindo o contexto histórico e político-econômico. Cabe considerar então, a conjuntura recente, na qual se efetivaram diversas mudanças em curto período, especialmente, no cenário político econômico, devido ao impeachment presidencial em meados de 2016 e nomeação do presidente interino, o qual realizou modificações na justificativa de cortes dos gastos.

Como consequência dessa mudança político-institucional no país, ocorre através da medida provisória n° 726 em 12 de maio de 2016, a extinção do MDA e a transferência de suas competências, primeiramente, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário- MDS. No entanto, o Decreto 8.865 de 29 de setembro de 2016, dispõe a transferência da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAD, antes alocada no MDS, para a Casa Civil da Presidência da República e a estrutura do extinto MDA para a SEAD.

Com isso, ocorre o enfraquecimento da política territorial do desenvolvimento, o que propicia influências na dinâmica do CODETER BAM, perfazendo alguns questionamentos como: Quais as perspectivas desse Colegiado perante esse novo contexto político? O colegiado vai continuar se mobilizando, ou não? Se vai continuar, como vai? É possível afirmar que o CODETER BAM consegue atuar por si próprio, sem dependência do Governo Federal, acerca de questões e demandas específicas do território? Com base nessas indagações, almeja-se responder, com a dissertação proposta, como o Colegiado de Desenvolvimento Territorial no Baixo Amazonas, Pará vem exercendo seu papel durante o período de 2008 a 2017 e em que medida se constitui em um espaço de deliberação e fortalecimento das políticas públicas.

Pretende-se então, abordar a temática, buscando analisar o papel do CODETER BAM, Pará enquanto espaço de deliberação, bem como sua importância no fortalecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial e para alcance desse fim, faz-se necessário identificar a estratégia Territorial do Desenvolvimento na articulação de políticas públicas; caracterizar o processo histórico do CODETER BAM quanto a sua construção e efetivação; diagnosticar as dificuldades encontradas pelo CODETER BAM para condução de suas ações e verificar as políticas públicas implantadas no território a partir do CODETER.

Como critérios metodológicos de coleta de dados propõe-se a revisão e análise bibliográfica, bem como a documental e a realização de entrevistas não-diretivas junto aos representantes dirigentes do CODETER BAM, sendo os resultados tratados por meio da análise de conteúdo, viabilizada com o auxílio do Software Excel.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base no exposto, afirma-se que a abordagem territorial surge na perspectiva da descentralização das políticas públicas, resultante do aumento da participação dos atores, acompanhada pelo controle social e proximidade das instâncias governo e sociedade civil, para que por meio dessa concertação, otimizem decisões e propiciem o desenvolvimento sustentável focado nas áreas rurais, quebrando paradigmas do modelo econômico neoclássico e concretizando uma nova institucionalidade democrática.

A criação e implementação dos CODETERs, em especial, em espaço amazônico, apresenta-se como um marco de grande significância, haja vista as vastas riquezas e especificidades da região, fazendo-

se necessário uma gestão consciente em consonância com o desenvolvimento sustentável, considerando o histórico de desenvolvimento predatório implementado nessa região desde sua colonização e a marginalização dos povos, onde os interesses econômicos eram colocados acima dos sociais e ambientais.

Essa temática do desenvolvimento territorial e a implementação dos Colegiados, portanto, ganhou destaque em um momento propício a implementação de políticas públicas seguindo essas diretrizes, mas atualmente em virtude do panorama de incertezas políticas e econômicas, suscitando no redirecionamento a uma política nacional mais conservadora em relação aos gastos governamentais e as políticas sociais, apresenta-se enfraquecida, levando a diversos questionamentos e necessitando de maiores estudos, sendo essa a proposta apresentada.

## REFERÊNCIAS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF). Resolução nº 35 de 10 de janeiro de 2004a. **Regimento interno do CONDRAF**.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF). **Resolução nº 48 de 16 de Setembro de 2004**, 2004b.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF). **Resolução nº 52 de 16 de fevereiro de 2005**.

CORREA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)**, v. 3, p. 23-38, 2009.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira.. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília, IICA. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 14)**, p. 89-130, 2011.

ECHEVERRI, Rafael. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 12). Brasília: IICA**, 2010.

LEITE, Sergio P.; WESZ JUNIOR, Valdemar João. O financiamento da política de desenvolvimento territorial: uma análise do Pronat e do Programa Território da Cidadania. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília: IICA**, v. 14, p. 169-196, 2011.

MATTEI, Lauro Francisco. **Institucionalidade e protagonismo político: os 10 anos do CONDRAF**. MDA/NEAD, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL- SDT/MDA. **Projeto Implantação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial SDT/MDA e CNPQ/MCTI. Subsídios para assessoria territorial de gestão social**. 2014.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edefu, 2008.

## A DINÂMICA URBANA DO PAC URUARÁ EM SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ

*Eliana Maria de Oliveira Barbosa  
Sirleuzza Cristo da Silva  
Álan Senna Barros de Carvalho  
Jardilene dos Santos Almeida  
Jeniffer Ferreira Carneiro  
Amanda Pinheiro Mota  
Juciléia Oliveira Cunha  
Márcia Cristina Santos da Silva*

### INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho foi proposto para compreensão da dinâmica urbana, pertinente ao PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, programa do Governo Federal, contemplando Santarém no ano de 2007, depois de algumas visitas na área de implantação do projeto no caso a área do bairro Uruará. Este projeto foi viabilizado para área devido à problemática da falta de estruturas, famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social, principalmente, na questão de moradia, infraestrutura e saneamento básico. Com base nestas premissas, nos predispomos a compreender o projeto na área do Uruará, situada na região oeste do município de Santarém, com uma década de implantação no local com diversas famílias que hoje vivem lá.

Neste contexto depois da área finalizada completamente em 2017, fizemos uma abordagem ampla da área, com intuito de observar os pontos negativos e positivos, antes e depois da implantação do PAC-social, na expectativa de focar a urbanização e as mudanças trazidas para aquela área.

O PAC I – social do Uruará está integrado com a área do bairro de Santana implantados em conjunto, devido apresentarem as mesmas problemáticas, principalmente, no período chuvoso quando as famílias que residiam no local da área alagada, as moradias que eram construídas de palafitas, onde nestas casas moravam mais de uma família, não tinham condição de saneamento básico e nem infraestrutura sendo que maioria desses moradores até hoje são pescadores vivendo sempre em risco de vida, as ruas eram pontes de madeiras para atender a demanda do movimento das pessoas.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

MARICATO(2014), enfatiza:

que o poder legal do Executivo Federal sobre o desenvolvimento urbano, em especial sobre seu aspecto central, que é o controle sobre o uso e ocupação do solo, é muito pequeno. Como grande investidor em obras urbanas, o Executivo Federal tem a chance de impor alguma regulação, como são os casos da exigência de Planos Municipais –urbanísticos, de saneamento, de habitação, de transporte e também preconizam algumas leis federais ou alguns programas de investimento

Muitas vezes saíam reportagens nos meios de comunicações que retratavam a situação de calamidade da área, pessoas que sempre moraram neste local com famílias numerosas e até mesmo já com duas famílias dentro de uma mesma casa pequena, a cada chuva o temor dessas famílias se intensificava, pois no período chuvoso as enchentes faziam com que elas saíssem de suas casas para salvar pelo menos a vida, sendo que algumas perdiam o pouco que tinham a cada período chuvoso.

Segundo, Rolnik (2003) traz a ideia de que a urbanização pode ser também estrategicamente

pensada para o lucro posterior, o governo investe em locais que logo lhe beneficiarão, pois ao urbanizar uma área isto pode atrair empresas para se instalarem, assim fazendo uma modernização seletiva do espaço, este fato tem acontecido muito em médias cidades do país.

Madeira (2017) cita que:

(...) as propostas iniciais do Governo Lula para a urbanização de assentamentos precários também reforçam o protagonismo dos governos locais, (...) quanto nas diretrizes do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social. Em 2007, ainda no contexto de restrições orçamentárias, particularmente o contingenciamento, que limitava o investimento em habitação, é lançado o PAC, com uma ambiciosa proposta de investimento em infraestrutura.

Com a chegada do projeto as famílias realizaram cadastros para se beneficiarem com a construção das casas, durante a execução do projeto as famílias foram relocadas para casas de aluguel que era pagos pela prefeitura.

De início foi feito o aterramento da área para que pudessem ser implantadas as ruas, o que causou muitos transtornos a população, pois com a barreira de contenção que foi feita a situação se agravou na chuva posterior e os problemas começaram a surgir, pois as águas pluviais acarretaram uma enchente agravante, com isso as famílias que ainda não haviam se deslocado tiveram que sair até mesmo de forma desordenada, e assim foram para abrigos improvisados nas escolas do bairro e depois foram para casas alugadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) segundo Maricato (2014) criado em 2007, com o intuito de retomar a infraestrutura econômica e social do governo federal, um tanto inexistente desde 1980, onde se deu recuo abrupto nos investimentos, dando início aos ajustes fiscais. Sendo assim o PAC se beneficiou do artifício usado do PPIs (Projeto Piloto de Investimento) – de se constituir em relação ao cálculo do superávit primário. Seguindo a lógica de Maricato algumas obras receberam recursos para serem aplicados, especialmente, infraestrutura social e urbana que é o nosso objetivo, onde estão inclusos recursos para sua execução: luz para todos, recursos hídricos e os pontos principais, saneamento e habitação com verbas destinada para esses fins. Para Maricato o PAC I, contempla a urbanização de favelas, mas também áreas degradadas, condicionando uma vida urbana saudável, para os menos favorecidos, firmando áreas, predominando relações existentes e duradouras.

Neste contexto, depois de muitas idas a capital Belém, o presidente do bairro Uruará, Raimundo Pimentel e a prefeita daquele ano, foram para assinar a efetivação do projeto PAC I, para a cidade de Santarém em 2007, destacando que essas áreas escolhidas, possuíam pessoas que viviam em situação de vulnerabilidade social, então mediante a situação a área do Uruará é beneficiada pelo projeto em questão. No ano seguinte iniciou-se as obras na área para melhorias urbanas, com a implementação de habitação/moradia digna, saneamento básico/ esgotamento sanitário e infraestrutura adequada, de forma estratégica foi feito o aterramento da área para que pudessem ser implantadas as ruas estruturadas, a barreira de contenção/cais orla, drenagem da área, dentre outras.

O PAC- social depois de todo processo nas adequações da área, as casas foram sendo construídas de forma que proporcionasse bem-estar às famílias que viviam antes na localidade, essas casas projetadas pelo governo, apresentada como modelo padrão, foi ganhando formas, ao total foram construídas, 46 casas geminadas na área do Uruará (23 de dois em dois). Casas feitas paredes com parede, contendo: 1 quarto, 1 sala, 1 banheiro e 1 cozinha, com um pequeno quintal na área do Uruará. Para seu Raimundo as casas geminadas não eram adequadas para região, pela questão cultural do povo que gosta de viver isolado, ter seu quintal grande e conversar alto.

Posteriormente, após a consolidação das primeiras casas, foram construídas mais 77 casas na área

que pertence ao bairro Santana, que contemplaria os moradores do Uruará, servindo de apoio para o projeto, com um padrão de casas diferente e ao mesmo tempo comum, com 2 quarto, 1 sala, 1 banheiro e 1 cozinha, e também uma caixa d'água dentro da residência. As moradias beneficiaram cerca de 123 famílias, que foram contemplados por realizarem o cadastro na prefeitura e já conseguiram os números da casa que seria a sua.

A área recebeu a infraestrutura adequada, com ruas estruturadas com asfalto e calçamento, onde as pessoas pudessem circular livremente e viver tranquilo na área. Essas ruas foram elaboradas com espaço suficiente para o tráfego também de veículos. Uma fala interessante de seu Raimundo é: “As pessoas pisaram no asfalto, não andaram mais em pontes, não correriam os riscos que antes existia, a chegada do PAC, foi maravilhoso”. Neste sentido alguns moradores e o próprio presidente, relataram que as pessoas começaram a comprar seus veículos, que antes não podiam ter, visto que tinham as pontes de madeiras, sendo inviável ter um carro ou moto. Contudo a área foi beneficiada com a energia elétrica, encanamento de água direto do microsistema do bairro, levando a urbanização pra esse espaço muito importante para o espaço.

A questão do saneamento básico, segundo Raimundo foi construído a estação de tratamento, em benefício de todos os moradores do Uruará, não somente daquela área, foram colocadas as tubulações vindas das casas, tanto das torneiras quanto dos banheiros, das canaletas e até mesmo dos bueiros, assim as pessoas não estariam contaminado o rio que fica próximo, com os dejetos produzidos no local. Esta implantação é interessante porque a estação estaria tratando a água, para não poluir o rio e nem o subsolo, esta água sairia descontaminada propicia a ser despejado no rio sem prejudicar o ambiente aquático. Portanto, seria também uma forma de proteger as ruas asfaltadas, para não serem danificadas pela água na recente expansão urbana.

O PAC melhorou a situação de estrutura do lugar, organizou o espaço de forma que todos os moradores agora protegidos, diante de todas as dificuldades que ali passaram com os períodos chuvosos, passam a ter momentos de tranquilidade, a urbanização horizontal foi executada o que o projeto continha pra aquela área foi feito. Os objetivos do PAC seriam condições e melhoria de unidades habitacionais, remanejamento de famílias de áreas de risco, de pavimentação, implantação de serviços e equipamentos urbanos, educação ambiental e qualificação para geração de renda.

O PAC encontra dificuldade, segundo seu Raimundo nos relatou, que uma área pertencente ao bairro Santana seria comprada pela prefeitura pra serem iniciadas as obras nesse lugar, porém o dono da área queria um valor muito alto, impedindo o recomeço das casas. Vamos compreender nesta área seriam construídas 77 casas, que serviriam de apoio para o projeto, isto é, as famílias do Uruará deveriam ser remanejadas para essas casas assim que estivessem prontas. Sendo assim o projeto começou de forma errada já na área do Uruará, com a explicação dada pelo presidente do bairro, ficou claro que já pelo aterramento que foi feito no período chuvoso, acarretando alagamentos das casas de pessoas que moravam na área, saíram desordenados, com intervenção da defesa civil e corpo de bombeiros. Contudo, ficou faltando um trabalho social, ou seja, assistência para as famílias com práticas que pudesse ser viabilizadas com a participação dos moradores e do poder público, com a preocupação de tranquilizar e convencer quanto a sua saída da área.

Para Rolnik (2003):

As instâncias e formas de participação popular no planejamento da cidade são instrumentos que agem nesse sentido, abrindo espaços reais de interlocução, para que os setores populares possam efetivamente interferir na construção de um projeto de cidade. Nesse ponto é fundamental e insubstituível a participação popular organizada, produzindo uma interface real – e não simulada – com o poder público.

Neste sentido o poder de decisão se faz necessário em ambas às partes, principalmente, no ato de planejar, atentando para as necessidades que poderiam surgir, e surgiram como a resistência das famílias

que não queriam sair no espaço, por não ter pra onde ir. Neste ponto foi esclarecido que as famílias deveriam encontrar uma casa para alugarem que seria pago pelo governo, muitos saíram em busca e outras não, pelo motivo de perda o terreno.

O PAC foi finalizado em 2017 um projeto que deveria ser entregue no prazo de 2 anos, se estendeu a longos 10 anos e foi concluído em parte, pois o restante das moradias não foram construídas ficando um total de 160 famílias sem casas, 150 famílias são beneficiadas pelo governo recebem uma ajuda de custo para pagar o aluguel, segundo uma moradora R\$300 e as outras 10 famílias não tem apoio, pois terminou o prazo e o recurso disponível também acabou. Segundo os moradores e o presidente, houve desvios de recurso, problemas com questões judiciais, paralisações nas obras que prejudicou o andamento projeto.

As casas projetadas na área do Uruará não oferecem conforto, os moradores não queriam casas geminadas, mas mesmo assim foram feitas, “são apertadas o ar não circular e o calor insuportável, a falta de espaço é complicado por não haver quintal, dificultando até mesmo o aumento das casas, e a vizinhança as vezes não é boa” diz a moradora. Segundo a moradora as casas só deveriam ser aumentadas se fosse de alvenaria. Algumas casas que visitamos foram aumentadas para agregar mais famílias, para sair do aluguel e ocorreram muitas transformações neste espaço depois da entrega das casas. Uma questão intrigante é que durante a execução das casas, algumas foram invadidas por pessoas que não eram nem do lugar, causando revolta nos moradores que também foram e invadiram e desde então, as casas não tinham sido terminada, e os moradores fizeram o que faltavam, alegando que se saíssem outros iriam pegar pra si.

As casas pertencente à área do bairro Santana, depois que foi feito o processo de transição pela justiça na área, que implantaram as 77 casas, depois da não aceitação do modelo de casa germinadas, foram construídas casas individuais, trazendo um melhoramento para as famílias casas com estruturas diferenciadas, muradas e algumas tornaram-se comércio, proporcionando uma qualidade de vida diferente da área do Uruará. A casa será vendida se estiver com a documentação.

Quanto à estação de tratamento não está em funcionamento devido o entupimento da tubulação, carecendo de verbas para executar 80% da obra, isto e, iniciar praticamente tudo.

## CONCLUSÃO

Hoje a área do PAC Uruará é diferente “as pessoas moram em casas que não alagam com as chuvas, saem de suas casas tranquilos durante o período chuvoso, sem preocupar com as ruas alagadas, possuem energia regularizada, água encanada, podendo investir nas suas casas ampliando fazendo conforme suas necessidades, só vi progresso na vida dos moradores, durante os 10 anos que os acompanho, percebi que muitos mudaram de condição de vida” diz Raimundo Pimentel. O projeto em si, foi ineficiente por não contemplar todas as famílias que residiam na localidade, “que vivem a 10 anos de aluguel no limite de sua vontade”, complementa ele. Contudo, as irregularidades existem por conta da falta de fiscalização do projeto, como alguns moradores que residem nas casas do projeto, pagando aluguel para terceiros, ou seja, o antigo dono vendeu a casa do projeto para outras pessoas que já modificaram as estruturas e obtém lucro imobiliário.

O PAC teve sua importância alcançando o objetivo que era urbanizar, fazendo com que aquela área ganhasse formas, trazendo um melhoramento na qualidade de vida das pessoas, onde viviam em situação de precariedade, enfim foi finalizado deixando o seu legado, onde os moradores acreditam que agora é melhor que antes. Portanto, as lutas para implantação de um novo projeto na área já começaram, que é o 3º módulo do Programa Minha Casa Minha Vida, com uma demanda de 150 casas no Uruará e a outra metade para o bairro Mapiri, há algumas áreas no Uruará cercadas na espera desse empreendimento, segundo seu Raimundo, é para as famílias que moram nas casas alugadas, onde as esperanças se renovam.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Felipe Fernandes de. **Produção do espaço urbano e processos espaciais em Natal: o conjunto Ponta Negra em foco.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 15, n. 30, pp. 627-644, dez 2013 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2013-3012>

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995. p.1-16.

MADEIRA, Luiz e CARDOSO, Aduino Lucio. **Urbanização de favelas no Brasil após o PAC: avaliação da experiência e desafios para o futuro**. XVII Enanpur. São Paulo, 2017.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2014.

ROLNIK, R.. **Política urbana no Brasil. Esperança em meio ao caos?**. Revista da ANTP, São Paulo, 2003.





## PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: O CASO DA AACEPPAMO EM ÓBIDOS, PARÁ

**Elzamili Lima Brito**

*Graduação. Universidade Federal do Oeste do Pará. Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.*

*E-mail: [Elzamili.brito@gmail.com](mailto:Elzamili.brito@gmail.com)*

**Janner Santanna de Oliveira**

*Graduação. Universidade Federal do Oeste do Pará. Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.*

*E-mail: [oliveirasantanna@oi.com.br](mailto:oliveirasantanna@oi.com.br)*

**Márcio Júnior Benassuly Barros**

*Doutor. Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará.*

*E-mail: [marcego2000@yahoo.com.br](mailto:marcego2000@yahoo.com.br)*

**Francilene Sales da conceição**

*Mestra. Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará.*

*E-mail: [lenesalesgeo@hotmail.com](mailto:lenesalesgeo@hotmail.com)*

### RESUMO

São muitas as discussões em torno do desenvolvimento rural, e todas elas são bastante reveladoras da situação de descaso em que se encontram grupos sociais que realizam atividades de agricultura e pesca artesanais. O presente estudo tem como objetivo analisar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Associação Agroextrativista dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Óbidos (AACEPPAMO), oeste do estado do Pará, operacionalizado pela Conab, na modalidade Compra com Doação Simultânea. As particularidades inerentes a seus espaços de produção fazem com que as demandas e direitos básicos dos trabalhadores rurais constituam uma complexa teia de relações que por sua vez incrementam demasiadamente as dificuldades de entendimento das relações e, portanto, de intervenção. Com a implementação do PAA e posterior movimentação da AACEPPAMO para participar desse programa, essa realidade foi transformada no município de Óbidos, ocasionando inúmeros resultados positivos para a Associação e para a população beneficiária. Como resultado, verifica-se que a participação da AACEPPAMO no PAA tem gerado renda aos agroextrativistas e pescadores artesanais, ao mesmo tempo que fomenta segurança alimentar às camadas populacionais desfavorecidas economicamente do município de Óbidos. A parceria do Governo Federal com a associação tem retirado dezenas de famílias de situação de miséria e fome em Óbidos-Pará.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Agricultura/Pesca. PAA e AACEPPAMO.

### INTRODUÇÃO

Um dos grandes entraves enfrentados pelos agricultores familiares/pescadores artesanais brasileiros, principalmente os de pequeno porte, têm sido a comercialização de seus produtos. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é parte da estratégia de um programa maior, o Fome Zero (FZ), que tem como objetivo implementar ações de segurança alimentar e nutricional, promovendo, dentre outras ações, a inclusão social e econômica de agricultores familiares e pescadores artesanais na economia local, de um lado, e de outro, a possibilidade de acesso a bens alimentícios por grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional e formação de estoques estratégicos de alimentos.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo pautada na observação participante. Na pesquisa bibliográfica foi realizada uma revisão da literatura sobre Políticas Públicas e Agricultura familiar, na pesquisa documental foram analisados documentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) disponibilizados no site da instituição, enquanto que a pesquisa de campo se deu na cidade de Óbidos-PA com a coordenadoria da Associação Agroextrativista dos

Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Óbidos (AACEPAMO) representantes da Pastoral da Saúde e famílias beneficiárias do programa, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

A realização da presente pesquisa pretende responder a seguinte questão: A execução do PAA operacionalizado pela CONAB, na modalidade compra com doação simultânea está de fato contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar entre os beneficiários do programa no município de Óbidos?

O município selecionado para o desenvolvimento da pesquisa foi Óbidos no estado do Pará, situado na mesorregião do Baixo Amazonas, com uma população estimada em 2016 de 50.596 pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo na agricultura familiar e na pesca artesanal sua principal economia. A escolha dessa cidade, se deve ao fato de ser a única da região que tem uma associação como a AACEPAMO a participar do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade de Compra com Doação Simultânea – CDS, por iniciativa e dinamismo de agricultores e pescadores nativos do município, que viram no Programa, a possibilidade de agregar valor ao pescado.

Os Programas de fomento à produção e comercialização rural são recentes no cenário social do Brasil, e ainda bastante incipientes. Por esse motivo, pesquisas como esta, se justificam pela imperatividade de se realizar análises para esclarecer e aprofundar conhecimentos sobre programas de fomento ao cooperativismo e associativismo no meio rural a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos, que tem gerado renda à populações de camadas desfavorecidas economicamente e retirado milhares de pessoas da situação de miséria e fome no Brasil.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas últimas décadas, assuntos ligados a políticas de segurança alimentar, tornaram-se no Brasil temas de debates, por organizações civis e entidades governamentais e o Programa Fome Zero veio ao encontro desse debate, com a finalidade de desencadear políticas sociais e econômicas, voltadas à redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, combate à fome e a promoção da segurança alimentar, dentre outros. Foram criadas, no Brasil políticas públicas voltadas para a equiparação de oportunidades entre os diversos grupos sociais, envolvendo desde a produção de alimentos no campo, até os grupos sociais que encontram-se em situação de vulnerabilidade social (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Questões de ordem social, econômica e produtiva naturalmente exercem influência decisiva sobre a maneira como o Estado vai intervir no seio de determinado grupo social (GUARESCHI, 2010). Segundo Grisa e Schneider (2015), a criação do PAA, em 2003, resultou da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. O primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Essa discussão intensificou-se a partir do final da década de 1980, ganhou impulso nos anos 1990 e encontrou maior espaço no Governo Lula, envolvendo um amplo leque de atores sociais. O segundo debate foi dirigido ao reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais.

O PAA tem mais de uma década e, no Brasil, se consolidou como um instrumento de luta contra a fome, representa o êxito brasileiro na aquisição de alimentos ao longo desses anos. Do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional, do fortalecimento da agricultura familiar, da melhoria da renda dos agricultores, da valorização da produção local e de sua diversificação, ultrapassou as fronteiras do país, atraindo a atenção internacional justamente pela consistência e a eficácia dessa arquitetura e dos efeitos multiplicadores comprovados em seus resultados.

Segundo Grisa e Schneider (2015), os projetos do PAA contam com a participação dos agricultores e pescadores artesanais ou suas organizações (associações, cooperativas) e com a participação das prefeituras e do Governo Estadual. Os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar aprovam os projetos e conferem maior confiabilidade à sua fiscalização e execução. Os beneficiários e fornecedores do PAA são: os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e de demais povos e comunidades tradicionais, e, que preferencialmente estejam organizados em cooperativas ou associações.

O PAA tem como objetivo precípua incentivar a agricultura familiar, tendo como foco principal a garantia da comercialização da produção familiar, com vista à distribuição desses alimentos às pessoas

em situação de insegurança alimentar e nutricional e à formação de estoques estratégicos pelo Governo Federal.

Para o alcance desse objetivo, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participação da produção familiar na economia brasileira não somente é um fator de desaceleração do fenômeno do êxodo rural e fonte de recursos para famílias de rendas menores, como também possui importante contribuição para a geração de riquezas. Conforme Brose (2000), a produção familiar, depende fundamentalmente da intervenção estatal para promover o desenvolvimento local regulando as assimetrias do mercado através de políticas públicas. Desta forma, o PAA vem realizando papel de instituição de fomento da AACEPAMO, no que diz respeito ao incentivo da produção artesanal de pescado destinado tanto para o comércio local quanto para suprir necessidades básicas de grupos carentes socialmente, e que são atendidos por organizações civis vinculadas à igreja católica em Óbidos-PA (Pastoral da Criança).

A AACEPAMO, objeto desta pesquisa, fundada no dia 18 de agosto de 2006, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede administrativa, no município de Óbidos, mesorregião do Baixo Amazonas no estado do Pará. Foi constituída pela união e solidariedade de pescadores e pescadoras artesanais residentes na área urbana e rural do município.

Atualmente a AACEPPAMO conta com 84 sócios cadastrados, destes, 40% são mulheres e todos fazem parte da Colônia de Pescadores e Pescadoras Artesanais Z-19 de Óbidos, suas principais atividades econômicas, sempre tiveram voltadas para a pesca artesanal e a comercialização das diversas variedades de pescados. Atualmente, a comercialização do pescado produzido é toda direcionada para o PAA Federal.

**Figura 1:** Momento da entrega do pescado às famílias beneficiárias do PAA.



Foto: Arquivo da AACEPPAMO

Segundo Ruffino (2005), a pesca artesanal na Amazônia é uma atividade tradicional com grande potencial para o desenvolvimento social e econômico das populações locais, esta atividade possui papel destacado quando comparada com as demais regiões do país, devido à diversidade de espécies exploradas, percentual de pescado capturado e pela alta correlação das populações ribeirinhas com este ramo de atividade.

Neste sentido, gradativamente a AACEPPAMO foi se expandindo e a cada ano vem se adequando às normas legais, e proporcionando o que de fato é o propósito da associação, ou seja, estimular a produção pesqueira, no intuito de beneficiar a população local com o fornecimento de alimentos, mas também servindo de fonte de renda aos seus associados e associadas, através da comercialização do

pescado nos mercados dos grandes centros urbanos regionais, como Santarém, Belém e Manaus.

Podem ser citados inúmeros resultados alcançados pelo fomento do PAA à AACEPPAMO especialmente por representar um instrumento de política agrícola para a comercialização de produtos familiares, e um poderoso mecanismo de assistência alimentar, que assegura o fornecimento de alimentos para inúmeras famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional no município de Óbidos.

Neste estudo, destacaremos dois dos principais resultados das ações de fomento do PAA na AACEPPAMO, o primeiro é a existência de uma entidade beneficiária, a Pastoral da Criança de Óbidos, que recebe periodicamente alimentos através da modalidade Compra com Doação Simultânea. O segundo é que a execução do PAA na AACEPPAMO criou de um lado, um ciclo virtuoso nos circuitos locais de abastecimento, possibilitando às organizações produtoras ampliar e diversificar sua produção, gerando excedentes para além do Programa, e, de outro lado, amplia o consumo de alimentos em quantidade e qualidade que permite a valorização do consumo de alimentos que reforçam e promovem hábitos de consumo de base regional e com maior valor nutricional.

## CONCLUSÃO

O PAA desempenha grande importância na manutenção da AACEPPAMO, posto que apresenta uma política diferenciada em termos de segurança alimentar e de fomento à produção agroextrativista e pesqueira na escala local e regional, envolvendo, de um lado, os produtores rurais que têm dificuldades para comercializar a sua produção e de outro, as instituições sociais que precisam adquirir produtos no mercado, beneficiando, desta forma, produtores e consumidores.

Constata-se que o PAA contribui para a melhoria da renda dos pequenos agricultores/pescadores, provando ser uma modalidade de admirável poder estruturante, uma vez que através desse mercado institucional a agricultura familiar e a pesca artesanal geram trabalho e renda, dinamizando a economia local, fortalecendo as organizações econômicas de produção familiar, contribuindo para a segurança alimentar, a estabilidade econômica no meio rural e a manutenção da população no campo. Também gera empregos, agrega valor, distribui a renda e alimenta as cidades e, ainda contribui para conservação do meio ambiente. A pesca na Amazônia se constitui numa atividade de extrema relevância, garantindo por gerações a manutenção das comunidades que, tradicionalmente, habitam a região.

## REFERÊNCIAS

BROSE, Markus. **Fortalecendo a Democracia e o Desenvolvimento Local: 103 Experiências Inovadoras no Meio Rural Gaúcho**. EDUNISC, 2000.

GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. 624 p.

GUARESCHI, A. **A Operacionalização da política de segurança alimentar: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos em Tenente Portela, Rs**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2010.

ISAAC, V. J.; MILSTEIN, A.; RUFFINO, M. L. **A pesca artesanal no Baixo Amazonas: análise multivariada da captura por espécie**. Acta Amazonica 26, 185- 208, 1996.

ISAAC, V.J.; SILVA, C.O.; RUFFINO, M.L. (2005) **Pesca no Baixo Amazonas - a pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA/ Pro-Várzea.

MATTEI, Lauro. **Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do pronaf**. Artigo. UFSC, Florianópolis, SC.

RUFFINO, M. L. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005. 135 p.

SANTOS, Creuza Andréa Trindade dos. **Publicação de normas técnicas para apresentação de trabalhos científicos da UFOPA**. colaboração de Rogério Aoyama. – Santarém: UFOPA, 2016.

## EXPANSÃO URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ZONA OESTE DE SANTARÉM – PARÁ.

*Lazarine Taiara do Nascimento  
Ana Paula dos Santos Milhomem Nunes  
Marcus Vinícius da Costa Rodrigues*

### INTRODUÇÃO

O crescimento desordenado tem sido um grande problema nas cidades do Brasil, pois estas não possuem políticas de planejamento urbano, causando transtornos para o poder público e população em geral. Na Amazônia, essa expansão não foi diferente, com a ideia de “ocupar para não entregar”, do Governo Federal, a floresta amazônica legal foi ocupada e povoada por sulistas, atraídos pelas promessas de terras baratas e riquezas. Em Santarém (1970) a estrada BR – 163 foi construída nesse período, para facilitar o deslocamento entre Norte e Sul. De acordo com Renato Leão et al. 2010 apud Marcelia Cardoso, “já na década de 1980, juntamente ao Aeroporto, foi construído um importante corredor, a Avenida Fernando Guilhon.”

A Avenida Fernando Guilhon, que segundo Marcelia Cardoso et al. (2017), “se tornou importante via de acesso, ao entorno dela foi construindo-se bairros e acentuando a periferização do município, estes, fruto de ocupação espontânea ou invasões de terras particulares e/ou áreas de proteção ambiental e/ou de interesse ambiental.”

Com o objetivo de aproximar o poder público da população, a fim de atender as necessidades por região, em 2017, a área urbana do município de Santarém foi dividida em zonas onde na Zona Oeste, bairros ao entorno da avenida Fernando Guilhon, estão integrados: Santarenzinho, Amparo, São Cristóvão, Alvorada, Conquista, Novo Horizonte, Maracanã, Maracanã I, Nova Jerusalém, Elcione Barbalho e Nova Vitória.

Entendendo política pública como conjunto de ações do governo que produzirão efeitos específicos (LINS, 1980) ou soma das atividades dos governos que agem diretamente ou através de delegações, e que influenciam a vida dos cidadãos (PETERS, 1986), o governo municipal supriria as necessidades da dada população, estando essa atualmente em foco pelo capitalismo, já que nesta área se localiza grandes empreendimentos econômicos e a expansão horizontal do município está direcionado a Zona Oeste.

A metodologia utilizada foi a documental, bibliográfica e pesquisa de campo com observação direta. Na pesquisa documental foi analisado documentos no site da Prefeitura de Santarém-PA, na pesquisa bibliográfica se deu a partir de estudo de materiais publicados sobre a referida área de estudo, sobre políticas públicas e sobre o desenvolvimento urbano em sentido do macro para micro e na observação direta se deu em visita aos bairros da Zona Oeste, com alguns moradores.

Para a realização da pesquisa temos a seguinte questão: Identificar se a demanda de serviços públicos e políticas públicas oferecidas a população da Zona Oeste de Santarém – PA vem acompanhando o desenvolvimento urbano, comparando oferta e demanda.

A Zona Oeste foi recentemente criada, com o intuito de melhorar a comunicação entre governo e sociedade para assim melhor atender a população local.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em se tratando do contexto político-institucional brasileiro responsável por estabelecer as políticas públicas assim como as ações e diretrizes para sua implantação, é possível compreender todo o conjunto de fatores que contribuem e/ou interferem nesse processo que começa a partir do momento de sua elaboração até sua finalização. Para melhor entendimento, inicialmente deve-se ter claramente uma ideia do que se trata a política pública, nesse sentido o termo política pública (*public policy*) está vinculado a

palavra “política”. Ou seja, as políticas públicas são voltadas para decisões políticas tanto no sentido concreto quanto no sentido simbólico, dos processos e atuação dessas decisões. De acordo com Secchi (2012), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, sendo uma orientação à atividade ou à passividade de alguém das quais, também fazem parte da política pública, segundo o autor, uma política pública possui dois elementos fundamentais: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público, dessa forma o fator gerador para se estabelecer uma política pública consiste na resolução de um problema que seja classificado como coletivamente relevante. Duas interpretações surgem quanto ao que se pode entender por problema público e por qual seja a intenção de enfrentar um problema público vivenciado pelos atores políticos envolvidos com o tema, como por exemplo: os *policy makers*, os *policy takers*, os analistas de políticas públicas, a mídia, os cidadãos em geral. Como ator protagonista, o papel do Estado varia em cada país, e muda constantemente dentro de um mesmo país o que tem acarretado a mudança no papel do Estado moderno e o rompimento das barreiras entre esferas estatais na solução de problemas coletivos, como por exemplo o tráfico internacional de drogas, a fome, as mudanças climáticas, o enfrentamento dos problemas públicos.

Contudo, o Estado moderno ainda se destaca em relação a outros atores na promoção de políticas públicas, desta forma a elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais da existência do Estado moderno, o mesmo monopoliza a força legítima e lhe confere superioridade objetiva a outros atores, ele acaba controlando grande parte dos recursos nacionais e, com isso consegue elaborar políticas robustas temporal e espacialmente. Todavia, a essência conceitual de política pública é o problema público, por isso, o que define se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. Sendo assim, a forma do problema é que define se é um problema público e dá a política a qualidade de “pública”. Independentemente do nível de análise, ou do nível de operacionalização, o conceito de política pública está vinculado à tentativa de enfrentamento de um problema público. O estudo de uma política pública, não pode ser interpretado apenas como coletivamente relevante, como bem define Sjöblom (1984) “problema” é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível. De outra forma, o problema existe quando *Status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa de alcançar uma situação melhor, sendo assim, o problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública. Neste caso um “problema público” depende da interpretação normativa de base, ou seja, ele é considerado público quando tem implicações para quantidade ou qualidade notável de pessoas. Em resumo, o mesmo só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade).

Dentro do universo das políticas públicas existem os estilos de políticas públicas que para (Richardson, Gustafsson e Jordan, 1982; p. 2) constituem-se em procedimentos operacionais padrão de elaborar e implementar políticas, sendo o estilo “um jeito de fazer as coisas” ou uma tática de condução de um processo. De acordo com o estilo, a elaboração de uma política pública pode ser conduzida, de forma mais autocrática ou mais democrática ou com predomínio de mecanismos de premiação ou de coação. O estilo na prática contribui na gestão das políticas públicas com método de tomada de decisão, método de avaliação das políticas públicas, métodos de coordenação de ações, método de resolução de conflitos, nesse sentido, a análise de estilos de políticas públicas é relevante para que os atores protagonistas façam a escolha do “melhor” método, o que tem mais chance de resolver o problema público, ou que atenda os valores básicos da arena política em questão como equidade, eficiência, flexibilidade.

Ao sistema de políticas públicas está atrelado o mecanismo de participação como um dos meios mais recorrentes nas análises dos processos de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. Segundo Fung (2006) a participação varia de acordo com a acessibilidade (quem pode participar); como são compartilhadas as informações e as tomadas de decisões (tipo de interação); qual o link entre as discussões e a decisão (grau de influência). No Brasil, a participação cidadã nos processos de decisão pública são articulados com audiências públicas, conselhos gestores setoriais e métodos de planejamentos participativos como por exemplo: orçamento participativo, plano diretor elaborado pelos municípios). Para Fung (2006) a participação afeta diretamente a legitimidade, a justiça e a eficácia das políticas

pública. Secchi & Plebani (2006) enfatizam que apesar de a participação ser amplamente aceita na democracia ocidental, existem algumas dificuldades em relação a sua efetivação tais como: custo de coordenação das ações e contribuições dos atores envolvidos, dificuldades de resolução de conflitos, custos de oportunidade. São problemas que se agravam ainda mais quando há escassez de tempo para a coordenação de todos os atores. Como parte deste contexto, encontram-se as políticas urbanas, que evidentemente se constitui em um cenário que define bem às dificuldades aqui relacionadas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Zona Oeste de Santarém, a muito pouco tempo conhecida como grande área do Santarenzinho, se destaca no Município por ser uma das maiores áreas da cidade no que diz respeito a extensão territorial, podendo ser comparada a um distrito, ou denominada como uma minicidade, dada a sua importância (MAIA, 2018).

Ela foi criada no ano de 2017, através da Revisão do Plano Diretor, abrange os bairros do Amparo, São Cristóvão, Alvorada, Conquista, Novo Horizonte, Santarenzinho, Maracanã, Maracanã I, Nova Jerusalém e Nova Vitória, sua criação se deu para que houvesse maior e melhor atuação do governo municipal, visando aplicar as políticas públicas de forma mais eficiente (SANTARÉM, 2017).

Esta é uma das zonas urbanas que mais cresceu nos últimos anos, e sofreu atualmente grandes alterações habitacionais, sociais e econômicas, pois o olhar capitalista está destinado a essa área, após a duplicação da Avenida Fernando Guilhon vários empreendimentos se formaram na área, atualmente conta com shopping, residenciais de alto padrão, projeto habitacional Minha Casa, Minha Vida, loteamento Buriti e vários outros equipamentos urbanos. Mas apesar desses novos empreendimentos, a população dessa região não possui estrutura de serviços básicos adequados, tendo seus direitos fundamentais comprometidos.

O que se percebe, é que muitos dos serviços públicos não acompanharam esse crescimento, pois além da expansão urbana desordenada, existem problemas de infraestrutura, saneamento básico, segurança pública, saúde e educação, o que de certa forma evidencia a falta de acompanhamento das políticas públicas ou a ausência do governo municipal nesta área.

Em todos os bairros que compõem a Zona Oeste de Santarém, são encontrados estes problemas, inclusive no Residencial Salvação, que foi planejado e é fruto do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, nele não há estruturas adequadas para instalação de unidades básicas de saúde, e para funcionamento de escolas. No caso da unidade de ensino, funciona em uma estrutura improvisada.

Se tratando dos bairros frutos de ocupações, não possuem infraestrutura urbana adequada, saneamento básico, esgotamento sanitário, ausência de serviços de drenagem, postos de saúde em cada bairro, Agente de saúde e de Endemias em número adequado, creches e escolas insuficientes para a quantidade de moradores.

As políticas públicas oferecidas pelo poder público são insuficientes para a área, pois com o constante aumento populacional e deficiência na gestão pública municipal, cidadãos menos favorecidos sofrem a carência de serviços públicos. Ressalta-se nesse cenário a existência de instrumentos de participação popular, dentre todos o mais conhecido, o Plano Diretor, nesse a sociedade tem oportunidade de ser ouvida e ter seus anseios atendidos pelo poder público, nele há políticas de desenvolvimento e de gestão. De acordo com o Plano Diretor Municipal de Santarém em seu Art.3º é garantido o acesso a bens, serviços e políticas sociais a todos os munícipes. Ainda de acordo com o Plano Diretor Municipal em Art.4º, também é garantido a esses munícipes a justa distribuição dos benefícios decorrentes do processo de urbanização.

## **CONCLUSÃO**

A expansão urbana não significa necessariamente desenvolvimento urbano, observa-se isso ao analisar a Zona Oeste do município, apesar de instrumentos de participação popular para enfrentamentos de problemas sociais, econômicos e habitacionais, o poder público não consegue atender a demanda local, causando grande insatisfação local por falta de eficiência no que se refere a oferta de políticas públicas e serviços públicos.

A Zona Oeste apesar de ser crescente tanto em território quanto populacionalmente não conta com a efetividade do Plano Diretor municipal, este parece não existir. O poder público faz vista grossa quanto a demanda e a sociedade por sua vez não usa do poder que tem para pleitear benefícios garantidos em lei.

Com toda importância que a zona oeste ganhou ao longo dos anos, se torna notório que em termos de políticas públicas, foram ineficientes e incapazes de acompanhar o crescimento, comprometendo a qualidade de vida da população residente nesta área específica da cidade, onde há uma enorme demanda por serviços sociais.

Diante deste cenário, se faz necessário agir em prol da elaboração de novas políticas públicas, bem como na fiscalização, atualização e manutenção das políticas já existentes, dando um olhar especial para as mazelas sociais encontradas nesta área, para assim impulsionar tanto o crescimento econômico, como a redução da desigualdade social muitas vezes causadas pela falta de políticas urbanas, contribuindo assim para um crescimento homogêneo.

## REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, E. M., **Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação, tese**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARDOSO, M. C., SOUZA, R. R. de, CHIBA, H. S. A., VIEIRA, T. A., **Expansão urbana em Santarém, Pará: uma análise a partir da ocupação Vista Alegre do Juá**. In: **Seminário Internacional sobre Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios**, 8., 2017, Santa Cruz do Sul, RS. Anais... Santa Cruz do Sul, RS: Santa Cruz do Sul, 2017.p.1-11.

CARVALHO, S. N. de., **Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor**. São Paulo Perspectiva. 2001, vol.15, n.4, pp.130-135.

GOMES, T. do V., CARDOSO, A. C. D., COELHO, H. S., OLIVEIRA, K. D., **Santarém (PA): um caso do espaço metropolitano sob múltiplas determinações**. **Cad. Metop.**, São Paulo, v.19,n.40,pp.891-918,set/dez 2017.

MAIA, Marilha. **Histórias curiosas marcam origem de bairros em Santarém**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/pa/santarem-regiao/noticia/historias-curiosas-marcam-origem-de-bairros-de-santarem.ghtml>>. Acessado em: 15/11/2018.

MENDES, L. A. S. O., J. M. G. C. de. **Expansão urbana e a produção de periferias em Santarém - Pará: em estudo sobre o entorno da Avenida Fernando Guilhon**. In: Anais XVI do Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. **Expansão urbana e periferização de Santarém – PA, Brasil: questões para o planejamento urbano**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, 2008.

SANTARÉM. **Lei Municipal Nº 18.051/06. Plano Diretor do Município de Santarém**. 2006.

SANTARÉM. **Minuta do projeto de lei de revisão do plano direto de Santarém**. 2017.

SOUZA, C., **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, p.20-45,jul/dez 2006.



## OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO DA SOJA NO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA

**Marcus Vinícius da Costa Rodrigues.**

*Graduando em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (UFOPA)*

*Membro do Grupo de Pesquisa CNPq – Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM).*

*E-mail: [marcusrodrigues.btt@gmail.com](mailto:marcusrodrigues.btt@gmail.com)*

### INTRODUÇÃO

O Agronegócio é um assunto bastante discutido atualmente, isso ocorre em função de sua história no país, onde se destaca como um dos principais setores da economia, tendo uma grande parcela de contribuição no crescimento econômico e “desenvolvimento” de alguns estados e municípios brasileiros. (ZAMBRA; SOUZA; PEREIRA, 2015)

Nos últimos anos, o Brasil ganhou grande destaque no cenário internacional, sendo um dos maiores exportadores de grão de soja do mundo. Em decorrência disso, o setor se tornou um dos mais importantes quando se fala em desenvolvimento, pois tem potencial para impulsionar os diversos índices de crescimento, bem como o Produto Interno Bruto (PIB) do País. (ZAMBRA; SOUZA; PEREIRA, 2015)

Diante de toda sua grandeza, o agronegócio surge como um instrumento que, além de contribuir significativamente para o crescimento econômico nacional, pode promover a redução dos índices de desigualdade social, gerando emprego e renda para a população e ajudando no crescimento e desenvolvimento dos estados e municípios onde o agronegócio está instalado, principalmente em função da produção de soja. É com esse discurso que o agronegócio vem se expandindo no território nacional.

Atualmente, o estado do Pará é visto como um Estado promissor, pois apresenta diversas vantagens climáticas para o desenvolvimento do setor na região. Segundo dados da FAEPA, o mesmo tem se destacado na produção de soja, ultrapassando 1,5 milhão de toneladas, e no ano de 2017 contribuiu para que o Estado fechasse o ano com elevado índice de crescimento.

O Estado do Pará vê no agronegócio a grande possibilidade de desenvolvimento, principalmente na região Oeste do Pará, onde a produção de soja vem ganhando espaço ano após ano, especificamente na região metropolitana de Santarém, onde existem vários projetos relacionados a logística de exportação da produção de soja. Contudo, o setor não tem mostrado todo seu potencial para o crescimento e desenvolvimento da região, o que gera bastante conflito.

Em Santarém/Pa, há 20 anos, foi implantado o agronegócio globalizado da soja na região, e desde então esse fato vem recebendo bastante atenção, sendo discutido por diversas instituições do Município. Esses debates giram em torno dos impactos da soja na produção familiar, e na condição e qualidade de vida da população residente próximo a esses empreendimentos.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É sabido que o agronegócio é tido como a mola propulsora da economia brasileira, com potencial para influenciar diretamente no desenvolvimento nacional, tendo na soja o grande destaque (ZAMBRA; SOUZA; PEREIRA, 2015). Desta maneira, quando a cultura da soja se torna atividade predominante em uma determinada região, faz com que todos os setores da economia sofram a influência de seus resultados (BRUM; DALFOVO; AZUAGA, 2009).

Com seu grande potencial e influenciando positivamente nos demais setores da economia nacional, vemos que a cultura da soja pode vir a ser o divisor de águas para as localidades onde esta atividade vem

sendo executada, pois ela fortalece o setor e possibilita o crescimento e o desenvolvimento das mesmas, impulsionando os índices de desenvolvimento socioeconômico.

Zambra, Souza, Pereira (2015), afirmam que, a relação da produção de soja, crescimento e desenvolvimento, esta vinculada com a distribuição e qualidade do produto, ou seja, os resultados obtidos através do agronegócio da soja, são quem ditam o ritmo da evolução das regiões onde se encontram esses empreendimentos.

Quando os resultados são positivos as regiões tendem a se desenvolver rapidamente, caso os resultados não sejam satisfatórios, este desenvolvimento perde velocidade. Entretanto, “diversos setores da sociedade têm demonstrado preocupação e contrariedade quanto ao avanço daquela atividade” (MARTINS, 2014, p. 115).

Para Araújo (2014) um dos problemas dessa atividade, é a forte ligação econômica, tendo pouca relação com outros aspectos, como sociais e ambientais. Seguindo nessa mesma linha de pensamento, Martins (2014) ressalta que a dinâmica da produção de soja não está ligada apenas ao setor econômico, ela possui relação com as dimensões políticas, sociais e culturais.

Diante disso, percebe-se que, o desenvolvimento que é gerado pela soja, gera muita discussão e polêmica, e visa exclusivamente o crescimento econômico, evidenciando a falta de políticas públicas e um desenvolvimento alinhado a realidade das regiões onde estes empreendimentos se encontram.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2017, o município de Santarém-PA, produziu cerca de 54.000 mil toneladas de grão de soja, totalizando um valor da produção de R\$55.153 (cinquenta e cinco mil cento e cinquenta e três reais), e de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, no mesmo ano o setor agropecuário gerou apenas 65 vagas de emprego no município, números baixos para a grandeza do setor.

Diante dos números, e apesar da forte ligação econômica que a soja possui, percebe-se que ela não tem contribuído para alterar positivamente o perfil socioeconômico do município de Santarém-PA, isso se dá por conta da modernização do setor, onde um trabalhador pode controlar uma máquina que é capaz de realizar uma série de atividades, não sendo necessário contratar mão de obra humana em grande quantidade, o que produz um resultado negativo na redução dos índices de desigualdade social, pois ha grande concentração de renda no município.

Além disso a produção da soja gera muitas expectativas em boa parte da população santarena, porém não tem sido capaz de satisfazer as necessidades do povo no que diz respeito a geração de emprego e renda, e em muitos casos contribui para a periferização da cidade, pois com a expansão da produção de soja no município, muitos agricultores se veem obrigados a vender suas terras e partirem rumo a cidade buscando outras alternativas para o sustento da família.

## **CONCLUSÃO**

É sabido que existem vários questionamentos relacionados a produção de soja, principalmente ligados ao desenvolvimento regional, pois sua importância como setor econômico acaba influenciando no crescimento de muitas regiões do país. Mas ao olhar para o município de Santarém-PA, podemos concluir que a produção de soja pode vir a ter um papel importante no desenvolvimento e crescimento da região, porém é necessário pensar em outras alternativas que sejam condizentes com a realidade do Município.

Temos em Santarém muitas opções para buscar o tão sonhado desenvolvimento, haja vista que a cidade tem um excelente potencial turístico e conta com inúmeras instituições de ensino, podendo ser caracterizada como uma cidade-universitária, o que possibilita a realização de novos estudos que podem indicar quais os rumos que Santarém deve seguir.

Políticas públicas também devem estar alinhadas com as características da cidade, para que não fujam da realidade vivida neste município, fazendo com que a produção de soja seja a mola propulsora do desenvolvimento, ou que junto a outros seguimentos ela possa contribuir de forma mais eficaz gerando emprego e renda para a população, e também proporcionando o crescimento de outros setores, reduzindo índices de desigualdade social.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rodrigo da Cruz. Análise sobre a Monocultura da Soja e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia com Base na Teoria do Desenvolvimento Endógeno. **Revista Economia e Desenvolvimento**. Vol. 26, n 1, 2014. p 105-118.

BRUM, Argemiro Luís; DALFOVO, Wylmor Constantino Tives; AZUAGA, Feliciano Lhamos. Alguns Impactos da Expansão da Produção de Soja no Município de Sorriso-MT. **Desenvolvimento em Questão**. Ed. Umijuí. Ano 7, n. 14. jul/dez. 2009. p. 173-200.

FAEPA. **Agronegócio Paraense**. Disponível em:

<<http://sistemasfaepa.com.br/faepa/agronegocio-paraense/>>. Acesso em: 31 de julho de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Tabela 1612 – Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias**. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>>. Acessado em 21 de novembro de 2018.

MIRANDA, Roberto de Sousa. O Agronegócio da Soja no Brasil: do estado ao capital privado. **Norus**. Vol. 1, n. 2. jan/jun. 2014. p. 122-141.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Brasil – Saldo do emprego formal de janeiro a dezembro de cada ano por município, com ajustes**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged/caged-2017/caged-dezembro-2017>>. Acessado em: 21 de novembro de 2018.

ZAMBRA, Elisandra Marisa; SOUZA, Paulo Augusto Ramalho de; PEREIRA, Raquel da Silva. **Os Impactos da Produção de Soja e a Dinâmica do Desenvolvimento em Sorriso – MT**. Pretexto, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p.92-105, jul/set. 2015.



## CIDADE DE BELTERRA (PA) E SUAS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS: 1930 – 2016

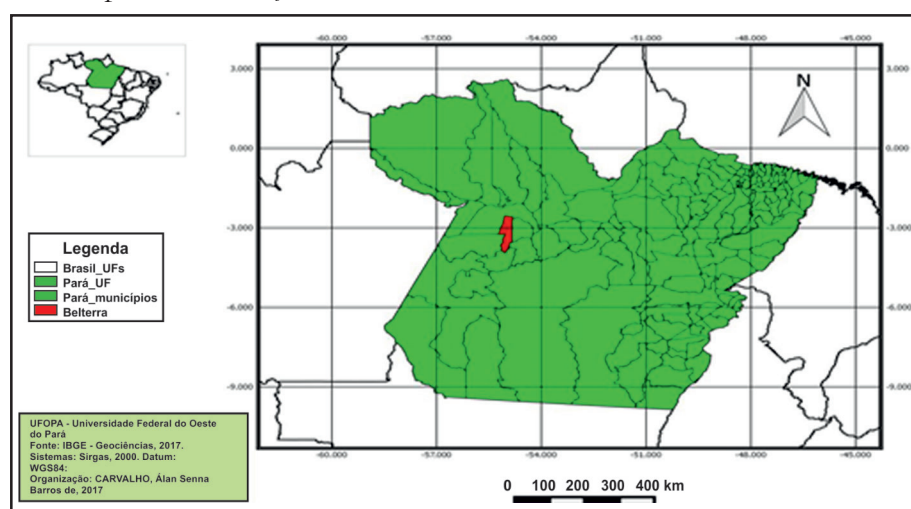
*Alan Senna Barros de Carvalho*  
*Eliana Maria de Oliveira Barbosa*  
*Sirlenza Cristo da Silva*  
*Jardilene dos Santos Almeida*  
*Jeniffer Ferreira Carneiro*  
*Amanda Pinheiro Mota*  
*Juciléia Oliveira Cunha*  
*Márcia Cristina Santos da Silva*

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a abordagem do município de Belterra dos anos de 1930 a 2016, frente as interferências do capital no modo de vida local, representado por dois períodos distintos.

O município de Belterra pertence a Mesorregião do Baixo Amazonas, estado do Pará e após o fracasso da extração do látex em Fordlândia (Aveiro-PA) ganhou projeção estadual e nacional devido em 1934 ainda enquanto Vila do município de Santarém ter sido escolhida após estudos para sediar a Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB).

**Imagem 1:** Mapa de localização de Belterra.



**Fonte:** Organizado por Alan Senna Barros de Carvalho com base no IBGE - Geociências, 2017 e SIRGAS, 2000.

Em análise teremos a instalação da Companhia Ford Industrial do Brasil em Belterra no ano de 1934, além da expansão do agronegócio da soja em Belterra a partir de fontes dos anos 2000 extraindo dessas propostas a atuação do capital proporcionado por ambos em momentos distintos, sem análise comparativas, a partir de trabalho de campo e revisão literária.

Em nosso objetivo geral busca-se apresentar o que ocorre no espaço geográfico de Belterra nos anos de 1930 aos anos 2000. Envolto a isso, busca-se como objetivo específico refletir sobre Belterra em seu período áureo da extração do látex com a instalação da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Carvalho (2017, p.3):

A fascinante história de Belterra ajuda a compreender o município em foco, hoje, em auxílio ao passado, “Bela Terra” no recorte temporal pós-Primeira Guerra Mundial, onde a Companhia Ford Industrial do Brasil, através de Henry Ford, veio em busca da matéria-prima que à época estava entrando em colapso, não no que tange a planta, seringueira, no entanto, ao cenário que estava contido o mundo de relações produtivas.

Neste contexto, após algumas barreiras impostas no mercado internacional pela Inglaterra acerca da cota de produção dos produtores ingleses e influência sobre colônias produtivas atingiu diretamente os consumidores industriais com os aumentos dos preços levando parte à busca da auto-suficiência (AMORIM, 1995, p.13).

Logo, em meio a esse cenário é iniciado a busca por áreas onde se pudesse plantar seringueiras para proporcionar auto-suficiência às empresas que foram atingidas, ao qual podemos citar a Companhia Ford.

Primeiramente, essa companhia instalou-se em Fordlândia (Aveiro-PA), no entanto, não houve êxito do projeto, dentre diversos fatores como o relevo acidentado da região dificultando a logística do escoamento da produção.

Como o projeto Ford não prosperou em Fordlândia, houveram estudos de viabilidade em Belterra, quando a partir de 1934 começaram às instalações da nova sede da Companhia Ford Industrial do Brasil na Amazônia, desta vez em uma vila do município de Santarém que posteriormente viria a ser chamada de Bela Terra, atual Belterra.

De acordo com Amorim (1995, p.33): “migrações de todo o Norte e Nordeste foram atraídas pelas vantagens oferecidas na empreitada americana”. Portanto, com a chegada da Companhia Ford em Belterra já havia sido criada toda uma psicofera de desenvolvimento para a região amazônica, no entanto, cabe o seguinte questionamento, para que e para quem? Atraídos por vantagens, nordestinos migraram rumo ao Norte e fixaram moradia em Belterra com a expectativa de mudança de paradigma contribuindo para algumas alterações na dinâmica local dos moradores da vila.

De acordo com Carvalho (2017, p.4):

Esses migrantes não emigraram de seus lugares sem motivos, ou melhor, aspirações, emigraram pelas vantagens oferecidas, ou seja, houveram intenções. E ao longo do desenvolvimento de Belterra foram estabelecendo seu lugar, que anteriormente foram causadas por intencionalidades, que posteriormente foram acrescidas de experiências no determinado lugar.

Nesse sentido, a busca do nordestino por melhores condições de vida acabou levando-o até Belterra, impulsionado por uma psicofera atraente de um empreendimento solução para a falta de emprego na Amazônia. Quando na verdade, os melhores cargos não estavam disponíveis a população nativa de Belterra, bem como, aos nordestinos.

Após a retirada da CFIB de Belterra muitos nordestinos permaneceram na região ganhando influência e sendo destaque na área de comércio de vendas de gêneros alimentícios e variedades.

No referente a infraestrutura, mais especificamente ao modelo arquitetônico de Belterra no período do desenvolvimento da CFIB no lugar, seguiam um padrão norte-americano típicos das cidades interioranas dos Estados Unidos da década de 1920.

**Figura 2:** Casa típica do período da Companhia Ford Industrial do Brasil em Belterra.



Fonte: Álan Senna Barros de Carvalho, 2017.

A instalação da Companhia Ford Industrial do Brasil na vila de Belterra trouxe perspectivas para a população do Norte e Nordeste do Brasil, bem como, para a população do lugar. No entanto, a maioria dos moradores da vila não tiveram acesso aos melhores empregos devido a falta de qualificação, contribuindo assim, para que outros grupos de pessoas com experiência e qualificação viesse a se instalar na vila fugindo ao padrão pré-estabelecido/vivenciado pelos moradores do lugar.

O discurso que dizia que a instalação da Companhia na vila seria muito bom para os moradores locais mostrou-se fajuto no desenvolver do projeto.

Com a Companhia aos poucos a lógica do capital se sobrepôs sob a lógica da dinâmica local contribuindo para a modificações de hábitos construídos socialmente pela população que anteriormente habitava, vivia e reproduzia sua lógica.

Em 1945 a CFIB quebra o vínculo extrativista com a vila devido concorrência com a plantação de seringueira na Malásia, dentre outros fatores, como aumento de pragas nas plantações da CFIB, bem como, diminuição de produção gomífera pela CFIB e parte em retirada para os Estados Unidos.

No desenvolver da década dos anos 2000, após a Vila de Belterra ganhar status de município em 1995, inicia-se uma nova era de exploração da terra através da expansão do agronegócio da soja.

**Figura 3:** Rotação de Cultura entre a soja e o milho em Belterra.



Fonte: Álan Senna Barros de Carvalho, 2017.

Com a intensificação das plantações da monocultura da soja e a consequente compra de terras de camponeses houve um aumento do êxodo rural em Belterra, muitos camponeses chegaram a irem viver na cidade de Santarém, no entanto, muitos voltaram para Belterra, pois houve grande mudança de paradigmas e não se adaptaram a outra lógica.

No campo houve o aumento da produção mecanizada nas plantações de soja, dificultando a absorção de mão de obra local para trabalhar nas plantações, bem como, proporcionou o deslocamento de pragas das monoculturas para as policulturas camponesas, essa distribuição de pragas deu-se especialmente devido uso de insumos químicos nas monoculturas.

## CONCLUSÃO

Em síntese, tanto a Companhia Ford Industrial do Brasil, quanto o Agronegócio da Soja se desenvolvem através da *acumulação e reprodução do capital* no qual irá criar as condições além do necessário para manter a existência da propriedade com fins ao lucro, todavia em termos estruturais, no que tange a infraestrutura a Companhia Ford enquanto estava presente, apesar das intencionalidades existentes deixou sua contribuição social a população do lugar através da infraestrutura oferecida pela *Company Town*, mesmo que para atrair funcionários para a empreitada.

Ao mesmo passo e mais efetivo a soja vem gerando consequências ao modo de vida local comprando grandes lotes de terras por valores baixos, aproveitando o momento ao qual muitos dos camponeses “nunca” viram grandes quantias em dinheiro, rendendo-se ao pouco que parece muito aos seus “olhos”. No entanto esta situação gera uma ruptura na produção de policultura familiar contribuindo em alguns períodos para o aumento de produtos básicos do campo da policultura que alimenta as feiras e mercados de Belterra, Santarém e região Oeste do Pará.

Portanto, as dinâmicas espaciais ocorridas em Belterra, de vila à município contribuíram para modificações no modo de vida local, influenciando comportamentos de grupos pessoais/locais diversos.

## REFERÊNCIAS

AMORIM. Antônia Terezinha dos Santos. **A dominação Norte Americana no tapajós: A companhia Ford industrial do Brasil**. Santarém, 1995.

CARVALHO, Álan Senna Barros de; Sousa. Jaime Ferreira. **O município de Belterra (PA) e a Companhia Ford Industrial do Brasil: O Lugar e as Cicatrizes do Tempo**. In: XVI Encontro Paraense de Geografia 2017. IV Colóquio de Geografia do Oeste do Pará. Santarém, 2017.

OLIVEIRA. Jeane. Belterra. Uma cidade americana na Amazônia. **Diário do Pará**, Belém, 18 jul. 2006. Caderno Cidades, p. A-8.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: 1. Reimpr. - Ed. EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Ed. EDUSP, 2006.

PEREIRA. José Carlos Matos. **A cidade praticada: o urbano, o rural e o indígena em uma pequena cidade da Amazônia brasileira**. 29º Reunião brasileira de Antropologia, 2014.

SANTOS, Oti. **Belterra: a sua história**. Santarém, Instituto Cultural Boanerges Sena, 248 p, 2004.

PEREIRA. José Carlos Matos. **Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira**. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 256 f (Instituto de Filosofia e Ciências humanas), 2012.

MACHADO. José de Paula. **O Tapajós**. Editora AGIR. Rio de Janeiro, 1990.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e Geografia**. 9. Ed.- São Paulo: Contexto, (Caminhos da Geografia), 2006.



## O CONJUNTO RESIDENCIAL DA COHAB NA DINÂMICA URBANA DE SANTARÉM (PA)

*Amanda Pinheiro Mota  
Márcia Cristina Santos da Silva  
Álan Senna Barros de Carvalho  
Eliana Maria de Oliveira Barbosa  
Sirleuza Cristo da Silva  
Jardilene dos Santos Almeida  
Jeniffer Ferreira Carneiro  
Juciléia Oliveira Cunha*

### INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta resultados de pesquisas acerca da implantação do sistema habitacional Tapajós. O conjunto localiza-se na cidade de Santarém, bairro Diamantino. Entende-se que esse processo está inserido na dinâmica de urbanização da cidade, envolvendo os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, onde podemos conhecer como ocorreu o processo de seleção dos beneficiários, à questão da infraestrutura, para se compreender e realizar proposições acerca do espaço urbano e os seus processos constitutivos.

O conjunto que está localizado entre os bairros do Diamantino e Interventoria no município de Santarém no Oeste do Pará, após sua entrega, vem passando por algumas transformações derivadas da falta de manutenção na infraestrutura das vias há, aproximadamente, 30 anos. Bem como, falta de água e saneamento básico “caminhando” a precariedade.

Há um jogo de responsabilizações, por parte de alguns moradores do local, em volta de quais entes da federação são competentes e responsáveis por tal manutenção. Percebe-se, portanto, a extrema diferenciação do espaço urbano ao longo dos contextos envolvidos que são produções do interesse do capital em influência ao poder público para melhor atender às suas finalidades, contribuindo para a acumulação e reprodução do capital.

Para a realização deste trabalho, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental nos acervos das instituições públicas, bem como livros, artigos e revistas, além de ser aplicada pesquisa de campo com entrevistas cujo instrumento foi questionários.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) é uma Empresa Estadual de Economia Mista, criada pela Lei Estadual N°3.282, de 13 de abril de 1965, na Gestão do governador Jarbas Passarinho e constitui-se no órgão executor da política habitacional no Estado do Pará, atuando nas áreas de Habitação, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Em 1966 iniciou a constituição de seu primeiro conjunto habitacional, a Nova Marambaia I, com 834 unidades, começando a era dos grandes conjuntos habitacionais de Belém, e em 1968 partiu para a construção de unidades habitacionais no interior do Estado. Para executar a política habitacional do Estado, contribuindo para a qualidade de vida de muitos moradores especialmente aqueles de baixa renda.

Em primeiro lugar é importante que se considere que a sobrevivência na cidade depende fundamentalmente do acesso à moradia. Além da saúde, da renda e da educação, a habitação é também um elemento básico que constitui um “mínimo social”, que habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas ou a desenvolver suas capacidades. [...] (CARDOSO, 2010, p. 01)

Em direção leste, no sentido da Avenida Curuá-Una, surgiu o residencial Tapajós (COHAB). A denominação decorre da construção de um dos mais antigos conjuntos residências com projetos de políticas públicas de Santarém, sob a responsabilidade da Companhia de Habitação do Brasil. O conjunto compreendia uma vasta área de terra que iniciava na Avenida Muiraquitã, em direção leste, entre as avenidas Portugal e Curuá-Una. Com o passar dos anos, novas famílias passaram a fixar e residir próximo aos conjuntos, que hoje, bastante descaracterizados, emprestam seu nome ao bairro pela sua localização. Os moradores da Cohab, conjunto localizado entre os bairros do Diamantino e Interventoria, em Santarém, oeste do Pará, reclamam da falta de manutenção na infraestrutura das vias. O conjunto foi construído há mais de 30 anos, pelo governo do estado. Segundo os moradores, durante todo esse tempo, o município nunca fez trabalho efetivo de melhorias por entender que a responsabilidade não é dele, e sim do estado. A prefeitura de Santarém alega que o conjunto não é prioridade para receber ações.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Seu Francisco Walter Rodrigues Rego, de 68 anos mora na Cohab desde quando foi construída a mais de 30 anos. Ele conta que a situação das ruas é bastante precária. “Hoje em dia a Cohab está abandonada. Entra prefeito, sai prefeito e a nossa Cohab continua abandonada. E as pessoas ignorantes ainda dizem que a Cohab não faz parte de Santarém, faz parte só lá de Belém, porque foi o “governo do estado” que fez, mas não, pagamos IPTU”. Ele conta que quando o conjunto foi construído, toda a infraestrutura necessária foi feita. Todas as ruas foram asfaltadas. Na época, o local ficava distante do centro, tornando o acesso difícil. “Pouca gente queria vir morar aqui. E eu ainda dizia, olha, isso é Santarém do futuro, clima de montanha. Cohab só tinha uma coisa boa, na época que foi inaugurada, ela era toda asfaltada. Hoje prefeito nenhum quer asfaltar”, conta o presidente da Associação de Moradores da Cohab, Eduardo Fonseca.

Também entrevistamos o Senhor Eudi Bertier Prata de Lima, trabalha na Estação Cidadania, foi um dos moradores na época, mais infelizmente vendeu por conta que era longe do centro e de seu trabalho, então comprou uma casa própria no centro da cidade.

O senhor Nelson, um dos mais antigos moradores da Cohab e proprietário de um estabelecimento que é referência no conjunto foi um dos entrevistados e nos falou sobre a falta de compromisso e planejamento ineficaz relacionado a infraestrutura do conjunto habitacional, com obras não concluídas, falta de saneamento básico e iluminação. Processos esses que foram concluídos pelos moradores. Seu Nelson também ressaltou que a falta de água é um problema constante no conjunto. Tendo em vista desses problemas muitos dos moradores que ali moravam venderam suas casas. E os que tinham condições fizeram poços artesianos.

[...] a habitação é, direta ou indiretamente, fruto de um processo de produção capitalista. Este processo de produção, diferentemente de outros setores econômicos, tem como base de sua lucratividade a apropriação dos benefícios gerados pela extrema diferenciação do espaço urbano em termos de equipamentos, serviços e amenidades, diferenças que são reproduzidas e aprofundadas pelo processo de produção. [...] (CARDOSO, 2010, p. 02).

A partir das fundamentações de Cardoso (2010) depreende-se que tais problemáticas envoltas na área delimitada do Conjunto Residencial da COHAB – Tapajós é fruto derivado de uma diferenciação do espaço urbano que atua em consonância com os interesses do capital; e para atender a tais interesses, predominantemente, será necessário atuar na zona de atuação ao qual há concentração da atuação das empresas em benefício do desenvolvimento dos entes da federação.

Conseqüentemente, haverá aumento das disparidades na manutenção da infraestrutura de uma zona em benefício do capital e outra com pouca influência do capital, aprofundando as disparidades em termos de serviços, dentre outros.

Não é diferente o que ocorre na realidade de outros residenciais da COHAB, no entanto,

dependendo do grau de influência da intervenção do capital e do corpo social que vive no local e suas múltiplas chances reais de acordos políticos poderá ou não romper com a dura realidade do abandono da manutenção da infraestrutura dos residenciais.

Portanto, nessa relação, no caso do residencial COHAB- Tapajós, parcela da população local ainda desconhece de qual ente da federação é responsabilidade executar a manutenção da infraestrutura, há um impasse na mentalidade local entre estar sob responsabilidade do município ou sob a responsabilidade do Estado.

### **CONCLUSÃO**

A urbanização é um fenômeno em progresso com definições relacionadas a concentração espacial. O processo de criação do residencial Tapajós (COHAB) está inserido nesta dinâmica.

Não cabe a esta pesquisa discutir a idealização desse projeto, cabe somente o estudo e conhecimento em relação ao grande avanço no processo de urbanização e a falta de manutenção na infraestrutura do local pela diferenciação do espaço urbano enquanto fruto do processo de produção capitalista ao qual valoriza áreas em detrimento de outras sob a ótica da influência do capital no direcionamento de recursos e execuções de serviços de manutenção das infraestruturas que mais beneficiem ao sistema.

Nesse sentido, abordamos as problemáticas desencadeadas ao longo dos aproximadamente 30 anos da instalação do residencial Tapajós enquanto falta de interesse no planejamento de uma política de habitação que não se preocupou em criar fundos para manutenções das mesmas.

### **BIBLIOGRAFIA**

AZEVEDO, Sergio. **Vinte e dois anos de Política de Habitação Popular** (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. Rio de Janeiro: Contexto, 1988. (p. 1-13).

CARDOSO, Adauto Lucio. **Desigualdades Urbanas e Políticas Habitacionais**, Observatório das metrópoles, Rio de Janeiro, 2010.

MONTEIRO, Adriana Rose ano, VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. **A Questão Habitacional no Brasil**, 2002, Universidade Federal do Ceará.



## PROCESSOS ESPACIAIS QUE MARCARAM BELTERRA, PARÁ: DO EXTRATIVISMO DA BORRACHA AO CULTIVO DA SOJA

*Paula Esperança Viana Benathar*

*Discente do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA*

*Gabriele Lima Pereira*

*Discente do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA*

### INTRODUÇÃO

Os processos espaciais e demográficos na Amazônia se explicam, ao longo de décadas, principalmente a partir de dinâmicas extrativistas e de fronteiras agrícolas. Grandes projetos foram realizados de forma intencional e em local abundante de recursos naturais com base na ideia de salvação da economia e de progresso. Com as comunidades amazônicas do Oeste paraense não foi diferente, uma vez que muitas se viram envolvidas em processos demográficos resultantes das investidas governamentais e de particulares que buscavam o desenvolvimento sócio-econômico da região.

A localidade de Belterra, no Oeste Paraense, possuía, no início do século XX, segundo José Carlos Matos Pereira (2011), uma riqueza natural adormecida e diversa que precisava ser economicamente valorizada; um lugar despovoado que precisava ser ocupado; um povo destituído da capacidade de usar e transformar em riqueza o patrimônio que detinha. Os grupos sociais que nela viviam eram retratados como ‘selvagens’, pois até então viviam da extração de frutos da floresta, da pesca e da agricultura às margens do rio Tapajós, tinham como lugar de trabalho o campo, os rios, a floresta; a caça, a pesca, o cultivo da terra, a brincadeira com as crianças na praia, a lavagem de roupa, o passeio de canoa e o banho de rio. A sociedade indígena era sinônimo de atraso. Caberia então, nessa proposição, levar a “civilização” àqueles destituídos de civilidade (PEREIRA, 2011).

A Amazônia, já havia passado no final do século XIX e no início do século XX pelo primeiro ciclo da borracha, o qual teve o seu apogeu entre 1879 e 1912, após o surgimento do automóvel, quando a indústria automobilística potencializou o uso do produto, obtida a partir do látex da seringueira, árvore originária desta região. Esse período ficou também conhecido como a Belle Époque Amazônica, época de desenvolvimento da região sem precedentes. Dois dos teatros mais belos existentes no Brasil foram inaugurados naquela época: um em Belém, o Teatro da Paz, em 1876, e o outro em Manaus, o Teatro Amazonas, em 1896. Outras duas construções importantes para o desenvolvimento da região foram os portos de Manaus e Belém, ambos inaugurados em 1909, sendo o de Manaus até hoje o maior porto flutuante do mundo.

Mas todo o apogeu que houve na Amazônia durante o primeiro ciclo da borracha foi interrompido de maneira abrupta, ao final da segunda década do século XX, quando as plantações dos britânicos no sudeste asiático passaram a oferecer borracha natural ao mercado internacional em escala crescente, a preços menores que o Brasil, derrubando os preços internacionais e levando ao declínio econômico da região amazônica, ocorre então, um momento de estagnação econômica pós-boom da borracha.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No mesmo período, nos EUA, a dependência da Ford Motor Company quanto à produção de borracha natural dos britânicos atingiu o ponto máximo, incomodando substancialmente Henry Ford, que passou a considerar ter a sua própria plantação de seringueiras, e cogitou a possibilidade de plantar mudas na região de onde as sementes das plantações do sudeste asiático haviam sido furtadas pelos britânicos. Henry Ford determinou a um de seus principais colaboradores, Ernest Liebold, que enviasse uma missão exploratória à região do rio Tapajós, Pará. Após a expedição, a descrição feita pelo botânico

sobre o rio Tapajós e a Floresta Amazônica foi de exuberância: água limpa e morna, elevado potencial hidroelétrico, árvores gigantescas com enorme capacidade de exploração comercial, solo rico e vegetação luxuriante (DUARTE JR, 2015)

Feitas as negociações com o governo brasileiro, houve primeiramente a instalação frustrada em Fordlândia e, em seguida, Henry Ford decide por transferir a Companhia Ford Industrial do Brasil para a localidade de Belterra. Aquele lugar, onde atividade humana não era predatória e o dinheiro pouco circulava, começou a deixar de existir quando o barco passou nas localidades recrutando mão-de-obra para levá-la até o acampamento provisório da empresa, na localidade de Porto Novo, em Belterra, onde se iniciou o projeto. As propostas de trabalho através do salário eram um forte atrativo, e a possibilidade de melhoria nas condições de vida material, também fazia parte da aspiração migrante. O deslocamento significou, de um lado, a perda de contato direto com o seu meio de vida e do tempo lento, resultante de sua relação com a natureza em bases não monetárias. Eram agricultores, ribeirinhos, extrativistas, indígenas e quilombolas, que tinham um modo de vida, cuja orientação dava-se mais pelo valor de uso da natureza e menos pelo valor de troca.

A desestruturação do modo de vida e sua reestruturação em novas bases impunham outra orientação para a vida social. A (re)socialização na cidade dava-se através do treinamento, da disciplina, do controle e da produção, por meio de sua submissão às novas formas de trabalho, agora assalariado, com horário estabelecido, tarefas pré-determinadas e produtividade aferida e controlada diariamente, sob a forma de um contrato que regulamentava os “conteúdos dos atos sociais” (PEREIRA, 2011)

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para tocar o empreendimento, a outra parte da mão-de-obra veio através da migração das cidades de Belém (PA) e Manaus (AM), na Amazônia; da região Nordeste, principalmente, cearenses, mas tinha também paraibanos, pernambucanos, baianos e potiguares; e de outras regiões, como os mineiros e, minoritariamente, estrangeiros, como holandeses, italianos, russos, japoneses, chineses e peruanos, que compunham os grupos sociais e funcionais da época, cuja direção e controle estavam sob coordenação americana.

A cidade-empresa foi criada com a promessa de ser a maior produtora de látex do mundo, que a Companhia Ford Industrial do Brasil utilizaria na produção de pneus e outros derivados para sua indústria automobilística nos Estados Unidos. Em pouco mais de cinco anos plantou-se mais de três milhões de pés de seringueira, cujo investimento total, incluindo a infraestrutura ultrapassou a quantia de U\$ 20 milhões (vinte milhões de dólares). O projeto durou apenas 18 anos e após muitos entraves, desde a sua criação em Fordlândia (1928), encerrou-se em Belterra no ano de 1945 (PEREIRA, 2011)

Além disso, sua cultura baseada na agricultura, no extrativismo sustentável e na caça como forma de garantir a subsistência familiar. No trabalho utilizavam técnicas artesanais, trocavam dias de serviços nas propriedades dos vizinhos, compartilhavam alimentos e outros produtos agrícolas, faziam mutirões e programavam as festividades religiosas dos santos padroeiros das comunidades. De certo modo, obedeciam ao tempo da natureza para derrubar, plantar, produzir e colher, pois através do trabalho coletivo faziam seus roçados e plantavam variados produtos agrícolas (arroz, feijão, milho, mandioca, macaxeira) e outros agrocultivares como legumes, hortaliças e frutas, além da criação de animais (CONCEIÇÃO, 2017).

A safra obtida da agricultura era anual, porque dependia do ritmo do “inverno” caracterizado por regime de intensa pluviosidade. Aguardar o período das chuvas para “molhar” a terra e, conseqüentemente, as plantações se tornava necessário para que os camponeses obtivessem uma produção agrícola significativa. As mercadorias agrícolas, além de servir ao consumo familiar, destinavam-se ao abastecimento dos mercados local e regional. Utilizavam o sistema corte-queima, a policultura e a rotação de culturas.

No fim da década de 1990, a construção do porto de exportação de grãos (Cargill) reestruturou as áreas produtivas de Santarém e Belterra, estimulando uma nova frente migratória de produtores capitalizados, principalmente da região Sul do país e norte do Mato Grosso. A cidade vem novamente, passando por transformações econômicas, sociais e culturais, pois ao longo do contexto histórico, a ocupação e consolidação da região amazônica estiveram associadas à sucessão de ciclos econômicos,

atrelados também em muitos casos, à atuação do grande capital. Isso ocasionou mudanças e reestruturações na forma de organização territorial, provocando diferentes formas de rearranjos socioespaciais, com interferências sobre a vida dos vários atores sociais, sobretudo nos camponeses tradicionais residentes nessas áreas.

Nesse contexto, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, segundo Venturieri et al (2010), a agricultura mecanizada de grãos, em especial a soja, foi introduzida no Território do Baixo Amazonas/PA. Destes, os escolhidos a princípio foram Santarém e Belterra - PA. Essa escolha foi influenciada por uma série de fatores, segundo Rodrigues (1999), o teor de fósforo no solo, implicando em economia de fertilizantes, o porto de Santarém, a hidrovía Teles Pires-Tapajós, a pavimentação da BR-163 e a ocorrência de jazidas de calcário dolomítico, utilizado na correção da acidez do solo amazônico. Destaca-se ainda vastas áreas florestais, incluindo a Floresta Nacional do Tapajós. Como resultado, se intensificou a vinda de produtores de soja que arrendaram ou compraram propriedades para desenvolver o plantio da soja. O poder público fez investimentos para dinamizar essa produção de commodities agrícolas.

A implantação desses “modelos agrícolas hegemônicos”, amparados na produção de monoculturas voltadas para exportação, sobretudo, o agronegócio da soja, foi acompanhada de grandes controvérsias, envolvendo vários embates com a sociedade civil local. Mas a princípio, a intensificação desse plantio, prometia um verdadeiro “boom” para a região, e passou a ser considerado o “ouro verde” do momento.

## CONCLUSÃO

Como se pode observar, Belterra é fruto da constante dinâmica econômica, política e sócio-cultural a que vem sendo submetida ao longo de sua história. Sua exuberância natural atraiu muitos olhares de investidores e governantes em busca de enriquecimento próprio e desenvolvimento econômico regional respectivamente. Se haverá um saldo econômico positivo resultante de tais processos, não há como precisar, no entanto, sabe-se que no âmbito sociocultural, os prejuízos continuam ocorrendo, pois a desestruturação do modo de vida e sua reestruturação em novas bases impõem outra orientação para a vida social. Hoje a cidade possui cerca de 17.400 habitantes, segundo dados do IBGE e é formada por nordestinos ex-trabalhadores da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), hoje aposentados, e seus descendentes, além de outros migrantes advindos de outras regiões em menor escala. Atualmente o fluxo de gaúchos e Matogrossenses também compõem esse cenário que ainda está longe de ser concluído.

## REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. **Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Rondônia, 2017.

DUARTE JR, Antônio Marcos. **Fordlândia e Belterra: as cidades de Henry Ford na Amazônia**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Cidade na floresta: Belterra, a experiência do plantation de seringa de Henry Ford na Amazônia**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.





## O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) COMO POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DE SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ

*Marialva Campos Cota*

*Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. (UFOPA)*

*E-mail: [mari.alvacampos@hotmail.com](mailto:mari.alvacampos@hotmail.com)*

*Márcio Júnior Benassuly Barros*

*Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)*

*E-mail: [márcio.barros@ufopa.edu.br](mailto:márcio.barros@ufopa.edu.br)*

### INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no município de Santarém-Pará é uma prática bastante antiga e de grande importância para a economia local e regional. Dentro dessa prática que ainda é na maioria das vezes tradicional, o trabalho proposto procura conhecer mais sobre essa prática, o perfil das famílias agricultoras e os desafios que essas famílias enfrentam para dá continuidade nessa prática que é de tamanha importância para todos.

O objetivo geral deste trabalho é analisar de que forma os beneficiários do PRONAF são impactados no município de Santarém por esta política pública e quais as necessidades dos agricultores.

Inicialmente foi feito um estudo bibliográfico, posteriormente elaborado questionário de pesquisa aplicado às famílias agricultoras, representadas por dezoito comunidades selecionadas, tendo como foco a comunidade de Boa Esperança.

Consultamos também representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) e da EMATER.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa tem como principais referências os trabalhos de (ABRAMOVAY 1999, CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2006; SARAIVA; FERRAREZI, 2006; SILVA, 2012; SOUZA, 2006).

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo foi realizada na comunidade de Boa Esperança, no ano de 2014 e janeiro de 2015, tendo como finalidade coletar uma amostra das famílias que utilizam o PRONAF no desenvolvimento da agricultura familiar. A comunidade de Boa Esperança tem 52 anos de fundação, está localizada na rodovia PA 370, a 42 km de Santarém. Tem uma população de quase dois mil habitantes.

**Figura 01:** Comunidade de Boa Esperança



Fonte: Marialva Campos Cota, Janeiro de 2015.

Sua economia está baseada no cultivo da mandioca, tradicionalmente conhecida pela produção de farinha puba e da farinha de tapioca e outros derivados da mandioca.

Cultivam ainda a pimenta do reino, o feijão, o milho e outros em menor quantidade. Além da agricultura, os comunitários contam com aposentadoria, e famílias beneficiadas pelos programas do Governo Federal.

O trabalho na agricultura ainda é bastante tradicional e algumas famílias criam suas próprias técnicas mecanizadas para enfrentar as dificuldades no campos e produzir com mais qualidade, como é o caso do forno de farinha, o lava-massa e o “poc-poc”

Os agricultores constroem barracões apenas coberto de telhas, que dão o nome de casa de farinha, local onde os agricultores mantêm os objetos de uso no preparo dos derivados da mandioca.

A mandioca que é utilizada para fazer a farinha puba fica de molho antes do processo dos derivados em uma estrutura de madeira, um trabalho tradicional que ajuda na hora de preparar a farinha.

Um dos meios de transporte utilizado pelos agricultores para transportar a produção até a casa de farinha, além da carroça de boi é o carro poc-poc. Espécie de carro onde é adaptado um gerador de energia e gás de cozinha em uma estrutura de carro com carroceria.

Na pesquisa realizada, foram aplicados 17 questionários, sendo que apenas oito dos entrevistados participam do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e participam na maioria das vezes, do grupo final “B”, direcionado a produção de mandioca e plantio de pimenta do reino.

As outras famílias tentaram acessar o programa mais não conseguiram o crédito, e outras não têm conhecimento do programa e a única saída é o empréstimo diretamente nas agências financeiras, o que passa a ser um problema pelo fato dos juros serem bem mais elevados. Quanto mais afastado da cidade, maior é a necessidade e menos assistências têm as famílias agricultoras.

As famílias que conseguiram o crédito, afirmam que foi uma forma de investir mais na produção e o juro é bem mais baixo, porém pelo fato de participarem do menor valor do crédito, não conseguem investir em outra produção. Positivamente é notório que as famílias atendidas pelo programa, tiveram um aumento significativo na sua produção, pois evitam altos juros com empréstimos nas agências financeiras e passam a se preocupar mais com a busca por melhorar a produção, e a focarem mais em outras atividades como estudo e lazer. Por outro lado, o desconhecimento desta política pública por muitos, leva as pessoas a crerem que se trata de um empréstimo qualquer e que desistem logo no início ao depararem com a parte burocrática.

Fatos pontuais como transporte inadequado, assistência técnica e a não ocorrência da participação de todas as famílias agricultoras que ficam mais distante, devem ser analisados e mais esclarecidos. Famílias agricultoras que em pleno século XXI ainda usam técnicas tradicionais que foram passadas de geração em geração, sem nenhum acompanhamento técnico. A falta de uma política pública bem

estruturada pode levar essas famílias a abandonarem o campo em busca de novas e ilusórias oportunidades de desenvolvimento financeiro.

## CONCLUSÃO

O PRONAF como política pública é o resultado das lutas dos pequenos agricultores por acesso ao crédito rural e melhores condições de vida no campo. A execução do PRONAF no município enfrenta inúmeros problemas como a inclusão e a permanência dos beneficiários. O PRONAF ainda é um meio de acesso a crédito desconhecido por uma grande parcela dos pequenos agricultores do município de Santarém, principalmente os que residem distante da cidade. Seus beneficiários ainda usam técnicas tradicionais que foram passadas de geração em geração, sem nenhum acompanhamento técnico governamental.

Em relação à participação das famílias agricultoras no acesso as linhas de crédito do PRONAF, ainda é bem tímida, e dentro do município de Santarém, na maioria das vezes esse acesso se restringe ao menor financiamento, tendo como um número maior de participação, o grupo final “B”.

Por tanto, a importância de se analisar e acompanhar a elaboração e aplicação das políticas públicas, com mais responsabilidade e participação do governo é fundamental para que os resultados possam surgir de forma positiva.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e o desenvolvimento local. Reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Vols. 28 n.ºs 1,2 3 e 29, n.º1- Jan/dez. 1998 e Jan/ago. 1999.

BRASIL. IPEA. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília, 24 jul. 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em: 12/12/2014.

BRASIL. Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3991.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3991.htm)> Acesso em: 12/01/2015.

BRASIL. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no território médio Jequitinhonha – MG**: Brasília. 2012.

\_\_\_\_\_. **Contradições em processo: um estudo da estrutura de evolução do PRONAF de 2000 a 2010**. Brasília-DF, 2013.

\_\_\_\_\_. **Avaliação dos impactos regionais do Programa nacional da agricultura familiar (Pronaf)**. Rio de Janeiro. 2014.

CAZELLA, Ademir A; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** – Brasília-DF. 264 p. 2013.

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **Agricultura Familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação**. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 18, n. 1, 2010: 127-157.

INCRA / FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar**. O Brasil Redescoberto, Brasília, 2000. SARAIVA Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**. Brasília, DF. ENAP, 2006.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Porto Alegre, Ano 8, nº16, jul./dez/ 2006, p. 20-45.



## DINÂMICA ECONÔMICA DO COMÉRCIO DE PESCADO NAS FEIRAS E MERCADOS DE SANTARÉM (PA)

*Jeniffer Ferreira Carneiro*  
*Álan Senna Barros de Carvalho*  
*Eliana Maria de Oliveira Barbosa*  
*Sirleuza Cristo da Silva*  
*Jardilene dos Santos Almeida*  
*Amanda Pinheiro Mota*  
*Juciléia Oliveira Cunha*  
*Márcia Cristina Santos da Silva*

### INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste artigo surgiu a partir de análises do contexto santareno em virtude da localização da cidade; situada às margens do rio Tapajós, a região mantém fortes relações econômicas com atividade de pesca, considerando os aspectos sócio culturais onde grandes partes da população são consumidoras do alimento comercializado nas feiras e mercados, o que impulsiona a economia local e regional, sendo um dos principais setores econômicos do município, pois é um alimento acessível a população além de gerar emprego e renda.

A pesca é o alicerce da economia na região amazônica, destaca-se em relação às outras regiões devido a riqueza das espécies exploradas, e pela quantidade de pescado capturado anualmente (COSTA et al., 2013). Diante desse contexto, este trabalho busca analisar o processo de comercialização do pescado no município de Santarém.

A captura do pescado na região em grande parte é realizada de forma artesanal, dependendo diretamente dos fatores de cheia e vazante dos rios, nos períodos de Abril a Junho e de Agosto a Novembro quando os níveis dos rios estão mais baixos, aumentando a disponibilidade do produto e consequentemente a diminuição do preço para os consumidores.

Na cidade de Santarém, o desembarque de pescado é de aproximadamente 4.000t por ano, em que quase cem espécies são comercializadas, embora apenas dez espécies representem mais de 80% do total distribuído no mercado (Isaac et al., 2004).

### OBJETIVOS

Este trabalho faz uma análise da dinâmica de comercialização do pescado, se o produto atende a demanda da cidade. Busca coletar informações a respeito do tipo de pescado, do melhor período de vendas e consumo. Se o preço é acessível para os consumidores, fazendo uma análise da influência da atividade pesqueira na região de Santarém.

### PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

Este trabalho foi realizado no município de Santarém, localizado na mesorregião Baixo Amazonas, no oeste do Estado, a região apresenta uma população de 636.080 habitantes e uma área geográfica estimada em 317.273,5 km, sendo formada por quinze municípios. Santarém possui destaque na região, sendo a terceira maior cidade do estado do Pará e o principal centro socioeconômico do Oeste (LIMA et al., 2016).

O município é banhado por dois grandes rios, o Amazonas e o Tapajós, apresentando grandes áreas dulcícolas e áreas de várzea (LIMA et al., 2016). O método de pesquisa aplicado utilizou a abordagem direta aos vendedores e consumidores, em dois mercados de pescado do município: A Feira do pescado e o Mercado 2000 (Figura 1), com aplicação de questionário com questões fechadas, cuja

amostra não foi probabilística, ocorrida no mês de agosto.

**Figura 1:** Localização da feira e mercado.



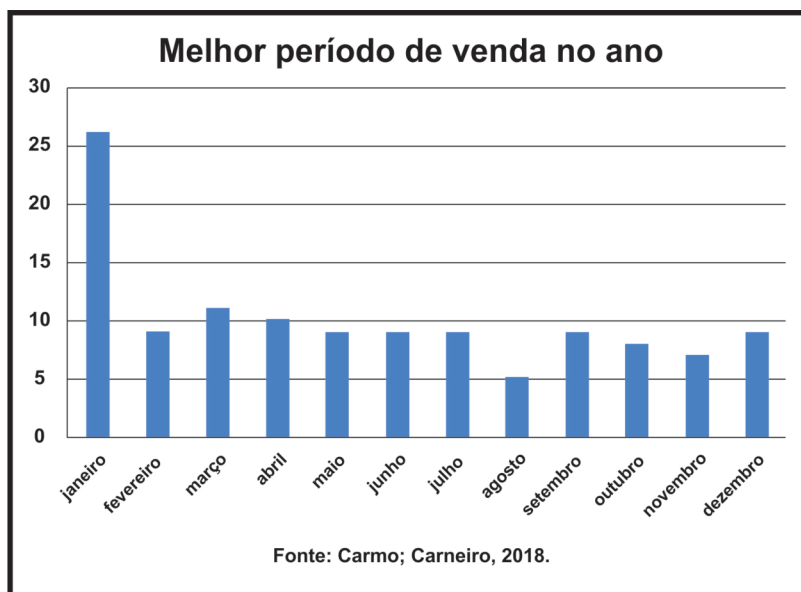
FONTE: Jeniffer Carneiro, 2018; Prefeitura de Santarém, 2017.

A pesquisa busca coletar informações a respeito do tipo de pescado, do melhor período de vendas, forma de aquisição e consumo. Para a análise dos dados, os entrevistados foram os vendedores e consumidores do pescado, foi elaborado dois tipos de questionário, um para cada público alvo.

## RESULTADOS PRELIMINARES

A análise dos questionários mostrou que a comercialização do pescado contribui para a economia durante todos os meses do ano (gráfico 1), observou-se que existem períodos como de janeiro a junho onde a venda do pescado tem uma maior contribuição dentro da economia de Santarém pois é um período que está com poucas espécies para a comercialização, no entanto o valor está mais elevado, enquanto que no período de julho a dezembro a venda se mantém, mas o valor diminui pois é um período que a maioria das espécies sai do defeso e possui uma grande oferta e variedades de pescado.

**Gráfico 1:** Melhor período de venda no ano



FONTE: Carmo; Carneiro, 2018

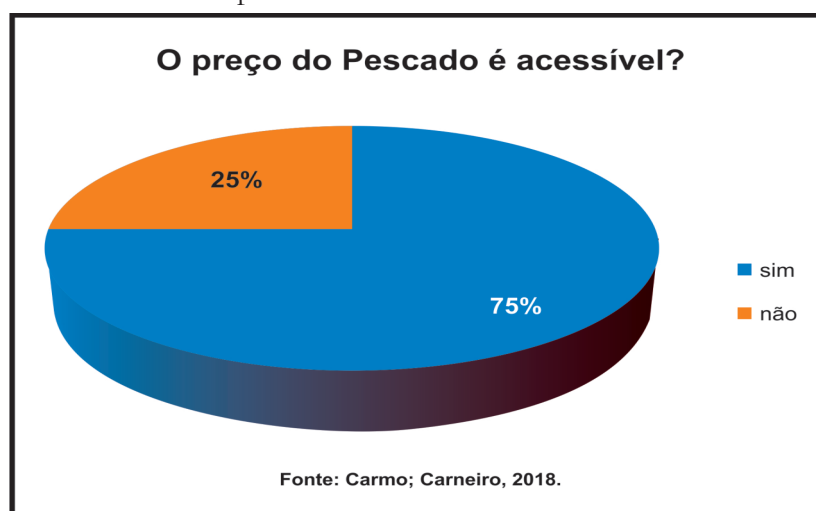
Em análise dos questionários as feiras e mercados municipais, em determinadas épocas do ano, período de safra, encontram-se abastecidos com variedades de espécies para satisfazer a necessidade de consumo da população local. Os questionários aplicados aos consumidores, cerca de 75% (gráfico 2), disseram que o valor do pescado vendido na feira do pescado e mercadão 2000 (figura1), é acessível a população, mas ainda continua caro, principalmente no período do defeso (período de proibição de pesca de espécies comercializadas). Os outros 25% (Gráfico 2) disseram que mesmo nos períodos em que as espécies não estão no defeso o preço ainda está elevado para o consumidor.

Na análise dos questionários observaram-se pessoas que vem de outros lugares como Belém e Manaus, acreditam que o pescado comercializado no município de Santarém possui um o valor bem menor se comparadas com outras regiões, onde o peixe em sua maioria é importado dos outros Estados.

Grande parte do pescado comercializado é da região, alguns comerciantes citam a questão de uma parte ser do Estado do Mato Grosso, o pescado é armazenado em isopor, pois se congelar em freezer o preço para comercialização diminui. Aos entrevistados na sua maioria não sabem dizer qual é a procedência do produto consumido, mas acreditam ser da região mesmo.

Em relação à estrutura do mercadão 2000, muitos falaram que não existe muito investimento por parte da prefeitura e que quando quer fazer alguma melhoria eles mesmos fazem coletas e recentemente mandaram colocar um piso mais adequado, há muito que ser feito para melhorar as condições estruturais. Enquanto que na feira do pescado é possível identificar que já melhorou bastante se comparar com o antigo local (tablado), porém ainda faltam alguns ajustes.

**Gráfico 2:** Acessibilidade do pescado



FONTE: Carmo; Carneiro, 2018

O peixe é um item corriqueiro na alimentação dos Santarenos, sendo a base proteica familiar. (LIMA et al; 2017.) As espécies mais consumidas que foi possível identificar o pirarucu (*Arapaima gigas*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), surubim (*Pseudoplatytoma fasciatum*), aracu (*leporinus friderici*), pacu (*Piaractus mesopotamicus*), pescada branca (*Cynoscion leiarchus*), acarí (*Loricariidae*), jaraqui (*Semaprochilodus insignis*), curimatã (*Prochilodus lineatus*), esses peixes são vendidos durante todo o ano, nas feiras do pescado e mercadão 2000, e dependendo do período eles variam de preço, por exemplo o pirarucu que nesse período encontra-se com o valor mais elevado devido sua escassez.

Alguns vendedores também relataram que o comércio do pescado está aumentando cada vez mais, devido à procura do peixe de boa qualidade por donos de restaurantes em Santarém.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na região do Baixo Amazonas, o pescado comercializado no município de Santarém, apresentou uma grande variabilidade, a comercialização do pescado nos dois pontos de venda mostrou que a população busca sempre um valor acessível, e a venda do peixe contribui significativamente para a economia do município, sendo que as vendas se mantêm durante o ano todo mesmo com o período do

defeso.

É possível identificar que a dinâmica do comércio do pescado está crescendo cada vez mais, devido a demanda e ainda podemos identificar que o pescado vendido, atende as necessidades da população local.

Os estabelecimentos ainda não oferecem uma estrutura adequada, mesmo com todas as mudanças, são necessários mais investimentos por parte do poder público.

#### **BIBLIOGRAFIA**

COSTA, T. V., SILVA, R. R. S., SOUZA, J. L., BATALHA. HOSHIBA, M. A (2013). Aspectos do consumo e comércio de pescado em Parintins. **Bol. Inst. Pesca**, São Paulo, 39(1): 63 – 75.

ISAAC, V. J.; MILSTEIN, A.; RUFFINO, M. L. A pesca artesanal no Baixo Amazonas: análise multivariada da captura por espécie. **Acta Amazonica** 26, 185- 208, 1996.

MCGRATH, D. G.; CASTRO, F.; FUTEMMA, C.; AMARAL, B. D.; CALABRIA, J. Fisheries and evolution of resource management on the Lower Amazon floodplain. *Human Ecology* 21, 167-195, 1993.

LIMA, K.F; ALMEIDA I.C; TEIXEIRA J.A; MELO R.A. A comercialização do pescado no município de Santarém, PARÁ, **Rev. Bras. Eng. Pesca** 9 (2): 2016.



## GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS HOSPITALARES DO HOSPITAL PÚBLICO DE SANTARÉM, PARÁ.

*Carlos Almeida Maduro  
Álan Senna Barros de Carvalho  
Eliana Maria de Oliveira Barbosa  
Sirleuza Cristo da Silva  
Jardilene dos Santos Almeida  
Jeniffer Ferreira Carneiro  
Amanda Pinheiro Mota  
Juciléia Oliveira Cunha  
Márcia Cristina Santos da Silva  
Ana Clarice Sousa Pereira*

### INTRODUÇÃO

O meio ambiente é tudo o que cerca o ser vivo, que o influencia e que é indispensável à sua sustentação. A escolha do tema se justifica por ser a Saúde Pública uma questão que chama a atenção de todos os cidadãos brasileiros e não seria diferente com os santarenos. A preocupação maior se manifesta devido se tratar de saúde pública e lixo hospitalar. Para Gestores Ambientais, este é um tema de relevante importância, pois sua má administração pode trazer sérios e irreversíveis consequências à vida e ao meio ambiente.

O Hospital Municipal de Santarém tem um grande fluxo de pessoas próprio Município e ainda pacientes oriundos de diversos municípios circunvizinhos, em consequência do número de atendimentos. A forma de gerenciamento destes resíduos hospitalares é foco de atenção por parte de gestores ambientais e demais profissionais que se preocupam com Meio Ambiente e com a Saúde Pública no Município.

O presente trabalho se justifica quando da preocupação com a questão dos resíduos sólidos do município e em especial com os resíduos do Hospital Municipal de Santarém (HMS).

Este trabalho objetiva verificar como é feito o gerenciamento dos resíduos do Hospital Municipal de Santarém e analisar se está sendo realizado de maneira adequada e compatível com a legislação pertinente.

Como metodologia de pesquisa foi utilizado material bibliográfico e pesquisa de campo, com entrevistas realizadas com funcionários do hospital municipal e da empresa Clean, responsável pela coleta do lixo no município.

Entendemos que o meio ambiente é o conjunto das condições oferecidas a vida dos seres vivos, as quais devem mantê-los equilibrados.

O conceito de Meio Ambiente é tudo o que cerca o ser vivo, que o influencia e que é indispensável à sua sustentação. Estas condições incluem o solo, clima, recursos hídricos, ar, nutrientes e outros organismos.

Percebe-se então, que o meio ambiente não é constituído apenas do meio físico e biológico, mas também do meio sociocultural e sua relação com os modelos de desenvolvimentos adotados pelo homem.

A expressão “meio ambiente” se denota de certa redundância. O ambiente integra-se de um conjunto de elementos naturais e culturais, cuja interação constitui e condiciona o meio em que vive.

A educação ambiental tem, portanto, a função de incorporar novos e alterar velhos hábitos. E mostrar que, dependendo do impacto ambiental causado, a atividade ou ação causadora deve ser alterada. A lógica da educação ambiental é fazer do trabalho, do estudante, da criança um cidadão ambientalmente educado, através da busca do conhecimento e da interação com mundo em que vive e da noção da importância de suas atitudes. Para adultos, no entanto, mudar hábitos e atitudes é difícil.

## O PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Em Santarém, a responsabilidade pelo gerenciamento, dos resíduos sólidos é da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF) que norteia suas ações baseadas nas decisões federais e estaduais. O município pode legislar sobre a operacionalização dos serviços, fixados normas sobre acondicionamento, coleta transporte e destinação final dos resíduos domiciliares, de saúde, varrição de ruas e praças por meio de lei específica.

A lei Orgânica do Município de Santarém, promulgada em 05 de Abril de 1990 e reformulada no ano de 2004, estabelece a possibilidade de o município agir no sentido de coibir qualquer forma de poluição ambiental, como também as situações de risco e desequilíbrio ecológico, o que não se exclui a possibilidade do município estar gerenciando os serviços de limpeza, de coleta e destino do lixo através de parcerias, concessões, permissões a empresas e a terceiros, desde que se enquadrem nos padrões de eficiência e respeitem os princípios da qualidade de vida e de defesa do meio ambiente.

As leis orgânicas dos municípios também vêm cuidando da questão ambiental. O Município adotado como ente federativo, recebeu autonomia, possuindo competências excluídas (art.30) e organização política própria (art.29), ambos da Constituição Federal.

Isso possibilita uma tutela mais efetiva da sadia qualidade de vida. Na verdade, é o Município que passa a reunir efetivas condições de atender de modo imediato às necessidades locais, em especial em um país como o Brasil, de proporções continentais e culturais diversificadas. Interessante verificarmos que o Texto Constitucional, ao atribuir ao município competências para legislar sobre assuntos locais, se refere aos interessantes que atendem repercussão sobre necessidades gerais do Estado ou País. Com isso, questões como o fornecimento domiciliar de água potável, o serviço de coleta de lixo, o trânsito de veículos e outros temas típicos do meio ambiente.

O município tem um importante papel no que se refere à gestão do meio ambiente. A Constituição Federal Brasileira, de 1988, estabelece que no artigo 23 – “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

A municipalização se deu em função dessa nova reordenação administrativa que ocorreu em todo o país, o Município de Santarém (assim como outros municípios brasileiros), se habitou a gerenciar o seu próprio Sistema de Saúde, e o Hospital da Fundação Nacional de Saúde passou a integrar a estrutura de saúde municipal, com funções bem definidas dentro das novas diretrizes do município.

## CONCLUSÃO

A destinação dos resíduos sólidos são um dos principais problemas não vivenciados pelo ser humano. A responsabilidade de seu tratamento e disposição final compete aos governos Federal, Estadual e Municipal, segundo a legislação pertinente no país.

Em Santarém, tal responsabilidade cabe ao município, através de Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo que o serviço de coleta e disposição final dos resíduos domiciliares e hospitalares cabe a serviço terceirizado prestado pela empresa Clean.

Para o bom gerenciamento dos resíduos são necessários que sejam cumpridas as normas de tratamento, em especial as que se referem aos resíduos hospitalares, pois se estas normas não forem obedecidas poderá colocar em risco a segurança e saúde da população e dos profissionais da área, além de comprometer a qualidade ambiental.

Existe poluição quando há degradação da qualidade ambiental resultante das atividades que diretamente afetam a saúde, e o bem-estar da população e criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetando, tanto as condições estéticas quanto as condições sanitárias do meio ambiente em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Este resumo pautou-se na verificação do gerenciamento dos resíduos sólidos hospitalares do HMS onde identificamos que o mesmo faz a segregação dos resíduos gerados. Porém faz-se necessários que os resíduos sólidos sejam melhor identificados e condicionados em sacos leitosos próprio para esse fim conforme o NRB12810.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro. Lúmem Júris, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde Ambiental e Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL, **Lei Orgânica do Município de Santarém**, atualizada até a Emenda 006/04, 2004. 112p.



## ECOTURISMO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS: ESTUDO ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE POUSADAS NA COMUNIDADE DE JAMARAQUÁ, BELTERRA-PA.

*Aline Raissa Mota da Silva*

*Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (UFOPA)*

*Email: [aline.raissa074@gmail.com](mailto:aline.raissa074@gmail.com)*

### INTRODUÇÃO

Atualmente parte das atividades econômicas da Floresta Nacional do Tapajós provém das atividades ecoturísticas desenvolvidas nas comunidades, dentre elas destaca-se a comunidade de Jamaraguá. Com belas praias, trilhas, árvores gigantes, artesanato local, comida local e a hospitalidade dos comunitários são atrativos que chama a atenção de turistas de diversas partes do Brasil e do mundo, proporcionando um significativo aumento das atividades econômicas da região. As atividades turísticas na reserva tiveram início a partir de 1994, tendo como base um estudo, solicitado pelo IBAMA. As visitas às trilhas na Flona Tapajós são um dos principais atrativos da unidade, tendo sido implantada a primeira trilha na comunidade de Maguari. Esta trilha foi ativada em dezembro de 2002, foi feito um estudo e levantamento das espécies florísticas encontradas ao longo do caminho da trilha, este levantamento serviu de base para a criação de um inventário florístico. A abertura da trilha resultou em um aumento significativo de visitantes nas comunidades, com o aumento desse número a formação e capacitação de condutores é uma questão importante para a renda local.

Apesar de todo seu esplendor e toda sua beleza cênica, faunística e florística, a Floresta Nacional do Tapajós encontra barreiras para a sua plena utilização ecoturística. A falta de capacitação, de serviços de atendimento ao consumidor e técnicas de marketing digital são ameaças que impossibilitam o aprimoramento das atividades de ecoturismo na FLONA. Objetivo do presente resumo é analisar a importância da implantação de pousadas na comunidade de Jamaraguá, Belterra-PA.

Tendo sido criada a partir do decreto nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974, a Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós) possui praias, igarapés, pousadas e trilhas como atrativos turísticos para visitantes de diversas partes do Brasil e do mundo. O Principal diferencial da Flona Tapajós está relacionado às suas trilhas ecológicas, que mesclam mata secundária com mata primária.

As atividades turísticas passaram a ser planejada na Flona a partir do ano de 1993, quando o IBAMA passou a definir normas de recreação, regulamentando os passeios com guias turísticos, cobrando uma simbólica taxa de entrada e passou a requerer uma permissão prévia de acesso. Inicialmente, 15 moradores das comunidades de Maguari, Itapuama, Jaguarari, Prainha I e Prainha participaram do curso de Noções básicas de Turismo, como uma das subunidades do Pró- manejo. Após este curso, por iniciativa própria, os moradores das comunidades começaram a formar condutores, tendo como base o material pedagógico disponibilizado pelo curso (cartilhas e apostilas).

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceituar o ecoturismo é uma tarefa difícil, não existe um consenso quanto a definição a ser usada, não só no Brasil, mas em escala Internacional. As definições usadas neste trabalho terão como base o Documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, elaborado em um evento que ocorreu no ano de 1994 e é tido como o marco legal do ecoturismo brasileiro, sendo assim definido pela Embratur.

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca formação de uma consciência ambientalista através da interpretação. (EMBRATUR, 1994, p.19).

Western (1999, p.18) nos fala que “ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”. Na concepção de Western (1999), assim como na de Ferreira e Coutinho (2002), o ecoturismo está voltado para o bem-estar e a conservação ambiental, preservando além do meio ambiente a cultura e a estética de onde estão inseridos.

O ecoturismo deve ser construído sobre o pilar da sustentabilidade estando sempre minimamente alinhado ao desenvolvimento sustentável, que por sua vez é formado por dois aspectos, conservação do patrimônio natural e o crescimento econômico local. E sobre este pilar está estruturado o ecoturismo brasileiro.

O ecoturismo se diferencia do turismo convencional justamente por tratar de forma diferenciada o meio ambiente, tendo o intuito de preservar e cuidar dos recursos naturais sem degradar o meio ambiente, uma das propostas do ecoturismo é o contato com a natureza propiciado ao turista, fazendo surgir à percepção sustentável. O ecoturismo e o turismo sustentável, apesar de andarem lado a lado, não podem ser considerados como sinônimos.

Na Amazônia o ecoturismo é uma atividade em ascensão, principalmente pela exuberância de suas riquezas naturais, na fauna, flora e abundância de recursos hídricos, no entanto ainda existem entraves que impedem o crescimento da atividade na região.

Tavares (2009) aborda o turismo e o ecoturismo na Amazônia como atividades que perpassam vários desafios, como os aspectos sociais, culturais e principalmente econômicos, as relações homem/ambiente e a eficácia da gestão para o desenvolvimento de tal atividade.

No Brasil, país de inúmeras riquezas naturais, existe uma gama de unidades de conservação que possuem atividade ecoturística, como prática econômica, como é o caso do parque estadual do Lago Azul, localizada nos municípios de Campo Mourão e Luiziana, no Paraná

Dentre as unidades de conservação, uma das subdivisões são as Florestas Nacionais. Tendo por definição, o SNUC assim conceitua este tipo de unidade de conservação.

A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. (BRASIL, 2000).

Atualmente, segundo o ICMBio, constam na Amazônia 33 unidades de conservação caracterizadas como Flona, dentre elas podemos citar, Flona Altamira, Flona Bom Futuro, Flona Carajás e Flona Tapajós, dentre outras Unidades de conservação existentes na Amazônia, cada unidade conta com suas próprias políticas de preservação e utilização dos recursos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Conforme o plano de manejo da Flona Tapajós, as atividades turísticas da unidade tiveram como base a implantação de atividades na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que já contava com uma sólida composição de atividades no segmento turístico e manejo florestal. (IBAMA, 2004).

A comunidade de Jamaraquá não conta com uma associação que faça o controle dos meios de hospedagem da unidade sendo que toda verba arrecadada através do empreendimento fica em posse dos donos das pousadas.

Individualmente cada pousada tem uma renda diferente, que varia dependendo da época do ano, nos meses de junho, julho, setembro, outubro e dezembro é o período de alta temporada, em que recebe um maior número de turistas, onde é possível se ter uma arrecadação maior com as pousadas. Na tabela 1 podemos observar os valores arrecadados no período de alta temporada.

**Tabela 1:** Valores arrecadados pelas pousadas durante o período de alta temporada.

Renda mensal das pousadas no período de alta temporada (jun, jul, set, out e dez)	
Pousadas	Valor arrecadado R\$ (alta temporada)
Pousada I	1.200,00
Pousada II	500,00
Pousada III	600,00

O Proprietário da Pousada I alegou que arrecadava este valor (R\$ 1.200,00) em virtude do tempo da pousada, e já tem uma “clientela fixa”. A pousada II é a mais recente da comunidade, criada em 2012 ela conta com apenas dois quartos e recebe turistas de diversas partes do mundo, tem uma renda em torno de R\$ 500,00 reais por mês/ alta temporada. A pousada III, pertence ao guia “mais experiente” da comunidade, ele cresceu na floresta e viu nas pousadas a oportunidade de conseguir uma renda a mais conseguindo arrecadar R\$ 600,00 no período de alta temporada.

### CONCLUSÃO

A atividade ecoturística está entre as que mais geram renda para a comunidade, associada à venda de artesanato e a extração de látex. No entanto, não existe um controle sobre os ganhos que se tem com o oferecimento dos serviços de hospedagem.

Quanto às principais dificuldades enfrentadas pelos donos das pousadas na comunidade de Jamaraquá da Floresta Nacional do Tapajós, foi possível notar que dentre as principais dificuldades está o planejamento e controle das atividades; a falta de capacitação no que tange o atendimento ao público, o controle orçamentário e curso de línguas, que acaba se tornando uma das maiores dificuldades, tendo em vista que só tem um tradutor na comunidade.

É notório que a atividade ecoturística é de fundamental importância para a renda da comunidade. Porém, por se tratar de uma atividade recente, ainda existem limitações que impedem o progresso de empreendimentos nessa área.

O aprimoramento das pousadas em Jamaraquá é de grande importância para a comunidade, tendo em vista que tal atividade gera renda para a localidade, sendo que o mesmo movimenta parte das atividades econômicas das comunidades. Mas vale ressaltar que a implantação desordenada de meios de hospedagem sem levar em consideração os subsídios para a preservação ambiental, apesar da existência de uma atividade de grande influência humana é possível notar o comprometimento dos moradores com a preservação ambiental e o respeito pela floresta.

As estruturas das pousadas, em sua totalidade, são de madeira, sendo uma de palafita, e as demais sob terra firme, os proprietários afirmam que tentam passar a ideia de vida na floresta, sem a luxuosidade da vida na cidade (ar-condicionado, estrutura de alvenaria, etc.), sendo isso o diferencial das pousadas, o dia a dia na floresta. As pousadas ficam no terreno da casa dos proprietários e contam com um ou dois quartos com banheiro, sem cozinha, a qual fica na casa da família e pode ser usada pelos hóspedes.

Os atrativos turísticos são os pontos-chaves, os donos das pousadas também são guias das trilhas e da comunidade, oferecendo pacotes com pernoite na pousada, pernoite na floresta, trilha, focagem, passeio de canoa, ida ao mirante, a casa do seringueiro e a culinária regional, que tentam repassar ao turista como é o dia a dia na Floresta Nacional do Tapajós.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.985\2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Brasília, DF, 2000.

EMBRATUR, Empresa Brasileira de Turismo. **Diretrizes para uma política Nacional de Ecoturismo.** Brasília/DF, 1994.

IBAMA. **Plano de manejo da Floresta Nacional do Tapajós.** IBAMA, Brasília, DF, 2004.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó – Pará** in: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (organizadores). WESTERN, D. **Definindo ecoturismo**. In: LINDENBERG, K; WAWKINS, D. E. (ed.). **Ecoturismo: Um guia para o planejamento e gestão**. 2ed. São Paulo: SENAC, 1999. P 15-22.



## COMO A DOMESTICAÇÃO DO OLHAR E DO OUVIR PODEM INTERFERIR NO PROCESSO DE PESQUISA SOCIAL ATRAVÉS DA ENTREVISTA INFORMAL E FOCALIZADA

*Brenna Couto Nicaretta*

*Instituto de Saúde Coletiva - UFOPA*

*Maria Eduarda Coben da Silva*

*Instituto de Saúde Coletiva - UFOPA*

*Teógenes Luiz Silva da Costa*

*Professor do Magistério Superior, vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva (ISCO) Universidade Federal do Oeste do Pará.*

### RESUMO

Ter acesso a serviços de saúde é, sem dúvidas, uma grande dificuldade para comunidades que vivem distantes dos centros urbanos. Isso, juntamente com a falta de saneamento básico, torna a população suscetível à diversas doenças e, conseqüentemente, à automedicação, entre outros problemas. A inserção de acadêmicos nessa realidade é, portanto, essencial tanto para os comunitários, que de alguma forma são beneficiados com os conhecimentos científicos e ações realizadas pelos alunos, quanto para os próprios discentes, que têm a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos obtidos em sala de aula, além de obter uma rica troca de conhecimento com os comunitários. A disciplina de Interação na Base Real exerce esse papel, e através dela alguns discentes tiveram a oportunidade de conhecer a comunidade do Amapá, localizada no município de Belterra-PA, onde puderam realizar algumas visitas para obter vínculo e desenvolver uma ação educativa sobre o maior problema identificado na comunidade, o lixo.

### INTRODUÇÃO

Interação na Base Real é uma disciplina que leva o discente ao campo, à comunidade, possibilitando o contato com as famílias, colocando-o de frente com a realidade local e seus problemas, discutindo sobre os principais determinantes sociais que interferem na saúde e buscar uma solução para esse problema através do planejamento participativo.

A disciplina de IBR tem uma grande importância na formação do discente, pois é através dela que temos o primeiro contato com a comunidade, que podemos colocar em prática tudo o que aprendemos na teoria. É importante para a formação de profissionais mais humanizados, que buscam entender a realidade de cada indivíduo, que buscam cuidar do paciente a partir da raiz do problema, bem como para a “formação de um profissional que atenda às demandas da região amazônica no âmbito da saúde pública e impulse seu desenvolvimento, com competência técnica, científica, humanística e social, comprometido principalmente com a recuperação, prevenção e promoção da saúde da população do Oeste do Pará”. (PPC DO BIS, 2017).

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A área da saúde tem direcionado parte de seus esforços para entender as causas das doenças, a origem do problema, para, dessa forma, tentar solucioná-los e erradicá-los a partir da raiz e não só eliminar os sintomas, além de realizar promoção e prevenção da saúde. Para isso, algumas ideias das ciências sociais são adotadas com o objetivo de facilitar nesse processo de identificação da causa do problema. “O Trabalho do Antropólogo” e “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social” são textos baseados em estudos sociais que contribuem com esse caminho.

De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira em seu livro “O Trabalho do Antropólogo”, o *métier* do antropólogo passa por três momentos: o olhar, o ouvir e o escrever. Segundo ele, a domesticação teórica do olhar seria a primeira experiência do pesquisador de campo, pois o objeto a ser analisado, independente de qual seja, sofre uma alteração de acordo com o próprio modo do pesquisador de visualizar a realidade. O ouvir seria o complemento do olhar. É através do ouvir que o pesquisador obtém informações inalcançáveis com o olhar, mas vale lembrar que este também deve ser livre de qualquer ruído e deve estar aberto para descobrir um novo mundo, bem como deve-se estar preparado para dificuldades, como diferenças linguísticas, por exemplo. O escrever seria o produto final, é quando o pesquisador coloca em ordem o que se viu e ouviu. É feito fora do ambiente pesquisado, relacionando a vivência prática com os conhecimentos teóricos.

O ouvir se dá, principalmente, através de entrevistas, pois como propõe Antônio Carlos Gil em seu livro “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”, a entrevista é uma boa forma de se obter dados referentes à vários aspectos da vida social e do comportamento humano. Além disso, diferente de um questionário, por exemplo, não exige que o entrevistado saiba ler ou escrever, bem como pode haver uma interpretação de expressões corporais e tonalidade de voz e há uma maior aceitação. Dentre os tipos de entrevistas citadas pelo autor, a informal e a focalizada são, geralmente, mais utilizadas em pesquisas em comunidades, visto que exigem um menor grau na complexidade de perguntas e respostas, o que facilita a compreensão do entrevistado. A entrevista informal é como uma conversa, no entanto com o objetivo de coletar dados, buscando-se obter uma visão geral do problema. A entrevista focalizada difere da entrevista informal, pois, como o próprio nome sugere, ela enfoca um tema específico, no entanto deixa o entrevistado livre para falar, sempre tendo o cuidado de não deixar a conversa desviar muito do foco.

A disciplina de IBR se fundamenta nesses tópicos, uma vez que entrar em contato com uma comunidade com objetivo de obter dados exige do discente uma maior capacidade de análise, seja ela visual ou auditiva, e também de entrevista, pois é essencial saber direcionar a conversa para se obter os dados e informações que se deseja.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A primeira visita à comunidade do Amapá teve como objetivo estabelecer vínculo com os respectivos moradores e, através de diálogo, obter algumas informações sobre o local. O grupo se reuniu no barracão da igreja com algumas comunitárias. No primeiro momento, foram apresentados a equipe e seus objetivos com a comunidade e, no segundo momento, uma comunitária repassou informações a respeito do saneamento básico, atendimento em saúde, renda, lazer, segurança e escolaridade.

Na fala de comunitários, percebeu-se que a comunidade passa por dificuldades com relação ao abastecimento de água e que muitas casas ficam sem receber água por vários dias, mas que isso está sendo resolvido com o projeto para criação de um poço artesiano. A coleta de lixo, em sua opinião, está adequada, sendo feita a cada 8 dias. Quanto ao atendimento em saúde, reclamou da falta de uma UBS na comunidade, mas existe a visita regular do ACS. Para o lazer existe o barracão da igreja, onde são realizadas as festividades da comunidade, como a festa do padroeiro São Sebastião, e o campo de futebol. Em relação a segurança, ela disse que não há um patrulhamento frequente, mas não há ocorrências de criminalidade. E, quanto a escolaridade, só existe até o 5º ano. Uma de suas reclamações foi sobre o valor da energia que é elevado, chegando a pagar até R\$ 125,00.

Na segunda visita, duas famílias foram visitadas. A primeira casa foi de um comunitário de 92 anos que mora com sua filha de 68 anos, ambos aposentados e moram na comunidade há 5 anos. Eles reclamaram da falta de organização, da coleta de lixo, que algumas vezes acontece a cada 2 semanas. São protestantes e por isso não participam das festividades da comunidade. Têm o hábito de criar galinha e plantar verduras. Fazem uso de algumas plantas medicinais e não usam medicamentos controlados.

Em seguida, visitou-se um comunitário de 65 anos, que mora na comunidade há 3 anos e divide a casa com 9 pessoas (esposa e netos). Todos são católicos, têm o hábito de plantar mandioca e verduras, criar galinhas e patos e cultivam plantas medicinais. Reclamaram da oscilação da rede elétrica e relataram que recebem o abastecimento de água até às 14:00 horas e por isso precisam armazenar água para usar

no restante do dia.

Na terceira visita à comunidade, a turma realizou uma ação educativa na escola, falando a respeito do lixo, sendo essa a principal problemática identificada. A ação tinha como objetivo mostrar aos pais e alunos qual a importância de dar um destino correto ao lixo. Foi ensinado como separar o lixo orgânico do inorgânico e como reutilizá-los. Para isso, utilizou-se um projetor de imagem, aparelhagem de som, e brincadeiras lúdicas. Para finalizar, foi servido um lanche preparado pelos acadêmicos.

Em cada visita realizada na comunidade foi possível realizar o trabalho do antropólogo de acordo com Roberto Cardoso de Oliveira, o olhar e o ouvir. Através do que foi visto e dos diálogos e entrevistas realizadas com os comunitários, obteve-se informações que levaram à conclusão de que a maior problemática da comunidade seria o lixo e que a ação a ser realizada deveria ser voltada para essa questão. Portanto, optou-se por realizar uma ação educativa na escola da comunidade tratando sobre essa problemática e sobre como proceder com o lixo. O ambiente escolar foi escolhido devido a maior facilidade de reunir o público, além de que ensinar às crianças é uma forma de obter resultados a curto e principalmente a longo prazo.

Através da disciplina, educandos tiveram a oportunidade de agregar experiência prática ao conhecimento científico, adquirido em sala de aula, a partir da vivência com comunitários e seus respectivos conhecimentos do âmbito popular na comunidade, sendo assim, ambos foram beneficiados com uma troca de conhecimento, tanto através das entrevistas, quanto na realização da ação educativa. Além disso, um dos principais resultados foi a realização de promoção e prevenção da saúde, o que era o principal objetivo da disciplina.

### CONCLUSÕES

O trabalho realizado tem grande importância para a formação do acadêmico, visto que, colocá-lo de frente com a realidade mostra a real necessidade do público e as dificuldades de atender a comunidade como um todo e que para isso é necessário um trabalho em equipe. Além de mostrar a importância da obtenção de vínculo com a comunidade. Além disso, é nesse momento que o discente consegue colocar em prática o conhecimento científico que se aprende na teoria, além de obter mais conhecimento com o saber popular.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UFOPA. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado Interdisciplinar em Saúde**. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2018/041a77991404e68b96389b6840bdcc43.pdf>> acessado em 02 de setembro de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1999. 206 p. v. único.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: o Olhar, o ouvir e o escrever. São Paulo: **Revista de Antropologia**, 1996. 37 p. v. único.



## CARACTERÍSTICAS HISTÓRICO E SOCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE DO AMAPÁ EM BELTERRA NO PARÁ: LEVANTAMENTO DE PROBLEMÁTICAS EM SAÚDE

**Andria Carolina da Silva Lopes**

*Discente do curso de Farmácia do Instituto de Saúde Coletiva (ISCO) da UFOPA.*

**Jacinete Kirixi Munduruku**

*Discente do curso de Farmácia do Instituto de Saúde Coletiva (ISCO) da UFOPA*

**Téogenes Luiz Silva da Costa**

*Docente do Instituto de Saúde Coletiva (ISCO) da UFOPA*

**Elaine Cristiny Evangelista dos Reis**

*Docente do Instituto de Saúde Coletiva (ISCO) da UFOPA*

### INTRODUÇÃO

A comunidade do Amapá fica localizada no quilômetro 36 da estrada BR-163 entre a cidade de Santarém e a cidade de Belterra e está anexada por algumas políticas públicas à cidade de Belterra, no oeste do estado do Pará. Possui cerca de 48 anos de existência como comunidade, e passou a ser habitada após a criação da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), fundada na década de 1970 mediante políticas ocupacionais gerenciadas pelo governo ditatorial, durante o período militar<sup>1</sup>.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA\*

Aproximadamente 350 famílias vivem atualmente na comunidade, a maioria trabalha no “roçado”, com atividades rurais em terras dos arredores, pertencentes a proprietários exógenos a comunidade. Outra parcela depende de ônibus para chegar ao seu local de trabalho. A agricultura familiar predominava no local, até que uma boa parcela extensional do trecho rodoviário da BR-163 foi asfaltado. Com isso, produtores capitalizados da região sul do Brasil passaram a migrar para as regiões amazônicas, formando latifúndios baseados em monoculturas de soja e atividade pecuária<sup>1</sup>.

### OBJETIVO

O intuito deste estudo foi reunir as principais características históricas e socioculturais da comunidade do Amapá, identificando as problemáticas vigentes por meio dos relatos dos moradores locais que possam interferir na construção da saúde individual e coletiva.

### MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa transversal com caráter qualitativo. Foi realizada na comunidade Amapá através de visitas aos moradores e a liderança comunitária, no período de junho a agosto de 2018, pelos alunos da Universidade Federal do Oeste do Pará do Instituto de Saúde Coletiva, na disciplina de Interação na Base Real I. No intuito de conhecer mais as famílias e estreitar a relação com os moradores foi utilizado como ferramenta a Tríplice “Olhar, Ouvir e Escrever” proposta por Oliveira (1996)<sup>2</sup> e a Escuta Qualificada que configura uma possível humanização das práticas em saúde e um aprimoramento do ouvir e identificar problemas relacionados a saúde de maneira integral<sup>3</sup>.

Assim, a comunidade foi caracterizada conforme os parâmetros a seguir: a) Economia, Trabalho e Ocupação Territorial; b) Alimentação; c) Aspectos Religiosos e Culturais; d) Educação e acesso à informação; e) Lazer e esporte; f) Infraestrutura; g) Transporte público; h) Saneamento básico; i) Água potável; j) Coleta de lixo e dispensa de resíduos; k) Serviços de Saúde; l) Segurança; m) Organização comunitária; n) Turismo e História da Comunidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história da fundação da comunidade é algo intrigante a ser pesquisado com maior aptidão futuramente, uma vez que alguns moradores relataram que a comunidade existe desde o ano de 2001, embora os dados sobre a criação da “comunidade” estejam ligados ao processo de ocupação ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá<sup>1</sup>. Essa comunidade posiciona-se a 2 km de plantações de soja o que pode aproximar os moradores da exposição aos agrotóxicos.

O uso excessivo de fertilizantes pode causar acidificação dos solos, contaminação dos reservatórios de água e eutrofização (excesso de nutrientes na água, que provoca o crescimento exagerado de organismos vivos como algas). Ou seja, danos que colocam em risco a saúde humana<sup>4</sup>. Além da aproximação dos moradores as lavouras de soja, também é importante destacar o impacto do desmatamento provocado ao meio ambiente com relação a instalação das plantações de soja. E o desmatamento não é o único aspecto prejudicial ocasionado pelas lavouras de soja, temos também, o uso indiscriminado dos pivôs que são equipamentos que possuem moderna tecnologia e servem para intensificar a produção da oleaginosa.

Estes equipamentos são também responsáveis pelo encharcamento e empobrecimento dos solos, assim como da infiltração de águas poluídas de inseticidas para os mananciais<sup>4</sup>. No quesito alimentação, a comunidade não se autossustenta – os produtos alimentícios são comprados nas cidades vizinhas –, porém alguns mantêm canteiros e criações de animais individuais. Além disso, há produção em pequena escala de algumas frutas, porém não influencia na economia local. Quanto à religiosidade, o Cristianismo (católico ou protestante) predomina na comunidade. O maior evento local é a Festividade de São Sebastião – padroeiro da comunidade. Esse evento ocorre no “Barracão da comunidade”, assim como outros.

O que chama a atenção é que apesar da fragilidade de identidades culturais associadas a religiosidade, os moradores ainda visualizam os eventos religiosos como grandes momentos de diversão e socialização na comunidade. No que diz respeito à educação, até 2012 não havia instituições educacionais na comunidade. A Escola Frei Fabiano, que foi criada em 24 de março de 2012 pela Prefeitura Municipal de Belterra, só vai até o ensino fundamental, sendo a única instituição voltada para a educação em funcionamento.

Essa escola não supre todas as necessidades educacionais da comunidade, uma vez que não oferta o ensino médio. Além disso, uma parcela da comunidade é analfabeta e não existe nenhum programa governamental para a educação de adultos. No tocante ao acesso a informação dentro da comunidade é difícil, visto que não existem bibliotecas para leitura de livros ou livre acesso à internet. Algumas pessoas mantêm redes particulares de internet, inclusive há relatos de pirataria de redes particulares.

Com pouca instrução educacional, o empoderamento comunitário se torna frágil, deixando essa população vulnerável a fatores relacionados ao processo saúde-doença (como o descarte regular do lixo), que acabam não sendo tratados pelos mesmos. Quanto ao lazer, existe um projeto estruturado e monitorado por um voluntário, chamado “Escolinha de futebol”. Criado em 2016, desde então têm ajudado crianças e adolescentes a voltarem sua atenção para a educação, através do futebol como atividade lúdica. Ademais, campeonatos são realizados na quadra da comunidade, servindo de atração para todos os moradores. A infraestrutura de deslocamento da comunidade é composta pela BR-163 e por uma rede de ramais.

Esses não são asfaltados, o que gera diversos impactos negativos para o trânsito local (dos moradores ou automobilístico), principalmente após chuvas torrenciais. Também é apontada a falta de infraestrutura para construção de parquinhos infantis, ou praças. Além disso, são escassos os locais-sede de eventos culturais e afins, restando apenas o barracão e a quadra de esportes como lugares voltados para a cultura e o lazer. O acesso ao deslocamento a outras localidades é feito via transporte público, já que algumas necessidades só podem ser satisfeitas nas cidades mais próximas como Santarém e Belterra. Instituições Financeiras (Bancos), Educacionais (Escolas de ensino médio e Universidades), Trabalho, Serviços de Saúde (Hospitais, UBS's, etc) são exemplos de serviços que não são disponíveis na comunidade, ficando seu acesso restrito aos moradores somente com o uso de transporte público, que só circula na estrada (BR-163).

Para acesso a serviços educacionais básicos, tem o transporte coletivo escolar – serviço ofertado

através de programas governamentais de acesso à educação –, o qual também não adentra os ramais, circulando apenas na estrada. Esse segmento de transporte só passa em um horário, ficando o estudante sem acesso à escola caso esse transporte não circule. A rede de esgotos é bastante precária na comunidade, o esgoto é lançado no solo a céu aberto, gerando diversos impactos negativos no quesito epidemiológico. Em poucas residências há fossas assépticas onde os despejos fecais e urinários, oriundos dos banheiros são evacuados.

O lançamento de efluentes líquidos não tratados em rios, lagos, córregos (nesse caso proveniente do esgoto doméstico), provocam um sério desequilíbrio no ecossistema aquático – mortalidade dos peixes por excesso de nutrientes como o fósforo e nitrogênio que propiciam a proliferação excessiva de algas e também podem comprometer gravemente a saúde pública<sup>5</sup>. A água poluída provoca doenças como cólera, disenteria, meningite, amebíase e hepatites A e B, e os efluentes industriais que poluem os rios podem causar contaminação por metais pesados, provocando tumores hepáticos e de tireoide, rinites alérgicas, dermatoses e alterações neurológicas<sup>5</sup>.

Os primeiros moradores relatam que era preciso buscar água na comunidade da Lavra, localizada no quilometro 18 da BR-163, pois não havia água para consumir na comunidade do Amapá. Atualmente existem três poços na comunidade, todos construídos pela população local sem intervenção de órgãos governamentais. De acordo com relatos, o primeiro poço foi fundado há 40 anos, conhecido como “Poço do Zé Virisso” e o último desses poços foi finalizado recentemente. Apesar da existência dos poços, a água não é distribuída de forma igualitária pois algumas pessoas mantêm bombas e outras tecnologias que capturam água para consumo residencial/individual, fazendo com que a uma boa parte da população enfrente a escassez de água.

Além disso, a água que chega às residências não recebe tratamento adequado, deixando a população vulnerável às “doenças de veiculação hídrica” – que são causadas principalmente por microrganismos patogênicos de origem animal, humana ou entérica. A transmissão se dá, em geral, pela ingestão de alimentos ou água contaminados por fezes de indivíduos infectados<sup>5</sup>. A coleta de lixo é feita através dos “Caminhões de lixo”, que passam apenas uma vez por semana e não adentram os ramais. Essa morosidade faz com que a população busque outras alternativas, como queimar o lixo ou o descarte inadequado a céu aberto. Ambos geram inúmeros impactos ambientais, como a contaminação do solo, dos lençóis freáticos e a proliferação de animais nocivos transmissores de doenças<sup>5</sup>.

Como resultado final temos a reprodução de inúmeras doenças, seja por conta da fumaça que pode ocasionar agravos respiratórias, ou por conta de epidemias transmitidas por vetores. A comunidade não possui Estabelecimentos de Saúde, como UBS (Unidades Básicas de Saúde), ou qualquer outro seguimento de saúde que constitua uma unidade física para a promoção e manutenção da saúde. O único serviço oferecido até então é a visita de Agentes Comunitárias de Saúde – ACS. Em casos de problemas de saúde dos moradores, esses precisam deslocar-se para o posto de saúde mais próximo, localizado no Tabocal, ou se o caso for mais complexo, esse pode recorrer aos hospitais das cidades de Belterra ou Santarém.

Além da carência de serviços de saúde na localidade, foi relatado que os ACS não distribuem cloro, e por conta disso, as pessoas não fazem tratamento da água. Os Agentes de Endemias só visitam a comunidade de 6 em 6 meses, ficando esse tempo intercalado, sem a devida observação das problemáticas endêmicas. Esses fatores condicionam as epidemias locais, tornando o seu controle praticamente ineficaz.

Uma das últimas epidemias que acometeram a população local, segundo relatos foi uma virose e os moradores optaram pelo tratamento através de práticas alternativas de cuidado, como as garrafadas. Isso se deve a dificuldade de acesso aos tratamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, levando a população a buscar formas alternativas de tratar suas moléstias. Outra demanda, antes resolvida por práticas tradicionais que hoje em dia não ocorre mais é o nascimento de crianças desempenhado pelas parteiras, pois a pessoa que tinha essa função na comunidade, está impossibilitada, com sérios problemas de saúde.

A farmácia local não existe, os moradores precisam ir à cidade para satisfazer suas necessidades. A comunidade não dispõe de box policial ou posto de policiamento local para oferta de segurança a comunidade, estando relativamente “vulnerável” a possíveis transtornos. Seguindo o quadro de relatos

dos moradores, o nível de segurança local é bastante tranquilo, o índice de violência é reduzido em relação as cidades, ainda que não exista a devida segurança. Em se tratando de organização comunitária, a comunidade não possui uma associação bem estabelecida, embora alguns moradores participem de um Sindicato de Aposentadoria Rural, já que a comunidade tem uma boa parcela de ex-trabalhadores rurais idosos.

Quando precisam se reunir o fazem no barracão comunitário. O turismo na comunidade é raro, pois a mesma não dispõe de muitas atrações turísticas. O principal atrativo é a Samaumeira localizada na floresta da comunidade, que muitas pessoas param ali para visitar a grande árvore. Por fim, encerramos esse relato, com abordagem relacionada a aquisição de terrenos mais recente, por parte dos produtores estrangeiros, que é uma pauta para ser discutido futuramente, visto que existem inúmeros registros de conflitos agrários em localidades próximas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que a ascensão do Agronegócio ao longo da BR-163 e as políticas de “colonização” geraram bolsões de pobreza em Terras Amazônicas e conseqüentemente enfraqueceram a produção agrícola familiar, tornando esses pequenos produtores dependentes de empregos nas áreas urbanas dos municípios ou assalariados dos latifúndios que foram desapropriados dos mesmos, ora por meio de conflitos agrários e outros momentos, mediante “persuasões” pacíficas.

Esses fatores fomentaram a marginalização das comunidades rurais e outras populações tradicionais, que ocupam esses territórios e se encontram em condições de pobreza, desprovidos de acesso a políticas sociais, educacionais e econômicas. Assim, tornou-se importante, portanto, resgatar os aspectos históricos e socioculturais que permeiam a vida desses moradores e interferem no processo saúde-doença, já que a saúde está diretamente ligada ao bem-estar da população em seus diversos aspectos.

Verificou-se que a localização da comunidade não só está ligada ao processo geopolítico e histórico de ocupação das localidades ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), como também é um fator condicionante da saúde coletiva da população local. Como problemáticas temos a proximidade com plantações de soja, os riscos decorrentes do contato das pessoas com agrotóxicos, a degradação do meio ambiente e até mesmo a garantia de autossustento e trabalho. Também temos, em decorrência da marginalização social e geográfica, a precarização de setores primários como saneamento básico, tratamento de água, coleta de resíduos, infraestrutura em seu sentido geral, entre outros fatores que tornam a população da comunidade do Amapá vulnerável dentro da perspectiva da saúde.

A partir da caracterização e levantamento dessas problemáticas em saúde, torna-se necessário a continuidade de estudos mais detalhados sobre as origens desses problemas a fim de encontrar soluções para mitigá-los.

## NOTAS

1. MARGARIT, E. **O Processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: Uma leitura a partir do Planejamento Regional Estratégico da Amazônia durante o Governo Militar**. Geografia em questão, v.06, pp. 12-31.2013.

2. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, p. 12-37, São Paulo, USP, 1996.

3. DUARTE, L., MOREIRA, D., DUARTE, A., FEITOSA, A., & OLIVEIRA, A. Contribuição da Escuta Qualificada para a Integralidade na Atenção Primária. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 08. 2017.

4. STEINBERGER, Marília (Org). **Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília, DF: Ed. Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

5. AMARAL, L. A.; NADER FILHO, A.; ROSSIR JNR, O. D.; FERREIRA, F. L. A.; BARROS, L. S. S. Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais. **Revista de Saúde Pública**, [online]. 2003, vol.37, n.4, pp.510-514.



## A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL EM TEMPOS DISTINTOS NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL: OS CAMINHOS DA RODOVIA DA INTEROCEÂNICA

*Dermeson de Sousa Lima*  
*Doutor em Geografia-PPGEA/UNB; Geógrafo/Economista.*  
*Instituto de Meio Ambiente do Acre-IMAC*  
*E-mail: [dermeson.lima@ac.gov.br](mailto:dermeson.lima@ac.gov.br)*

### RESUMO

A região da Amazônia Sul-Occidental faz parte da política integracionista num viés geopolítico de governos sul-americanos, que valoriza a região como estratégica para integração regional entre os países do Brasil-Bolívia-Peru. A integração territorial é consolidada por meio de obras de infraestrutura física, como rodovias, hidrovias e aeroportos que buscam consolidar a integração territorial, regional e o comércio exterior. Nesta região de fronteira a estratégia integracionista vem sendo corroborada após a conclusão da Rodovia Interoceânica ou Estrada do Pacífico como é conhecida regionalmente inaugurada em 2010. A Rodovia Interoceânica transcorre a Amazônia Sul-Occidental e representa a principal rota terrestre que interliga os países fronteiriços, Brasil-Bolívia-Peru. O trabalho aborda as principais transformações socioespaciais na Amazônia Sul-Occidental após a conclusão da Rodovia Interoceânica no ano de 2010. Adotou como procedimento metodológico num debate dialético e crítico que pautou-se na elaboração do referencial teórico, trabalho de campo, levantamento e análise de dados secundários de órgãos públicos e privados das principais transformações. Os principais resultados demonstram o aumento na dinâmica de fluxos de pessoas, imigrantes, turistas e implementação de empreendimentos, que de forma geral são acompanhados de novas territorialidades no eixo da Rodovia Interoceânica na Amazônia Sul-Occidental.

**Palavras-chave:** Amazônia Sul-Occidental. Integração regional. Rodovia Interoceânica.

### INTRODUÇÃO

Amazônia Sul-Occidental é uma denominação genérica da região Amazônica na sua porção Sul, na sua parte mais ao ocidente, no qual seu bioma extrapola os limites territoriais brasileiros, estendendo-se aos países vizinhos, e serve como delimitação biogeográfica. Esta região é formada, no Brasil, pelos Estados do Acre, Rondônia e sul do Amazonas. Do outro lado da fronteira, conglo mera o Peru com o Departamentos de Madre de Dios e Ucayali, e na Bolívia, pelo Departamento de Pando. Nos países vizinhos os departamentos são divisões políticas administrativas equivalentes aos Estados no Brasil.

Nesta região encontra-se a Estrada do Pacífico, proposto eixo de integração entre o Brasil e os portos do Pacífico, apresentando uma nova possibilidade de comercialização dos produtos brasileiros via Oceano Pacífico. A conclusão do projeto em 2010, tem trazido, desde então, mudanças significativas na paisagem da região, bem como na dinâmica social e econômica. O trabalho apresenta as principais transformações sociais, ambientais e econômicas após a conclusão da Estrada do Pacífico no percurso da região de fronteira da Amazônia Sul-Occidental.

Os resultados do estudo evidenciam, num primeiro momento, processos de desterritorialização associados a novas atividades produtivas ao longo da Estrada do Pacífico, como garimpo, exploração madeireira e agropecuária. Além disso, o tráfego de pessoas e veículos tem aumentado desde a conclusão da obra. O papel do Estado enquanto fomentador do capital público e privado, na forma de empréstimos e financiamento a empresas nacionais e internacionais atua na região de fronteira amazônica por meio de empreendimentos e obras de infraestrutura, tem se destacado.

### A AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

No Brasil, as regiões mais afastadas do litoral foram inseridas, tardiamente, no processo de integração

territorial e regional, pois foram as últimas fronteiras políticas delimitadas no território brasileiro. No caso da Amazônia, o período atual é marcado por meio de valoram a lógica desenvolvimentista e integracionista territorial, no qual grandes projetos recortam o território em grandes pedaços por meio de eixos terrestres de circulação.

Becker (2005), compreender a região e território de fronteira passa pelo entendimento dos acontecimentos globais da economia que incidem nos territórios regionais e locais na busca de ganhos financeiros e lucros, intensificando as discrepâncias centro-periferia. Podemos pontuar, como as primeiras e maiores densidades técnicas criadas na Amazônia Sul-Occidental são a rede telegráfica e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Rondônia, no início do século XX. A ferrovia foi fruto de acordo envolvido num contexto geopolítico internacional, levando a anexação de uma parte do território boliviano ao Brasil, o que configurou o Acre. A segunda obra técnica integracionista na Amazônia Sul-Occidental, destaca-se a linha telegráfica, aberta por Marechal Cândido Rondon, seu percurso orientou outras obras de infraestrutura como as primeiras estradas na Amazônia, as primeiras rugosidades.

Santos (2006) denomina de rugosidade, um objeto técnico concreto, que deixa heranças tanto física, como sociais e territoriais, posteriores a sociedades futuras, “essas rugosidades - constituem as coordenadas que orientam as novas ações”.

As duas últimas décadas do século XX, a malha técnica rodoviária é concretizada como uma política intergovernamental com a finalidade de tirar a Amazônia Sul-Occidental, neste caso, o Estado de Rondônia e Acre do isolamento físico e a dependência do transporte aéreo, e consolidar a integração regional com os países vizinhos. Assim, ocorre um adensamento da infraestrutura rodoviária com a pavimentação definitiva de suas principais rodovias, BR-364 e BR-317, e a concretização da Rodovia Interoceânica. As interferências territoriais voltadas a infraestrutura tem efeitos antagônicos. No Quadro 01, sintetizam-se as principais transformações na dinâmica territorial e produtiva e as novas realidades na Amazônia.

**Quadro 1 - Integração territorial e novas dinâmicas na Amazônia Sul-Occidental**

Mudanças estruturais	Principais conflitos	Novas realidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetivação da malha rodoviária;</li> <li>- Implantação de projetos de assentamentos;</li> <li>- Novas atividades produtivas, como a pecuária, agricultura e mineração;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- migração populacional;</li> <li>- implantação de atividades com forte degradação ambiental;</li> <li>- desmatamentos e queimadas;</li> <li>- conflitos socioambientais pela posse da terra;</li> <li>- êxodo rural e urbanização desordenada;</li> <li>- formação de grandes latifúndios às margens dos eixos rodoviários;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- integração regional possibilitada pela conectividade/articulação territorial com grandes centros do País;</li> <li>- diversificação populacional com reflexos na divisão regional do trabalho;</li> <li>- novas atividades produtivas;</li> <li>- inovações tecnológicas nos processos produtivos;</li> <li>- surgimento de centros urbanos com novas oportunidades de trabalho;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Obras do sistema energético</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- formação de grandes lagos e barragens associadas a obras hidrelétricas;</li> <li>- desapropriação territorial de populações tradicionais;</li> <li>- proliferação de doenças tropicais como dengue e malária, entre outras;</li> <li>- destruição e alteração de habitats naturais (fauna e flora);</li> <li>- pressões na segurança alimentar (pesca e agricultura familiar) das populações atingidas por barragens;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o sistema energético junto com a ligação rodoviária possibilitou a consolidação de sistema de telecomunicações em redes interligado nacionalmente;</li> <li>- abastecimento energético dos centros urbanos e rurais (eletrificação rural);</li> <li>- atração de atividades industriais que demandam energia elétrica para regiões isoladas dos grandes centros desenvolvidos;</li> <li>- oportunidades de novas atividades socioeconômicas para populações de baixa renda;</li> </ul>

Fonte: RAISG, 2012; KILLEEN, 2007; BECKER, 2005; SMERALDI, 2005; MELLO, 2006; DOUROJEANNI (2006; 2001). Pesquisa de Campo, 2017; **Organização:** Demeson Lima, 2015.

As rodovias não estão associadas apenas a grandes impactos socioambientais na sua construção, mas também por impulsionarem a mobilidade demográfica, por migrações da força de trabalho para zonas consideradas periféricas. A consolidação da malha rodoviária com a abertura das estradas também corroborou com a implantação de projetos de colonização para reforma agrária, projetos para agropecuária, mineração e energia, sendo acompanhadas obras de infraestrutura, como portos, aeroportos e rodovias.

Na Amazônia Sul-Occidental, os recursos naturais passam a ser valorizados com maior ênfase pelo viés integracionista e produtivo, enquadrando a bacia hidrográfica intercontinental numa visão produtivista para, em larga escala, aproveitar seu grande potencial hídrico para geração de energia e transporte (hidrovias).

O impacto dos eixos de penetração sobre a região é violento. Não só porque abre a região a novas ideias, pessoas, mercadorias, informações, mas pela rapidez com que se faz a penetração da inovação, destoando fortemente do ritmo lento que prevalecia na região. [...]. Hoje, quando a rodovia permite o deslocamento de São Paulo a Rio Branco em alguns dias, as relações passam a ser percebidas em termos de horas. (BECKER, 1982, p. 67).

Assim, a logística funcional do território na Amazônia passa a incluir o território na lógica integracionista de circulação produtiva, dotando-o de novas redes técnicas, como portos, hidrovias, usinas hidrelétricas, e logísticas para prospecção de petróleo e gás natural. Destaca-se, na Amazônia, a Hidrovia do Rio Madeira-Amazonas, que possibilita ligação com o Oceano Atlântico, fazendo parte de uma logística multimodal formada por rodovias, portos e hidrovias interligando pontos estratégicos que atendem às exportações da ZFM e da produção do agronegócio e da pecuária do Norte e Centro-Oeste lança a ideia de um regionalismo aberto. O Estado é influenciado por escalas anteriores sendo caracterizando um Estado territorializado, e influencia cada vez mais o processo que ameaça a autonomia do território. (SANTOS, 2006; SANTOS, SILVEIRA, 2001; MOREIRA, 2012).

Desta forma, a dinâmica territorial requer a implantação de infraestruturas para a efetivação, controle e desenvolvimento econômico por meio do planejamento e ordenamento do território. Os processos são impulsionados pela intervenção estatal na busca do ordenamento territorial para que se possa alcançar uma maior dinamicidade dos grandes arranjos produtivos e socioespaciais de dimensão continental, tendo por base o processo de acumulação capitalista sempre em expansão. Portanto, compreender a dinâmica regional perpassa pelo entendimento de que forças exógenas ao contexto político, econômico e cultural em nível local/regional/global.

## CONCLUSÃO

A conclusão da Rodovia Interoceânica propiciou uma maior mobilidade de pessoas, de turistas e do comércio intrarregional, mas, em contrapartida intensificou os impactos territoriais e ambientais na região de fronteira, principalmente nas comunidades que circundam a estrada, não só no Brasil, tendo seus efeitos se estendido para as regiões vizinhas da Bolívia e Peru. As grandes obras de infraestrutura como as estradas, são conhecidas pelos seus impactos, sobretudo as que envolveram a região amazônica. Na Estada do Pacífico, significativos impactos territoriais, ambientais e sociais tem se apresentado, trazendo maior fragilidade ao bioma e a sociedade amazônica e pouca integração de fato. Desta forma, a implantação da malha rodoviária nesta parte da Amazônia retrata o empenho de integrar o Acre com os Estados do Amazonas (Boca do Acre) e com Rondônia, e principalmente com os países vizinhos da Bolívia e do Peru. O discurso da integração regional e saída para o Pacífico passa a fazer parte uma política governamental, consolidam eixos de integração econômicas maiores, uma intercessão de redes, pontos e nós, no contexto da circulação e do rodoviarismo.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In:

COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd. (Coords.). **Amazônia sustentável:** desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro – RJ: Garamond; Tubinger, Alemanha: Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005. p. 23-44.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica da Amazônia:** A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1982.

DOUROJEANNI, Marc. **Estudo de caso sobre a Estrada Interoceânica Sul na Amazônia Sul do Peru.** Lima - PE: *Bank Information Center, Conservation International, Derecho Ambiente y Recursos Naturales y ProNaturaleza*, 2006. 103p.

\_\_\_\_\_. Impactos socioambientales probables de la carretera transoceánica (Río Branco-Puerto Maldonado-Ilo) y la capacidad de respuesta del Perú. In: **Boletín Ciudades para un Futuro más Sostenible**, 19: (En)claves insostenibles: tráfico, género, gestión y toma de decisiones. Madrid: España, 2001. Disponível em: <<http://habitat.aq.upm.es/boletin/n19/amdou.html>>. Acesso: 15 set. 2017.

KILLEEN, Timothy. J. **A Perfect Storm in the Amazon Wilderness:** development & conservation in the context of the Initiative for the Integration of the Regional Infrastructure of South America (IIRSA). In: *Advances in Applied Biodiversity Science-AABS*, N. 07. Arlington/Texas/EUA: Conservation International; CABS, 2007.

MELLO, Neli A. **Políticas territoriais na Amazônia.** São Paulo-SP: Annablume, 2006.

RAISG, Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. **Amazônia sob Pressão.** (Coordenação geral: Beto Ricardo). São Paulo-SP: Instituto Socioambiental, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. 3. ed. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro-RJ: Record, 2001.

SMERALDI, Roberto. Análise das principais grandes obras de infraestrutura do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 na Amazônia. In: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd. (Coords.). **Amazônia sustentável:** desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro – RJ: Garamond, 2005. p. 63-73.

## EDUCAÇÃO BASEADA NA COMUNIDADE: A EXPERIÊNCIA DE CAMPO NA DISCIPLINA INTERAÇÃO NA BASE REAL I

*Andson Pereira Ferreira - UFOPA.*

*E-mail: [engenheiroandson@gmail.com](mailto:engenheiroandson@gmail.com)*

*Joelcimara Érika Azevedo Lobato - UFOPA.*

*E-mail: [lobato.azevedo@hotmail.com](mailto:lobato.azevedo@hotmail.com)*

*Luane Daiane Pinto Viana. - UFOPA.*

*E-mail: [luane.viana1@gmail.com](mailto:luane.viana1@gmail.com)*

### RESUMO

O presente trabalho visa descrever como foi a experiência de visita em campo à comunidade do Amapá – localizada na Rodovia BR 163, zona rural do Município de Belterra – durante a disciplina de Interação na Base Real I (IBR-I). Essa disciplina é ofertada pelo Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O trabalho tem como objetivo mostrar como essa disciplina é de grande relevância para a formação de profissionais de saúde mais humanizados, tendo em vista que a mesma prepara o discente para sua futura vida profissional ao aproximar os conteúdos teóricos da sala de aula com a realidade local de diversas comunidades, possibilitando uma melhor compreensão da realidade social. A pesquisa-ação realizada com base em três visitas na comunidade mostrou que a disposição do lixo é um grande problema enfrentado pela população local. Com isso, foi realizada uma intervenção que constou com palestras referentes abrangendo a temática dos resíduos sólidos, resíduos orgânicos e inorgânicos, compostagem dos resíduos orgânicos e reutilização/reciclagem dos resíduos inorgânicos.

**Palavras-chave:** Comunidade. Interação. Relação Social.

### INTRODUÇÃO

O componente curricular de Interação na Base Real (IBR) está presente nos quatro primeiros semestres do curso de Bacharelado em Farmácia e prevê um contato direto dos estudantes com as populações de vulnerabilidade social no município de Santarém e região. Uma das principais funções da disciplina é contextualizar e criar uma conexão entre os módulos do semestre correspondente. Por isso, divide-se em quatro módulos: IBR I, IBR II, IBR III e IBR IV.

De acordo com o PPC do curso de Bacharelado em Farmácia, IBR I possui 60 horas de carga horária e tem suas atividades voltadas para a análise da realidade local, buscando a problematização através de discussões sobre os principais determinantes sociais da saúde. Este módulo tem como finalidade central possibilitar aos discentes visitas às comunidades e diálogo com suas lideranças e as famílias com o objetivo de desenvolver a escuta e o vínculo através de uma prática comum aos diversos profissionais da saúde.

Já IBR-II tem um total de 20 horas e é componente do segundo semestre do curso de Farmácia. Procura articular os saberes construídos nas disciplinas do semestre através da investigação nascida durante as aulas e que foi problematizada nos assuntos referentes aos principais conceitos trabalhados em sala.

Tendo uma carga horária de 60 horas, IBR-III vem fazer uma introdução sobre alguns temas de fundamental importância para a formação do discente como: noções do campo da Política Pública em Saúde, do Planejamento Normativo, e Momentos do Planejamento Estratégico Situacional, além de território e local de atuação. Desse modo, é nesse componente que os estudantes retornam a comunidade e realizam junto às famílias e lideranças comunitárias um planejamento participativo para uma possível

intervenção. Todo este processo tem como ponto central a continuidade do trabalho desenvolvido no componente do IBR II (UFOPA, 2017).

Têm-se o último IBR, com carga horária de 60 horas o qual vem finalizar todo esse processo de interação ocorrido ao longo dos quatro semestres. Dessa maneira, o propósito nesse módulo é propiciar aos estudantes a efetivação de projetos de intervenção desenvolvidos no IBR III junto à comunidade, tendo este como proposta a diminuição das Iniquidades e a Promoção da Saúde.

Assim, a junção dessas quatro disciplinas vem facilitar a construção de conhecimentos a cerca das relações entre os campos das ciências humanas e a área da saúde, apresentando categorias e conceitos que são capazes de fazer com que se analise a realidade e para começar a problematizar sobre os determinantes sociais da saúde que acometem as populações através de visitas às comunidades com o objetivo de desenvolver a escuta e o vínculo.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O conceito de Educação Baseada na Comunidade (EBC) vem sendo ampliado desde a década de 1970 e tornou-se referencial para os currículos de todos os cursos da área da saúde no Brasil desde 2001 (BOLLELA; GERMANI; AMARAL, 2014). Em 2007 é criada a Comissão Interministerial de Gestão da Educação na Saúde, formada por representantes do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, além de representantes do Sistema Único de Saúde (SUS) dos níveis federal, estadual e municipal. A Comissão tem o intuito de atender ao artigo 200 da Constituição Federal que prevê que cabe aos SUS “ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde”. (BRASIL, 1988).

Para Britto e Moutinho (2014) por recomendação dessa comissão a formação profissional para a área da saúde deve estar orientada para os problemas mais relevantes da sociedade, exigindo ainda que a seleção de conteúdos essenciais seja com base em critérios epidemiológicos e nas necessidades de saúde. Essa recomendação é a base para a Educação Baseada na Comunidade, a qual “se traduz na construção do conhecimento a partir dos problemas baseados na realidade, promovendo o contato direto dos estudantes com os profissionais dos serviços, com os usuários do Sistema de Saúde e com a comunidade em geral” (BRITTO; MOUTINHO, 2014).

Por se tratar de um curso da área da saúde, o Bacharelado em Farmácia da Universidade Federal do Oeste do Pará adota os princípios da Educação Baseada na Comunidade. Isso é evidenciado nas quatro disciplinas de Interação na Base Real (IBR) presentes nos dois primeiros anos do curso.

A disciplina de Interação na Base Real I proporciona aos estudantes do primeiro semestre do curso de Bacharelado em Farmácia da UFOPA a possibilidade de conhecer uma comunidade (geralmente da zona rural) para interagir e vivenciar uma realidade diferente do cotidiano acadêmico. Isso ocorre através de visitas a uma comunidade previamente escolhida com o objetivo de desenvolver a escuta qualificada e criar um vínculo através da prática comum aos diversos profissionais da saúde. Isso visa proporcionar aos estudantes a introdução ao conhecimento dos principais problemas globais, a partir do conhecimento dos problemas locais, que lhes são próximos. (UFOPA, 2017).

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e quanto ao procedimento refere-se a uma pesquisa-ação, pois envolveu a participação planejada na situação problema investigada. O processo de pesquisa recorreu a uma metodologia sistemática no sentido de transformar a realidade observada a partir da sua compreensão, conhecimento e compromisso para a ação dos elementos envolvidos na pesquisa.

A proposta da disciplina é integrar a universidade com a comunidade para que haja uma troca de experiências e estabelecimento de vínculos e confiabilidade para que posteriormente possam ser feitas intervenções no que diz respeito aos problemas enfrentados pelos comunitários. A comunidade em questão é denominada Amapá e está localizada às margens do Km 34 da Rodovia BR 163, zona rural do Município de Belterra. A comunidade possui cerca de 350 famílias.

A primeira visita de campo na comunidade do Amapá ocorreu no dia 04 de agosto e consistiu na observação do ambiente e uma conversa com a líder comunitária. Ao chegar à comunidade os acadêmicos

foram para o barracão comunitário onde todos se apresentaram individualmente e falaram quais eram as expectativas que tinham em relação à disciplina.

Em seguida foram feitos relatos da moradora e líder comunitária sobre a existência de muitas problemáticas em torno desse local. As informações coletadas durante o relato oral foram anotadas pelos estudantes.

Já a segunda visita, no dia 11 de agosto, os alunos foram divididos em duplas e após orientações preliminares dos docentes e visitaram algumas famílias para adquirirem um contanto inicial com os mesmos, a fim de estabelecer algum elo com esses moradores. Assim, o dialogo ocorreu de maneira mais abrangente possível para que o entrevistado fosse protagonista na entrevista, a qual foi semiestruturada com questões abertas.

A terceira visita realizada na comunidade do Amapá ocorreu no dia 30 de agosto e consistiu na culminância da pesquisa-ação a qual consistiu na realização de uma atividade de intervenção baseada nas problemáticas que foram relatadas e observadas durante as duas visitas anteriores.

Por fim os discentes do curso de Farmácia e Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFOPA 2017/2018, foram divididos em equipes que foram responsáveis por elaborar alguma atividade antes e durante a ação educativa de intervenção.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Durante as entrevistas ficou evidenciado que por muito tempo o maior problema da comunidade foi a falta de água, o que foi solucionado com a arrecadação de dinheiro pelos próprios comunitários para a realização de uma limpeza no poço. Foi relatado também que devido ao descaso dos políticos com a comunidade a escola que ali funciona foi construída com a ajuda dos próprios moradores.

Combinando as entrevistas com as observações *in loco* constatou-se que um dos maiores problemas relacionados à saúde enfrentados atualmente pela comunidade do Amapá se refere à destinação do lixo, tendo em vista os caminhões coletores passam apenas uma vez por semana pela comunidade.

Mediante essa situação foi planejada uma intervenção que ocorreu durante a terceira visita à comunidade do Amapá. Essa intervenção consistiu na realização de uma ação educativa com a temática voltada para os malefícios que os resíduos sólidos trazem para a saúde. Dessa maneira, foram convidados os pais e, principalmente, os alunos da Escola Frei Fabiano para participarem da atividade, pois entende-se que as crianças são mais suscetíveis a aprender e mudar algumas atitudes que são incorretas em relação ao descarte do lixo.

Durante a atividade a equipe que ficou responsável pela apresentação das palestras informativas iniciou a atividade explanando sobre o conceito de lixo, incluindo a classificação e diferenciação entre os resíduos orgânicos e inorgânicos. Esses conceitos foram abordados para se chegar à temática da Coleta Seletiva, onde de acordo com o tipo de material que o lixo é composto, ele tem que ser depositado em um local específico para uma destinação final mais adequada.

Foi abordado também sobre o processo de compostagem, que é uma forma de reaproveitar os materiais orgânicos que são descartados no lixo de maneira inadequada. A correta destinação dos resíduos orgânicos pode evitar a proliferação de animais que agem como vetores de doenças, como ratos e moscas por exemplo. A compostagem foi apresentada como ideia para as crianças repassarem para seus pais, como maneira de prevenir a saúde, cuidar do meio ambiente, além de contribuir com a melhoria da produção agrícola da comunidade e com isso até aumentar a renda das famílias.

Na sequência houve uma demonstração de alguns materiais inorgânicos reciclados e reutilizados, como bolsas, saídas de praia, abajur, caixinhas decorativas, entre outras. Tudo isso para demonstrar como pode se fazer objetos que rendem um dinheiro extra com materiais que seriam descartados.

## **CONCLUSÃO**

Pode-se compreender a disciplina Interação na Base Real I como um ótimo exemplo da Educação Baseada na Comunidade (EBC) que vem sendo adotada atualmente pelas diretrizes curriculares dos cursos de graduação na área de saúde no Brasil. As práticas da disciplina cumpriram o papel de familiarizar os discentes com o cotidiano das pessoas que são usuárias dos serviços de saúde, o que é de grande

relevância a atuação dos futuros profissionais. O ato de cuidar está intimamente relacionado ao ato de refletir sobre a ação, pois assim supervalorizaremos o saber e o fazer no processo de produção de conhecimento.

A troca de experiências apresenta categorias e conceitos que são capazes de fazer surgir uma análise crítica da realidade e uma capacidade de problematizar sobre os determinantes sociais da saúde que acometem as populações através da visita feita à comunidade do Amapá.

Essa disciplina é de fundamental importância para os discentes, pois auxilia na formação de profissionais mais humanizados, que possivelmente irão além das competências e habilidades técnicas, superando o que se o mero atendimento formal dos profissionais da saúde.

Por outro lado, a interação com os comunitários pode de levar a eles o hábito de querer prevenir a sua saúde, o que é essencial ao entendermos que a prevenção é a base para não se ter futuras doenças. As expectativas da atividade demonstraram-se positivas. O sucesso desta iniciativa só poderá ser visto ao longo desse processo de interação entre os acadêmicos e os moradores da comunidade que ocorrerá nos próximos semestres.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_12.07.2016/art\\_200\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_200_.asp)>. Acesso em: 20 de Nov. de 2018.

BOLLELA, Valdes R; GERMANI, Ana Claudia C. G.; AMARAL, Eliana. **Educação Baseada na Comunidade para as Profissões da Saúde: A Experiência Brasileira**. In BOLLELA, Valdes R et al. (Org). **Educação Baseada na Comunidade para as Profissões da Saúde: Aprendendo com a experiência Brasileira**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2014.

BRITTO, Maria Helena S. S.; MOUTINHO, Sally Cristina M. M. **Educação Baseada na Comunidade: A Experiência da Faculdade de Farmácia da Universidade do Maranhão em São Luis – MA – Brasil**. In BOLLELA, Valdes R et al. (Org). **Educação Baseada na Comunidade para as Profissões da Saúde: Aprendendo com a experiência Brasileira**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2014.

UFOPA – Universidade Federal do oeste do Pará - **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde**. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2018/041a77991404a68b96389b6840bdcc43.pdf>>. Acesso em: 20 de Ago de 2018.



## AS MUDANÇAS NAS PAISAGENS DE SANTARÉM NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO RODOVIA SANTARÉM-CURUÁ-UNA PA-370

*Cidiane Figueira Cardoso*  
*Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA*  
*E-mail: cidianecardoso@hotmail.com*

### RESUMO

Esse trabalho aborda resultados de atividades do componente trabalho de campo II realizado às margens da Rodovia Santarém-Curuá-Una (PA-370) pela turma do curso de licenciatura de geografia 2014 da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, no município de Santarém-PA. Com objetivo de evidenciar as transformações nas paisagens e nas diferentes relações que estão ocorrendo ao redor da rodovia; aonde nos últimos anos vem se intensificando o debate acerca dos processos de urbanização rodovia Santarém-Curuá-Una PA-370.

**Palavras - chave:** Território, Amazônia, urbanização.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho é decorre de uma experiência de saída de campo da turma 2014 do curso de licenciatura em geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Com o seguinte roteiro de visita: fazenda experimental da UFOPA, essa fazenda possui aproximadamente 660 hectares, localizada às margens da Rodovia Santarém-Curuá-Una (PA-370), km 37, no município de Santarém, Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, localizada no Rio Curuá-Una, na Cachoeira do Palhão, a 70 km a sudeste de Santarém, no estado do Pará. A fim, de observar as modificações nas paisagens e as relações sociais em torno da rodovia. Campos extensos de plantações de soja, milho, hectares destinados a pecuária, desmatamento, conjuntos residências horizontais e diversas ocupações recentes, esse é o cenário que tem chamado atenção nos últimos anos na cidade de Santarém, e isso foi vivenciado no trabalho campo, essa novas dinâmicas territoriais na Amazônia, as quais tem promovidos alterações na paisagem urbanas de Santarém.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Kaiser (2009) “a pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesma. É a pesquisa indispensável à análise da situação social.” Durante o campo, procuramos conhecer e compreender a formação territorial da comunidade e histórias de vidas dos sujeitos, a organização da comunidade mediante a conversas com as lideranças comunitárias, foram observadas as paisagens naturais e humanizadas, identificando e descrevendo as transformações paisagísticas no local, buscando compreender sobre os principais tipos de trabalhos desenvolvidos nos locais visitados.

Durante o percurso da atividade na Santarém-Curuá-Una (PA-370), pôde se perceber que há uma perda das terras da produção familiar para as commodities, hectares destinados a pecuária. Porém, percebemos a resistência das comunidades tradicionais na luta pela terra, que não vendem ou arrendam as terras para os grandes produtores. Nesse sentido, insere-se a perspectiva de Santos (2002), onde o autor traz essa abordagem de territórios no sentido de identidade

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. (SANTOS, p. 14, 2011).

Concordo com o autor, pelo fato, de muitos produtores terem herdado terras de seus pais, por isso o vínculo e o interesse que existe não é o lucro, mas o de pertencimento a terra

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim sendo, essa identidade com o território foi notada nas margens da rodovia, na fazenda experimental da UFOPA, onde o Engenheiro relatou que algumas pessoas das comunidades que habitam ao redor da mesma, usam uma área da fazenda para caça, e outra, não abriram mão das suas terras nem mesmo para os fazendeiros que residiam naquele espaço antes da UFOPA.

O encarregado da hidrelétrica que nos recebeu relatou que a chegada da hidrelétrica provocou muitos impactos ambientais, sendo necessário a vinda de profissionais competentes em várias áreas para desenvolver estudos para amenizar os problemas na época. Diante disso, houve um processo de modernização no lugar e uma reorganização social, pois, ele nos disse também, que o número de comunidade locais aumentaram e muitas pessoas da comunidade dizem que não querem deixar suas terras.

Vemos nesse momento uma nova articulação do capital em Santarém, novos padrões tecnológicos, relação em escala mundo, provocando conflitos e novas regras para os sujeitos locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo trouxe a possibilidade de observamos as diferentes relações que ocorrem nos espaços percorridos durante o trabalho de campo, Diante da experiência, puderam se perceber as novas relações sociais durante o percurso das atividades na Santarém-Curuá-Una -PA-370, onde o agronegócio tem se expandindo, modificando as paisagens e as relações locais. Dessa forma, nota-se uma perda das terras da produção familiar para as commodities e hectares destinados a pecuária. Todavia, existe resistência das comunidades tradicionais na luta pela terra, haja vista, que muitos comunitários não vendem ou arrendam as terras para os grandes produtores do capital, devido ao vínculo de sentimento que os produtores possuem com a terra.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- KAISER, Bernard. **O Geógrafo e a Pesquisa de Campo** In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, p. 97. 2006.
- BECKER, Bertha K.; SANTOS, Milton (org) - **Território, territórios - ensaios sobre o ordenamento territorial**. p. 14. 2002.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico**. revista ieb n50 2010 set./mar. p. 13-138.

## “LAND GRAB” NA AMAZÔNIA E EXPANSÃO DA DENDECULTURA

**Auristela Correa Castro**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades da UFPA.

E-mail: [auristelacastro@gmail.com](mailto:auristelacastro@gmail.com)

**Aquiles Vasconcelos Simões**

Prof. Pós-doutor da Universidade Federal do Pará do Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e

Identidades (PPGCITI)

E-mail: [moinayunab@gmail.com](mailto:moinayunab@gmail.com)

### RESUMO

O presente trabalho visa traçar um olhar sobre o “*land grab*” na Amazônia e o estado implementador de políticas públicas buscando compreender a dinâmica dos conflitos da pesca na referida região e atuação do ente público. O método de abordagem partiu da análise da teoria mediante a bibliografia estudada e pesquisa de campo. Conclui-se que processo de produção do dendezeiro requer áreas ricas em água e solos férteis próprios para a agricultura, a presença de um empreendimento dendeicultor em expansão no Moju no Baixo Tocantins, configura claramente a presença do “*land grab*” nesse locus, pois avança e se apropria tanto das terras agricultáveis, como dos recursos naturais disponíveis.

**Palavras-chave:** Amazônia. dendeicultura. “*land grab*”

### INTRODUÇÃO

A corrida desmedida pela aquisição de terras em países do hemisfério sul tem acarretado atrocidades como espoliação, apropriação ilícita, grilagem, expulsão de camponeses, sobreposição, pistolagem, além do avanço do capital agrário aliado ao capital financeiro e capital industrial sobre territórios de comunidades tradicionais, elementos estes que tem ocasionado uma série conflitos socioambientais em regiões como a Amazônia, tendendo a crescer em função de ações governamentais que reordenam espaços para atender anseios de conglomerados transnacionais que pressionam esses governos na realização de interesses voltados a expansão do capital (ALMEIDA, 2010a, 2012b; BORRAS, SAUER, 2016, p.09; CARVALHO, 2013).

Nesse contexto Boechat *et al.* (2017, p.76) denominaram de “*land grabbing*” ou apropriação mundial de terras, esse evento cuja incidência decorre das “narrativas de crise” que emergiram a partir da publicação do *Rising Global Interest in Farmland: Can It Yield Sustainable and Equitable Benefits?* no ano de 2011 e levou a eclosão da busca de terras cultiváveis principalmente em países do hemisfério sul, temática esta que será fruto de discussão do presente trabalho (BOECHAT *et al.* 2017, p. 76; BORRAS, SAUER, 2016; GRAIN 2008; PEREIRA, 2017).

### CABEDAL TEÓRICO

#### O “LAND GRAB” NA AMAZÔNIA

A apropriação de terras ou “*land grab*” não está vinculada somente a terras agrícolas, ou “*farmland grab*” mas a apropriação de recursos naturais bem como água, floresta, minérios, por isso, pressupõe o surgimento de novos termos como o “*green grabbing*” (apropriação verde) e a “*water grabbing*” (apropriação da água), embora alguns autores não concordem que o “*land grab*”, seja referente apenas a terra mas sim “um controle sobre a cadeia de valor”, ou das “relações de trabalho no campo”, mas dada a complexidade do tema o próprio Borrás reitera tratar-se de “[...]explosão recente de transações comerciais (trans)nacionais de terras, principalmente girando em torno da produção e exportação de alimentos, ração animal, biocombustíveis, madeira e minérios” (BORRAS, SAUER, 2016, p.11, 12).

Desta forma, a posse pela terra tomou novas dimensões sendo uma grande causa de conflitos agrários no Brasil, ressaltando-se que essas lutas além de assumirem roupagens distintas para um mesmo problema, sempre estão imbuídas pelo contexto histórico no qual sucedem, sendo sempre elemento de discussão nos diversos espaços, sejam eles, acadêmicos, governamentais ou sociais. No entanto, a grande preocupação dos estudiosos perpassa pelo fato dessa busca pela posse da terra ter se intensificado no limiar do século XXI, tomando proporções imprevisíveis principalmente no que tange as consequências planetárias pertinentes a esse fenômeno, que a priori parece simples (SAUER; BORRAS, 2015).

## **PROGRAMA DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL (PNPB) E O PROGRAMA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ÓLEO DE PALMA (PPSOP)**

A Lei no 11.097 de 13 de janeiro de 2005 do PNPB ao dispor sobre a inserção do biodiesel na matriz energética brasileira, possibilita o engendramento das agroestratégias do agronegócio no Brasil, estabelece a diferença entre biocombustíveis<sup>1</sup> e biodiesel<sup>2</sup> e designa que o percentual mínimo de biodiesel a ser adicionado ao óleo diesel brasileiro seria inicialmente de 5% (BRASIL, 2005, n.p.).

Após a criação do PNPB, visando assegurar ao sucesso das políticas agroenergéticas é instituído no ano de 2010, no dia 05 de julho o Decreto nº 7.172 denominado Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP), através do qual foi realizada a aprovação do zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo, a qual estabelece mediante o conselho monetário nacional as normas pertinentes às operações de financiamento para viabilidade da palmeira de dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.) nos termos do zoneamento, além do zoneamento agroecológico e da inserção da cultura da palmeira de dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.), no Brasil, essa lei designa ao Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento (MAPA) a responsabilidade pela atualização desse zoneamento (BRASIL, 2010).

A partir desse aparato legal e de mecanismos financeiros criados pelo Governo Federal engendram-se todo cenário interno de ações dos governos dos estados zoneados, cujo o objetivo primordial seria dar condições para que agronegócio dendeicultor se instaurasse na Amazônia, principalmente no estado do Pará onde o governo estadual passou a desenvolver um corredor logístico que viesse a atender esse empreendimento vinculado ao capital agrário, capital financeiro e o capital industrial, trazendo diversas alterações para a região e impactando terras tradicionalmente ocupadas afetando assim territorialidades específicas através do acirramento do mercado de terras na região, entrada de capital estrangeiro na compra de terras, convergindo para a formação de conflitos sociais, conforme será mostrado posteriormente (ALMEIDA, 2010).

## **A DENDECULTURA DO PARÁ E NO BAIXO TOCANTINS**

O governo do Pará assume a dendecultura como projeto de desenvolvimento sustentável definindo os parâmetros a serem seguidos no Programa de dendê do Estado do Pará, estabelecendo como eixos norteadores: regulação (Protocolo Socioambiental), produção (mecanismos de incentivos fiscais), tecnologia (Formação de Comitê Técnico de Risco e Câmara Setorial), extensão (Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), logística, ordenamento territorial através do Cadastro Ambiental Rural (CAR), e do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), e inclusão social, sendo que a partir desses eixos foram deliberadas as ações e os objetivos a serem cumpridos pelo programa estadual (PARÁ, 2013).

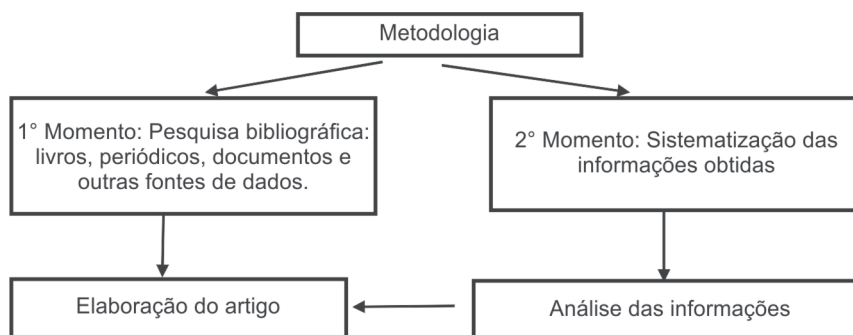
A expansão dessa monocultura trouxe a primeira experiência na modalidade integração produtiva iniciada no Município de Moju ocorreu através da Agropalma a partir de 2002 na Comunidade de Arauaí, a qual promoveu a expansão do projeto durante os anos de 2004, 2005 e 2006. Sendo seguida posteriormente por novos empreendimentos com destaque para a Biopalma, Belém Bionergia Brasil, Archer Daniels Midland (ADM) (HOMMA, 2014, SAMPAIO, 2014, SANTOS, 2015).

## **PROCESSO EMPÍRICOS OU METODOLOGIA**

Carvalho *et al.* (2015), infere que a especialização metodológica é item obrigatório da pesquisa acadêmica, porém é imperativo a distinção entre o método de abordagem e métodos de investigação. O método de enfoque refere-se à filiação filosófica do objeto investigado, porém os métodos de investigação pressupõem as etapas e as técnicas da pesquisa (Lakatos e Marconi, 2010). Pautado em Velasquez (2003)

optou-se por apresentar a metodologia de acordo com o desenho abaixo:

**Figura 1:** Desenho da Metodologia Proposta



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre esses resultados estão, impactos de cunho ambiental, impactos sociais, impactos no modo de vida, nas relações de trabalho, percepção de conflitos diretos, conflitos indiretos e conflitos silenciosos, dentre outros. A priori foi possível verificar a presença e forma como a monocultura de dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.) adentrou no Moju, o que por si só já se configura como um impacto. Os igarapés pequenos que cortam as plantações de dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.) estão contaminados pelo veneno despejado para contenção de pragas e desce com as chuvas, contaminando conseqüentemente os igarapés. Ocorrem tensões entre os sujeitos que defendem as empresas dendecultoras assim como os demais empreendimentos existentes no local pesquisado.

## PARA NÃO CONCLUIR

Como o processo de produção do dendezeiro requer áreas ricas em água e solos férteis próprios para a agricultura, a presença de um empreendimento dendeicultor em expansão no Município de Moju no Baixo Tocantins, configura claramente a presença do “*land grab*” nesse locus, pois avança e se apropria tanto das terras agricultáveis, como dos recursos naturais disponíveis, para atender as reconfiguração do mercado de terras, comprometendo a reprodução e ameaçando a possibilidade de existência dessas comunidades já que além desse avanço, conecta-se diretamente ao contexto global, trazendo uma dinâmica de vivencia distinta dos moldes camponeses. Este trabalho é um resultado do Projeto de pesquisa do Mestrado em Cidades, Territórios e Identidades, intitulado: Impactos da dendecultura no Baixo Tocantins, em função da pesquisa estar em andamento novos resultado serão apresentados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144..

BOECHAT, Cássio Arruda; Fábio Teixeira Pitta; Carlos de Almeida Toledo. **Land grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates**. GEOgraphia Niterói, Universidade Federal Fluminense ISSN 15177793 (eletrônico) Vol.19, Nº 40, 2017: mai/ago. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1016>. [Acesso em 24/08/2018].

BRASIL. Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010. Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo nos termos do zoneamento. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). [Acesso em: 04/03/2018]. [online].

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. Casa Civil Subchefia para

Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm). [Acesso em: 30/03/2018]. [online].

CARVALHO, A. C., CASTRO, A.C. Instituições e mecanismos de governança ambiental sob a ótica do novo institucionalíssimo. In: **Anais do 4º Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento**. 4º CEURCA, Universidade Regional do Cariri, Crato, Ceará, 2014

GRAIN. 2008 Seized: the 2008 Land Grab for Food and Financial Security, 2008. Disponível: <<http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-andfinancial-security>>. [Acesso: 30/08/2018].

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama...[et al.]. Integração Grande Empresa e Pequenos Produtores de Dendezeiro: o Caso da Comunidade de Arauaí, Município de Moju, Pará. In: **Boletim de pesquisa e desenvolvimento**. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014.

PARÁ. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará**. Plano de trabalho – Palma de Óleo. Rev. 2016, Belém.

PEREIRA, Lorena Izá. *Land grabbing, land rush*, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. In: **EI - estudos internacionais**. Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v.5 n.2 (2017), p. 34 - 56.

SAMPAIO, Irã Carvalho. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu (PA)**: efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.

SANTOS, Cleison Bastos dos. **Dendeicultura e comunidades camponesas da Amazônia paraense**: uma análise do município de Moju. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2015.

SAUER, Sérgio; BORRAS Jr, Saturnino (Jun). ‘*Land grabbing*’ e ‘*Green grabbing*’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. In: **Campo Território**: Revista de geografia agrária. Edição especial, p. 6-42, jun., 2016, ISSN 1809-6271 Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799>. [Acesso em 03/03/2018].

SILVA, Elielson Pereira da. **Desenvolvimento local e óleo de palma na Amazônia**: interfaces entre o global e o local. IV Colóquio Organizações, Desenvolvimento & Sustentabilidade “Novos Caminhos para a gestão organizacional”, 21 e 22 de novembro de 2013.

SILVA, Elielson Pereira da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FARIAS, André Luís Assunção de. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia. In: **Campo-Território**: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 165-195, jun., 2016.

VELÁZQUEZ, Mirian Raquel Lafuente. **ISO 9001: 2000 e Elementos do TQM em Empresas de manufatura**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Engenharia de Itajubá, Itajubá, 2003.

## O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO TERRITÓRIO DO BAIXO AMAZONAS PARAENSE: ANÁLISE PRELIMINAR DA IECOSAM/UFOPA

**Raoni Fernandes Azerêdo**

*Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará - Campus de Alenquer. Coordenador da Iecosam/Ufopa.*

*E-mail: raoniazeredo@gmail.com*

**Edilene da Silva Souza**

**Vander Luiz Barbosa de Sousa / Diogo Maciel Pereira**

*Discentes da Universidade Federal do Oeste do Pará - Campus de Alenquer. Membros da Iecosam/Ufopa.*

### RESUMO

Este texto preliminar insere a Incubadora de Economia Solidária da Amazônia (Iecosam/Ufopa) enquanto um espaço universitário de pesquisa-ação no Território da Cidadania do Baixo Amazonas Paraense, em especial sobre a temática do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Tendo em vista que neste território há uma incipiente produção científica referente ao tema e uma baixa participação da agricultura familiar nas compras públicas, buscou-se descrever inicialmente sobre o PNAE, suas potencialidades e limites, trazendo à tona os dados quantitativos da operacionalização dos 13 municípios referente a este Programa. Por fim, destaca-se a necessidade de avançar nas pesquisas e ações de intercooperação da Iecosam/Ufopa e demais parceiros no aprimoramento da inserção da agricultura familiar nesta imprescindível política pública de desenvolvimento territorial sustentável.

**Palavras chaves:** PNAE; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Territorial.

### INTRODUÇÃO

A história do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) começa na década de 50 quando o Instituto de Nutrição e movimentos sociais da época defendiam que o Governo Federal deveria oferecer alimentação adequada aos estudantes, culminando na criação da Campanha da Merenda Escolar (CME). Sabia-se, que projetos e iniciativas desse gênero seriam essenciais para combater a evasão escolar e a desnutrição/insegurança alimentar, tendo em vista que nesta época a taxa de mortalidade infantil era elevadíssima.

Para Costa (2013), o ano de 1988 é, decerto, um grande marco na história do PNAE, pois a alimentação escolar passa a ser direito constitucional e dever do Estado nas instituições públicas (Brasil, 1988). Já em 1994, é instituída a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei 8.913). Desde então, os recursos do Governo Federal brasileiro começaram a ser repassados aos Estados, no caso do PNAE estadual (PEAE), e aos municípios, no caso do PNAE municipal (PMAE), trazendo efeito positivos haja visto a) o significativo aumento dos recursos disponibilizados para atender o programa; b) a maior fiscalização dos gastos públicos, via controle social; c) o dinamismo na economia dos municípios, uma vez que o cardápio da alimentação escolar atende as vocações agrícolas locais fomentando o desenvolvimento da economia local.

No que diz respeito à sustentabilidade e ao apoio aos agricultores familiares, é importante notar que, além da descentralização, o maior passo do programa se dá com a Lei Federal n. 11.947 de 16/6/2009, a qual estabelece, no artigo 14, que pelo menos 30% dos recursos do PNAE devem ser destinados à compra de produtos diretamente de agricultores familiares e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas<sup>1</sup>.” Este programa é coordenado nacionalmente pelo Fundo

<sup>1</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que repassa recursos financeiros aos estados e municípios para aquisição de alimentos que são destinados para a alimentação escolar.

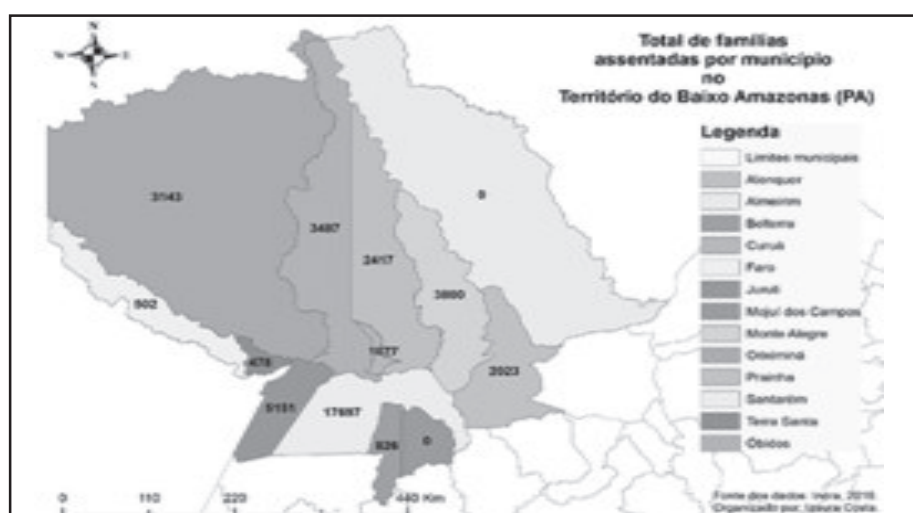
Observa-se acima que a gestão do PNAE pode contribuir com a economia local auxiliando os agricultores familiares a se organizarem por meio de cooperativas, associações ou grupos informais, ofertando serviços de inspeção sanitária e organizando mercados atacadistas e centrais de abastecimento ou centrais de distribuição. Outro aspecto destacado é que a valorização de alimentos regionais na elaboração dos cardápios, além de considerar a identidade cultural, pode levar ao uso sustentável dos biomas e a inserção de práticas alimentares mais saudáveis (ALEXANDRE, et al, 2016, p.1050)

Ao mesmo tempo que o PNAE contribui numa perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável (FAVARETO, 2005; SACHS, 2008), observa-se sérios limites/desafios, como o despreparo dos gestores públicos responsáveis pela execução e acompanhamento do programa, as exigências e conhecimento limitados da burocracia pelos agricultores familiares, fragilidades de gestão administrativa, profunda ausência de assistência técnica rural e incentivos públicos. Segundo Cruz (2017, p. 11) devem-se ser salientados as dificuldades dos agricultores familiares em se organizar em “grupos formais e/ou até mesmo informais, as estradas intransitáveis, a inexistência ou deficiência de estrutura de armazenamento, a falta de meio de transporte e a regularização sanitária são alguns desafios de comercialização enfrentados pela agricultura familiar.”

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Barbosa (2012) em pesquisa realizada nos municípios do Território da Cidadania do Baixo Amazonas Paraense, que compreende 13 municípios (os quais são: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa aponta que a agricultura familiar aparece como o elemento preponderante na definição da identidade do território seguido do meio ambiente. Em uma escala que vai de 0 a 01, a agricultura aparece com o indicador de 0,826 e o meio ambiente com 0,802. Para os autores a conjunção dessas duas variáveis (agricultura familiar e meio ambiente), como já demonstrado diz respeito ao fato da agricultura familiar, entendida como a produção nas roças, coleta de frutos da floresta, extrativismo a pesca está diretamente associadas à sobrevivência material e cultural, seja porque fazem parte da base nutricional daqueles povos ou pelo fato de que uma parte da produção se destina ao mercado.

**Figura 01** - Total de Famílias assentadas por municípios no Território do Baixo Amazonas/PA



Fonte: Inkra, 2018, Organizado por Izaura Costa, 2018

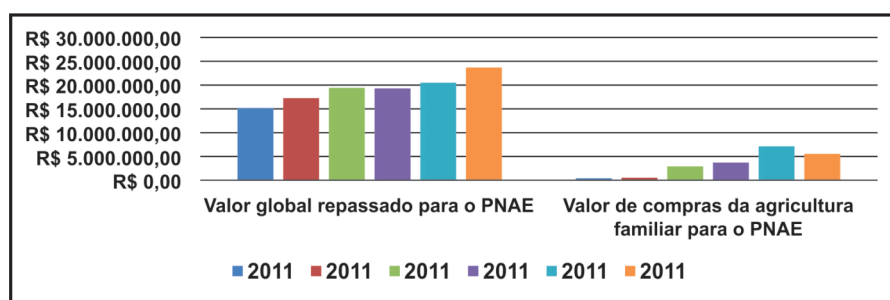
De acordo com a Figura 01, o Território do Baixo Amazonas Paraense concentram 115 assentamentos de reforma agrária (75% dos assentamentos do Oeste Paraense), com uma área de 4.500.604 hectares e 40.601 famílias assentadas (75% das famílias assentadas do Oeste Paraense) e aproximadamente 115 organizações associativas, apresentam grande potencial para estabelecer uma economia de base



florestal e de agricultura familiar/camponesa, a partir do manejo sustentável do uso e dos bens produtivos<sup>1</sup>. Entretanto constatou-se que os assentamentos de reforma agrária do Oeste Paraense (leia-se também do Território do Baixo Amazonas), apresentam altos índices de vulnerabilidade social bem abaixo dos índices do Estado do Pará e da Amazônia Legal (IMAZON, 2012). Neste contexto, consideramos que as políticas públicas, a exemplo do PNAE, além de reconhecer a importância da agricultura familiar e das dinâmicas de desenvolvimento local, sendo uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, minimiza a dependência dos agricultores familiares de intermediários (atravessadores) no processo de comercialização.

A seguir apresentamos a Figura 02 que revela que entre 2011 a 2016, os recursos destinados ao PNAE para os 13 municípios no Território do Baixo Amazonas Paraense equivaleram a R\$ 117.738.979,33. Porém, diante deste total de recursos, comprou-se apenas R\$ 21.199.829,71 de produtos oriundos da agricultura familiar, ou seja 18%. Um percentual ínfimo que merece destaque, especialmente se tratando de um território com alto número de agricultores familiares e assentados de reforma agrária..

**Figura 02** - Relação do Valor Global repassado para o PNAE e o Valor de compras da agricultura familiar para o PNAE – no Território do Baixo Amazonas Paraense (2011-2016).



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa de Campo.  
Elaboração dos autores 2018.

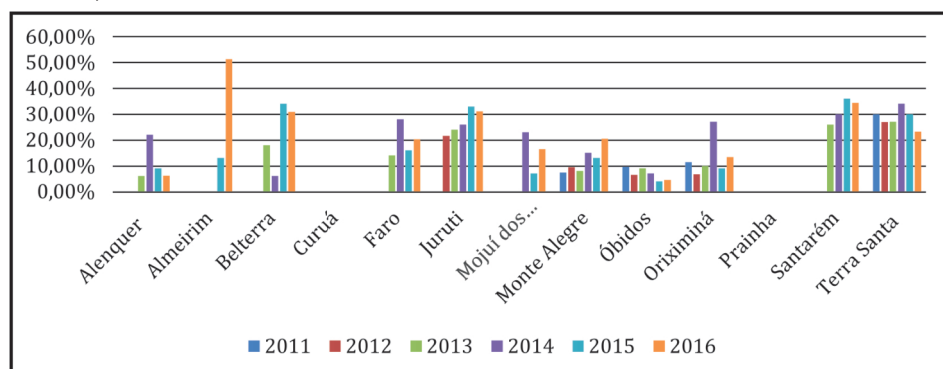
Nota-se na Figura 03 que em 2011, dos 13 municípios apenas 04 compraram produtos oriundos da agricultura familiar, com Terra Santa destacando-se no comprimento aos 30% de aquisição. Em 2012, foram 05 municípios que adquiriram da agricultura familiar, mas nenhum alcançou o patamar de compras de 30%<sup>1</sup>. No ano de 2013 já foram 09 municípios a adquirirem produtos da agricultura familiar, e embora nenhum alcançou o patamar de compras de 30%, houve a continuidade da regularidade de compras de Terra Santa, Santarém e Juruti com compras acima de 20%. Já no ano de 2014, 10 municípios adquiriram produtos da agricultura familiar, com destaque a Terra Santa e Santarém com compras acima de 30%. Houve também neste ano municípios como Alenquer, Faro, Juruti e Oriximiná com compras acima de 20%. Em 2015 e 2016, 11 municípios adquiriram produtos da agricultura familiar, com destaque para Santarém, Juruti, Belterra e Terra Santa que compraram com regularidade e acima dos 30% atendendo a Lei Federal n. 11.947 de 16/6/2009. Se considerarmos a média das compras em percentual da agricultura familiar no Território do Baixo Amazonas Paraense, teríamos 4% em 2011, 5% em 2012, 11% em 2013, 17% em 2014, 16% em 2015 e 19% em 2016.

Contudo utilizar a média não nos parece a melhor opção para uma análise de totalidade sobre o Programa, especialmente tendo em vista as grandes discrepâncias entre os municípios. Isto pode “mascarar” os reais problemas visualizados por exemplo em Curuá e Prainha, onde apresentaram em todo o período (2011-2016), índice de 0% em compras públicas da agricultura familiar para o PNAE. Interessante que estes municípios em pesquisa da IMAZON (2009), apresentam graus críticos de mortalidade por subnutrição e mortalidade materna, que podem estarem associadas a insegurança alimentar. Importante também são as irregularidades de compras de um ano para outro em municípios como Alenquer e Oriximiná. São questões que iremos explorar e descrever com maior profundidade

<sup>1</sup> Terra Santa e Juruti chegaram com percentuais de 26,94% e 21,58% respectivamente.

nos próximos artigos.

**Figura 3** - Percentual de compras da agricultura familiar por município (Território do Baixo Amazonas Paraense) 2011-2016.



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa de Campo. Elaboração dos autores 2018.

## CONCLUSÕES

A Iecosam/UFOPA, apesar da recente trajetória no desenvolvimento social e econômico do Território do Baixo Amazonas, vem sendo um ator capaz de contribuir na alavancagem das condições de vida no meio rural e nas áreas de Reforma Agrária em Alenquer, por meio da formação e qualificação dos agricultores familiares. No tocante ao PNAE, em pleno diálogo e participação social em 04 assentamentos de reforma agrária (PA Quilombola do Pacoval, PA do Curumu, PDS Paraíso e PAE Atumã) teve-se 04 etapas de pesquisa-ação no fomento a inserção dos agricultores na Chamada Pública de 2019. 1º) articulação com a Prefeitura Municipal de Alenquer, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações dos respectivos assentamentos e Emater; 2º) Sensibilização e apresentação sobre o PNAE; 3º) Decisão coletiva de quem seriam os agricultores interessados/comprometidos e verificação de pendências junto ao Inbra, para emissão das DAP's. 4º) Calendário agrícola e mapeamento da produção e quantidade a ser entregue; agora iremos entrar na 5º) organização da documentação para a chamada pública e 6º) consultoria técnica da Emater para melhor procedimentos agrícolas. Por fim, destacamos o PNAE enquanto fundamental estratégia de intercooperação e fomento ao associativismo e desenvolvimento territorial sustentável.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Veruska Prado; GOMES, Luciana de Oliveira Froes; SILVA, Simoni Urbano da; ALMEIDA, Gêssica Mércia; MARTINS, Karine Anusca; MONEGO, Estelamaris Tronco; SOUZA, Luciene Maria de; CAMPOS, Maria Raquel Hidalgo. Do campo à escola: compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em Territórios da Cidadania de Goiás. **Segur. Aliment. e Nutr., Campinas**, v.23, n.esp., p.1049-1064, dez. 2016.,

BARBOSA, M.J. **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas** – Pará, Belém, 2012

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA; 2010.

CRUZ, Suely Ferreira da. **Desafios e contribuições do PNAE em três organizações da agricultura familiar no Território Sul Litorâneo do Espírito Santo**. Dissertação da Universidade Federal de Lavras. 2017.

IMAZON, **Calha Norte Sustentável**: situação atual e perspectivas, 2013

FAVARETO, A. Do Pronaf ao desenvolvimento territorial – elementos para uma crítica das instituições e políticas para o Brasil rural. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 12, 2005, Belo Horizonte.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. **Apresentação**. Brasília/

DF, 2014. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 2 out. 2018.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; SANTOS, Cristina Sturmer dos Santos; FELIPPINI, Marcia Luiza; MATEUS, Milena Aparecida Ferrari; christoffoli, pedro ivan. Potencialidades e fragilidades do programa nacional de alimentação escolar “ pnae no território cantuquiriguaçu (pr). **Revista Conexa- o UEPG**. v. 13 n.3 - set./dez. 2017

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.



## ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE ARAPEMÃ REMANESCENTES NO BAIRRO PÉROLA DO MAICÁ, SANTARÉM, PARÁ

*Mayara Duarte da Silva*

*Daise Araújo Souza*

*Karine Rodrigues do Nascimento*

*Maria da Conceição dos Santos Almeida*

*Mateus Duarte da Silva*

*Rosilene Caetano Rocha*

*Discentes do Instituto de Saúde Coletiva da UFOPA*

*Elaine Cristiny Evangelista dos Reis.*

*Docente do Instituto de Saúde Coletiva da UFOPA*

*E-mail: [elaine@ufpa.com.br](mailto:elaine@ufpa.com.br)*

### RESUMO

A comunidade Arapemã remanescentes no bairro Pérola do Maicá vive atualmente um difícil processo de reconhecimento territorial. A maioria de seus moradores é remanescente de quilombo que migraram das comunidades rurais de Arapemã e Saracura para o meio urbano de Santarém em decorrência do fenômeno natural “terras caídas”. Tendo em vista a falta de relatos na literatura sobre a comunidade remanescente de quilombo Arapemã, bem como a importância de produções científicas voltadas à história das comunidades tradicionais locais, tornou-se necessária a realização desse trabalho. O objetivo do presente estudo foi reunir os principais aspectos históricos e socioculturais da comunidade remanescente de quilombo Arapemã. O estudo evidenciou a necessidade de uma maior atenção aos aspectos básicos de qualidade de vida dos moradores desta comunidade, assim como a necessária titulação territorial, visto que as manifestações culturais nas práticas cotidianas estão intimamente relacionadas ao território, revelando o modo de vida dessas comunidades.

**Palavras-chave:** Quilombolas. Território. Titulação Territorial. Conflitos e Dinâmicas Territoriais. Populações Tradicionais na Amazônia

### INTRODUÇÃO

As tensões territoriais aumentaram na Amazônia devido à expansão das atividades agrícolas nas proximidades de territórios quilombolas historicamente situados na região<sup>1</sup>. O reconhecimento legal dos quilombos no Brasil representa um marco histórico na visibilidade das diferenças étnicas e culturais da sociedade<sup>2</sup>. Demarcar as terras de quilombo possibilitou para muitas comunidades amazônicas a garantia da posse da terra e essa posse colocava-se como necessidade imperativa para a reprodução do modo de vida do grupo<sup>3</sup>.

Ao associar o fenômeno quilombo a um histórico movimento de resistência, o século XX vivenciou importantes acontecimentos decisivos para fazerem valer o direito ao território, uma vez que o reconhecimento, demarcação e titulação de populações quilombolas está previsto na Constituição<sup>2,3,4</sup>. No entanto, esse reconhecimento foi limitado ainda no período escravocrata, através de um sistema que historicamente negligenciou essa população, ao mesmo tempo em que se observa a resistência dessas comunidades à imposição de outras culturas<sup>3,5</sup>.

Compreender melhor a dinâmica das comunidades quilombolas pode representar uma nova possibilidade de interpretação do que é ser quilombola na atualidade e sua representatividade na Amazônia<sup>4</sup>. Diante disso, a falta de relatos na literatura sobre a comunidade remanescente de quilombo Arapemã foi um dos fatores determinantes para a realização deste trabalho, uma vez que, produções

científicas voltadas à história das comunidades tradicionais locais, bem como as atuais condições de vida de seus moradores são essenciais, pois podem subsidiar a discussão e elaboração de políticas públicas mais adequadas<sup>6</sup>.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A reivindicação pelo direito ao uso da terra e ao reconhecimento da cultura quilombola é antiga, datam de 1740, quando nascia o conceito de quilombos durante o período da colonização portuguesa<sup>2,5</sup>, e redefinido no contexto da elaboração da Constituição Federal Brasileira de 1988<sup>7</sup>. A redefinição da posse da terra através da demarcação dos territórios quilombolas, porém, se dá em um campo que extrapola o domínio social, cultural e étnico, ocorre no campo político revelando o poder de organização das comunidades que se auto identificam como negras e que, amparada pela possibilidade de reivindicação da ancestralidade comum e compartilhada, passaram a lutar sistematicamente para garantir essa conquista, muito embora, venham enfrentando retaliações que se expressam nas políticas oficiais de reorganização do território na Amazônia<sup>4</sup>.

## **OBJETIVO**

Reunir os principais aspectos históricos e socioculturais da comunidade remanescentes de quilombos Arapemã, localizada no bairro Pérola do Maicá, Santarém, Pará.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo qualitativo, essencialmente descritivo, enquadrando-se como um relato de experiência de acadêmicos do curso Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) do Instituto de Saúde Coletiva (ISCO) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Tal curso possui, no módulo interdisciplinar, a Formação Interdisciplinar I, o qual tem como uma das disciplinas obrigatórias a Interação na Base Real I (IBR I). A disciplina IBR I é uma oportunidade para que os discentes do primeiro semestre do curso Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) sejam introduzidos em uma comunidade do Oeste do Pará para contato e imersão com a realidade da população local<sup>8</sup>. Para tanto, foram realizadas visitas e entrevistas informais, e utilizados como instrumentos metodológicos a pesquisa documental<sup>9</sup> e a pesquisa etnográfica<sup>9,10</sup>.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A comunidade Arapemã remanescentes no bairro Pérola do Maicá, localizada na zona leste do município de Santarém, estado do Pará<sup>11</sup>, vive atualmente um difícil processo de reconhecimento territorial. A maioria de seus moradores é remanescente de quilombo, que migraram das comunidades rurais de Arapemã e Saracura para o meio urbano de Santarém devido ao fenômeno das “terras caídas” ocorrido na várzea há alguns anos<sup>5</sup>. Após a fixação de seus residentes, houve a fundação da Associação de Remanescentes de Quilombos do Arapemã, onde a presença de lideranças comunitárias atuantes é de extrema importância<sup>4</sup>, haja vista que uma das dificuldades enfrentadas para o reconhecimento do território envolve interesses econômicos por parte do governo e de empresas que enxergam o local como um ponto estratégico para implantação de grandes empreendimentos. Esta comunidade faz parte da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) que está representada atualmente por 12 comunidades quilombolas do município<sup>5</sup>.

Durante as visitas, foi notável a representatividade feminina, sendo que desde os primeiros encontros apenas mulheres estavam presentes, inclusive a moradora mais antiga da comunidade. Sobre as condições de saúde, as moradoras relataram que estão sem profissionais de saúde na Unidade Básica de Saúde (UBS), quando necessitam de atendimento médico, os moradores precisam se deslocar à UBS mais próxima localizada no bairro Área Verde. No que diz respeito às condições de vida, foram apontados pelos comunitários as seguintes problemáticas: 1) Violência (assaltos; locais de consumo de drogas “bocas de fumo”); 2) Falta de Infraestrutura (ruas sem asfalto); 3) Falta de água encanada (microsistema); 4)

Coleta Irregular do lixo doméstico; 5) Escassez de ônibus (apenas dois ônibus fazem linha no bairro) e 6) Distância da escola, do ponto de ônibus e do posto de saúde. Segundo a literatura consultada, o problema de falta de saneamento básico, apesar de ser um direito assegurado pela Constituição Federal, infelizmente, ainda é a reclamação mais comum em comunidades tradicionais no interior da Amazônia<sup>6</sup>.

Assim como relatado em outros trabalhos com comunidades quilombolas no Pará, a principal fonte de renda da comunidade Arapemã é a pesca<sup>1,3,6,12</sup>, embora alguns moradores realizem trabalhos informais como diaristas, pedreiros e artesãs, assim como encontrados em outros trabalhos na região<sup>6,13</sup>. A atividade pesqueira econômica encontra-se ameaçada, devido à previsão de construção dos Portos Graneleros no Lago de Maicá para estimular a produção e circulação de grãos do centro-oeste brasileiro para o mercado exterior<sup>13</sup>.

Quanto aos aspectos culturais, eles relataram que sofrem uma constante perda da identidade cultural devido ao preconceito e racismo por parte da sociedade, esta constatação também foi relatada por outros trabalhos<sup>2,4</sup>. Além disso, a comunidade Arapemã vive um conflito de nomenclatura no mapeamento do bairro, o que dificulta ainda mais a obtenção do título da terra. Segundo alguns estudos<sup>1,3</sup> a necessidade do reconhecimento e titulação do território para essas comunidades é fundamental, uma vez que o território está intimamente relacionado ao modo de vida, refletindo a maneira como as pessoas garantem o que é necessário para a sobrevivência do grupo, que não é simplesmente a reprodução física dos membros, mas também uma forma de viver que expressa valores, culturas, formas simbólicas e identidade de grupo.

## CONCLUSÃO

O estudo evidenciou a necessidade de uma maior atenção aos aspectos básicos de qualidade de vida da comunidade Arapemã, e o reconhecimento que a formação social compreende uma diversidade de culturas, representatividades e significados que podem interferir na construção da sociedade e no processo saúde-doença.

Também foi possível evidenciar que a titulação territorial é necessária, visto que as manifestações culturais nas práticas cotidianas e em diversas escalas envolvem processos econômicos, políticos, culturais, históricos e materiais, que se expressam na comunidade revelando práticas ancestrais e sinalizando a existência/resistência do modo de vida, modo de vida este, característico de comunidades tradicionais na Amazônia.

## NOTAS

<sup>1</sup>GOMES, D.L.; CRUZ, B.E.V.; CALVI, M.F.; REIS, C.C. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.135-161, Presidente Prudente, 2018.

<sup>2</sup>CARRIL, LOURDES DE FÁTIMA BEZERRA. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22 n. 69, p. 539-564, abr.-jun. 2017.

<sup>3</sup>LOPES, CARLA JOELMA DE OLIVEIRA. O Território quilombola de araquembaú: titulação, mudanças e permanências. **Revista Cerrados**, v.15, n.1, p. 196-213, Montes Claros, jan./jun. 2017.

<sup>4</sup>TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. DA S. A. Mobilização, conflitos e reconhecimento do território: comunidades quilombolas na Ilha do Marajó, Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 115, n. semitemático, p. 51-74, maio 2018.

<sup>5</sup>PORTAL TERRA DE DIREITOS. **Capacidade organizativa e trajetória de luta pelo direito à terra resistem nos quilombos da atualidade**. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/capacidade-organizativa-e-trajetoria-de-luta-pelo-direito-a-terra-resistem-nos-quilombos-da-atualidade/22598>>.

<sup>6</sup>VAZ, E.M.; RABELO, Y.G.S.; CORRÊA, J.M.S.; ZACARDI, D.M. A pesca artesanal no lago Maicá: aspectos socioeconômicos e estrutura operacional. **Biota Amazônica**, v. 7, n. 4, p. 6-12, Macapá, 2017.

<sup>7</sup>SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A Atualização do Conceito de

Quilombo: Identidade E Território Nas Definições Teóricas. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 10, p. 1-6, 2002.

<sup>8</sup>PPC/BIS, 2017. **Projeto pedagógico do curso bacharelado interdisciplinar em saúde**. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2018/041a77991404e68b96389b6840bdcc43.pdf>>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

<sup>9</sup>GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, São Paulo, 1995.

<sup>10</sup>OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, p. 12-37, São Paulo, USP, 1996.

<sup>11</sup>Mapa da cidade de Santarém via satélite. **Localização do bairro Pérola do Maicá**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/P%C3%A9rola+do+Maic%C3%A1,+Santar%C3%A9m+-+PA/@-2.4603568,-54.6838289,15z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x9288fc031006b501:0xf1c1ac05b2a618fb!8m2!3d-2.4582071!4d-54.6819953>>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

<sup>12</sup>RODRIGUES-JÚNIOR, Urandi João. Diagnóstico da cadeia produtiva do pescado na amazônia e seus impactos aos recursos hídricos. **VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais**. Porto Alegre/Rs – 23 a 26/11/2015.

<sup>13</sup>SOUSA, W.L.; MONTE L.F.O.; SANTOS, Á.O. A pesca artesanal na região amazônica: estudo de caso dos pescadores do bairro do Pérola Maicá em Santarém-Pará. **Raízes**, v. 37, n. 1, jan-jun. 2017.



## AMABELA: UM ESTUDO TERRITORIAL DAS MULHERES CAMPONESAS DE BELTERRA/PA

**Milena Sanche de Sousa**

*Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa.*

*E-mail: [milena.sanche@gmail.com](mailto:milena.sanche@gmail.com)*

**Francilene Sales da Conceição**

*Mestra em Geografia, Professora substituta no Curso de Geografia, pela Universidade Federal do Oeste do Pará*

*- Ufopa.*

*E-mail: [lenesalesgeo@hotmail.com](mailto:lenesalesgeo@hotmail.com)*

### RESUMO

O espaço amazônico paraense é marcado por múltiplas contradições no tempo-espaço e escalas espaciais manifestadas na relação entre capital-trabalho. Nesse sentido, o município de Belterra se destaca nesse cenário dialético, pois este foi invadido pelo capitalismo latifundiário dos granéis sólidos (agronegócio), em que implementou uma dinâmica estranha ao lugar, desterritorializando o campesinato belterrense por meio de compras de terras, provocando um aquecimento do mercado de terras e a inserção do uso desenfreado de venenos que é borrifado nas propriedades agrícolas capitalistas, atingido as camponesas e os camponeses das localidades que estão em constante conflito territorial. Em decorrência disso, nasceu a Associação de Trabalhadoras Rurais de Belterra–AMABELA como forma de resistência ao modelo do agronegócio. Esta pesquisa é parte da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Federal do Oeste do Pará–Ufopa. Este estudo objetiva mostrar a visibilidade e a invisibilidade da mulher camponesa belterrense frente ao modelo excludente e contraditório do agronegócio latifundiário. Assim, a AMABELA se configura como uma estratégia de fortalecimento, empoderamento e autonomia das mulheres camponesas no interior do modo de produção capitalista.

**Palavras-Chave:** Mulheres Camponesas, Agronegócio, Geografia e Belterra.

### INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma região marcada por dois tipos de ocupação de controle territorial. O primeiro diz respeito ao rio, centrado no padrão (*rio-várzea-floresta*), com as cidades “criadas” nas suas calhas. O segundo padrão de organização do espaço (*estrada-terra firme-subsolo*), sendo mais recente, resultou a partir dos anos de 1960 na expansão fronteiriça por conta da abertura de rodovias e o surgimento e construção de cidades nas/às margens das estradas. Neste sentido, houve a política de integração amazônica assentada no discurso de um grande “vazio demográfico”, no qual estimulou as pessoas de todo o país à migrar para a Amazônia, sobretudo, do nordeste brasileiro.

A cidade de Belterra, antes denominada de *cidade-vila* ou *cidade da/ na floresta* (TRINDADE JÚNIOR, 2010), construída pelo empresário visionário Henri Ford, esteve muito tempo subordinada a uma escala de exportação do látex aos mercados exógenos, recebendo uma densidade de massa populacional para trabalhar nos seringais e construção de uma cidade com arquitetura norte-americana.

No entanto, as transformações do processo histórico-geográfico, mostra que o oeste da Amazônia paraense vem apresentando uma nova configuração territorial, pois a incorporação de novas dinâmicas socioespaciais desenvolvidas por empresas e atividades hegemônicas do monocultivo da soja, resultaram em metamorfoses nas relações estabelecidas entre capital-trabalho. Nesse contexto do espaço amazônico paraense, marcado por múltiplas contradições no tempo-espaço e escalas espaciais, destaca-se o município de Belterra, pois este foi invadido pelo capitalismo latifundiário dos granéis sólidos (agronegócio), em que implementou uma dinâmica estranha ao lugar, desterritorializando o campesinato belterrense por meio de compras de terras, provocando um aquecimento do mercado de terras e a inserção do uso

desenfreado de venenos que é borrifado nas propriedades agrícolas capitalistas, atingido as camponesas e os camponeses da localidade, que estão em constante conflito territorial.

Essa novidade embrionária de tais dinâmicas socioespaciais que instaura um corporativismo do território, desenvolvidas por empresas hegemônicas do monocultivo de soja, tem prejudicado os meios de subsistência, renda e o modo de vida de muitas trabalhadoras e trabalhadores rurais da região. O município de Belterra vem apresentando muitas contradições em seu território, por conta da mudança paisagística que contrastam a Floresta Nacional do Tapajós e a paisagem do agronegócio agroexportador. Essa cidade histórica marcada por suas rugosidades, mostra que o espaço agrário e territorial a partir da década de 1990 vem sofrendo mudanças bruscas nas formas de viver e produzir das comunidades camponesas, pois a unidade de organização produtiva desses agricultores caracteriza-os como sendo sujeitos poliprodutores<sup>1</sup>.

O capital avança sobre o campo e a cidade de Belterra, ocasionando a desterritorialização do campesinato, em que estes sujeitos sofrem uma migração rural-urbana ou são pressionados a morar em áreas mais distantes no próprio campo. Essas camponesas e camponeses permanecem cercados pela espacialização das *commodities* e sofrem com o espraiamento de venenos usado nas plantações que são carregados pelos ventos para as propriedades camponesas, materializando antagonicamente constantes conflitos territoriais e agrários.

Dentro disto, Rosini (1993) explana acerca das consequências de políticas econômicas e concentração de terras, em que as camponesas e camponeses estão sendo cercados pelos grandes produtores e muitas famílias tem se transformada em assalariadas. O reflexo dessa agricultura capitalista tem contribuído ainda para a migração compulsória, e como consequência desse evento geográfico, muitas trabalhadoras e trabalhadores rurais tem vendido suas terras ou tem subalternamente incorporada ao assalariamento.

Pensando nas geoestratégias de lutas e resistências frente ao agronegócio latifundiário da soja, no dia 16 de maio de 2015 foi criada a Associação de Trabalhadoras Rurais de Belterra (AMABELA) que em princípio estava sob a responsabilidade da Associação Feminina de Belterra e depois da Casa Familiar Rural de Belterra, que após diálogos acerca da economia local resolveram se reunir criando a associação. Esta associação é o objeto de estudo deste texto e faz parte das pesquisas em andamento realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará–Ufopa.

Essa associação possui cerca de 75 mulheres que vivem da agricultura, artesanato, da caça e da pesca e possui o objetivo de fortalecer o reflorestamento, no que concerne a criação de hortaliças, bem como o empoderamento das mulheres camponesas, mostrando a independência em relação ao trabalho, além de demonstrar o fortalecimento frente à expansão da hegemonia do capital, o agronegócio, bem como de empresas que desenvolvem a pecuária extensiva e exploração de madeira. Além disso, visa combater a cultura machista e paternalista muito difundida na área em estudo.

Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, por meio da coleta de dados secundários (livros, artigos, revistas, sites), buscando informações sobre a associação, bem como a discussão de geografia e gênero, dando ênfase para a relação de poder estabelecida pelo homem sob as mulheres desde a antiguidade e a invisibilidade da mulher camponesa.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A palavra “camponês” advém do Latim (*campus*), são as camponesas e os camponeses que tem uma relação direta com a natureza e tem um conhecimento muito vasto do espaço e do tempo, que vem acontecendo antes mesmo da chamada ciência vir à tona (MOURA, 1988). A camponesa e o camponês são entendidos por meio das relações familiares, no que concerne como eles se relacionam em um contexto social mais amplo (SHANIN, 2005).

Ademais, se vê a permanência da questão camponesa na modernidade, carregando consigo as

---

De acordo com Neves e Silva (2008 p. 7) como categoria de análise e histórica, o campesinato “é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo”.

contradições do capital, utilizando as questões de terra e território no sistema capitalista. Por isso, é imprescindível fazer referência ao debate da terra em disputa, transformada em território, que continua exercendo papéis dentro do capitalismo ao se falar de camponesas e camponeses. (PAULINO; ALMEIDA, 2010). De acordo com Moura (1988) isso significa que a produção capitalista que vem dominando e determinando a organização espacial e social do trabalho, sobretudo, na expropriação de terra, não extinguiu a camponesa e camponês, pelo contrário, em vez de extinguir esses processos tem os tornados mais fortes, criando-se formas espaciais de resistência, assim recriando o campesinato.

No entanto, mesmo com todas os adventos ocorridos no campo, em decorrência da modernização ou globalização, a mulher camponesa ainda continua tendo as mesmas funções, sendo assim invisíveis, principalmente no que concerne à divisão do trabalho entre homens e mulheres.

Neste contexto, vem a discussão de Geografia e Gênero, mais especificamente acerca da chamada “geografias feministas”, na qual surgiu no contexto da hegemonia do saber geográfico branco, masculino e heterossexual, que se dão pelas relações de poder e que são marcadas por regalias de sexo e de raça, o que tem dificultado a espacialidade de grupos de mulheres. Essa linha epistemológica, emergiu nos anos 1970, a 30 anos, no intuito de “desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido”, na qual se faziam reivindicações para a renovação das versões científicas para, assim, as minorias que eram deixados de lado pudessem ter mais visibilidade (SILVA, 2009).

Por volta dos anos de 1980, segundo Silva (2009), os estudos feministas foram marcados pela noção de luta de classes, e discussões acerca do patriarcado<sup>1</sup>, principalmente relacionados às desigualdades entre gêneros. As geógrafas feministas compreendiam que essas relações de patriarcado, de dominação e subordinação, não deviam ser tratadas de forma isolada, mas de maneira mais aprofundada nas lutas de classes, para assim, poder combater as formas de opressão, sobretudo em relação às mulheres.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apesar da Associação de Trabalhadoras Rurais de Belterra (AMABELA) ter sido criada recentemente, mais especificamente no dia 16 de maio de 2015, ela tem sido de grande importância para o empoderamento das mulheres do município, visto que possui cerca de 75 mulheres na qual fazem reuniões regulares com discussões acerca dos seus direitos e empoderamento das trabalhadoras rurais. Além disso, a associação tem como um dos seus objetivos o fortalecimento ao combate à expansão hegemônica do capitalismo, bem como no combate a cultura machista e paternalista muito evidenciada nessa localidade.

As membras dessa associação vivem da agricultura, do artesanato, da caça e da pesca, e tem mostrado o quão importante é o papel da mulher no campo, mostrando a independência em relação ao trabalho e também tem fortalecido a economia local, em detrimento do uso da agroecologia, utilizando-se dos alimentos sem agrotóxico.

Neste sentido, a AMABELA vem ser uma forma de resistência frente ao agronegócio da soja, o que vem também aliar-se as pautas feministas da associação, principalmente fazendo o reflorestamento de áreas já desmatadas na criação de hortaliças, utilizando-se da agroecologia. A associação nasceu justamente para ajudar as mulheres da localidade a se posicionarem no combate às dinâmicas socioespaciais implantadas no município, que além de prejudicar os seus modos de vida, de reprodução, bem como a saúde das famílias de camponesas e camponeses, ainda tem prejudicado o meio ambiente e como resultado há constantes migrações para outros locais.

Essas mulheres veem na associação como uma esperança para mudar a realidade hoje vivenciada a partir do momento em que decidiram se organizar para lutar contra a hegemonia do capital, mudando assim as dinâmicas de toda a sociedade do município, mesmo que a luta seja difícil e que cada vez mais a monocultura vem se territorializando, elas ainda tem esperança tentando mostrar para o moradores que o trabalho sem o uso de agrotóxico, nos seus “quintais produtivos”, é o caminho para a alimentação das famílias, bem como para as venda dos excedentes na cidade ou até mesmo em outros municípios.

<sup>1</sup> “Se define como um sistema econômico social em que os homens se apropriam do trabalho das mulheres em benefício próprio.” Reis (2015)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos realizados com enfoque na geografia e gênero, percebeu-se a necessidade desses estudos dentro da geografia, sobretudo, da mulher no campo em que o papel das mulheres nesse sentido é deixado de lado na ciência geográfica, fundamentalmente, no Oeste Paraense. Além disso, a AMABELA é uma associação que vem contribuindo cientificamente e socialmente, dando visibilidade para as mulheres camponesas do município de Belterra que vem usando a agroecologia como um meio de resistência frente a monocultura instalada no município, o agronegócio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. Editora Ática S.A, Série Princípios, n°. 52. 2ª Edição. São Paulo, 1988.
- NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Org). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, V.1**. Editora UNESP. São Paulo, 2008.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ROSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo**. Informações econômicas. V.23 (Supl. 1), 1-58. São Paulo, 1993.
- SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: Conceituações e Desconceituações- O velho e o novo em uma discussão Marxista**. Revista Nera. Ano 8, n.7 julho/dezembro de 2005.
- SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. TODAPALAVRA. Ponta Grossa (PR), 2009.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista ieb** n50, 2010 set./mar. p. 13-138.

## FORMAÇÃO TERRITORIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA ÁREA DAS CABECEIRAS, ÓBIDOS-PA.

*Priscila Ribeiro dos Santos*  
*Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA*  
*E-mail: priscila\_ribeirodosantos@yahoo.com*

### RESUMO

O presente trabalho é fruto de um projeto de conclusão de curso, através do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, possuindo como objeto de estudo as comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras, localizada na zona rural do município de Óbidos. A formação da área ocorreu aproximadamente no ano de 1867, e hoje é constituída por dezessete comunidades, que trazem em seu processo histórico a luta pelo seu território a qual permeou na titulação de suas terras, ocorrida no ano 2000 pela Fundação Palmares.

**Palavras-Chave:** Comunidades Quilombolas. Geografia. Formação Territorial.

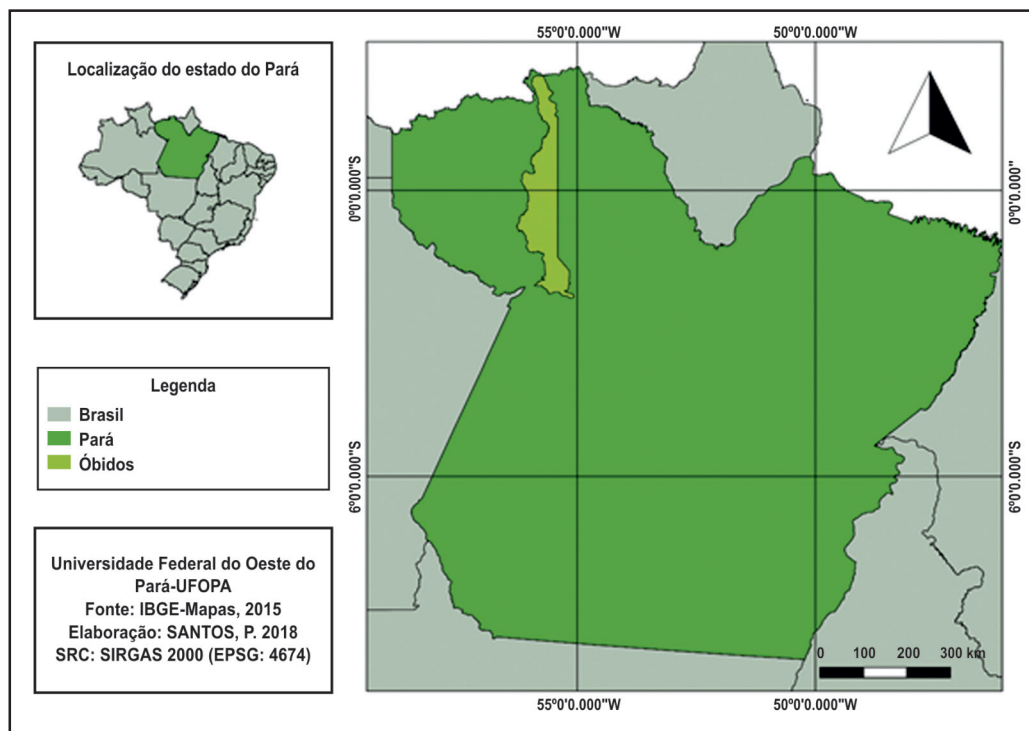
### INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas vivenciam inúmeros desafios quando se trata das reivindicações acerca de seus direitos sobre os territórios em que vivem. Aos finais do século XX, a questão quilombola passou a ser vista no contexto nacional a partir do ressurgimento dessas comunidades, um dos percussores para essa realização se dá ao movimento negro contemporâneo, outro marco foi a publicação do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, que dá aos quilombolas o seu direito a terra por eles tradicionalmente ocupada: “Aos remanescente das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. A partir desse direito conquistado pelo movimento negro, o direito às terras ocupadas, surge a identidade política do quilombola.

Tais comunidades emergiram e vem mostrando visibilidade no movimento do campesinato brasileiro, no que se refere as comunidades rurais quilombolas, e dentro das demandas das políticas afirmativas e de reparação social do país, através de um contexto de luta política, perpassando até os dias atuais. A identidade negra contribuiu com o surgimento de novos atores sociais, o que motivou a ampliação e a renovação no que diz respeito aos modos de ver e viver a identidade negra no mundo contemporâneo. É através de suas lutas e da materialização da resistência negra que diversas comunidades já obtiveram os títulos de seus territórios tradicionalmente ocupado, enquanto outras comunidades encontram-se em processo de titularização. Falar de território é referir-se à produção das relações estabelecidas por indivíduos, através de suas territorialidades, como práticas culturais, sociais e políticas em um determinado espaço. Ao se organizarem pelo direito aos territórios de seus ancestrais, tais comunidades não estão reivindicando somente a regularização de suas terras, mas estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida.

Os quilombos contemporâneos encontram-se espalhados por todo o país, o estado do Pará possui um grande número, alguns localizados no município de Óbidos (Mapa 01). Óbidos localiza-se na região Norte do país, a Oeste do estado do Pará, na mesorregião do Baixo Amazonas, à margem esquerda do rio Amazonas, e distante aproximadamente 782 km em linha reta da capital do Estado, Belém.

**Mapa 01:** Localização do Município de Óbidos.



A presente pesquisa se justifica pela legitimidade de um grupo minoritário que por meio de sua historicidade, modos de vida e resistência têm direito às terras por ele ocupada. A formação territorial das comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras é permeada por suas territorialidades, trazendo consigo a luta e resistência pelo seu território. Tendo como objetivo compreender a formação territorial e o processo de luta pela demarcação do território das comunidades quilombolas da Área das Cabeceiras. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e como procedimentos metodológicos foram realizadas leituras que abordam a temática proposta, afim de dar afirmação/sustentação aos argumentos e entendimento do objeto aqui estudado e de uma revisão teórica-conceitual, como Raffestin (1993), Porto-Gonçalves (2012) e Saquet (2015), sendo realizado um trabalho de campo no qual se utilizou entrevistas semiestruturadas com moradores anciões das comunidades quilombolas Matá e Silêncio, com uso de gravador de áudio, além de conversas informais com os quilombolas e a observação da área pesquisada, a fim de conhecer o modo de vida e as espacialidades dos sujeitos que habitam nas Áreas das Cabeceiras, houve ainda registros de imagens do ambiente investigado.

## EMBASAMENTO TEÓRICO

Para Funes (1999) discorrer sobre as comunidades negras, remanescentes de quilombos, no Baixo Amazonas, no Estado do Pará é remeter a uma história marcada por conflitos, resistências de cativos que romperam com a sua condição social ao fugirem dos cacoais, das fazendas de criar, das propriedades dos senhores de Óbidos, Santarém, Alenquer e, mesmo, de Belém e outros centros urbanos. É navegar nas reminiscências vivas que marcam as experiências sociais e vivências dos afro-amazônidas, descendentes desses negros que constituíram os seus espaços no alto dos rios Curuá, Trombetas, Erepecurú, paranãs e lagos da região, onde ser livre era possível. A formação histórica da Área das Cabeceiras é permeada por todas essas questões, de conflitos, resistências que permitiram que até os dias atuais tais lutas sejam lembradas.

Para Porto-Gonçalves (2012) o território deixa de ser visto como uma base física de exercício da soberania do Estado, mas com um processo de apropriação e controle do espaço geográfico com seus recursos e suas gentes, revelando as tensas relações de poder que lhes são constitutivas. Para o autor, não há território que não comporte um sentido de controle de espaços – seus recursos e suas gentes que,

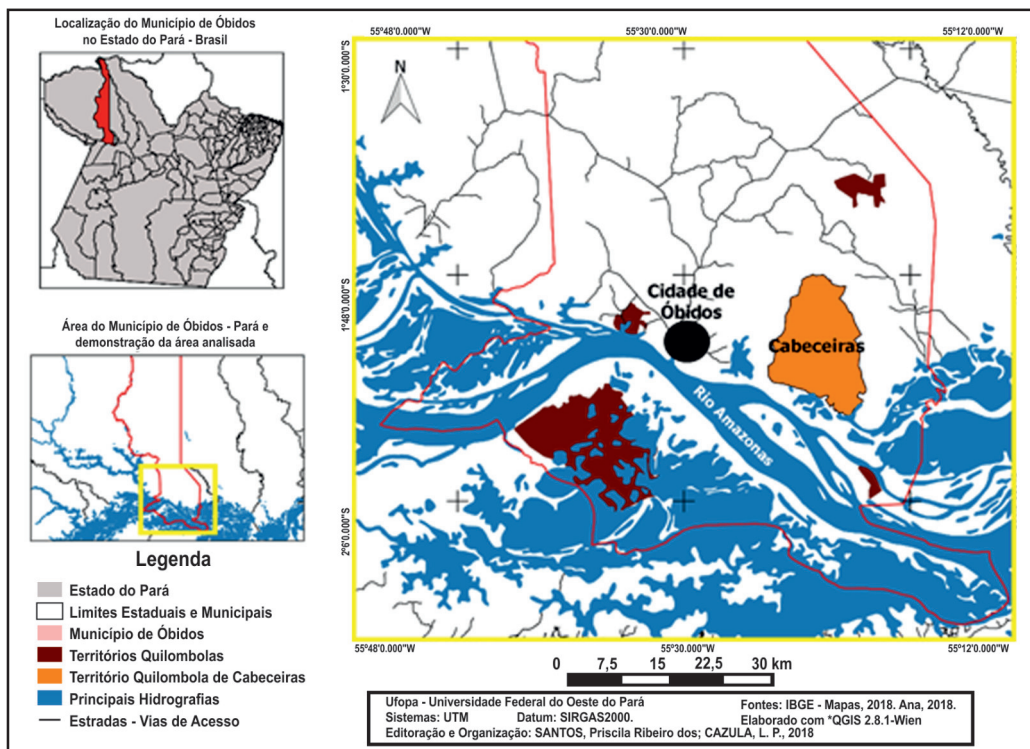
sempre, é conformado por uma territorialidade e que é objeto de um processo histórico-político de apropriação protagonizado por grupos e/ou classes sociais, povos e etnias. Observamos que o território vai além de um espaço transformado, ele torna-se detentor de inúmeras territorialidades, realizadas pelos agentes sociais que dele se apropriam como quilombolas, comunidades tradicionais, ribeirinhos, dentre outros.

## RESULTADOS

Segundo a Comissão Pró- Índio de São Paulo (organização não governamental), a mobilização das comunidades quilombolas em Óbidos e nos demais Municípios no Baixo Amazonas, como Santarém e Oriximiná pela luta de suas terras ocorreu a partir dos encontros *Raízes Negras*, ao final da década de 1980. Tais encontros, eram promovidos pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) em parceria com comunidades quilombolas da região, com a Paróquia de Oriximiná e a Associação Cultural Obidense – ACOB.

Existem aproximadamente no município de Óbidos, dezessete comunidades quilombolas. Com uma área de aproximadamente 17.189,6939 hectares, a Área das Cabeceiras (Mapa 02) compreende as comunidades Castanhanduba, Apuí, Centrinho, Ponte Grande, Vila Nova, Cuecé, Silêncio, Matá, São José, e Patauá do São José, a partir do ano 2000 teve seu território reconhecido, obtendo a titularização de suas terras através da Fundação Cultural Palmares. As demais comunidades quilombolas do município, que iniciaram o processo de regularização de seus territórios entre os anos de 2004 e 2006, ainda aguardam a conclusão desses processos que vem perdurando há mais de uma década.

**Mapa 02:** Mapa de localização da Área das Cabeceiras.



Editoração: CAZULA, 2018.

Há toda uma relação entre as comunidades que integram a Área das Cabeceiras, umas das principais relações é a de parentesco, fazendo uma ligação fundamental entre as comunidades, permitindo que outros laços se concretizem, sejam eles religiosos, esportivos ou de trabalhos. Os sentimentos de pertencimento, de identidade, os espaços de representação, o enraizamento, entre outros elementos, interagidos com as demais dimensões do território, do lugar, efetivam formas particulares de apropriação e de produção através da territorialidade, da luta e resistência desse grupo. Todos esses processos permitem a formação dessas comunidades resultando em seu território, em seu lugar.

## CONSIDERAÇÕES

A pesquisa apresentou resultados parciais como: 1) a formação da Área das Cabeceiras se deu aproximadamente em 1867, a região era formada por floresta, e seus primeiros moradores foram negros, havendo também vestígios de indígenas na localidade; 2) a subsistência dos moradores se dá a partir do cultivo de roças e de benefícios sociais; 3) a luta pelo território e o auto reconhecimento se deu a partir de movimentos sociais como Raízes Negras. Como considerações finais, a pesquisa possui dados preliminares de seu objeto de estudo, requerendo outras visitas *in locus*, afim de compreender a formação territorial e a resistência dos quilombolas da Área das Cabeceiras.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1988/constituicao.adct-1988-5-outubro-1988-322234-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 12 de jul.de 2018.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Área das Cabeceiras – Terras de Remanescentes: Silêncio, Matá, Castanhanduba, Cuccé, Apuí e São José**. Comissão Pró- Índio de São Paulo. São Paulo, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Ecologia Política na América Latina: Reapropriação Social Da Natureza e Reinvenção Dos Territórios. **Revista Internacional interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n.1, p.16 Jan./Jun. 2012. ISSN 1807-1384.

SÃO PAULO, Comissão Pró-Índio de. **Terras Quilombolas de Óbidos-PA**. <<http://comissaoproindio.blogspot.com/2017/08/terra-quilombola-de-obidos-pa-tem.html>> Acesso em: 12 de jul. de 2018.



## OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UMA ANÁLISE SOBRE A FEIRA DO TABLADO E ABORDAGEM DA SUA IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E DAS NOVAS PERSPECTIVAS EM SEU NOVO ESPAÇO

*Caroline Farias de Andrade*

*Darlan Costa dos Santos Oliveira*

*Jarison de Paula Sena*

*Maxilene Santos da Silva*

*Randerson Sousa Monteiro Junior*

*Suzanny Cunha da Mota*

*Discentes do curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)*

### RESUMO

A Feira do Tablado localizada na avenida tapajós em frente ao mercadão 2000. Esta feira é uma importante fonte de renda para seus trabalhadores, que desenvolvem suas atividades com muito esforço para manter a feira em funcionamento. O objetivo desse trabalho é realizar um estudo sobre a importância da feira do tablado na orla de Santarém com os circuitos da economia urbana e trataremos o porquê da mudança de endereço da feira, a origem dos produtos agrícolas comercializados e a reinstalação da feira para o Mercado da Rodagem. Os Circuitos Superior e Inferior são os dois grandes subsistemas dentro do sistema maior da economia urbana, e os dois fazem parte da dinâmica econômica no município de Santarém. Existe uma ação que tramita na justiça para o remanejamento dos feirantes para a avenida Magalhães barata no bairro de caranazal, no mês de julho de 2018 a justiça determinou o prazo final para que os feirantes deixem o local. A justiça alega que após relatórios elaborados pela vigilância sanitária verificou a permanência do risco a saúde pública, pela comercialização precária e inadequada de produtos alimentícios. Para os feirantes entrevistados não seria esse o motivo do remanejamento, pois a feira possui toda uma infraestrutura, eles alegam que isto está acontecendo por conta da revitalização da orla de Santarém e que a feira estaria atrapalhando os trabalhos e que estaria prejudicando a imagem da paisagem local.

**Palavra-chave:** Circuito superior, circuito inferior, feirante.

### INTRODUÇÃO

Santarém ao longo do tempo vem transformando-se em um importante polo de produtos agrícolas, mas essa produção, possivelmente, não está sendo suficiente para abastecer a população local, fazendo com que os feirantes comprem parte dos produtos de outros municípios vizinhos e até de outros estados. Grande parte desses produtos comercializados nas feiras locais são produzidos por agricultores familiares que fornecem seus produtos para serem comercializados pelos feirantes.

A dinâmica entre os feirantes, os agricultores e os consumidores é intensa, há uma troca de serviços, onde ao mesmo tempo que abastecem a feira, também consomem os produtos comercializados. Nota-se esse elevado dinamismo na geração de empregos, pois além dos empregos diretos, a feira gera empregos indiretos, por exemplo, carregadores de mercadorias, pessoas que realizam frete com uso de automóveis e vigilantes.

Dentre as várias feiras da cidade de Santarém destacaremos nessa pesquisa a Feira do Tablado localizada na avenida tapajós em frente ao mercadão 2000. Esta feira é uma importante fonte de renda para seus trabalhadores, que desenvolvem suas atividades com muito esforço para manter a feira em funcionamento.

Iremos descrever a dinâmica que envolve a feira e a problemática que atualmente os feirantes estão vivendo com a mudança de endereço, saindo da orla de Santarém, para o Mercado da Rodagem situado na Avenida Magalhães Barata.

Segundo Santos (2014) classifica-se os circuitos da economia urbana em dois subsistemas, que são circuito superior e o circuito inferior.

O objetivo desse trabalho é realizar um estudo sobre a importância da feira do tablado na orla de Santarém com os circuitos da economia urbana e trataremos o porquê da mudança de endereço da feira, a origem dos produtos agrícolas comercializados e a reinstalação da feira para o Mercado da Rodagem.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Os Circuitos Superior e Inferior são os dois grandes subsistemas dentro do sistema maior da economia urbana, e os dois fazem parte da dinâmica econômica no município de Santarém. O circuito superior está estruturado numa lógica capitalista e tem como uma de suas principais características a tecnologia avançada, com abrangência de atividades em nível nacional e internacional. O circuito inferior, por sua vez, tem como principal objetivo o serviço à população pobre do seu entorno, da cidade e talvez, mas não na maioria dos casos, da região (SOUZA; SANTOS, 2014).

A feira do Tablado está vinculada principalmente ao circuito inferior, pois a mesma tem como público alvo as pessoas de baixa renda do próprio município como das comunidades de planalto e das comunidades ribeirinhas próximas. Os preços são mais acessíveis e a oferta de venda dos produtos são intensas o tempo todo, pois estão estrategicamente em um local muito movimentado e articulado, onde todos os transportes públicos transitam e onde as embarcações (das comunidades ribeirinhas) ancoram, desta forma há um grande fluxo de pessoas no local.

Milton Santos apresenta características específicas de cada circuito, que esclarecem a diferença nas atividades dos mesmos, o circuito superior inclui bancos, comércio de exportação e importação, indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos, bem como comércio atacadista e transportes. O circuito inferior é formado essencialmente de diferentes tipos de pequeno comércio, e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo, constituída em grande parte de artesanato e de toda uma gama de serviços não modernos. (SANTOS, 2009)

O circuito superior, por vezes, trabalha com um número reduzido de mercadorias e serviços, pois estes são voltados a um público alvo bastante seletivo, além de fixar os preços e não admitir descontos ou promoções na maioria dos casos. O circuito inferior agrega, na maioria dos casos, um número maior de mão de obra, que pode ser desenvolvida pela família, que monta o pequeno comércio, por exemplo; o preço dos produtos varia e admite descontos e negociações simples (SOUZA; SANTOS, 2014), essas relações em comparação com a feira são bem comuns, como a mão de obra, que agrega não só feirantes, mas como também carregadores, motoristas de fretes e vigilantes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A feira do tablado está localizada no município de Santarém no Pará, na avenida tapajós, na orla em frente ao Mercado 2000 no bairro de Fátima. De acordo com os entrevistados, a feira existe a 47 anos, no início os vendedores ficavam em suas canoas vendendo seus produtos. A marinha resolveu construir um tablado e fazer os boxes, de início a feira ficava localizada em outro ponto da avenida tapajós e em seguida eles foram remanejados para o atual endereço. Desde junho de 2017 uma ação tramita na justiça para o remanejamento dos feirantes para a avenida Magalhães Barata no bairro de Caranazal, no mês de julho de 2018 a justiça determinou o prazo final para que os feirantes deixem o local, o prazo vence no dia 31 de agosto de 2018. De acordo com afirmações do G1 SANTARÉM (2017), a justiça alega que após relatórios elaborados pela vigilância sanitária verificou a permanência do risco a saúde pública, pela comercialização precária e inadequada de produtos alimentícios. Para os feirantes entrevistados não seria esse o motivo do remanejamento, pois a feira possui toda uma infraestrutura, o local é limpo, eles trabalham de farda tudo padronizado, os feirantes fizeram cursos tudo o que a prefeitura exigia eles cumpriam e assim, eles alegam que isto está acontecendo por conta da revitalização da orla de Santarém e que a feira estaria atrapalhando os trabalhos e que estaria prejudicando

a imagem da paisagem local.

Abaixo veremos imagens da localização da feira do tablado no município de Santarém na figuras 1, a localização antiga e atual e nas figura 2 imagem da feira.

**Figura 1** - Localização da Feira do Tablado (A antigo endereço, B novo endereço)



Fonte: Google Earth 2018 - Editoração Jarison Sena

**Figura 2** - Feira do Tablado (A antigo endereço, B novo endereço)



Fonte: Suzanny Cunha da Mota

De acordo com as informações prestadas pelos entrevistados, existem 45 bancas na feira do tablado. Com relação as pessoas que trabalham diretamente e indiretamente foi informado que além dos feirantes, trabalham carregadores, motoristas que fazem frete e vigilantes. O número total de pessoas que trabalham na feira é de aproximadamente 200 trabalhadores. Os entrevistados residem em diferentes bairros de Santarém (Jardim Santarém, Aeroporto Velho, Nova República).

A imprensa fala que os feirantes não querem sair, mas na verdade eles alegam que não saíram por conta de não possuírem um local adequado para instalar a feira no novo endereço, pois o local não possui nenhum tipo de estrutura.

Os produtos oriundos das regiões de várzea próximo ao município de Santarém são transportados de barco pelos produtores ribeirinhos. A outra forma de transporte e feita por vias terrestre principalmente com a utilização de veículos do tipo caminhão onde os produtos vem de vários lugares do estado como de Rurópolis, Placas, Brasília Legal, Itaituba e de outros estados como do Mato Grosso de onde vem principalmente as bananas. Os feirantes são revendedores, compram as mercadorias dos produtores para comercializar na feira.

Os feirantes nunca pagaram nenhum tipo de imposto para a prefeitura, pois estão em uma área de responsabilidade da Marinha do Brasil segundo informou o presidente da associação dos feirantes do tablado. Eles cobram dos seus associados uma taxa para realizar o pagamento dos vigilantes que a noite fazem a segurança do espaço. Cada feirante paga sua taxa de energia. No novo local da feira eles permanecerão sem pagar impostos para a prefeitura, pois pactuaram um acordo judicial onde os feirantes se comprometeram a mudar-se e por cinquenta anos a prefeitura não iria cobrar nenhum tipo de imposto.

O ponto positivo e que o bairro onde será reinstalada a feira não possui nenhum local destinado a venda de produtos agrícolas. Outro fator favorável e que a região e muito populosa sendo cercado por vários bairros e possui um intenso fluxo de pessoas e veículos, pois esta localiza a margem da Avenida Magalhães Barata que é uma das mais importantes vias de acesso de Santarém.

O ponto negativo é a estrutura do espaço, que não possui piso adequado, esgoto, saneamento básico e boxes. A única estrutura que a feira possui e uma cobertura segundo informou o entrevistado, porém em visita de campo foi constatado que a única obra e o aterramento e terraplanagem. Os feirantes, quando se mudarem, levarão seus boxes de madeira e futuramente eles construirão uma nova estrutura que será de alvenaria.

## CONCLUSÃO

Após finalização da coleta de dados ficou evidente que os feirantes não são produtores, eles comercializam os produtos entregue pelos agricultores e que as mercadorias são transportadas por via fluvial, os barcos e vias terrestres principalmente com a utilização de veículos do tipo caminhões.

Verificou-se que os mesmos estão em processo de mudança de local de realização da feira. A alegação feita pela justiça para retirada dos feirantes da orla da cidade foi feita a partir de em laudo elaborado pela vigilância sanitária. Com relação ao novo espaço para realização da feira, observou-se que, atualmente, não possui nenhuma infraestrutura. Para os feirantes a retirada deles do local não seria por esse motivo, pois a feira possui toda uma infraestrutura, o local é limpo, eles trabalham de farda, os feirantes fizeram cursos exigidos pela prefeitura e assim, eles alegam que isto está acontecendo por conta da revitalização da orla de Santarém e que a feira estaria atrapalhando os trabalhos e prejudicando a paisagem local..

A feira abordada na pesquisa apresenta importante relação econômica entre os feirantes e seu público alvo, que são os de baixa renda, e que pela facilidade de compra através de ofertas e promoções consolidaram-se no antigo local, e no novo espaço começarão do zero, com outra paisagem, outros desafios, isto é, outra realidade. Esta dinâmica faz parte do circuito inferior da economia de Santarém, onde fazem parte os próprios feirantes e suas atividades, motoristas de fretes e vigilantes.

## REFERÊNCIAS

CATAIA, Marcio. SILVA, Silvana Cristina da. Considerações sobre a teoria do dos circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro da Geografia**, v.3, n.1, p 55 -75, 2013.

G1 Santarém. **Justiça determina suspensão de atividades na feira do tablado em Santarém.** Santarém, 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/justica-determina-suspensao-de-atividades-na-feira-do-tablado-em-santarem.ghtml> >. Acesso em: 23 de ago de 2018.

SOUZA, Silmara Lopez de; SANTOS, Clélio Cristiano dos. A pobreza e os dois circuitos da economia urbana: reflexões teóricas. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória, AGB, 2014.

## A LUTA PELA TERRA, PELO DIREITO À MORADIA E À VIDA: O CASO DA OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ

**Jacilene Cleice da Silva Rego**

*Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa. E-mail: [jacileneleice0104@gmail.com](mailto:jacileneleice0104@gmail.com)*

**Francilene Sales da Conceição**

*Mestra em Geografia, Professora substituta no Curso de Geografia, pela Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa.*

*E-mail: [lenesalesgeo@hotmail.com](mailto:lenesalesgeo@hotmail.com)*

### RESUMO

A ocupação Vista Alegre do Juá é localizada na área urbana do município de Santarém/PA e possui atuação reivindicatória em terras que há décadas não tinha serventia social. Este trabalho é resultado de pesquisas já realizadas anteriormente nesta ocupação urbana do município de Santarém/PA e faz parte do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) que se encontra em andamento. Tem como objetivo analisar a luta pela terra e por moradia dos moradores da ocupação Vista Alegre do Juá e trazer para a discussão a maneira como os moradores desta ocupação sofrem segregação e atuam contra a desigualdade promovidos pelo sistema capitalista.

**Palavras-chave:** Geografia. Cidade. Lutas. MTLM e Santarém/PA.

### INTRODUÇÃO

Os problemas atuais enfrentados pelas populações da Amazônia são resultado de uma série de ações políticas pensada estrategicamente pelo Estado nacional, cujo objetivo principal era levar o desenvolvimento, o progresso para a região. (ALENCAR, 1997, p. 102).

O intenso processo de migração para a região amazônica fez com que houvesse um crescimento desordenado nas cidades. Nesse contexto, a cidade de Santarém (e Marabá) surge na Amazônia Oriental como cidade média, que para Saint-Clair (2011), desempenham funções que servem de mediação entre as pequenas cidades da região e as metrópoles regionais e extrarregionais e definem seus dinamismos em função da forte centralidade exercida em determinado contexto sub-regional fato este que nos leva à compreensão da noção de centralidade.

Apesar de ser um importante núcleo urbano, que desenvolve o papel de polarizador, a configuração espacial da cidade foi construída de maneira desordenada, sem o devido planejamento e um ordenamento territorial eficaz que instrumentalize a (re)organização dos múltiplos espaços da cidade. O traçado da cidade foi se estendendo, de modo lento, paralelamente ao rio Tapajós, a partir da área central em direção aos bairros da Prainha e da Aldeia, se adensando também em direção ao interior. Serpa (2002), afirma que área urbana de Santarém se apresenta atualmente bastante espraiada, com sérios problemas de periferização, ou seja, com precária infraestrutura urbana, assim como, precárias moradias. Nos bairros periféricos reside uma população de baixa renda, coabitando com a violência, muito presente nestas áreas e constituindo verdadeira expressão de exclusão e segregação.

Neste contexto desigual e combinado, surge a ocupação 'Vista Alegre do Juá', que é uma ocupação urbana situada na região oeste do município de Santarém, no estado do Pará, com atuação reivindicatória de posse para a criação de um novo bairro em terras que há décadas não possuía serventia social. A área é ocupada há oito anos por pessoas que eventualmente não possuem moradia própria, que residiam de aluguel ou agregados, além das pessoas que vieram de comunidades rurais próximas ao município, e por famílias de outras cidades e estados que migraram para a cidade. Atualmente, esta ocupação tem

transformado o espaço urbano da cidade, fazendo com que haja a expansão da malha urbana em direção à zona oeste.

A área é ocupada desde 2010 por pessoas que não possuíam moradia própria, além das que vieram de comunidades próximas ao município. O Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM), desde o princípio foi o responsável pelo projeto de ocupação e por todo o planejamento da área, cuja finalidade é tornar um bairro, visando a chegada de ferramentas de utilidade pública e de redes de infraestruturas. Organizaram-se para que a ocupação beneficiasse a cidade, expandindo os espaços de habitação e diminuindo o quantitativo de pessoas sem casa própria, tendo como principal objetivo, lutar pela garantia da moradia digna na cidade de Santarém/PA.

O principal objetivo do movimento é ocupar áreas que não tinham serventia social e eram espaços de desmanche de motos, estupro e de outros crimes, mas com isso precisariam garantir o domínio da área ocupada através do apoio do Estado, de políticos, de ONG's, para conseguir uma posse definitiva do território. O sistema capitalista e seus agentes, promovem a desigualdade, segregações e conflitos.

Este trabalho é resultado de pesquisas já realizadas anteriormente nesta ocupação urbana do município de Santarém/PA e faz parte do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) que se encontra em andamento e tem como objetivo analisar a luta pela terra e por moradia dos moradores da ocupação Vista Alegre do Juá, a qual resultou na expansão da malha urbana da cidade de Santarém/PA. Além de compreender a (re)produção do espaço urbano da cidade no interior do modo de produção capitalista; compreender o processo de urbanização no espaço amazônico, o papel e a centralidade da cidade na Amazônia; entender o processo de ocupação, expansão e crescimento urbano da cidade de Santarém (ordenamento territorial) e as formas de lutas e resistências pela terra e pelo direito à moradia dos moradores de Vista Alegre do Juá frente aos agentes hegemônicos.

Como procedimentos metodológicos para a execução do estudo, estão sendo realizadas leituras de referenciais bibliográficos que abordam a temática proposta, a fim de dar afirmação/sustentação aos argumentos e entendimento do objeto estudado. Foi desenvolvido trabalho de campo, pois foram realizadas algumas visitas *in loco* nas quais houve conversas informais com a liderança do movimento de ocupação. Numa dessas ocasiões foi possível o acesso a um esboço de mapa – planta – da estrutura inicial da ocupação. Após as reuniões, foi autorizada a realização de decupagem das informações cadastrais dos moradores, cedidas pela associação, para análise do perfil dos ocupantes, porém, os dados coletados por meio da decupagem não foram satisfatórios e vimos a necessidade de ir novamente a campo realizar a aplicação de um questionário, este estava estruturado por meio dos aspectos socioeconômicos, que objetivou entender ainda mais o perfil das pessoas que ali residem e a partir das respostas coletadas nos questionários, foi realizada a transcrição das respostas para que fosse calculado a porcentagem e, assim, analisado o perfil geral dos moradores da ocupação Vista Alegre do Juá.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Roberto Lobato Corrêa (1989) o espaço urbano é capitalista, formado por um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, a partir desse conjunto se dá a organização espacial do urbano, sendo também um espaço fragmentado e articulado, pois as relações sociais advêm da natureza social, tendo como fonte a própria sociedade de classes e seus processos. Outro aspecto do espaço urbano, é que ele vem ser reflexo da sociedade, trazendo a desigualdade social, característica própria do espaço urbano capitalista, além disso, vem ser mutável e complexo, desenvolve-se de acordo com a dinâmica da sociedade. O espaço urbano também é condicionante social, através do desempenho das formas espaciais na reprodução das condições de produção e das relações de produto. Sendo também, um conjunto de símbolos e campos de lutas, visando o direito à cidade de forma digna e igualitária para todos.

A cidade se manifesta como um grupo de grupos, com sua dupla morfologia (prático-sensível ou material de um lado e social do outro). Ela tem um código de funcionamento centrado ao redor de instituições particulares, tais como a municipalidade com seus serviços e seus problemas, com seus canais de informação, suas redes, seus poderes. Sobre este plano se projeta a estrutura social, fato que

não exclui os fenômenos próprios à cidade, a uma determinada cidade, e as mais diversas manifestações da vida urbana. Paradoxalmente, considerada nesse nível, a cidade se compõe de espaços desabitados e mesmo inabitáveis: edifícios públicos, monumentos, praças, ruas, vazios grandes ou pequenos. [...] A cidade envolve o habitar; ela é forma, envelope desse local de vida “privada”, ponto de partida e de chegada das redes que permitem as informações e que transmitem as ordens (impondo a ordem distante à ordem próxima) (LEFEBVRE, 1991).

De acordo com Fernandes (2005), na década de 1980 a Geografia brasileira intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais, tendo como referencial teórico aportes de origem sociológica, econômica e histórica. Neste sentido, os geógrafos abordaram e passaram a discutir os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial. Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidades. A construção de um território significa, quase sempre, a destruição de outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais, forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. O movimento social e o movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos com objetivo de transformação da realidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente, na Ocupação Vista Alegre do Juá, residem 2.000 famílias cadastradas na associação dos moradores e 1.000 não cadastradas, com um total de aproximadamente 8.000 habitantes, em uma área de 400 metros de frente e 2.000 metros de fundo. Das 29 quadras, as quatro mais próximas ao rio, foram interditadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), pois estariam dentro da Área de Proteção Ambiental do Juá, restando somente 25 quadras à ocupação.

Ocupar é uma lógica não hegemônica, resultado de que algo não está bom, que não há espaços para moradia e que não tem políticas públicas que lutem pelas boas condições sociais.

“[...] Boas condições dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença” (MARICATO, 2013, p. 19-20).

O estudo realizado na ocupação possibilitou entender um pouco mais a realidade das pessoas que ali lutam pelo direito à moradia. Em análise à origem dos moradores, no que concerne à pergunta: *Onde você morava antes da Ocupação?*, diagnosticou que aproximadamente 63,9 % dos ocupantes são oriundos de outros bairros da cidade de Santarém, 21,3% são provenientes de outras cidades da região amazônica, 14,7% vieram de comunidades rurais do município de Santarém. Esse processo é o indicativo da segregação socioespacial, exclusão e expropriação do campo para a cidade, em que esses sujeitos são desprovidos do acesso e do direito a terra e a moradia, implicando em disputas territoriais urbana-fundiárias latentes.

Constatou-se ainda, que a maioria das famílias, residentes na ocupação, não possuía moradia própria (80,3%), sendo que cerca de 62,2% moravam de aluguel e 52,4% moravam agregados em casa de parentes. Os moradores relataram que não tinham condições de arcar com as despesas de aluguel, visto que os valores mensais à locação dos imóveis são altos em relação à renda das famílias, que em sua grande maioria sobrevivem com menos de um salário mínimo. Essa geografia em estudo permite entender que o espaço da cidade é palco da reprodução ampliada do capital para os agentes hegemônicos e *locus* das desigualdades e exclusões generalizadas que afetam diretamente as classes sociais desprovidas de moradias dignas e que estão em luta para conquista do direito a terra e a morada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação Vista Alegre do Juá resiste em meio a outros agentes sociais, que visam maior incentivo

do capital. Esta, enquanto local de atuação de ‘*agentes sociais excluídos*’, resiste em meio a fatores que dão o real significado a este termo usado por Roberto Lobato Corrêa (1989), quando são negadas as ferramentas necessárias para a sobrevivência, tais como moradia, infraestrutura, saneamento básico, transporte, etc., ou pela dificuldade que os moradores da ocupação encontram quando vão buscar o acesso a saúde e a educação nos postos e escolas dos bairros adjacentes. A segregação não é só o fato de não se ter moradia, ela se materializa na falta do suprimento das necessidades da sociedade, dos excluídos.

Na cidade, como espaço da luta, encontram-se os sujeitos que naturalmente são excluídos da sociedade e que por meio dos movimentos se tornam sujeitos que produzem seu espaço, com forças suficientes para estabelecerem sua própria organização social, que acaba por ser classificada “contra a ordem”. Os meios de comunicação usam o sensacionalismo midiático e repassam de forma negativa a imagem do lugar supracitado, com a criação deturpada da realidade local, e por isso a ocupação Vista Alegre do Juá é, por vezes, entendida como espaço de marginais, o que não é a realidade, já que as pessoas que ali residem, lutam para a garantia dos seus direitos que são previstos na Legislação vigente.

É importante que haja um debate mais profundo e contínuo acerca deste tema dentro da academia e fora dela para que se possa formar uma consciência social das transformações que acontecem na cidade e assim a própria comunidade, não só acadêmica, passar a observá-la como um palco de luta e resistência social frente à concepção de cidade como mercadoria voltada para os interesses hegemônicos e dentro dessa perspectiva, perceber o modo como o espaço está sendo utilizado e a forma como a sociedade em questão tem lutado por seu território e lugar onde possam sobreviver e se reproduzir socialmente com seus direitos assegurados: o direito à moradia, assim como, o direito à vida.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna F. **Trabalho feminino e participação política como instrumentos para a manutenção e renovação da qualidade de vida.** In:

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais:** contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: <[www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2018.

LEFEBVRE, Henri, **O direito à cidade,** São Paulo, Ed. Moraes, 1991.

MARICATO, E. **É a questão urbana, estúpido!** In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 19 e 20.

SERPA, Ângelo. (Org.). **Fala periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano.** Salvador: Edufba, 2002.

TRINDADE JR., S. C. **Cidades médias na Amazônia Oriental:** das novas centralidades à fragmentação do território. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. v.13, n.2, p. 135-151, nov. 2011.



## REDIRECIONAMENTO DA OCUPAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA COM ENFOQUE NA AV. ENG. FERNANDO GUILHON

*Rayla de Lima Tavares*

*Discente do curso de Geografia da Ufopa.*

### RESUMO

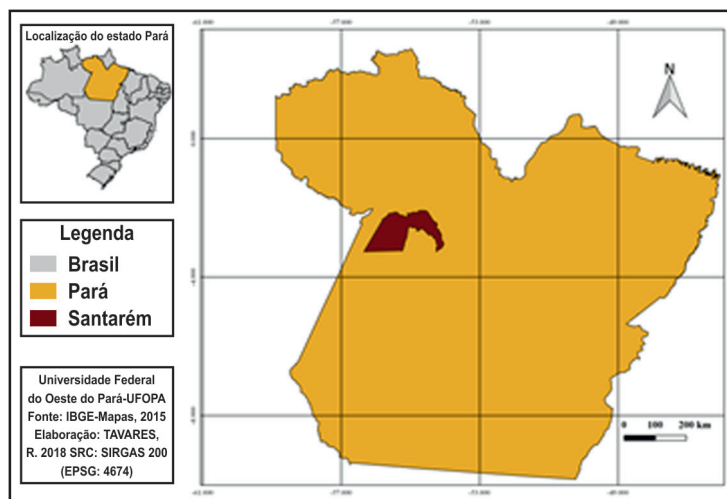
A ocupação urbana da cidade de Santarém, localizada no Oeste do Pará, vem se intensificando nas duas últimas décadas e vem se espacializando as margens da Av. Eng. Fernando Guilhon com abertura de novos empreendimentos habitacionais, ocupações populares e mais recentemente com a abertura do Shopping Rio Tapajós. Dessa forma buscamos compreender processo de urbanização a partir das diferentes perspectivas de planejamentos urbano que ocasionou o crescimento da cidade em extensão territorial nesta área.

**Palavras-chave:** Expansão urbana, Santarém-PA, Planejamento Urbano.

### INTRODUÇÃO

O município de Santarém em sua forma político-administrativa está localizado na mesorregião do Baixo Amazonas, na região norte do Brasil, a 700 km de Belém, da capital do Estado do Pará, considerada a cidade mais importante do Oeste do Estado do Pará, em função de apresentar na área sede do município, a mais desenvolvida infraestrutura, dentre os municípios do Baixo Amazonas, com destaque para o setor de serviços e transportes, no qual chamam atenção à presença de escolas, hospitais, universidades, porto e aeroporto.

**Figura 1:** Localização do município de Santarém, Pará.



Fonte: TAVARES, Rayla. 2018.

A cidade de Santarém serviu como importante ponto de apoio para a ocupação do oeste do Pará. Localizada estrategicamente, à margem direita do rio Tapajós, na confluência com o Amazonas e numa posição intermediária, entre as metrópoles amazônicas, Belém e Manaus, ela acabou desenvolvendo uma série de atividades e funções que se solidificaram desde o período da coleta das drogas do sertão e da borracha, especialmente a de entreposto comercial.

Nas duas últimas décadas, ocupação urbana e vem se espacializando as margens da Av. Eng. Fernando Guilhon (figura 2) com abertura de novos empreendimentos habitacionais, ocupações populares e até a abertura de um Shopping. Dessa forma buscamos compreender processo de urbanização a partir

das diferentes perspectivas de planejamentos urbano que ocasionou o crescimento da cidade em extensão territorial nesta área.

**Figura 2** - Localização da Av. Eng. Fernando Guilhon. Santarém-PA.



Fonte: Google Earth, 2018.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Podemos inferir que esse procedimento confere ao espaço da cidade, atributos de um conteúdo urbano, isto é, através das formas da cidade é possível observar, no cotidiano, fortes traços urbanísticos. Nestes termos, procuramos compreender a partir da visão de Becker (1978) em que a ocupação da Amazônia passou por intensas transformações, sobretudo, com a formação do moderno aparelho do Estado, associado à sua crescente intervenção na economia e no território com base na predominância da visão externa, privilegiando as relações com o centro do poder.

De acordo com Ferreira (2011), no período de 1999 a 2010, a população total do município apresentou crescimento. Essa dinâmica demográfica sofreu influência direta da expansão da cultura da soja, a qual atraiu para Santarém, através BR-163 significativo fluxo populacional principalmente de sulistas que migraram com suas famílias para a região. Esses números não foram acompanhados pelo planejamento, de forma a evitar problemas como impactos ambientais, a expansão de ocupações informais na periferia da cidade, desprovidas de infraestrutura básica e serviços essenciais e aumento da criminalidade.

Para Oliveira (2008), a área urbana de Santarém apresenta-se, atualmente, bastante espreada, a periferação agravou e tornou mais evidente os problemas de infraestrutura urbana, assim como, das habitações precárias. Nos bairros periféricos reside uma população de baixa renda, coabitando com a violência, muito presente nestas áreas e constituindo-se em verdadeira expressão de exclusão e segregação. Em função do processo de periferação, observa-se no espaço urbano de Santarém expressiva desigualdade social, pois o centro da cidade, estruturado a partir da década de 1960, concentra as melhores condições e abriga parte de uma população de renda mais elevada.

A questão ambiental em Santarém ganha proporções maiores até o momento nenhuma política e planejamento propostos foram eficazes para minimizar os impactos ambientais. A proposta de tratar o esgoto despejado na frente da cidade no âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de investimentos é uma iniciativa relevante no sentido de mudar um pouco esse quadro, mas existem outros problemas que precisam ser olhados com mais atenção, a exemplo do tratamento do lixo urbano e do uso de pesticidas nas atividades agrícolas próximos aos mananciais hídricos. (FERREIRA, 2011).

Conforme Oliveira (2008) “O Planejamento Urbano de Santarém se tivesse assimilado conceitos e preocupações da área da Geografia poderia ter encaminhado o trabalho de delimitação de seus bairros periféricos segundo outros critérios, há vinte anos. Não teria ficado restrito às pranchetas dos arquitetos, teria considerado questões de natureza sócioespacial que interferem na territorialidade da população moradora daqueles bairros, a qual não teria sido levada, na defesa de suas reivindicações, a atrasar o

processo de regulamentação, previsto no Plano Diretor Urbano da cidade”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O planejamento urbano promovido pelo Estado, principalmente atrelado aos interesses de agente privados, não atende às necessidades da maior parte da população de Santarém. Porém, em contrapartida há o planejamento promovido por ativismos sociais. Sendo o Município considerado o terceiro mais populoso do Estado do Pará, visto como cidade média e sua estratégica localização, logo se percebe o importante papel do município na economia do estado, o que acarreta a migração de pessoas de cidades vizinhas em busca de uma condição de vida melhor.

No entanto o desenvolvimento da economia e a acentuada migração contribuíram para atrair novos empreendimentos habitacionais que se instalam em áreas mais distantes do centro, visível ao longo da supracitada Avenida, corredor de desenvolvimento do Município. O surgimento de novos bairros e comunidades cria novas necessidades tanto sociais, como comerciais; o que justifica essa urbanização acelerada e não organizada.

## CONCLUSÃO

Portanto os fatores sociais e econômicos são primordiais, tido de forma natural, a cidade passa por uma urbanização preenchendo horizontalmente toda sua extensão territorial. Parte de toda a área por onde a avenida se estende, há cerca de 20 anos atrás, era composta apenas por vegetação nativa o que, atualmente, vem sendo tomada pelo “desenvolvimento e progresso”, degradando o ambiente, alterando diretamente e indiretamente a paisagem. Outra consequência deste modo é o aumento expressivo da violência, tendo em vista que nesses novos espaços o sistema de segurança pública é frágil.

## REFERÊNCIAS

ABREU, José Reginaldo Pinto de. **GESTÃO AMBIENTAL APLICADA AO URBANISMO** Estudo de caso: Expansão Urbana no Município de Santarém – Pará – Brasil. Tese (Mestrado Processos Construtivos e Saneamento Urbano) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

FERREIRA, Jader Duarte. **ANÁLISE DO PLANO-PROCESSO NA URBANIZAÇÃO DE CIDADES NO BAIXO AMAZONAS: O CASO DE SANTARÉM-BRASIL**. Tese (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade da Amazônia. Belém, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**Informações Municipais de Santarém – Semplan/Ciam**, 2013. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. Prefeito Alexandre Raimundo de Vasconcelos Wanghon. PREFEITURA DE SANTARÉM. Disponível em: < <http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=875&fa=292&PHPSESSID=6327314daddc7f9e9a53092769958e82#>>.

OLIVEIRA, Janete Marília G. Coimbra de. **Expansão urbana e periferização de Santarém-PA, Brasil: questões para o planejamento urbano**. In: X Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2008.

Plano Diretor de Santarém – **PREFEITURA DE SANTARÉM**. Disponível em: <<http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo>>.

SERPA, Ângelo. **O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica**. In: BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA, SÃO PAULO, nº 84, p. 7-24, 2006.



## AS DIFERENTES TERRITORIALIDADES DA ORLA DE SANTARÉM, PARÁ.

*Letícia Nere do Nascimento  
Discente da Ufopa.*

### RESUMO

A pesquisa tem o intuito de apresentar e aprofundar e as diferentes formas de uso do espaço o espaço publico da orla de uma cidade na Amazônia (Santarém, Estado do Pará, Brasil). Desse modo, a investigação tem a pretensão de compreender as diferentes e antagônicas apropriações da orla de Santarém, que constituem diferentes territorialidades a partir de usos econômicos, de manifestações culturais e de sentimentos de lugar.

**Palavras-chaves:** Orla, Santarém – PA, Territorialidades, Amazônia.

### INTRODUÇÃO

A orla fluvial é símbolo de íntima relação da vida ribeirinha na dinâmica das cidades amazônicas, os povos originários da Amazônia foram os primeiros a utilizar os rios como principal via de circulação. Desse modo foi um meio de transporte para expandir a dominação sobre as terras ao longo do leito do rio. Portanto a relação fluvial constrói de início apenas portos improvisado que devido o aumento de embarcações a designando a orla um local não apenas de embarque e desembarque. Atualmente a orla fluvial de Santarém mostra sua relação por diversos fatores, oque transforma a orla em um lugar com aglomerado de fenômenos produzido por diversos agentes tornando importante a relação intensa com rio.

A pesquisa busca apresentar as diferentes formas de uso do espaço público da orla de uma cidade na Amazônia (Santarém, Estado do Pará, Brasil). Desse modo, a investigação tem a pretensão de compreender as diferentes e antagônicas apropriações da orla de Santarém, que constituem diferentes territorialidades a partir de usos econômicos, de manifestações culturais e de sentimentos de lugar.

A orla pode se compreendida em sua gênese como espaço disponibilizado ao uso publico onde é possível observar que além de haver uma diferenciação tem características típicas das cidades da Amazônia onde a orla se tornou com o tempo este local de embarque e desembarque da população de moradores de comunidades e cidades próximas que buscam a cidade para atender suas necessidades.

**Figura - 1:** Atracação de barcos no cais da orla.



Fonte: Nascimento, 2018

A orla se tornou um lugar de intenso fluxo com o passar dos anos com o aumento da população e do uso do transporte fluvial, transformando se em um espaço de fluxo constante. (Figura 1). Nas proximidades do bosque Vera Paz, onde, nos dias atuais a atracação de barcos segue até a Praça da Matriz no período de cheia do rio, essa intensa movimentação acarreta inúmeros problemas.

Além de representar um espaço onde é possível observar a circulação do mercado de exportação de nível regional, nacional e internacional, a circulação de pessoas é grande e constante, devido a, principalmente, os seguintes fatores: utilização para o lazer e para a prática de atividades físicas; e pela beleza cênica e amenidade oferecida pela vista dos dois rios Tapajós e Amazonas, atraindo pessoas de Santarém e também visitantes.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As cidades médias na Amazônia tem características em sua reprodução espacial de por vários portadores de diferentes práticas, no processo de formação por diversos agentes modeladores por meio da reprodução de suas atividades espaciais. Portanto a vida do amazônida se dá pela íntima relação voltada para o rio seja como via de transporte, ou recurso para alimento como o caso da pesca dentre outras utilizações aplicadas pela população.

A orla definida na concepção de lugar esta liga na compreensão de Souza (2013). O lugar é um espaço dotado de significados e carga simbólica, ao qual se associam imagens, muitas vezes conflitantes entre si: lugar de “boa fama” ou de “má fama” (SOUZA, 2013)

A cerca da compreensão da formação espacial de acordo com o autor Corrêa (2005):

Os processos sociais originam as formas espaciais. Este elemento viabilizador constitui-se em um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores, e que permitem localizações e realocações das atividades e da população na cidade. (CORRÊA, 2005, p.36)

A orla como espaço de pesquisa tendo como discussão sua múltipla territorialidade, em vista que o território tem suas vertentes básicas enquanto, político, cultural e econômico. Desse modo frente aos diferentes agentes formadores na construção do território é do substrato do espaço. No entanto para compreender o denominado território da orla Haesbaert (2014) considera:

Território assim, em qualquer acepção, como uma relação tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Em vista diz a respeito tanto no sentido mais explícito ou simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2014 p,57)

Além disso, é possível compreender as diferentes territorialidades que operam no espaço, sendo assim considerada:

A territorialidade como uma concepção mais ampla do que território até a territorialidade como algo mais restrito, uma simples “dimensão” do território, passando pela abordagem diferenciadora, que separa e distingue claramente territorialidade e território. (HAESBAERT, 2005 p.64)

Portanto considerando a abordagem dos diversos autores, que facilita a análise da orla como território que concentra inúmeras atividades sendo lugar de uso público para utilização da população produzindo uma territorialidade no espaço.

## CONCLUSÃO

A orla desde seu surgimento representou bem as características de uma cidade ribeirinha. Contudo, muitas foram as transformações que se deram até o período atual, como a própria expansão do espaço

físico do país. Assim, o recorte espacial da pesquisa é delimitado pelo perímetro que se estende do Museu e Centro Cultural João Fona até a rodovia BR 163 (Cuiabá – Santarém), onde se localiza a empresa Cargill. No entanto, atualmente o espaço desde o início da pesquisa passa por transformações no espaço. Desse modo acarretando grandes mudanças em sua infraestrutura e na mobilização e até mesmo o desaparecimento de atividades que eram desenvolvida no espaço.

### **REFERÊNCIAS**

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Ática São Paulo, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008 (1987).

HAESBAERT, Rogério. *Viver no Limite: território e multi/ transterritorialidade em tempos de in – segurança e contenção*. 1º.ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Os conceitos Fundamentais da pesquisa sócio- espacial*.1º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013





## SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS REÚNE PESQUISADORES NA UFOPA

Na tarde de segunda-feira, 26, foi iniciada a programação do II Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (II SEPDAM). A iniciativa é do grupo de pesquisa CNPq “Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia” (GPDAM), vinculado ao curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR) da Ufopa. A programação segue até quarta-feira, 28 de novembro, no auditório Wilson Fonseca da Unidade Rondon, em Santarém.

Com o objetivo de promover o debate da execução de políticas públicas na Amazônia e de como os reflexos de tais políticas são notados no espaço urbano e rural dos estados da Amazônia brasileira, o seminário teve a solenidade de abertura realizada pelo pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit), Domingos Diniz, entre convidados de vários estados do Brasil.

Além da palestra de abertura, com abordagens relevantes sobre o tema do evento, ministrada pelo Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, da Universidade Federal de Rondônia (Unir), a programação do primeiro dia ainda teve um ponto alto, com o lançamento de dois livros: **Amazônia: dinâmica agrária e territorial contemporânea**, organizado por Ricardo Gilson da Costa Silva (Unir/RO), Luís Augusto Pereira Lima (Unir/RO) e Francilene Sales da Conceição (Ufopa); e **Floresta Nacional do Tapajós: território, economia, gestão e manejo de recursos naturais da Amazônia**, de Márcio Júnior Benassuly Barros (Ufopa).

Para Márcio Benassuly, organizador do evento, as ações que estão sendo abordadas fazem parte de um conjunto de políticas públicas que estão em execução e que precisam ser investigadas. “Vivemos numa região em que muitas coisas estão acontecendo e que precisam ser vistas com mais análise”, explica, enfatizando que o seminário busca o entendimento no que cada política contribui com o desenvolvimento da região, e analisa que a Ufopa, por estar na Amazônia, tem o papel fundamental pra criar as estratégias de investigação e tem como aglutinar pesquisadores.

Sobre o livro lançado, Benassuly esclarece sua importância porque traz um conjunto de experiências obtidas nas comunidades de São Domingos, Maguari e Jamaraguá, na Floresta Nacional do Tapajós (Flona) e sinaliza para um modelo de floresta em pé. “Focamos o extrativismo, coleta de sementes, coletas de raízes, incentivo ao ecoturismo, à produção de biojoias e outros produtos com uso dos recursos da floresta. É um modelo interessante e que contrasta com o modelo existente na Flona. Mostra que práticas sustentáveis são viáveis na região”.

O palestrante e também um dos organizadores do livro **Amazônia: dinâmica agrária e territorial contemporânea**, Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, explicou que a obra é voltada para a grandiosidade da Amazônia por ser uma fronteira agrícola. “Essa função de produtora de alimentos impacta nos territórios culturais, dos povos indígenas, pescadores, quilombolas, dos extrativistas e também áreas protegidas, e estamos num campo no qual o modelo de floresta derrubada tende a crescer e implica na desagregação social nas áreas rurais e ataque ao que chamamos de povos e comunidades tradicionais amazônicos”.

Ele esclareceu que a união de vários pesquisadores da Amazônia para elaborar o livro ocorreu a partir do conhecimento que tiveram em vários encontros na região. “São alguns trabalhos muito significativos para proporcionar à sociedade uma leitura sistematizada dos processos agrários territoriais que ocorrem na Amazônia”.

No período da noite de segunda-feira, 26, o Seminário encerrou-se com a mesa-redonda “Políticas urbanas e dinâmicas territoriais na Amazônia: ações e resistências”, com a participação de palestrantes da UNB, Ufopa, UFPA e Uepa.

Nesta terça-feira, 27, o Seminário continua a partir das 9h, com o minicurso “Cartografia básica temática”.

Comunicação/Ufopa - 26/11/2018.

**NOTA:** matéria publicada em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/seminario-de-politicas-publicas-reune-pesquisadores-na-ufopa/>. Acessado em 05/04/2019.

O II Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amaônia (II SEPDAM) ocorreu no período de 26 a 28 de novembro de 2018 no auditório Wilson Fonseca do Campus Rondon da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) em Santarém, Pará. O objetivo do evento foi propiciar um debate e a divulgação de pesquisas concluídas ou em andamento, como forma de contribuir com o conhecimento científico sobre políticas públicas urbanas, rurais, ambientais e de logísticas com ênfase na realidade amazônica.

O evento contou com a presença de palestrantes das seguintes instituições localizadas nos estados da Amazônia: Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Universidade do Estado do Pará (UEPA) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Nesta publicação você encontra os resumos das palestras, bem como os resumos das seções de apresentação de resumos expandidos e pôsteres. Desejamos uma excelente leitura.

Santarém, Pará, 16 de maio de 2019, numa manhã chuvosa.

Márcio Júnior Benassuly Barros  
Francilene Sales da Conceição  
*Organizadores*

## REALIZAÇÃO



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-65791-45-8



9 788565 791458

## APOIO INSTITUCIONAL

